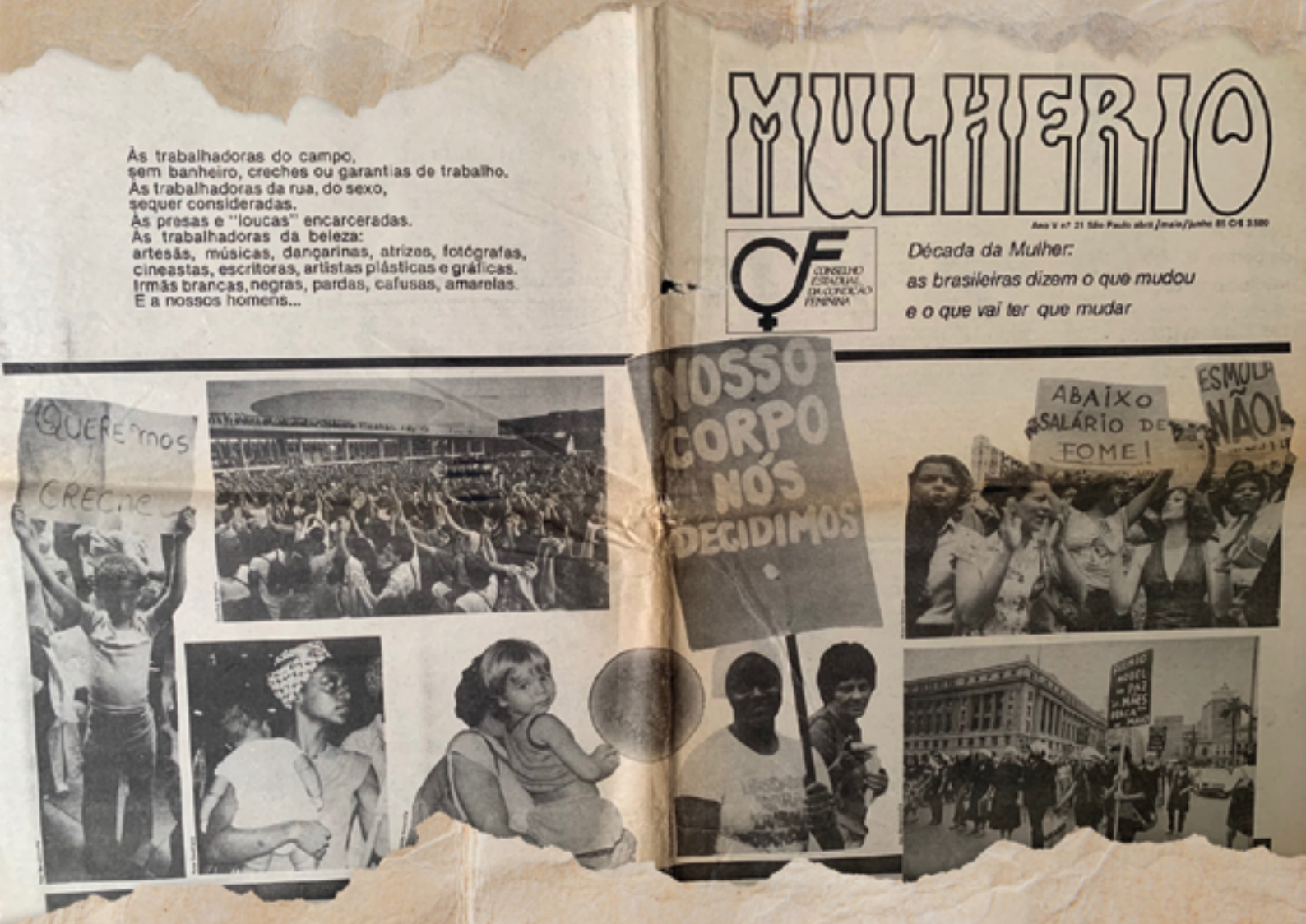
Gizele de Souza (org.)

GT07 Educação da Criança de 0 a 6 Anos - Anped

40 anos de história, pesquisa e luta



NEPIE/UFPR
2021

GIZELE DE SOUZA (org.)

GT07 Educação da Criança de 0 a 6 Anos - Anped
40 anos de história, pesquisa e luta

NEPIE/UFPR
2021

Universidade Federal do Paraná
Reitoria
Reitor **Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca**
Vice-Reitora **Profª. Drª. Graciela Inês Bolzón de Muniz**

Setor de Educação
Diretor **Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Ferraz**
Vice-Diretora **Profª. Drª. Odisséa Boaventura de Oliveira**

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil
Coordenadora **Profª. Drª. Gizele de Souza**
Vice- Coordenadora **Profª. Drª. Marynelma Camargo Garanhani**

Coordenação Editorial
Coleção História, Infâncias e Materialidades/NEPIE
Gizele de Souza - UFPR

Conselho Editorial/NEPIE
Adriana Aparecida Dragone Silveira – UFPR/Brasil
Andréa Cordeiro Bezerra – UFPR/Brasil
Angela Maria Scalabrin Coutinho – UFPR/Brasil
Anna Bondioli – UNIPV/Itália
Antonio Gariboldi – UNIMORE/Itália
Bianca Cristina Correa – USP-Ribeirão Preto/Brasil
Donatella Savio – UNIPV/Itália
Elena Mignosi – UNIPA/Itália
Eliane Teresinha Peres – UFPel/Brasil
Fabiana Silva Fernandes – FCC/Brasil
Fernanda de Lourdes Almeida Leal – UFCG/Brasil
Francesca Davida Pizzigoni – INDIRE/Itália
Geysa Spitz Alcoforado de Abreu – UDESC/Brasil
Heloísa Helena Pimenta Rocha – UNICAMP/Brasil
Isabel de Oliveira e Silva – UFMG/Brasil
Juarez José Tuchinski dos Anjos – UNB/Brasil
Juri Meda – UNIMC/Itália
Mônica Correia Baptista – UFMG/Brasil
Natalia Fernandes – UMINHO/Portugal
Patrícia Corsino – UFRJ/Brasil
Silvia Helena Vieira Cruz – UFC/Brasil
Susana Sosenski – UNAM/México
Vera Lucia Gaspar da Silva – UDESC/Brasil

APOIO:
ANPED; NEPIE/UFPR

Copyright © 2021 by NEPIE/UFPR

Coordenação Editorial
Gizele de Souza

Projeto Gráfico e Editoração
Gizele de Souza e Bruna Corso

Logo dos 40 Anos do GT07/Anped
Ana Luisa Manfredini Araújo

Comissão dos 40 Anos do GT07/Anped
Gizele de Souza
Magda Sarat
Etienne Baldez Louzada

Capa
Bruna Corso e Gecia Garcia

Fonte Imagem da Capa:
NÚCLEO DE COMUNICAÇÕES MULHERIO. Mulherio. São Paulo, ano V, n.21, abril/maio/junho, 1985.

Revisão
Gizele de Souza
Magda Sarat
Etienne Baldez Louzada

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA CENTRAL – COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS
Direitos dessa edição reservados ao NEPIE/UFPR

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação (CIP)
(Maria Teresa A. Gonzati / CRB 9-1584 / Curitiba, PR, Brasil)

GT 07 Educação da criança de 0 a 6 anos: Anped 40 anos de história, pesquisa e luta [recurso eletrônico] / Organização de Gizele de Souza. – Curitiba: NEPIE-UFPR, 2021.

131 p. il. : 6 MB; ePUB.

ISBN 978-65-89713-95-1

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Educação – História. 3. Educação Infantil. 4. Educação de crianças. 5. Educação pré-escolar. 6. Educação e Estado. I. Título.

CDD 370

Sumário

Apresentação 07
Angela Scalabrin COUTINHO
Romilson Martins SIQUEIRA

Entre História e Memória: Costuras, Alinhavos e Tessituras do GT 07.....08
Gizele de SOUZA
Magda SARAT
Etienne Baldez LOUZADA

PARTE I
Balanços da Produção do GT
p.15

História do Grupo de Trabalho: Educação da criança de 0 a 6 anos 16
Lenira HADDAD
Tizuko Morchida KISHIMOTO

30 anos da Educação Infantil na Anped: caminhos da pesquisa 19
Eloisa Acires Candal ROCHA

Memórias do GT 07. Dos anos de 1980 à primeira década do século 21.....27
Ligia Maria Leão de AQUINO

Educação de crianças de 0 a 6 anos no GT 07 da Anped: percursos e demandas de pesquisa nos últimos 10 anos 33
Maria Fernanda Rezende NUNES
Edson Cordeiro dos SANTOS
Gabriela SCRAMINGNON
Marina Castro e SOUZA

PARTE II

Memórias e Trajetória do GT

p.65

Pelo fio da memória, possibilidades e perspectivas... 66

O GT Educação da Criança de 0-6 Anos:
alguns depoimentos sobre a trajetória.....67

Maria Isabel E. BUJES (org.)
Maria Malta CAMPOS
Sonia KRAMER
Tizuko Morchida KISHIMOTO
Eloísa Acires Candal ROCHA

Depoimentos das/ os Coordenadoras/ es do GT 07.....76

Maria Malta CAMPOS.....76
Ana Lúcia Goulart de FARIA.....83
Sonia KRAMER.....87
Regina de ASSIS.....90
Lenira HADDAD.....92
Zilma de OLIVEIRA.....94
Marlene Fagundes Carvalho GONÇALVES.....96
Eloisa Candal ROCHA.....98
Maria Carmem Silveira BARBOSA.....100
Silvia Helena Vieira CRUZ.....102
Maria Letícia Barros Pedroso NASCIMENTO.....104
Lívia Maria Fraga VIEIRA.....106
Jader Janer Moreira LOPES.....108
Ivone Garcia BARBOSA.....110
Valdete CÔCO e Raquel Gonçalves SALGADO.....112
Angela Scalabrin COUTINHO e Romilson Martins SIQUEIRA.....120

Posfácio.....122

Patricia CORSINO
Rosânia CAMPOS

Apresentação

Angela Scalabrin Coutinho
Romilson Martins Siqueira

Prezados(as) leitores(as),

A obra "GT 07 Educação da Criança de 0 a 6 Anos - ANPED: 40 anos de história, pesquisa e luta" é uma produção coletiva construída por muitas mãos. Ela expressa o movimento de construção histórica do GT07 da ANPED, ao considerar suas continuidades, rupturas e reconfigurações no campo da pesquisa científica. Assim, essa produção se constitui como um importante instrumento de luta política, haja vista que "só as sociedades que se concebem, elas mesmas, como históricas projetam seus ideais numa teoria da infância. A diferença entre sociedade ideal e sociedade real exprime-se, então, por uma separação temporal que atua sobre as três dimensões do passado, do presente e do futuro." (CHARLOT[1], 1979, p. 142). A noção de historicidade nessa obra não se traduz no somatório e acúmulo do tempo, fato que pode se dar na perspectiva cronológica; tampouco num tempo esvaziado de sentido humano. Agamben (2008) sugere um conceito que entendemos importante para pensar a historicidade, ou seja, "aquilo que o sistema – a sociedade humana – produz é, de qualquer forma, um resíduo diferencial entre diacronia e sincronia, é **história, isto é, tempo humano."** (AGAMBEN[2], 2008, p. 91) (grifos do autor).

Essa produção também se constitui como marco celebrativo. A convite da coordenação colegiada do GT07, foi constituída uma comissão dos 40 anos do GT, a fim de propor um conjunto de ações alusivas ao tema. Reunir depoimentos de ex coordenadoras(es), recolher pistas do passado e do presente, produzir diferentes tipos de textos (dentre eles os imagéticos), pesquisar e compreender a própria dinâmica do GT, foram algumas das tarefas empreendidas pela Comissão na produção dessa obra.

Do ponto de vista político, a produção aqui sintetizada nos possibilita olhar o futuro em seu "devir histórico" e sinalizar para a construção de um GT cada vez mais comprometido com a pesquisa e com a defesa dos direitos das crianças, das diferenças e de processos educativos cada vez mais humanos e sociais.

Por fim, esse livro contêm as marcas de mulheres e homens comprometidas(os) com 40 anos de afirmação de um espaço plural, diverso e científico. Os textos aqui apresentados revelam mais do que um resgate e escrita históricos, expressam a história viva que se renova e se fortalece na memória.

Assim, desejamos que essa produção seja objeto de estudo, trabalho e afirmação de novos compromissos desse GT em tudo o que ele ainda tem por contribuir com as políticas públicas, com a produção da pesquisa e, acima de tudo, como marco de um espaço dinâmico para a interlocução e articulação política em defesa de uma educação plural, laica, pública, gratuita e com qualidade referenciada para as crianças de 0 a 6 anos em nosso país.

Viva o GT 07 da ANPEd.

1 - CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

2 - AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história.* Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Entre história e memória: costuras, alinhavos e tessituras do GT07

Gizele de Souza
Magda Sarat
Etienne Baldez Louzada

Buscando o sentido
O sentido, acho, é a entidade mais misteriosa do universo.
Relação, não coisa, entre a consciência, a vivencia e as coisas e os eventos.
O sentido dos gestos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir.
Me recuso a viver num mundo sem sentido.
Estes anseios/ensaios são incursões conceptuais em busca do sentido.
Pois isso é próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que ser buscado,
numa busca que é sua própria fundação.
Só buscar o sentido faz, realmente, sentido.
Tirando isso, não tem sentido.
(Leminski, 2012, p. 11)

Qual o sentido de comemorar? Qual sentido de produzir um livro que reúna parte da história dos 40 anos do Grupo de Trabalho de Educação de Crianças de 0 a 6 anos da ANPED? Embaladas pelas palavras do poeta Leminski o sentido é relação, não coisa, é vivência, é o sentido de existir. Nessa direção, comemorar os 40 anos do GT07 é demarcar, intencionalmente, os sentidos que foram produzidos e as experiências que foram possíveis de serem capturadas pelas/os profissionais que fizeram parte desta história, seja na condição de autoras/es, como coordenadoras/es ou ainda como participantes.

Este livro nasce junto às ações de festejos e celebrações pelos 40 anos do GT07 da ANPED, que preparou um repertório em busca de sentidos, representado por uma logo comemorativa[1], um vídeo[2] e uma *live*[3], bem como reservou um momento específico na 40ª. Reunião Anual da ANPED[4] para compartilhar a produção e o esforço, ao qual nos debruçamos por vários meses.

Inspiradas e desafiadas pelo sentido do ato de comemorar que trouxe consigo vários desafios, passamos a reunir informações, materiais, contatar pessoas, que ajudassem a tecer a trama da história do GT. Ao mesmo tempo, todos os achados demandavam reflexão sobre os percursos trilhados e as perspectivas que se apresentavam para esta associação de pesquisa, pesquisadores/as e para o campo da educação infantil. Mas só isso não basta! É condição central explicitar as escolhas e os caminhos pelos quais tal história se fez contar. Como nos esclarece Certeau (2002, p. 66) a história se faz por meio de uma operação historiográfica, que acontece na conformação entre um lugar social, práticas e escrita. E essa escrita, que classificou como "figuração ambivalente do passado e do futuro" (CERTEAU, 2002, p. 91), nos permite aqui o encontro com o outro.

1 - A logo consta na capa deste livro e foi produzida por Ana Luisa Manfredini Araújo, integrante do NEPIE/UFPR.

2 - O vídeo teve a coordenação de Etienne Baldez Louzada.

3 - Intitulada "40 anos do GT07: história e memórias em defesa das crianças de 0 a 6 anos", realizada em 23 de junho de 2021, com a participação das professoras Maria Malta Campos, Sonia Kramer e Ana Lúcia Goulart de Faria, com a coordenação de Romilson Siqueira. Link de acesso: https://www.youtube.com/watch?-v=OkHhdxvJuuM

4 - Realizada em setembro e outubro de 2021, excepcionalmente de modo remoto, por conta da pandemia da COVID19, com o tema "Educação como prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo!". Também será apresentado, neste evento, o trabalho encomendado "Educação de crianças de 0 a 6 anos no GT 07 da Anped: percursos e demandas de pesquisa nos últimos 10 anos", sob autoria de Maria Fernanda Rezende Nunes, Edson Cordeiro dos Santos, Gabriela Scramingnon e Marina Castro e Souza.

Então, desde março de 2021, nos reunimos como "Comissão dos 40 anos" e, em parceria com a coordenação do GT e o comitê científico, firmamos os propósitos e as trilhas pelas quais avaliamos interessante percorrer diante da finalidade de organizar este livro. Estávamos a frente de inúmeras possibilidades, no entanto, optamos por reunir trabalhos que se ocuparam em examinar a produção do GT07, bem como depoimentos de coordenadoras/es e ex-coordenadoras/es do GT e nos concentrar nos alinhavos de fragmentos da história do Grupo de Trabalho de Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Tal escolha se fez por conta de dois objetivos: um de olhar para a produção da área e, outro, que se voltasse para a memória dos sujeitos, neste caso, a das/os coordenadoras/es que foram colaboradoras/es por construir essa caminhada. O intento foi na amarração de duas pontas, duas frentes – produção e memória – aproximadas dos fazeres e das experiências produzidas, ou dos sentidos, como nos dizia Paulo Leminski na abertura deste texto, e a partir do qual, nos perguntamos quais os sentidos que foram sendo impressos nas ações e nos documentos do GT ao longo de sua trajetória.

FIGURA 1: Caixas com documentos dos primeiros anos do GT07

FONTE: materiais disponibilizados por Ana Lúcia Goulart de Faria.

O trabalho se iniciou com a busca dos textos já produzidos pelo GT acerca da sua própria história. Com o auxílio de colegas da área, fomos escavando contatos, documentos, boletins que nos levassem ao material desejado e, nos lançamos em um trabalho esperançoso, no sentido de acreditar que as pessoas tivessem guardado nos recônditos da memória, ou em algum lugar material nas suas casas, bibliotecas, algo que fosse potente, como baús velhos, caixas e pastas esquecidas pelo tempo, fotografias, arquivos do passado e do presente do GT. Nossa expectativa no encontro destes materiais estava mobilizada pelo "desejo de guardar estes objetos e de guarda-los em papel (fotos, diários, cadernetas, cartas, *cartazes, folders, panfletos*) de modo que eles possam salvaguardar-se do esquecimento e conservar o que, quase sempre se extravia na vertigem do tempo" (CUNHA, 2019, p. 17-18).

FIGURA 2: Pastas com relatórios dos primeiros anos do GT07

FONTE: materiais disponibilizados por Ana Lúcia Goulart de Faria.

Na insistência desta empreitada, chegamos a materiais importantes que não estavam de domínio público, como por exemplo, o texto "História do Grupo de Trabalho: Educação da criança de 0 a 6 anos", organizado por Lenira Haddad e Tizuko Kishimoto, em folhas mimeografadas, que expressavam o esforço de colegas em sistematizar atividades já realizadas pelo GT. Também chegou até nós o texto intitulado "O GT Educação da Criança de 0-6 Anos: alguns depoimentos sobre a trajetória", organizado por Maria Isabel Bujes. Neste movimento de recolha de documentação histórica, o sentido colaborativo e solidário se fez presente e contamos com o auxílio precioso de alguns nomes que nos enviaram pistas, caixas e pastas com acervos *do* e *sobre* o GT07.[5]

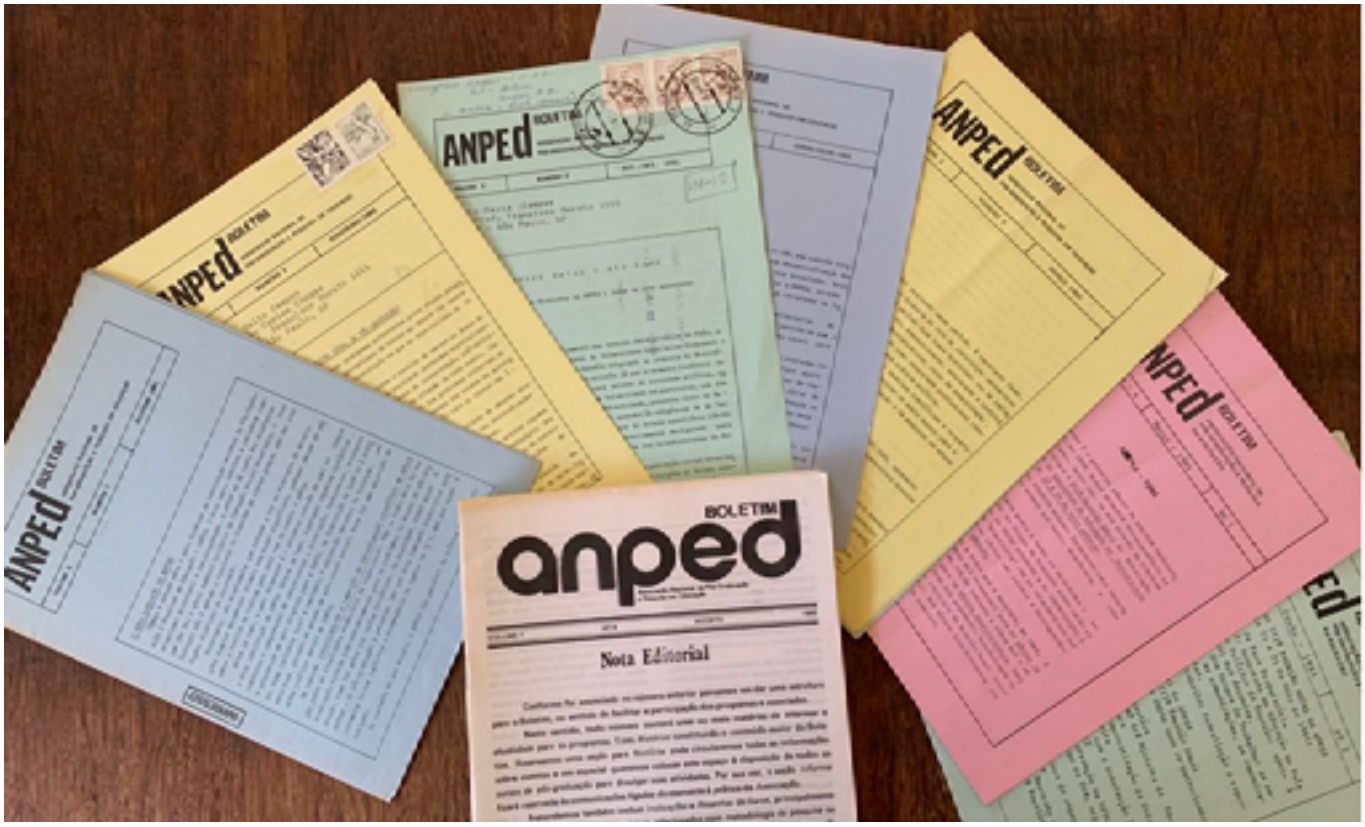
5 - Agradecemos à Eloisa Candal Rocha pela disponibilização do material do GT07 entre 1992 a 1996. Também o agradecimento à Angela Coutinho por ter buscado os documentos (as pastas) na UFSC e nos enviado. Segue nossa gratidão à Ana Lúcia Goulart de Faria, que por meio da ajuda de Silvana Santos, nos remeteu as preciosas caixas com a documentação dos primeiros anos do GT07. Faz-se necessário registrar a generosidade de Tatiani Rabelo Lapa Santos que, nos enviou de Minas Gerais, materiais digitalizados do GT. Também é importante demarcar a colaboração da secretaria da ANPED, aqui em nome de Cleide Litiman, que disponibilizou parte de alguns Boletins da ANPED.

Coletivamente, podemos por meio dessas imagens, visualizar parte dos registros documentais que representam tanto a comunicação do GT com parceiros institucionais, pesquisadores da área, militantes de movimentos sociais, ao mesmo tempo em que reafirmam sua identidade e projetos, que neste momento histórico são reorganizados como um legado aos próximos desmembramentos de suas ações. A sensação ao receber e lidar com tal documentação foi próxima daquela demonstrada por Farge (2009) ao examinar as fontes do seu arquivo, tão diverso do nosso. Todavia, tal como no dela, os documentos ali arquivados em caixas, agiram "como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. (...) Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte" (FARGE, 2009, p. 15). Recebíamos ali nosso "maná" para o livro, assim como para alimentar o vídeo, a live, ou melhor, a linha para a compreensão de parte das costuras e alinhavos que foram tecendo os 40 anos do nosso GT. Junto aos acervos e documentos, a outra colaboração significativa vem da memória de todas e todos os envolvidos em sua construção, que aqui nesta obra, são representados pelos nomes daqueles que compuseram a coordenação do GT.

Figura 3: Pastas com materiais do GT referente ao período dos anos 1990

FONTE: materiais disponibilizados por Eloisa Candal Rocha.

FIGURA 4: Materiais diversos da Anped



FONTE: Acervo cedido por Ana Lucia Goulart de Faria.

Por meio da leitura dos Boletins da ANPED é possível destacar alguns apontamentos históricos sobre o GT. O primeiro é o de constituição dos Grupos de Trabalho e, entre eles, aquele que deu origem ao que hoje nomeamos como GT 07, que era denominado GT Educação Pré-Escolar. E isso ocorreu depois de quatro anos de experiência da ANPEd, por ocasião da Assembleia Geral da Associação, realizada em Belo Horizonte, no dia 13 de março de 1981. Nesta IV Reunião houve a aprovação do novo Estatuto da entidade e, como parte deste documento, se previa a organização por Grupos de Trabalho, cujo objetivo era "de promover debates, discussões e encontros de pessoas que estejam pesquisando temas comuns ou tenham interesse nos temas do grupo" (BOLETIM DA ANPED, out. 1981, v.3, n.1, p.03). Naquele momento não eram muitos os grupos organizados, como indicamos abaixo, mas é importante destacar que o então GT Educação Pré-Escolar se insere neste movimento.

QUADRO 1: Grupos de Trabalho da ANPED - 1981

TEMAS	COORDENAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Educação de 1º. Grau	Giomar Namo de Melo	ANDE – PUC/SP
Educação de 2º. Grau	Luiz Antonio Cunha	IESAE-UNICAMP
Educação Superior	Neidson Rodrigues e Laura da Veiga	UFMG
Educação Popular	Osmar Fávero e Carlos Brandão	IESAE/UNICAMP
Educação e Trabalho	Jacques R. Velloso	UNB
Educação para o Meio Rural	Maria Julieta C. Calazans	IESAE
Educação e Linguagem	Magda Becker Soares	UFMG
Educação Pré-Escolar	Maria Malta Campos	FCC

FONTE: BOLETIM DA ANPED, out. 1981, v.3, n.1, p.5.

Segundo o Boletim da ANPED (1981), os coordenadores desses Grupos foram convidados pela Diretoria da entidade "por sua renomada experiência em pesquisas e trabalhos sobre cada tema" (p.05), devendo posteriormente ser feita a escolha do coordenador pelos próprios membros. Maria Malta Campos, indicada como coordenadora do GT à época, já contava com este reconhecimento da área educacional e dos pares da nossa entidade.

Estava no horizonte das preocupações dos pesquisadores da ANPED, naquele momento, a ampliação tanto dos grupos, como dos integrantes desses grupos. Em março 1982, o Grupo de Educação Pré-Escolar se encontrou pela primeira vez, na V Reunião da ANPED, no Rio de Janeiro, e a sistemática adotada foi discutir os principais problemas da área, "com base na experiência profissional e de pesquisa dos participantes" (CAMPOS, 1986, p.1). Um dos compromissos firmados foi o de angariar esforços para ampliar o grupo de integrantes e o encaminhamento de que cada participante tentasse "ampliar a discussão em sua região, convocando outras pessoas para o grupo." (Relatório do I Encontro do Grupo de Trabalho "Educação Pré-Escolar", março 1981, p.4). Outros aspectos relevantes estavam na pauta de preocupações deste grupo: "questões ligadas à definição e delimitação da área" (p.1) e "temas prioritários dentro da área" (p.2).

Ainda segundo as fontes consultadas, fica evidente que este esforço inicial, apesar das dificuldades enfrentadas, pôde produzir outros encontros em reuniões da CBE e da SBPC, especialmente com pessoas dos grupos de pesquisa de Belo Horizonte, Ribeirão Preto, São Paulo (Fundação Carlos Chagas e PUC) e "dos grupos de profissionais do MOBRAL e da Prefeitura de Piracicaba" (CAMPOS, 1986, p.1).

As caixas, os arquivos, os depoimentos de todos os cantos do Brasil nos trouxeram, o sentido e a força, do modo como fomos gestados. O GT07 nasceu já articulado com os grupos de pesquisas presentes naquele momento, juntamente com a colaboração de profissionais da área em determinados municípios e instituições com forte preocupação com a educação da criança, dos seus direitos, na relação com as famílias e com a defesa das profissionais e do financiamento para esta área.

Importante enfatizar que pela colaboração de tantas/os colegas que assumiram a tarefa de constituir o GT, angariar parceiros, ampliar o universo de participação, fortalecer suas bases de pesquisa, colegiado e representatividade, podemos depois de 40 anos, olhar para a história que construímos e, com generosidade, reconhecer os esforços e as conquistas empreendidas, assim como dirigir o olhar para o presente, e com criticidade, enfrentar os difíceis tempos que atravessamos, os retrocessos nos direitos sociais e humanos, os desafios que se põem para o pós-pandemia e os novos sentidos que daremos à vida, à educação e ao trabalho com as crianças.

Se os documentos aqui evidenciados já permitem indicar um *fio* da *tessitura* do GT 07, a organização desta obra, com os textos e depoimentos disponibilizados, faz a *costura* da trama em torno da comemoração de 40 anos do GT e apresentação de uma dada memória. O livro em si é fruto de uma produção de memória que, como alerta Pollack (1992), é constituída por pessoas, por personagens, que acabam por construir uma imagem do passado por meio de fragmentos concretos sobre os quais produzem um significado. O que nos liga diretamente ao questionamento que se fez Lenira Haddad no seu depoimento aqui registrado: "Ao receber esse simpático convite (...) para escrever uma nota sobre a importância de ter estado à frente do GT 07 (...), a primeira pergunta que me veio foi: teria eu memória para tanto?"

Tanto Lenira Haddad, como todas nós, por vezes assumimos o risco de não ter fôlego e memória sobre cenas e momentos da vida e do trabalho. Isso é esperado, afinal de contas, nossa memória é seletiva, projetamos luz para determinados aspectos, escolhemos o nosso melhor desempenho, minimizamos falhas, enaltecemos conquistas e esquecemos outras, comemoramos parcerias e feitos, e escrever sobre isso é reconhecer que o texto não é neutro, o que não exclui as potencialidades de análises históricas possíveis de serem feitas sobre os percursos do GT 07. Como ressalta Pollack, o material fornecido pela história é a base de fomento da memória e, como tal, "pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado a um sem número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las (...)" (POLLACK, 1989. p.08).

O livro de 40 anos do GT traz alguns fragmentos de sua história, publiciza textos que tinham se perdido pelo tempo e não estavam de fácil acesso aos pesquisadores, reedita outros materiais já conhecidos pela área e publica novos balanços e depoimentos. O intento é que nesta obra as/os pesquisadoras/es e, demais profissionais da educação, possam encontrar tanto informações e análises sobre estudos feitos e trabalhos apresentados nas reuniões da ANPED no percurso destes 40 anos do GT 07, assim como como impressões e experiências de participação na coordenação do GT, na relação com demais instituições e atores sociais e na mobilização da área de educação infantil em diferentes contextos históricos.

A escolha que fizemos foi organizar o livro em duas partes. Na primeira, constam textos que tratam de balanços da produção do GT, ou seja, que examinam os trabalhos apresentados, no âmbito do GT 07, no percurso das reuniões nacionais da ANPED. A sequência dos textos é cronológica, iniciando com o trabalho precedente e finalizando com o mais atual. O primeiro deles é o material organizado por Lenira Haddad e Tizuko Kishimoto "História do Grupo de Trabalho: Educação da criança de 0 a 6 anos", em seguida o estudo realizado por Eloisa Rocha sobre os "30 anos da Educação Infantil na Anped: caminhos da pesquisa". Para este mesmo período, de comemoração dos 30 anos do GT, Ligia Aquino preparou uma apresentação que também trazia apontamentos sobre tal trajetória. Para este livro, atendendo ao nosso pedido, a autora transformou os apontamentos iniciais (que estavam, inicialmente, no formato de slides em *PowerPoint*) em texto intitulado "Memórias do GT 07. Dos anos de 1980 à primeira década do século 21", no qual apresenta tanto a produção referente àqueles anos, como a sua memória na condução do GT como coordenadora. Encerrando esta primeira parte, temos o estudo "Educação de crianças de 0 a 6 anos no GT 07 da Anped: percursos e demandas de pesquisa nos últimos 10 anos", de autoria de Maria Fernanda Nunes, Edson dos Santos, Gabriela Scramignon e Marina Castro e Souza. Este último foi encomendado para a Reunião Nacional da ANPED de 2021, com a finalidade de integrar-se às comemorações dos 40 anos do GT 07.

A leitura destes trabalhos permite uma análise - vertical por assim dizer - da produção da área relativa ao período específico, no qual fora produzido, remetendo ao início de constituição do GT, depois aos 30 anos e agora aos 40 anos. Mas também nos permite examinar algumas marcas na horizontalidade, ou seja, por meio do exercício de

cotejamento, é possível identificar temas, ênfases e tendências téorico-metodológicas, com as quais o GT e suas/eus pesquisadoras/es foram se ocupando.

Na parte II, pelo próprio título "Memórias e Trajetória do GT", o livro se volta para outra borda do tecido da história, agora em destaque não mais os trabalhos apresentados e temas discutidos, mas os próprios sujeitos (aqui as/os coordenadoras/es do GT 07) narrando seus entendimentos, suas lembranças e suas avaliações. A sequência também permanece cronológica, do período mais antigo para o mais atual. O primeiro documento intitulado "O GT Educação da Criança de 0-6 Anos: alguns depoimentos sobre a trajetória" foi organizado por Isabel Bujes, em 2002, e contou coma participação de Maria Malta Campos, Sonia Kramer, Tizuko Kishimoto e Eloísa Rocha. Os depoimentos que se seguem, foram todos produzidos em 2021, em função da encomenda que fizemos às/aos autoras/es e tentamos contato com todas/os que ocuparam a função de coordenação do GT 07 no decorrer destes 40 anos. Tivemos a alegria de contar com a boa receptividade das/os colegas e conseguir, disponibilizar aqui, a quase maioria das participações de coordenadoras/es. Isso amplia e permite uma compreensão mais alargada das leituras políticas, teóricas, acadêmicas e formativas das/os autoras/es e da própria área de educação infantil, a partir do olhar desses sujeitos. Nossos sinceros agradecimentos à Maria Malta Campos, Ana Lúcia Goulart de Faria, Sonia Kramer, Regina de Assis, Lenira Haddad, Zilma de Oliveira, Marlene Gonçalves, Eloísa Rocha, Maria Carmem Barbosa, Silvia Cruz, Maria Letícia Nascimento, Lívia Vieira, Jader Lopes, Ivone Garcia, Valdete Côco e Raquel Salgado, Angela Coutinho e Romilson Siqueira.

Fica evidente que alguns fatos, nomes, situações e contextos históricos compareçam repetidos na narrativa dos depoimentos aqui publicados. Obviamente, porque as pessoas que narram estavam em convivência com os seus colegas de GT e participavam de empreitadas e lutas comuns. Entretanto, isso importa menos, pois pode ser interessante perceber como um mesmo fato histórico pode ser tomado, por pessoas diferentes, e suas percepções confluir ou mesmo distanciar. Os depoimentos nos trazem também indicações e análises muito particulares, seja do contexto no qual sua gestão se deu no GT, como pelos debates e pautas que figuraram naquele momento, objeto da narrativa exposta.

O livro é também composto por outros textos que ajudam a alinhar a obra, o da apresentação com a autoria dos atuais coordenadores do GT 07 – Angela Coutinho e Romilson Siqueira –, a Introdução [esta que aqui discorremos] e tem a autoria partilhada entre Gizele de Souza, Magda Sarat e Etienne Louzada. O posfácio que conta com a colaboração de Patricia Corsino e Rosânia Campos, como representantes do Comitê Científico do GT07.

Não cabe aqui antecipar o teor das análises realizadas e depoimentos manifestos, mas destacar que o GT 07, além de se constituir em espaço de circulação de pesquisas e debates em torno da educação da criança de 0 a 6 anos, também produziu modos de mobilização e articulação político-acadêmica, compareceu e se fez presente nas pautas e debates nacionais e foi aprendendo a se fazer grupo, com dinâmica e identidade próprias.

A contribuição deste livro, portanto, atrelada a do GT07 Educação da Criança de 0 a 6 Anos, é demonstrar, para além da rede de colaboração das pessoas na *costura* da história e memória de um grupo de trabalho científico, a conformação de uma identidade de uma área e de suas práticas, bem como a articulação e produção de conhecimento sobre a educação que produz reflexão e que definem políticas públicas voltadas para a educação infantil. O livro reúne e sistematiza algumas informações do GT07 e possibilita que futuros pesquisadores e estudantes acompanhem as pesquisas e as perspectivas que se consolidam no campo da infância e da educação infantil no nosso país.

Seguimos com nossas memórias individuais e coletivas... e construindo outras[6], pois, como relembra Manoel Luiz Guimarães (2007):

6 - Ainda sobre memória, é pertinente destacar que Michael Pollack (1992) demarca que ela tem elementos que a constitui: "Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de 'vividos por tabela', ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada" (POLLACK, 1992. p.212).

> Revisitar o passado não pode ser desvinculado das demandas e exigências de um tempo presente e, nesse sentido, sua compreensão é também parte da inteligibilidade de uma cultura histórica que aciona experiências, imagens e atores do passado para uma contemporaneidade que busca nesse tempo que ficou para trás referências para imaginar o mundo em que vive (GUIMARÃES, 2007, p. 39).

Na perspectiva de que revisitar o passado nos exige a clareza do lugar que estamos no presente, façamos deste momento comemorativo dos 40 anos do GT07, o reconhecimento das importantes conquistas obtidas, o exercício da crítica da pesquisa e da construção de novos sentidos para o trabalho da educação infantil e da reinvenção da cotidianidade para nos erguermos da barbárie e nos fortalecermos, coletivamente, na civilidade e nos laços democráticos.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, revisão de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CUNHA, Maria Teresa Santos, *(DES) ARQUIVAR: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente.* São Paulo, Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 120 p.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória". In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 24-41.

LEMINSKI, Paulo. *Ensaios e Anseios Crípticos.* Organização e seleção: Alice Ruiz e Aurea Leminski. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997.

POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

FONTES

ANPED. *Boletim da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.* Belo Horizonte: ANPED/UFMG, vol.3, n.1, outubro de 1981.

CAMPOS, Maria Malta. ANPED. *Grupo de Trabalho "Educação Pré-Escolar".* São Paulo, 2 de abril de 1986, 3p.

GRUPO DE TRABALHO EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR. *Relatório do 1º. Encontro. V Reunião da ANPED.* Março, 1982, 6p. [mimeo].

PARTE I

Balanços da Produção do GT

História do Grupo de Trabalho: Educação da criança de 0 a 6 anos[1]

Lenira Haddad
Tizuko Morchida Kishimoto

O grupo de Trabalho "Educação da criança de 0 a 6 anos", criado inicialmente como "Educação Pré-Escolar", reuniu-se pela primeira vez, em março de 1982, na 5ª. Reunião da ANPED, no Rio de Janeiro, sob a coordenação da Profa. Maria M. Malta Campos, da Fundação Carlos Chagas.

Desde o início, o grupo abrigou profissionais envolvidos em experiências e pesquisas na área de creches e pré-escolas. Não era estruturado em torno de trabalhos formalizados para apresentação em mesas redondas ou painéis. Caracteriza-se na área, com base na experiência profissional e de pesquisa dos participantes.

As questões identificadas pelo grupo refletiam principalmente as preocupações dos que trabalhavam e pesquisavam no campo e, muitas vezes as discussões e análises esboçadas nas reuniões da ANPED eram formalizadas e aprofundadas em outros congressos como a CBE e a SBPC.

Conforme relatório publicado no Boletim Informativo de 1986, foi na 7ª. Reunião, em São Paulo, em maio de 1985, que o número de trabalhos submetidos previamente ao GT permitiu a organização de um painel mais substancioso, com apresentação de seis trabalhos.

Permanecendo na coordenação do G.T. por 5 anos, Maria Malta Campos cumpriu um importante papel na luta pela consolidação de um grupo de trabalho que se reuniu em torno de um tema ainda disperso e desvalorizado, como era a educação pré-escolar no Brasil. Nesse mesmo relatório Maria Malta Campos finalizava quase que num desabafo:

> "A pré-escola é uma área relativamente desprestigiada dentro de todas as áreas de pesquisa em educação, é uma área onde existe apenas um acervo pequeno de trabalhos, sem uma tradição maior. Estes ainda são imaturos em relação à formulação teórica, e a própria metodologia utilizada pode ser criticada sob vários aspectos. Nesse sentido, o GT reflete uma dificuldade da própria área. Não sei, ainda, por onde poderíamos começar a atuar para nos tornarmos realmente um GT, pois considero que ainda não o somos". (Boletim ANPED, 1986).

Em recente artigo nos Cadernos de Pesquisa (Campos e Haddad, 1992), as autoras analisam os textos publicados, na revista, sobre o tema da educação infantil, nos últimos 20 anos, cuja trajetória reflete em muito o próprio movimento do grupo.

> "As trajetórias assinaladas mostram uma caminhada operosa, que soube se inspirar nos desafios colocados pela conjuntura vivida e buscar em fontes diversificadas os dados necessários para fundamentar análises e propostas" (Campos e Haddad, 1982, p.18).

Uma preocupação inicial em torno do desenvolvimento infantil, que prometia projetos educativos cientificamente elaborados, foi substituída pela necessidade política e conjuntural de combater propostas assistencialistas e defender um

1 - O texto encontra-se transcrito exatamente como no original. Agradecemos à Eloisa Candal Rocha, que gentilmente, nos repassou o precioso documento. O manuscrito não está datado, mas estima-se ser de 1992 por conta das referências a 15ª. Reunião Anual da ANPED, bem como de citação de artigos publicados neste ano.

espaço para que a creche e a pré-escola fossem reconhecidas enquanto direitos de cidadania de crianças e famílias de classes populares.

Parece que esse foi o veio de sobrevivência do grupo, fortalecido pelo envolvimento de toda a ANPED na participação da constituinte que firmaria novas diretrizes de cidadania no país.

Observa-se que os relatórios de 1986, ainda com Maria Malta Campos na coordenação do grupo, e de 1987 e 1988, com Ana Lúcia G. de Faria assumindo a coordenação, o espaço do GT é amplamente ocupado pelas "tarefas" de elaboração de propostas de leis e artigos com este fim. Em junho de 1986, Maria Malta Campos envia uma carta aos integrantes do grupo, informando sobre os resultados da 9ª. Reunião:

> "Em primeiro lugar, por sugestão do grupo e aprovação unânime da plenária realizada dia 5, que encaminhou uma proposta de texto para a próxima Constituição, neste foi incluído o seguinte tema: 'É obrigação do Estado estender a oferta de ensino pré-escolar público a todas as crianças de 4 a 6 anos'. Esta redação foi a escolhida, pois enfatiza a **obrigação do Estado** (no caso do 1º. Grau há também a obrigação do cidadão), inclui **todas as crianças**, e não apenas as "carentes" e define que se trata de ensino **público**: ao mesmo tempo é realista, reconhecendo que o processo não é automático: a obrigação é de **estender a oferta**. O caráter gratuito já havia sido garantido por um item anterior referente a **todos** os níveis de ensino.
>
> Esperamos que a questão da creche seja incluída na Constituição através da pressão dos grupos de mulheres, pois no meio educacional ainda não existe clima favorável para isto; se a proposta fosse definida para a faixa etária de 0 a 6 anos, provavelmente não passaria".

A 10ª. Reunião da ANPED, realizada em Salvador, em 1987, e que contou com a coordenação de Ana Lúcia Goulart de Faria no G.T. da Educação Pré-Escolar, mostra um avanço de propostas e amadurecimento do grupo. É possível detectar tanto a definição de uma identidade voltada à educação da criança de 0 a 6 anos quanto o diagnóstico de lacunas existentes no campo, necessário para o avanço do conhecimento e para a conquista de um espaço legítimo na esfera das políticas públicas.

A participação de representantes de outros órgãos, não necessariamente acadêmicos, na X Reunião da ANPED, como Carmen Craidy, da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social, e Ana Maria Wilheim, da Comissão de Creche do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, refletia uma preocupação em trazer ao G.T. contribuições para um debate de cunho mais político, em torno das novas diretrizes e bases da Educação Nacional.

O papel da Universidade no incentivo à pesquisa no campo da educação da criança de 0 a 6 anos e na definição de uma política de formação de profissionais de área, tanto ao nível de programa de graduação quanto de pós-graduação, foi outra questão analisada.

Mas o grande desafio que o grupo enfrentava estava justamente na defesa da educação da criança de 0 a 6 anos enquanto obrigatoriedade do Estado e opção da família:

> - Como enfrentar a resistência de grupos que vêm na expansão da educação pré-escolar o perigo de parcelamento das exigências verbas educacionais e sociais?
>
> - Qual a solução para as variadas e descontínuas fontes de financiamento que dão suporte a operação dos atuais programas de educação e atendimento da faixa de 0 a 6 anos?
>
> - Como alocar recursos específicos para a área, considerando a tendência de municipalização desse nível educacional?

Essas e outras questões levaram Ana Lucia Goulart de Faria e Maria Malta Campos a organizar o Seminário "Financiamento de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos", o qual foi integralmente publicado nos Cadernos ANPED

n. 1, de 1989. O seminário foi realizado em outubro de 1987, na Fundação Carlos Chagas, contando com o apoio do CNPQ e MPAS.

O objetivo do seminário era aprofundar o nível de informação do grupo, de forma a amadurecer a discussão sobre a viabilização das políticas educacionais na área do 0 a 6 anos. Como, frequentemente, o argumento utilizado contra sua implementação refere-se ao custo desses serviços, o grupo resolveu encomendar trabalhos a especialistas da área de financiamento de políticas sociais (Beatriz Azeredo), (Carmen Craidy) entre outros.

Na 11ª. Reunião da ANPED, ocorrida em 1988 em Porto Alegre, o G.T. se apresenta oficialmente enquanto "Educação da Criança de 0 a 6 anos, considerando essa denominação mais abrangente e mais adequada à concepção de criança como um ser em processo contínuo de desenvolvimento e como cidadã com direitos constitucionalmente definidos, entre os quais o da educação" (Boletim ANPED, 1988).

A discussão sobre políticas e propostas para a educação da criança de 0 a 6 anos prosseguia nessa Reunião ganhando novos adeptos, principalmente de outros estados. Considerando a inexistência de subsídios para a LDB para esse nível de ensino, o G.T. optou pela exclusividade desse tema, incluindo-se a discussão dos seguintes aspectos:

> caracterização da criança de 0 a 6 anos;
>
> objetivos e currículo para a educação dessa faixa etária;
>
> formação do profissional e definição de carreira;

[...][2]

[...] Alfabetização e História da Educação, e na publicação de trabalhos apresentados. Também foi proposta a realização de encontros regionais, nos intervalos de tempo entre as Reuniões Anuais da ANPED.

Essa proposta foi levada adiante pela nova coordenação do G.T.: Tizuko Morchida Kishimoto, da Faculdade de Educação da USP, e Lenira Haddad, da Fundação Carlos Chagas. Embora planejado, o intercâmbio não foi implementado devido à redução de tempo da 14ª. Reunião, que foi organizada em conjunto com a CBE.

Em parceria com a Fundação Carlos Chagas foi realizado um cadastro de pesquisadores que atuam na área, o qual possibilitou o levantamento e identificação dos temas de pesquisa, concluídos ou em andamento, desenvolvidos por pesquisadores da educação infantil.

A 14ª. Reunião deu sequência aos eixos temáticos definidos no evento anterior, tendo a coordenação recebido 21 trabalhos, dos quais 13 foram selecionados para a reunião da ANPED, 5 encaminhados a CBE e 3 recusados, de acordo com critérios estabelecidos pela comissão de organização dos dois eventos.

Observou-se, nessa reunião, além de uma maior diversidade regional, também a presença de organizações não vinculadas estritamente a programas de pós-graduação, tais como órgãos governamentais e não governamentais de assessoria.

Nas discussões que ocorreram ao longo da 14ª. Reunião, emergiu a necessidade de incentivar a produção de pesquisas sobre a questão do currículo e formação de profissionais para a educação infantil. Lacunas essas também identificadas no acervo nacional do Serviço de Documentação sobre Creche e Pré-escola da Fundação Carlos Chagas.

Em decorrência de sua relevância para a atual conjuntura da educação infantil, currículo e formação de profissionais foram privilegiados como eixos temáticos para a realização da 15ª. Reunião da ANPED.

2 - Aqui teria outra página do documento, que infelizmente não foi possível de ser localizada.

30 anos da Educação Infantil na Anped: caminhos da pesquisa[1]

Eloisa Acires Candal Rocha

Este trabalho pretende apresentar uma revisão da trajetória do GT07 – da Educação da Criança de 0 a 6 anos – no âmbito das reuniões anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil (Anped), nos 30 anos de sua existência, como forma de recuperar também os caminhos da pesquisa sobre educação infantil no Brasil, que tem nesse espaço de associação científica uma significativa expressão da produção nacional.

Em estudos anteriores (ROCHA, 1997, 1999), as principais marcas da origem e consolidação desse grupo já foram sistematizadas e apresentadas, permitindo sustentar aqui uma análise do percurso mais recente das pesquisas: suas temáticas, teorias e, em especial, nos limites deste texto, as metodologias privilegiadas, as áreas científicas de base e os cruzamentos disciplinares.

Tomou-se como base para esta síntese do repertório científico apresentado nas reuniões anuais um levantamento do conjunto dos trabalhos apresentados (organizados num banco de dados) por ano, autoria, título, palavras-chave e resumos a partir de 1990, ano em que os textos integrais passaram a ser exigido para a apresentação[2].

Paralelamente buscou-se recuperar a trajetória do GT a partir da leitura dos relatórios e programas da Anped, de estudos anteriores sobre o percurso da pesquisa em Educação Infantil no Brasil (CAMPOS; HADDAD, 1992; CAMPOS, 1997; FARIA; CAMPOS, 1989; HADDAD; KISHIMOTO, S/D; ROSA, 1986; MALUF, 1985; ROSEMBERG, 1989; KRAMER e LEITE, 1996), da análise de textos integrais publicados em periódicos entre 1990-1996 (ROCHA, 1999) e, entre 1997-2002 (MORAES, 2005)[3], bem como, da leitura dos resumos dos trabalhos do período mais recente, de 2002 a 2006, complementada pela busca de informações nos próprios textos e pelo acompanhamento direto das apresentações e debates nas sessões de trabalho durante as reuniões[4].

As origens e a consolidação do GT07

Inicialmente cabe destacar que a origem da constituição deste grupo, assim como a da própria Anped, vincula-se a um caráter político que afirma e consolida o compromisso da associação e de seus membros com uma luta pela conquista do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para a população brasileira. Sua organização resultou de um esforço conjunto dos recém-criados programas de pós-graduação em Educação no país, com o objetivo de articular a produção de conhecimento sobre a educação com a reflexão e definição das políticas públicas para a educação.

1 - O presente texto, foi também publicado no periódico "Zero a Seis", Florianópolis, v. 1, n. 17, jan./jun. 2008, p.52 a 65.

2 - Todos os trabalhos entre 1990 e 1996 foram arquivados pela Professora Zilma Morais de Oliveira (USP-SP), uma das coordenadoras do Grupo nesse período, que os disponibilizou para este estudo. O acervo (em papel) encontra-se arquivado no NUPEIN-UFSC desde então. Na época não havia a sistemática de apresentação e arquivamento eletrônico em disquete dos textos pela própria Anped, que se iniciou no ano seguinte. Atualmente a apresentação eletrônica dos textos e resumos é feita em CD-ROMs, o que garante acesso e registro mais permanentes da produção científica apresentada nas reuniões.

3 - Para análise desse período foram consideradas ainda as análises e conclusões da dissertação de mestrado de Andréa Moraes (2005), Educação Infantil: uma análise das concepções de criança e de sua educação na produção acadêmica recente (1997-2002).

4 - Outros dois trabalhos apresentados recentemente (ARAÚJO, 2005; ...) analisaram alguns temas tratados em diferentes períodos no GT, porém, embora seus resultados não tenham sido incluídos nesta análise da trajetória, foram considerados no conjunto do repertório de pesquisas analisadas até 2006.

O GT07 inaugurou sua participação no âmbito da Anped em 1981, como expressão do intenso movimento de discussões sobre as políticas sociais e educacionais que marcou aquela década[5]. Fundado como GT de Educação Pré-escolar, o grupo reuniu pesquisadores e profissionais ligados à formação e aos sistemas de ensino na rede pública, com a intenção de constituir um fórum de discussões e debates dos problemas e políticas da área[6]. Durante os primeiros anos de sua consolidação, entre as discussões que buscavam um reconhecimento da situação da educação infantil nacional, o GT organizou debates internos e reuniões de trabalho tendo em vista a definição de posicionamentos da Anped frente às novas deliberações legais que pautaram todo o cenário político desde o fim dos anos oitenta, em especial até a promulgação da LBD. Definiu-se como foco da luta política do grupo a viabilização de políticas educacionais que abrissem caminho para a efetivação dos direitos das crianças à educação infantil (ROCHA, 1997)[7].

Contudo, em seus primeiros anos, o GT de Educação Pré-Escolar buscou acompanhar aquela que vinha sendo a ideia geral dos grupos de trabalho, definida em publicação da Anped e referida por Calazans (1995 p. 54); de acordo com ela, os GT's foram pensados tendo em vista a necessidade de se ter:

> [...] um espaço onde as questões teórico-metodológicas e os resultados das pesquisas fossem discutidos. Não podia ser um espaço aberto coletivamente, pois isto exigiria uma reunião longa, o que seria impraticável. Era importante ter um espaço para discussão de pesquisas semelhantes, (o que possibilitaria um avanço nas áreas de conhecimento).

As reuniões refletiam em seus debates alguns dos problemas detectados em pesquisas na área, como pode ser constatado no relatório da então coordenadora Profa Maria Malta Campos, que revela uma preocupação com a atuação do GT em relação às finalidades da Anped:

> A pré-escola é uma área relativamente desprestigiada dentro de todas as áreas de pesquisa em educação, é uma área onde existe apenas um acervo pequeno de trabalhos, sem uma tradição maior. Estes ainda são imaturos em relação à formulação teórica, e a própria metodologia utilizada pode ser criticada sob vários aspectos (CAMPOS apud HADDAD; KISHIMOTO, [1987?], p.1 apud ROCHA, 1997).

O início do grupo coincide com o crescimento do tema nos programas de pós-graduação. Gatti (1983, p. 14) identificou que o interesse pela pré-escola foi evidenciado em 10% dos trabalhos de pós-graduação em Educação no Brasil entre 1978 e 1981. Expressa também aquele que era à época o interesse do movimento internacional da pesquisa sobre a pequena infância e sua educação, uma elaboração recente que aflorara a partir dos anos setenta (PLAISANCE; RAYNA, 1997).

Como já evidenciei em trabalhos anteriores, no Brasil nesse período predominava nas pesquisas uma preocupação com a criança pré-escolar e seu desenvolvimento, sempre associados à ideia de privação cultural (CAMPUS; HADAD, 1992). Ainda em 1985, um breve estudo sobre periódicos brasileiros identificou 94 artigos sobre o tema pré-escola ou criança pré-escolar entre 1979 e 1984, que apresentavam centralmente "uma maior compreensão da realidade e necessidades das crianças provenientes de baixa renda, que representa hoje a maioria da população infantil brasileira (MALUF et al., 1985, p.1).

Rosa (1986) também identificou no início dos anos oitenta uma fase de transição marcada pela ruptura com essas premissas, que se pode identificar como uma ampliação do foco das pesquisas com enfoque nas políticas socioeducativas

5 - Criada em 1978, a Anped só organizou os Grupos de Trabalho em 1981, na 4ª Reunião Anual. Antes disso, realizou suas reuniões em torno de temas gerais, vinculados especialmente aos Programas de Pós-Graduação.

6 - Inicialmente foram constituídos os GTs Educação do 1.º Grau, Educação do 2.º Grau, Educação Superior, Educação Popular, Educação Rural, Educação e Linguagem e Educação Pré-Escolar. Só em 1988 este último grupo passou a denominar-se Educação da criança de 0 a 6 anos, considerada mais abrangente e mais adequada aos direitos constitucionais que acabavam de ser conquistados.

7 - Vários documentos e cartas foram produzidos e tiveram influência na formulação das deliberações legais e governamentais. Ver, por exemplo: Anped (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa na Educação). Proposta para o Plano Nacional de Educação do GT 07 – Educação da criança de 0 A 6 anos, XX Reunião Anual. Boletim Anped Caxambu - MG, 1997.

para a infância (nas etapas educativas anteriores ao ensino fundamental obrigatório), oriundas de uma preocupação com o então recente crescimento das redes públicas de creche e pré-escola no país.

No final da década de noventa houve uma pequena redução das pesquisas relacionadas às políticas socioeducativas às quais os pesquisadores vinham se dedicando na década anterior, no entanto, a dimensão da atuação política dos pesquisadores, que tradicionalmente constituíram este GT, foi sempre contínua, destacando-se suas contribuições para a elaboração do Plano Nacional de Educação, com a produção de documentos de orientação para a política nacional da área, e o intenso debate crítico sobre os Referenciais Curriculares Nacionais propostos pelo MEC, a respeito dos quais realizou inclusive trabalhos encomendados em 1998.

De forma geral, é possível afirmar que nesse mesmo período a pesquisa sobre a educação infantil consolidou-se a partir de uma dimensão pedagógica articulada às suas dimensões contextuais. Em parte, essa consolidação pauta-se em bases históricas amplamente investigadas no período e representadas no grupo que analisam criticamente a definição das funções sociais e educativas da creche e da pré-escola.

Em estudos anteriores (Rocha, 1999), vimos identificando as perspectivas de consolidação de um campo particular – a que temos denominado *Perspectivas de uma Pedagogia da Educação Infantil ou da Infância* – que vem se delineando no âmbito do GT na Anped (mas não exclusivamente nesse espaço, na medida em que os trabalhos aqui apresentados passam a representar em alguma medida a produção acadêmica dos programas de pós-graduação), um conjunto de definições conceituais, afirmações e críticas às orientações teóricas de cunho tradicional instituídas na história da pedagogia e, em particular, nos *projetos de educação das crianças*, tomadas como indivíduos isolados – meros *objetos* da intervenção educativa.

Portanto, a identificação desta perspectiva baseia-se, sobretudo, no reconhecimento de uma especificidade da educação da pequena infância, num movimento que busca bases teóricas alicerçadas especialmente na afirmação da infância como categoria histórico-social e na atenção às determinações materiais e culturais que as constituem.

Vale ainda lembrar que, nesse movimento de afirmação teórica, os conceitos de jogo e brincadeira relacionados à linguagem, à construção do conhecimento e aos processos gerais de desenvolvimento da criança são definidos inicialmente, e em especial, sob o ponto de vista da psicologia histórico-cultural (até então denominada predominantemente, pelos autores, como perspectiva sócio histórica), indicando o jogo como eixo da prática pedagógica na educação infantil[8]. De forma mais ampla, pautadas, sobretudo, numa perspectiva crítica à imposição de modelos ou aos modelos de escolarização tradicionais (conservador e novo), e à centralidade da dimensão cognitiva. Afirma-se a função educativa, traduzida a partir de indicações comuns sob os eixos norteadores da ação pedagógica na educação infantil, associada às interações sociais, à cultura, ao jogo e às diferentes linguagens, experiências e formas de expressão tomadas como base da apropriação do conhecimento; a elas se aliam alguns estudos da linguagem – numa perspectiva teórica que reafirma a natureza social e dialógica da produção e apropriação de significados.

Nesse caminho, assistimos à afirmação de perspectivas teóricas alicerçadas nas determinações socioculturais para a compreensão das relações educativas na infância, acompanhadas da indicação da necessidade de maior atenção às manifestações das crianças e de sua cultura, marcadas por uma inserção concreta e histórica contingenciada pelas relações de classe social, gênero, etnia e raça.

Indica-se assim, no âmbito da pesquisa representada no GT, a especificidade da educação da pequena infância e a insuficiência de metodologias convencionais de pesquisa para o estudo das crianças, da infância e de sua educação. Nesse campo, passa-se a exigir um alargamento das pesquisas, para além dos estudos que tomam como fonte privilegiada, sobretudo as profissionais, as famílias ou os processos pedagógicos, e que dão pouca atenção às relações educativas estabelecidas com as crianças.

8 - Esta denominação, até o início dos anos noventa, foi utilizada pelos autores para diferenciar-se da perspectiva interacionista / construtivista representada por Piaget. Os teóricos de referência citados nesta linha de estudos são Vygotsky, Luria, Leontiev, e também Wallon.

Por outro lado, essa exigência se baseia na admissão do desconhecimento sobre as crianças "concretas" e seus modos de viver a infância em contextos coletivos de educação. Indica-se no GT, de forma cada vez mais contundente, a necessidade de estabelecer de um diálogo disciplinar para dar conta de compreender mais amplamente essas relações educativas. Mantém-se neste sentido, nos debates que se segue às reuniões a cada ano, uma vigilância crítica para combater o conhecimento da criança tomado pela perspectiva de isolamento do indivíduo e pelo estabelecimento de padrões de normalidade que tivessem como consequência um padrão de ações pautadas na homogeneização ou em modelos e métodos pedagógicos únicos.

A direção tomada pelo grupo, principalmente a partir da 22.a Reunião anual, foi privilegiar contribuições de áreas de conhecimento que têm a criança e a infância como preocupação e que estiveram pouco representadas ou ausentes da trajetória do GT até então. Propuseram-se, a partir daí, minicursos, sessões especiais e trabalhos encomendados para ampliar o debate a esse respeito[9]. Ao acolher contribuições de outras áreas, visava-se confrontar e ampliar um conjunto de perspectivas teóricas para o estudo das dimensões estruturais, sociais e culturais da educação da infância, no âmbito da educação infantil. Assim, foram convidados pesquisadores da Educação, da Antropologia e da Etnografia, da Filosofia, das Arte e da Estética, da Comunicação e Mídia[10], entre outros já integrantes do grupo, que vieram a fortalecer o debate e indicar novas frentes de estudo e orientações metodológicas.

Nestes últimos dez anos (1997-2006), intensificou-se a apresentação de trabalhos que se sustentam numa concepção de infância como categoria social, considerando a criança a partir da sua heterogeneidade, como *sujeito social heterogêneo* – situada a partir de suas *condições sociais e culturais*, ou seja, a partir das categorias sociais que a constituem.

Preservadas as diferentes bases teóricas, um mapeamento da recorrência dos aportes citados nos trabalhos apresentados permite afirmar que as indicações teóricas e metodológicas que influenciaram os trabalhos nesse período apontam a necessidade de produzir um conhecimento sobre a criança incorporando suas representações, suas expressões e significações as dimensões discursivas que a constituem e estabelecendo cruzamentos entre diferentes áreas científicas. Frequentemente o referencial teórico das pesquisas apresentadas associa autores clássicos de referência a autores contemporâneos e a estudos nacionais recentes, e raramente toma um único autor de forma exclusiva.

Os trabalhos apresentados tiveram como base predominante a Psicologia histórico-cultural já citada, a Filosofia (FOUCAULT, DELEUZE, etc.) – sobretudo nos estudos culturais com foco na infância como sujeito/objeto cultural e nas representações do *sujeito infantil* –, os estudos da Linguagem e a Filosofia da linguagem (BAKTHIN) – em diferentes bases sociológicas e antropológicas (desde MEAD, GEERTZ, etc.), que se referem à cultura e ao conhecimento das diferenças –, e a Sociologia, em particular a Sociologia da Infância (desde FLORESTAN FERNANDES aos contemporâneos BECCHI, PROUT, SARMENTO, etc.) – quanto à afirmação dos direitos das crianças, o reconhecimento da ação social das crianças e, especialmente, à reafirmação do conceito de *cultura infantil*, cultura essa não compreendida num sentido absoluto, autônomo ou independente em relação às configurações estruturais e simbólicas do mundo adulto, nem tampouco como mera reprodução.

À afirmação da criança como sujeito social de direitos, que orientou até então as perspectivas de estudo na dimensão das políticas, acrescentam-se pesquisas que assumem o pressuposto da *ação social das crianças* (ainda que o conceito de ator social tenha pequena inserção direta nos textos), *reprodutoras e produtoras de cultura*, admitindo de forma sutil a categoria geracional para a análise das relações educativas.

Com essas bases as pesquisas em educação vão apoiar a afirmação da inteligibilidade das crianças, passando a anunciar a necessidade de consideração, no campo investigativo, de suas culturas e modos próprios de compreender e atuar no mundo. Nessa mesma direção é que se questionam os procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas **com**

9 - Nesse período realizou-se, por exemplo, uma sessão especial incluindo estudiosos da história da infância, Moysés Kulhmann; da sociologia da infância, Manuel Sarmento e da psicologia, Solange J. Souza.

10 - Entre esses convidados podemos citar: Nancy Mangabeira, Walter Cohen, Milton Almeida, Márcia Gobbi e Isabel Leite, Manuela Ferreira, Tulia Musatti, Clarisse Cohn, Gilka Guiraldello e João Francisco Duarte.

as crianças, que devem ser direcionados no sentido de recolher tanto suas *vozes*, como *outros* a serem conhecidos (MORAES, 2005).

Admite-se haver um desconhecimento sobre as crianças para além do conhecimento produzido nos moldes tradicionais consolidados pela ciência, e aponta-se para a exigência de dar atenção a investigações (preocupação esta que coincide com o que também vem sendo indicado em outras áreas do estudo da infância), que contemplem duas dimensões: tanto a *experiência social*, que constrange não somente as crianças, quanto às crianças e suas ações e significações dentro do contexto de relações, considerando que elas possuem uma multiplicidade de formas de agir em diferentes contextos sociais e culturais. Nessa direção permanece bastante inicial a apresentação no grupo de trabalhos que tenham como preocupação o estudo com bebês nesses contextos (ROCHA, 2007).

Identificam-se algumas convergências teóricas, explicitadas ou não pelos autores, que apoiam a indicação de metodologias definidas como etnográficas ou do tipo e/ou de inspiração etnográfica[11], poucas vezes identificadas como interpretativas, mas que privilegiam uma maior permanência no campo para as observações e registros (escritos, fílmicos, fotográficos ou pictóricos) das relações, ações e significações dos sujeitos envolvidos no processo educativo em instituições de educação infantil (raramente noutros espaços sociais).

Esse predomínio representou uma mudança em relação às metodologias preferidas pelos pesquisadores da década anterior – quando havia uma variedade de denominações para definir metodologias chamadas genericamente de qualitativas – quase sempre centradas em procedimentos que envolviam questionários, entrevistas, observações e análise de documentos, dirigidos principalmente para os sujeitos-adultos (profissionais, famílias, administradores, etc.).

Num segundo patamar mantêm-se as metodologias pautadas em procedimentos de análise de conteúdo para o estudo de políticas, projetos pedagógicos e produção acadêmica em educação infantil, por meio da análise de documentos e de discursos que privilegiam as narrativas adultas, capturadas principalmente em entrevistas (para identificação de concepções de profissionais, famílias e gestores). Outras pesquisas se definem pela simultaneidade da ação/intervenção no processo investigativo quando o foco são os processos/metodologias pedagógicas (envolvendo a brincadeira, a imaginação e outras dimensões expressivas), e poucos trabalhos apresentam-se como ensaios teóricos.

O fortalecimento, mas não a hegemonia das perspectivas que conceituam a criança como *sujeito* social, reprodutor e produtor de cultura e de *história*, indicam mais recentemente e de forma tênue uma compreensão diferenciada da participação das crianças no processo educacional, com base na afirmação de sua atuação social e de seu papel *ativo* nas relações sociais e na apropriação do conhecimento. Destacam-se aqui, no âmbito da educação, as referências à pedagogia consolidada nas experiências originadas nos movimentos político-feministas do norte da Itália, que deram ênfase às capacidades relacionais e comunicacionais da criança pequena na relação entre elas e os adultos no jogo e na elaboração de histórias e significados.

Um conjunto significativo de trabalhos nesta última década situa a infância entendida na sua alteridade e na sua ação inteligível na sociedade, compreendendo necessária à escuta de seus representantes diretos – as crianças. Indica-se assim uma ruptura e uma reconstrução de conceitos relativos ao papel social das crianças na sua própria educação, posição esta representada por um significativo número de trabalhos que afirmam que as crianças, inseridas numa determinada cultura, apropriam-se dela na mesma medida em que contribuem para a sua produção.

Assume-se assim uma contraposição as perspectivas clássicas tradicionais da socialização das crianças – quando são definidas como receptores passivos da cultura –, que em certa medida são reforçadas por uma concepção naturalista do desenvolvimento humano, em que prevalece a perspectiva de constituição da infância como modelagem, como reflexo de uma natureza biológica e natural. Em oposição, a maior importância dada ao papel da cultura – marcada por uma concepção culturalista das relações sociais da criança – abriu caminho para sua própria superação à medida

11 - Entre 1997 e 2006 houve um crescimento da etnografia indicada como metodologia, em estudos que tiveram uma grande diversidade de referenciais teóricos (materialismo histórico, estudos culturais, escola de Frankfurt, e nas diferentes perspectivas teóricas da antropologia e da sociologia da infância).

que se passou a reconhecer, sobretudo na Sociologia, a ação social das crianças, que admite não só que os significados são socialmente transmitidos, mas também que são elaborados e transformados pela ação humana.

Desse modo, passa-se a privilegiar procedimentos metodológicos que capturem as diferentes expressões infantis, contrariando a lógica comunicacional adultocentrada, para possibilitar uma relação mais comunicativa e um desafiador processo de aproximação com os diferentes grupos infantis. A brincadeira e a cultura são aqui tomadas como foco para compreender esses processos e as diferentes formas de ser criança e de viver a infância nos contextos de educação coletiva, apresentando desdobramentos para práticas pedagógicas e dando prosseguimento à constituição de um campo pedagógico da infância (ROCHA, 1999).

De forma mais estrita, mas não menos significativos alguns estudos que se diferenciam por suas bases epistemológicas sustentam-se em Gaston Bachelard para definir o sujeito-criança como *ser inventivo, ser criador* – que se confronta com a materialidade e a imaginação criadora na possibilidade de transformar a si e ao mundo; e outros, a partir de Gilles Deleuze, tomam o termo devir-criança como a possibilidade de invenção e criação do mundo para além do aprisionamento e da conformação.

As pesquisas com menor incidência no período recente tomam a criança em desenvolvimento sob uma perspectiva psicológica de observação de um sujeito-objeto que tem seus comportamentos regulados como forma de identificar faltas e etapas a concluir num processo entendido como de maturação e desenvolvimento de capacidades. A educação que se inscreve a partir daí situa a criança como passiva numa relação unilateral determinada pelo professor, que estimula o processo de maturação da criança e a aquisição de conhecimento.

Destaca-se ainda que as garantias dos direitos sociais do direito à educação das crianças *sujeitos de direitos* permanecem no horizonte dos estudos sobre as políticas nacionais e internacionais e das lutas pela sua efetivação, sendo mais recentemente associadas à crítica da influência dos organismos internacionais sobre os Estados nacionais e as reformas no campo educacional.

Uma análise geral das áreas científicas mais citadas pelos autores e de sua frequência indica que, entre 1997 e 2002, há predominância da Filosofia e, em segundo lugar, da própria Educação (um terço dos trabalhos), alterando expressivamente a da Psicologia observado na década anterior. Esse movimento contrapõe-se aquele observado entre 1990-1996, quando se verificou, no total dos trabalhos apresentados, que o cruzamento mais frequente foi entre Educação e Psicologia, seguido de Educação e História e Educação e Linguagem. Outros cruzamentos menos frequentes envolveram a Antropologia, as Artes, o Serviço Social, as Ciências Políticas, a Comunicação e a Arquitetura, algumas vezes, inclusive, sem incluir a área da Educação. Sem dúvida a maior incidência de trabalhos foi na área da Educação, sem apresentar qualquer outro cruzamento (ROCHA, 1999).

Já nos últimos cinco anos foi expressivo o esforço para o estabelecimento de cruzamentos disciplinares, que passaram a mobilizar esse novo campo, estabelecendo confrontos, disputas e recomposição de consensos nos âmbitos políticos, teóricos, conceituais e mesmo semânticos, na compreensão da infância, das crianças e da educação infantil, marcadas pelas orientações identificadas neste estudo. Observa-se uma expressiva interface entre a Educação e a Sociologia, com presença esporádica das Artes, da Antropologia e da Política, e, em menor número, da Arquitetura, da Demografia, da Literatura, do Ensino de Matemática, da Educação Física, da Saúde e da Nutrição.

A identificação das áreas científicas presentes no GT expressa também uma consolidação crescente de algumas disciplinas específicas, particularmente da Filosofia e das Ciências Sociais, que passam a estender sua atenção aos estudos da infância e a abrir possibilidades de interlocução com a educação na infância de forma diferente daquelas trajetórias de estudo desenvolvidas tradicionalmente nas disciplinas específicas voltadas para a educação em geral – é o caso, por exemplo, da Sociologia da Educação, da Filosofia da Educação, etc.

Em recente estudo sobre o panorama das investigações produzidas de 1997 a 2004, do qual resultaram artigos publicados em periódicos educacionais no Brasil, também se constatou que a base disciplinar de apoio ao desenvolvimento das investigações educativas vem estabelecendo cada vez mais cruzamentos teóricos interdisciplinares. A exclusividade do aporte na própria área da Educação permanece quando se estudam a formação dos profissionais, os modelos curriculares e os parâmetros de avaliação de qualidade. Em alguma medida, os temas relacionados à formação, ao direito à educação e à qualidade associam-se a aportes do Direito e das Políticas Públicas.

Destacam-se com maior frequência os cruzamentos da Educação com a História para sustentar a análise de temas relacionados às origens dos sistemas de suas orientações educativas; com a Sociologia (Sociologia da Educação e, mais recentemente a Sociologia da Infância), inaugurando, por um lado, as preocupações pertinentes à infância e às relações sociais, de gênero e de raça e à exclusão social e, por outro lado, ou associado aos aspectos anteriores, afirmando-se a especificidade geracional e estudando-se as culturas infantis e lúdicas, a televisão e a mídia. Com menor frequências são identificadas nos periódicos, relações entre a Filosofia e a Educação e entre a Psicologia e a Educação, e, mais recentemente, entre a Saúde e a Educação, esta orientada pela necessidade de compreensão do cuidado como uma das dimensões envolvidas nos espaços coletivos de educação das crianças (ROCHA, 2007).

Ao longo destes últimos trinta anos[12], consolidou-se um novo campo de investigação – que se diferencia dos estudos da educação escolar –, que dá especial atenção ao conjunto das determinações que constituem as relações educativas com crianças – nos espaços educativos formais ou fora deles – e que passa a exigir a contribuição de várias áreas do conhecimento, no sentido de "dar conta" da compreensão dos processos educativos nesse âmbito em suas múltiplas facetas sociais, históricas e culturais. Por outro lado, e considerando a natureza "praxiológica" (no sentido de "o que se pode fazer") do campo educacional, essa compreensão ampliada vem permitindo consolidar indicações metodológicas da ação pedagógica na educação infantil, como já se afirmou noutros estudos, para além da prescrição de modelos[13].

Percebe-se assim um esforço teórico de análise da educação infantil a partir de uma criança situada social e historicamente. Neste sentido convergem abordagens teóricas que tomam como pressuposto epistemológico um conhecimento da realidade que articula as dimensões estruturais de determinação objetiva à constituição dos sujeitos sociais – sua experiência-ação social que configuram a subjetividade, e que simultaneamente produzem uma dinâmica transformadora.

Para encerrar este texto, mas não as inúmeras possibilidades de análise dessa trajetória, constituída por nós e pela qual também somos constituídas, inspiro-me no poeta Drumonnd e nas companhias/companheiras de luta e de pesquisa, que nele também têm se inspirado para falar da Verdade: se só *cabe meia verdade de cada vez, e carece optar*, optei também, em certa medida, conforme meu *capricho*, minha *ilusão* e minha *miopia*, mas é isso que mantém aceso um interesse científico, orientado pelo compromisso político de luta contra a exclusão, num permanente estado de indignação!

Referências bibliográficas

ANPEd (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa na Educação). Proposta para o Plano Nacional de Educação do GT 07 – Educação da criança de 0 A 6 anos, XX Reunião Anual. *Boletim Anped*. Caxambu - MG, 1997.

ARAÚJO, Ana La. Castilhano de. O G.T. 7 da Anped: direitos e educação da criança pequena. Pôster. *CDROM da 28ª.. Reunião Anual*. Caxambu-MG, 2005.

CAMPOS, Maria M. Educação Infantil: o debate e a pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, n.101, p113-127, jul.1997.

12 - Sobre a trajetória dessas investigações sobre educação infantil na Europa e no Brasil, ver, entre outros: Playsance e Rayna (1997); Neyrand, G. (2000); Campos & Haddad (1992) e Rocha (1999, 2002, 2007).

13 - Sobre esta reflexão, ver Sacristán (1978).

CAMPOS, Maria M.; HADDAD, Lenira. Educação infantil: crescendo e aparecendo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.80, p.11-20, fev.1992.

CALAZANS, M. Julieta C. ANPEd – Trajetórias da pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil. *Documentos ANPEd*. Belo Horizonte - MG.Set/1995.

CAMPOS, Maria M. Educação Infantil: o debate e a pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, n.101, jul.1997, p.113-127.

FARIA, Ana Lúcia G; CAMPOS, Ma. M. Financiamento de Políticas Públicas para crianças de 0 a 6 anos. *Cadernos ANPEd* (nova fase). N.1, 1989.

KISHIMOTO, Tizuko M. *A produção do conhecimento na área da Educação Infantil: jogo e representação social da criança*. In: Reunião Anual da ANPEd, 16, 1993, Caxambu / MG, mimeo.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Izabel. *Infância: fios e desafios da pesquisa*. CAMPINAS SP: Papirus, 1996.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância, História e Educação*. In: Reunião da ANPEd trabalho apresentado em Sessão Especial: História da Infância e Educação, 20, set.1997, Caxambu.

HADDAD, Lenira; KISHIMOTO, Tizuko M. História do Grupo de trabalho: Educação da criança de 0 a 6 anos. São Paulo, *mimeo*, s/d.

MALUF, Regina M. (org.); et al. *A Pré-escola em periódicos brasileiros no últimos seis anos: mapeamento das pré-escolas das redes municipal e estadual da cidade de São Paulo*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação. EDUC, dezembro, n.6, 1985.

MORAES, Andréa. *Educação Infantil: uma análise das concepções de criança e de sua educação na produção acadêmica recente (1997-2002).* PPGE-UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005.

NEYRAND, G. *L'enfant, la mère et la question du père: un bilan critique sur l'évolution des savoirs sur la petite enfance*. Paris: Presses Universitaires, 2000.

PLAISANCE, Éric; RAYNA, Sylvie. L'education préscolaire aujord'hui: réalités, questions et perpectives. *Revue Française de Pédagogie. Institut National de Recherche Pédagogique*. N.119, p.107-139, abr. -mai.-jun. /1997.

ROCHA, Eloisa A.C. A *Pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. Núcleo de Publicações, CED/UFSC, 1999 (Série tese: 2).

_____. *Saberes sobre as crianças e a infância: algumas questões para um debate científico*. Texto apresentado no Seminário Educar na Infância: Perspectivas Histórico- Sociais Curitiba, Universidade Federal de Paraná – 11-13 de agosto, 2007.

_____. As pesquisas sobre educação no Brasil; a trajetória da ANPEd(1990-1996). *Pro - posições*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 54-74, 1999.

_____. *Pedagogia da Infância: uma análise de perspectivas interdisciplinares em periódicos educacionais portugueses e brasileiros (1997 – 2004).* Trabalho apresentado no Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Madeira – Portugal, maio de 2007.

ROSA, Lutero O. A pesquisa sobre educação pré-escolar: uma análise crítica. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*. Brasília, 67 (155): 117-34, Jan. /Abr. 1986.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: para quem? *Ciência e Cultura*, n.28 (12), dezembro, p 1467 – 1470, 1976.

_____ . A educação da criança pequena, a produção de conhecimento e a universidade. Cadernos ANPEd. N. 1. 1989.

SACRISTÁN, José. G. Explicación, norma y utopía en las ciencias de la educación. In: Escolano A. e otros. *Epistemologia y educación*. Salamanca, Ed. Sigueme, 1978.

SANTOS, Solange E. Culturas infantis e saberes: caminhos recompostos. Pôster. *CDRom da 28ª. Reunião Anual*. Caxambu-MG, 2005.

Memórias do GT07.
Dos anos de 1980 à primeira década do século 21.

Ligia Maria Leão de Aquino

Nesse ano de 2021 se realiza a 40ª Reunião Nacional da Anped, após 43 anos de sua primeira reunião, no ano de 1978, em Fortaleza/CE. Até o ano de 2013, as reuniões nacionais ocorreram anualmente, passando, a partir daí a se realizar a cada dois anos. Faço esse preâmbulo para esclarecer o fato de que a comemoração da 30ª Reunião coincidiu com o aniversário de trinta anos da entidade, em 2008, ocasião em que eu ocupava a coordenação do GT07 e tive a incumbência de organizar um material, para apresentação em *powerpoint*[1], a ser divulgado durante a Reunião. É a partir desse material que construo o presente texto para a memória dos 40 anos da Anped até o primeiro decênio desse século.

A origem do GT07 foi em 1981, quando a Associação resolveu funcionar em grupos de trabalho temáticos. Àquela época, o GT era denominado Educação Pré-Escolar, e conforme sua primeira coordenadora, Maria Malta Campos, em depoimento sobre o GT, em 2002, "a produção científica era ainda incipiente e o esforço de um coordenador exercia-se muito mais na busca de trabalhos e adesões do que na seleção crescentemente competitiva." (CAMPOS, KRAMER, KISHIMOTO, ROCHA, BUJES, 2002).

Na década de 1980, a defesa do direito de todas as crianças à educação pública ganha força na sociedade brasileira que viveu um processo de luta pela redemocratização do país. Nesse movimento as pautas de direitos e igualdade foram colocadas por diversos atores sociais – trabalhadores/as, feministas, crianças e adolescentes, negros/as, povos tradicionais etc. A sociedade civil, através de inúmeras organizações, participou também do processo constituinte, do qual resulto a promulgação de uma nova Carta Magna, em 1988, conhecida como Constituição Cidadã.

Se até os anos 80 a política para a pequena infância, a creche e a pré-escola tinham funções distintas e eram reguladas por esferas também distintas. A creche tinha por função a guarda e se subordinava à Saúde e Assistência, já a pré-escola tinha a função educacional, estando vinculada a essa esfera. Com a Constituição de 1988 a creche é incorporada à Educação e junto com a pré-escola se tornam direito das crianças de 0 a 6 anos à educação e direito de seus pais/responsáveis como assistência a trabalhadores/as. A conquista desse duplo direito teve intenso envolvimento do movimento feminista, de educadoras/es e pesquisadoras/es, muitas/os vinculadas/os ao GT 07 da Anped.

No campo investigativo se produziam estudos pautados na Psicologia do Desenvolvimento na perspectiva interacionista – nas distintas correntes como construtivista, sócio histórica, histórico-cultural etc. Outro campo de investigação que se fez presente foi o da História das instituições de guarda e educação das crianças pequenas na sociedade brasileira. Foram pesquisas que contribuíram para compreender demandas da sociedade, particularmente das mulheres trabalhadores das camadas populares, e também o papel das instituições no desenvolvimento infantil e na promoção de melhores condições de vida das crianças, seja no que se refere à atenção básica, seja na oportunidade de interação com pares e outros adultos, além de experiências distintas do ambiente familiar.

Os debates acadêmicos do GT, em consonância como movimentos sociais de educadoras/es, feministas, de defesa da infância, dentre outros, subsidiaram a construção de políticas de educação para a pequena infância, em especial, durante a Constituinte. A Assembleia Constituinte se instaurou oficialmente em fevereiro de 1987 e encerrou com a

1 - O arquivo com essa apresentação encontra-se disponível no portal da Anped, com o título *Anped. 30 anos de pesquisa e compromisso social. GT 07 - Educação da Criança de 0 a 6anos*, no link https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/apresentacao_gt07_30_anos_ligia_aquino.pdf, acesso em 27/05/2021.

promulgação da Constituição Federal em outubro de 1988. Entretanto, desde 1985, com o fim do regime ditatorial, o debate sobre a nova Constituição e a formulação de propostas passaram a ser produzidos por diversos setores da sociedade.

As discussões, nesse contexto, vão afirmar que para além do direito das mulheres mães e familiares, a creche e a pré-escola são direito de todas as crianças de 0 a 6 anos, daí a mudança do nome do GT07. Sem negar as contribuições e pertinências das esferas da Saúde e Assistência, as instituições como creches e pré-escolas se caracterizam como educacionais, cabendo assegurar esse direito às crianças. A tais instituições não cabem as funções assistencialistas e compensatórios, sendo necessário firmar nos documentos legais que então se formulavam, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 1988, durante a 11ª Reunião Anual, o GT07 teve uma mesa redonda com o tema "Legislação e Criança". Ainda no mesmo ano, as/os pesquisadoras/es do GT07 se reuniram em Seminário sobre "Financiamento de Políticas Públicas para a criança de 0 a 6 anos", organizado pelo GT e em cooperação com a Fundação Carlos Chagas (SP).

Nos anos de 1990, com direitos assegurando legalmente, embora com lacunas no que se referia a financiamento, formação de profissionais da educação infantil e currículo, o GT acompanha com atenção a expansão das redes de creche e pré-escola no país, com crescimento da participação das prefeituras e governos estaduais na oferta de vagas.

Nesse período, as pesquisas de base histórica sobre as funções sociais e educativas das instituições de educação da criança de 0 a 6 anos continuaram a ser realizadas e colaboraram com estudos sobre políticas educacionais para a pequena infância, inclusive num viés propositivo. Assim, pesquisadoras/es afirmaram mais uma vez o compromisso social do GT, que se aproximou a órgãos governamentais, como a COEDI (Coordenação da Educação Infantil) do MEC.

A partir daí, a COEDI publicou uma série de documentos contando com a colaboração de pesquisadoras/es do GT, bem como a realização de eventos para promoção do debate nacional com os setores interessados – secretarias de educação, profissionais da educação infantil, entidades da sociedade civil comprometidas com os direitos das crianças.

A seguir, apresento cronologicamente as ações realizadas dessa articulação GT07/Anped e COEDI. Antes demarco que o compromisso social na contribuição para a formulação de políticas educacionais não se constituía (e não se constitui) em uma postura apenas do GT07, mas de toda a Associação.

Em 1993, quando da elaboração da LDBEN, discutiu-se questões curriculares em sessão especial, com a participação do GT07, intitulada "Redefinindo Novas Bases Curriculares" (XVI Reunião Anual da Anped).

A presença do GT junto a atividades do MEC se fez, no ano de 1994, através da colaboração especial da sua então coordenadora Zilma M. Ramos de Oliveira, na realização do I Simpósio Nacional de Educação Infantil, realizado em Brasília. Nesse evento, a participação de diversos membros do GT se deu via apresentação de trabalhos e debates. Um dos resultados desse Simpósio foi a publicação, no ano seguinte, do Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, conforme registrado nos agradecimentos deste documento, relacionando ainda outros eventos e pessoas que contribuíram para seu formato final. A autoria das duas partes que compõe essa publicação e de duas pesquisadoras integrantes do GT. O primeiro – "Esta creche respeita criança: critérios para a unidade creche – é de Maria Malta Campos, a primeira coordenadora do GT. O segundo – A política de creche que respeita criança: critérios para políticas e programas de creche – é de Fúlvia Rosemberg, com diversos trabalhos apresentados no GT e que recebeu homenagem na 37ª Reunião Anual (2015), na sessão de Trabalho Encomendado, por seu falecimento em 2014.

O documento acima mencionado é parte de um conjunto de cadernos publicados pelo MEC e que foram apelidados de "Carinhas": Política de Educação Infantil (1993); Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil (1994); Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (1995);

Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil (1996); Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil (1998). Os processos de elaboração desses documentos contaram com a participação de pesquisadoras integrantes do GT, seja como palestrantes em seminários e encontros técnicos e/ou autoras de textos que os compõem. Além do já mencionado, menciona-se o caderno Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil (1994), que contou traz textos de Sonia Kramer, Maria Malta Campos, Zilma de Oliveira e Fúlvia Rosemberg – apenas Fúlvia não foi coordenadora do GT. O caderno Subsídios para o Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil, composto por dois volumes, teve as pesquisadoras Maria Malta Campos, Regina de Assis, Zilma M. Ramos de Oliveira, Ana Lucia Goulart de Faria como consultoras e autoras do volume II. Todas as quatro pesquisadoras foram coordenadoras do GT, sendo que no ano de sua publicação, 1998, Ana Lucia Goulart de Faria estava nessa função e reservou um momento na programação do GT para apresentação ao Grupo, em sessão especial durante a XXI Reunião da Anped.

O GT elaborou Proposta para o I Plano Nacional de Educação, incorporada ao texto final do Parecer Sobre a Proposta do MEC para o Plano Nacional de Educação, apresentando na XX Reunião Anual da Anped (1997).

Outra questão da política nacional que o GT se envolveu foi a análise e debate sobre o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (MEC, 1998), resultando na elaboração de Parecer Institucional produzido com base em diversos pareceres de pesquisadores do GT. O debate sobre o RCNEI resultou em publicações como as de Ana Lucia Goulart de Faria e Marina Palhares, organizadoras do livro Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios (1999) e de Beatriz Cerisara – Referencial Curricular nacional para educação infantil no contexto das reformas, em artigo publicado pela Educação & Sociedade (2002).

Ainda nos anos de 1990, a temática sobre Formação das/os profissionais de educação infantil, em especial a carreira de magistério, apareceu em inúmeros trabalhos (pôster, comunicação ou estudo encomendado), que analisam o perfil desses profissionais, suas concepções e práticas. Esse tema tem sido ainda objeto de manifestação do GT em moções destinadas a entidades como MEC, Comissão de Educação do Congresso Nacional ou, ainda, a candidatos à presidência da República e a governos estaduais. Nas distintas manifestações e apresentações, afirma-se sempre o compromisso com a garantia de formação e profissionalização, entendendo como fatores relevantes para a garantia da qualidade da educação das crianças de 0 a 6 anos.

Na primeira década do século XXI, se deu um movimento de consolidação de perspectivas investigativas que compreendem a infância como categoria histórico-social. O conceito de infância heterogênea, considerando as relações de classe social, gênero, etnia e raça, passou a estar presente nos trabalhos do GT. Esse movimento pôs em debate, nos encontros, abordagens metodológicas em interlocução com campos da sociologia, antropologia, artes, dentre outros, que tenham a infância como interesse. Buscou-se discutir metodologias que permitam tomar a criança como principal interlocutor na produção de estudos sobre a infância. Para exemplificar, relaciono Minicursos de 2006 a 2009. Na 29ª Reunião Anual, foi oferecido "Pesquisando crianças pequenininhas: a contribuição dos/as artistas para as metodologias (já) convencionais", ministrado por pesquisadora Márcia Gobbi; na 30ª Reunião Anual, o Minicurso foi oferecido pelos pesquisadores Jader Janer Moreira Lopes, Tânia de Vasconcellos e Angela Meyer Borba, com o título "As crianças e suas infâncias nos diferentes espaços tempos: reflexões de estudos e propostas de pesquisa"; e na 32ª Reunião Anual, as pesquisadoras Maria Clotilde Rossetti-Ferreira e Ana Paula Soares Silva e suas orientandas Luciana Aparecida Rodrigues, Bruna Calefi Gallo e Mara Isis de Souza trouxeram o tema "A relação pesquisa e ética na educação infantil".

No ano de 2008, na 31ª Reunião Anual, a temática étnico-racial foi abordada no Minicurso coordenado pelas pesquisadoras Nilma Gomes e Petronilha Gonçalves Silva, com o título "Educação, africanidades e diversidade étnico-racial: perspectivas para a formação de professores/as", uma proposta do GT07 junto com o GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais.

As questões sobre diversidade, diferença e desigualdade também foram abordadas no ano anterior, 2007, na Sessão Especial proposta pelo GT7 e o GT23 – Educação e Gênero, com o título "Infância e juventude: questões de gênero e raça", com as pesquisadoras Debbie Epstein (Reino Unido) e Anete Abramowicz, sob a coordenação da pesquisadora Guacira Lopes Louro. Destaca-se que Anete, membro do GT7, posteriormente esteve como vice coordenadora.

O GT7 foi proponente, junto com outros GT's, de Sessões Especiais que já focavam as questões acima mencionadas. No ano de 2004, foram duas sessões. Uma intitulada "Igualdade e diversidade na educação: possibilidades e tensões", com os pesquisadores Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, Sarah Whitelaw (Reino Unido) e Carlos Roberto Jamil Cury, sob a coordenação de Cláudia Pereira Vianna. A outra, "Epistemologia, alteridade e cotidiano escolar" teve os pesquisadores Nilda Alves, Carlos Bernardo Skliar e Maria Teresa Esteban do Valle, coordenada por Elisa Pereira Gonçalves e Marcos Reigota.

Nos anos de 2003 e 2004, registra-se discussões no campo da Filosofia para pensar a infância e a educação a ela destinada. Em 2003, foi oferecido o Minicurso "Alguns apontamentos sobre as relações infância/poder numa perspectiva foucaultiana", ministrado por Maria Isabel Edelweiss Bujes, pesquisadora membro do GT7. Já em 2004, o GT contou com dois Trabalhos Encomendados. "A infância entre a Filosofia e a Educação", por Walter Kohan; e "O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível", por João Francisco Duarte Júnior.

Um foco recorrente nessa primeira década esteve nas temáticas relativas a Linguagem(ns) e Alfabetização, abordados em Sessões Especiais em que o GT7 esteve como um dos proponentes. Em 2006, na 29ª Reunião Anual, o tema foi "Infância e espações educativos: questões de linguagem, comunicação e arte", com as pesquisadoras Solange Jobim e Souza, Cecília Maria Aldigueri Goulart e Luciana Gruppelli Loponte. Na 31ª Reunião Anual, em 2008, o tema foi "Interfaces na produção do conhecimento na escola: inclusão, alfabetização e saberes na educação infantil e fundamental", com as pesquisadoras Elsie Rockwell (México) e Maria Carmen Silveira Barbosa, sob a coordenação do pesquisador Elizeu Clementino de Souza. A pesquisadora Maria Carmen foi coordenadora do GT7, em período anterior. Já no ano de 2009, na 32ª Reunião Anual, o tema foi "Políticas de alfabetização e leitura no Brasil – entre o público e o privado: quais regulações?", composta pelos pesquisadores Max Butlen (França) e Alceu Ferraro, sob a coordenação de Edith Frigotto.

Cabe observar que, apesar do tema Alfabetização ser demandado para discussão no GT, o que resultou em proposições de Sessões Especiais, não se registra a apresentação de trabalhos no formato de comunicação e pôster. Tal fato se constituiu em uma questão que carecia ser problematizada para compreender por que seus membros traziam essa demanda, mas não submetiam pesquisas referentes a esse tema.

A Política de Educação esteve no debate e em muitos trabalhos do GT, além de ações junto à sociedade civil e o Estado. No ano de 2006, foram duas Sessões Especiais que o GT participou de sua proposição. Uma, "Financiamento da Educação Básica: desafios e perspectivas", foi composta pelos pesquisadores Nicholas Davies, José Marcelino Rezende Pinto, Júlio Romero Ferreira e Francisco das Chagas (representante da Secretaria de Educação Básica do MEC). A outra, com o título "Formação de professores de crianças de 0 a 10 anos: políticas e diretrizes", teve as pesquisadoras Sonia Kramer (Formação de professores na educação infantil e no ensino fundamental: alfabetização, letramento e os desafios de trabalhar com as diferenças), Bethânia Leite (Implicações da formação para a construção de novas identidades profissionais para docentes do Ensino Fundamental) e Helena Costa Lopes de Freitas (Formação de professores para a infância: desafios para os cursos de Pedagogia), sob a coordenação de Elizeu Clementino de Souza. Ressalta-se que Sonia Kramer esteve na coordenação do GT7 no ano de 1990.

O tema da política educacional foi abordado no Trabalho Encomendado de 2009, com o título "Usos e abusos da educação infantil obrigatória", apresentado pela pesquisadora Fúlvia Rosemberg, quando se tratava da antecipação da obrigatoriedade escolar. Apesar dos estudos produzidos, a escolaridade obrigatória a partir dos 4 anos de idade foi instituída pela Emenda Constitucional nº 59, de novembro do mesmo ano.

Como em década anteriores, o GT prosseguiu participando de diversas atividades vinculadas ao debate sobre a formulação das Políticas Públicas para a Educação Infantil, tendo colaborado na elaboração e discussão dos documentos nacionais como: Política Nacional de Educação Infantil: Pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à Educação (2006), Parâmetros Nacionais de Qualidade (2006), e Parâmetros de Infra-estrutura para as Instituições de Educação Infantil (2006).

A presença do GT se fez junto a outros organismos da sociedade civil, como os Fóruns de Educação Infantil e o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB na luta pela "Creche no Fundeb". Ainda no âmbito da interlocução do GT com movimentos sociais, desde 1999, nas Reuniões Anuais da Anped se têm sediado encontros do MIEIB.

A participação na formulação das políticas públicas para a pequena infância aconteceu também através de representação no Conselho de Educação Infantil, criado pelo governo federal, em 2005. Posteriormente, esse Conselho foi incorporado ao Comitê de Políticas de Educação Básica, no qual a ANPEd tinha um acento e o GT 07 atuava como suplente.

Em 2006, o GT participou do Simpósio Nacional de Educação Básica, organizado pela Anped com apoio da UnB, CNTE, ANFOPE, ANPAE, FORUMDIR, CEDES e SEB/MEC, que teve uma mesa com o tema "Educação Infantil: expansão e organização curricular", apresentado pela pesquisadora Silvia Helena Cruz, então coordenadora do GT.

Ainda no âmbito da colaboração na formulação de políticas educacionais, no ano de 2008, o Ministério da Educação fez um convite à Anped para participar do Encontro "Políticas Públicas e Educação Infantil no Campo", sendo representado por mim, então coordenadora do GT7, a pesquisadora Ligia Leão de Aquino. A educação das crianças de 0 a 6 anos do campo esteve presente em trabalhos apresentados em comunicações orais, entretanto, não foi tema demandado nas reuniões do GT, durante essas três décadas.

Por fim, dois Trabalhos Encomendados, nesse período, foram importantes para compreensão e reflexão sobre o campo da Educação da criança de 0 a 6 anos. O primeiro, no ano de 2007, quando da comemoração dos 30 anos de Anped, foi elaborado pela pesquisadora Eloísa Acires Candal Rocha, intitulado "A Educação Infantil em 30 anos de Anped: caminhos da pesquisa". O outro, "Os grupos de pesquisa sobre criança, infância e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações", foi apresentado pelos pesquisadores Luciano Mendes de Faria Filho, Isabel de Oliveira e Silva e Iza Rodrigues da Luz, trabalho que foi posteriormente publicado na Revista Brasileira de Educação. Desses pesquisadores, as três pesquisadoras são membros do GT, tendo Eloísa Rocha sido coordenadora nos anos de 2000-2001.

Bibliografia

CAMPOS, Maria Malta; KRAMER, Sonia; KISHIMOTO, Tizuko M.; ROCHA, Eloísa A. Candal; BUJES, Maria Isabel E. (org.). **O GT Educação da Criança de 0-6 anos**: alguns depoimentos sobre a trajetória. GT07. 25ª Reunião Anual da Anped, 2002. Disponível em http://www.anped.org.br/reunioes/25/te25.htm

CERISARA, Ana Beatriz. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no contexto das reformas. In **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 326-345. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FARIA, Ana Lúcia Goulart de e PALHARES, Marina (Org.). **Educação Infantil Pós-LDB**: rumos e desafios. Campinas/SP: Autores Associados/Editora da UFSCar/Editora da UFSC, 1999.

KISHIMOTO, Tisuko M. **Depoimento para o GT: Educação da criança de 0 a 6 anos**. GT07. 25ª Reunião Anual da Anped, 2002. Disponível em http://www.anped.org.br/reunioes/25/te25.htm.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação da criança de 0 a 6 anos na legislação – 1986. In _____ (org) **Creche**. Coleção Temas em destaque. São Paulo: Cortez, 1989. p. 236-251.

ROCHA, Eloísa Candal. **Um breve histórico do GT 7 – ANPEd**. Educação das crianças de 0-6 anos. Disponível em www.ced.ufsc.br/~nee0a6/histgt7.html

SILVA, Isabel Oliveira de; LUZ, Iza Rodrigues da; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Grupos de pesquisa sobre criança, infância e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações. In **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 43 jan./abr. 2010, p. 84-97. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbedu/a/d5PyScbX9w3qdBC8gVJMhFQ/?lang=pt&format=pdf

Educação de crianças de 0 a 6 anos no GT07 da Anped: percursos e demandas de pesquisa nos últimos 10 anos

Maria Fernanda Rezende Nunes
Edson Cordeiro dos Santos
Gabriela Scramingnon
Marina Castro e Souza

Começamos a elaborar esta revisão sobre os trabalhos apresentados no GT07 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil (Anped), referentes ao período de 2010-2019, em plena pandemia da Covid-19. Gizele Souza, em nome do Comitê Científico, da Coordenação do GT e da Comissão dos 40 Anos, fez o convite, que, inicialmente, parecia totalmente declinável – como realizar um trabalho de tal monta em meio a toda essa tristeza, que nos afeta imensamente? Para além do adoecimento e da morte de tantos – queridos, importantes e anônimos –, como se não bastasse, seguimos sendo, diariamente, frontalmente atingidos e agredidos pela perda de direitos e pela revelação de uma parcela da sociedade sobremaneira hipócrita, homofóbica, racista, machista e preconceituosa – adjetivos que se transmutam em substantivos de forma rápida e contundente –, que se tornou cada vez mais visível. Precisávamos pensar. E foi na corrente das condições adversas, que nos empurram para o lado oposto ao que estamos passando, que emergiu a vontade de aceitar o desafio: resistir. Olhar para trás e revisitar esses anos de interlocução privilegiada, dos estudos e das pesquisas sobre a Educação Infantil, pública e privada, como espaço de vida, de democracia, de desenvolvimento da alteridade, da convivência, enfim, dos encontros acontecidos no GT07 (Educação de Crianças de 0 a 6 anos) é um compromisso, ou um ato responsivo, de registrar e contribuir para um lugar que também nos forma.

O exercício de olhar para trás, de rever o que um dia já vimos, na perspectiva do que estamos vivendo hoje, ajuda-nos a fazer valerem as experiências pessoais e profissionais tecidas no diálogo com os estudos e pesquisas apresentados no GT, nas moções escritas a tantas mãos, na divulgação e na atenção aos temas urgentes, no movimento em torno do direito à educação. Rememorar é processo de criação, diz Benjamin (1987), está livre de permanecer imutável, mas é também e principalmente impulso para se pensar o futuro.

Rever esse tempo deu-nos motivo para querer seguir em frente, testar a verdade dos argumentos, fazendo essa opção conforme nosso capricho, nossa ilusão e nossa miopia, à luz da poesia do Drummond (2002). Assim, nós, integrantes do grupo de pesquisa Educação Infantil e políticas públicas/EIPP, esperamos que os possíveis "desvios" cometidos se justifiquem por trazer a possibilidade de se compreender o tempo do GT07 de maneira não linear e a Educação Infantil como uma escolha sempre presente.

Introdução

> A força da estrada do campo é uma se alguém anda por ela, outra se a sobrevoa de aeroplano. Assim também é a força de um texto, uma se alguém o lê, outra se o transcreve. Quem voa vê apenas como a estrada se insinua através da paisagem, e, para ele, ela se desenrola segundo as mesmas leis que o terreno em torno. Somente quem anda pela estrada experimenta algo de

> seu domínio e de como, daquela mesma região que, para o que voa, é apenas a planície desenrolada, ela faz sair a seu comando, a cada uma de suas voltas, distâncias, belvederes, clareiras, perspectivas, assim como o chamado do comandante faz sair soldados de uma fila.
>
> (Walter Benjamin, 1995).

Realizar o balanço de uma década de trabalhos do GT07 exigiu o movimento de nos debruçarmos sobre a produção existente; olhar de novo para o aparente conhecido; conversar com os textos; sobrevoar e descer em alguns momentos para percorrer com força o caminho da estrada andando, como nos ensina Benjamin (1995).

Com tal perspectiva, este estudo tem por objetivo realizar uma revisão dos caminhos do GT07 da Anped, nos últimos dez anos (da 33ª. à 39ª. reunião), do que compõe o repertório científico das Reuniões Nacionais, sistematizando tendências e demandas de pesquisa que, sem dúvida, expressam parte significativa da produção nacional.

Como estratégia metodológica, construiu-se um banco de dados, com a definição e a sistematização dos elementos que compõem a análise. A amostra reuniu os temas centrais das Reuniões e os 126 trabalhos apresentados, o que corresponde a 172 autorias, dentre as quais as de 21 pesquisadores que tiveram mais de uma apresentação na Anped. Com o intuito de apresentar a colaboração do GT, também informamos, no quadro 1, o número de pôsteres, trabalhos encomendados, minicursos e sessões especiais.

Quadro 01 – Repertório científico do GT07 da Anped, 2010-2019

Reunião Anual	Minicursos	Trabalhos Aceitos	Pôsteres	Sessões Especiais	Trabalhos Encomendados
33ª.	1	17	4	2	0
34ª.	1	15	0	1	1
35ª.	0	18	4	0	0
36ª.	0	12	4	2	1
37ª.	1	28	8	1	1
38ª.	0	17	4	3	0
39ª.	1	19	8	3	3
Total	4	126	32	12	6

Fonte: Elaboração própria, com base na produção do GT07 da Anped.

Considerando a amplitude da produção, foi preciso fazer escolhas. Neste sentido, o estudo se debruçou nos temas centrais das Reuniões, nos 126 trabalhos apresentados no GT07 e nas referências bibliográficas citadas nos artigos.

A análise do material foi organizada a partir de dois encaminhamentos. O primeiro, classificado como "sobrevoo pela produção do GT07", possibilitou o mapeamento das diferentes modalidades de comunicação científica na Anped, para definição do escopo encomendado. Assim, além de contextualizar os temas centrais das reuniões correspondentes ao período de 2010 a 2019, optamos por analisar os trabalhos apresentados, tendo em vista o fato de que se encontram disponíveis no *site* da Associação. Realizamos, ainda, um refinamento das mais de 3 mil referências bibliográficas utilizadas nos trabalhos, sintetizado em um quadro com os autores citados, buscando identificar aqueles que influenciaram as pesquisas da área nos últimos 10 anos.

O segundo encaminhamento – que, inspirados em Benjamin (1995), nomeamos como "andança", mapeou os 126 trabalhos, organizados por reunião, autoria, título, resumos, textos na íntegra (Anexo I). As leituras indicaram aproximações e distanciamentos, possibilitando organizá-los em categorias: (1) Trabalhos que indagam sobre concepções de infância; (2) Trabalhos que indagam sobre políticas na/da Educação Infantil; (3) Trabalhos que indagam sobre a docência na Educação Infantil; (4) Trabalhos que indagam sobre o cotidiano da Educação Infantil; (5) Trabalhos que indagam sobre bebês e (6) Trabalhos que indagam sobre o lugar das diferenças.

Tal processo de categorização permitiu atravessamentos, num movimento de agrupá-los, compondo distintas coleções. O encaminhamento metodológico, portanto, aproximou o exercício realizado do conceito de coleção de Benjamin (1987). Na obra do autor, o colecionador, diante de sua coleção, é capaz de perceber cada detalhe do objeto, sua história, a quem pertenceu, formando uma "enciclopédia mágica". Assim, a análise das coleções caminhou na intenção de buscar alguma ordem na desordem, dando a conhecer os temas escolhidos e as questões que movimentaram o estudo.

Este é o trabalho do pesquisador, que, ao "escavar" o passado, não deve se contentar apenas com o trazer as informações à superfície, mas também com o assinalar, no terreno de hoje, o lugar onde se encontram seus achados (BENJAMIN, 1987). Escavando a produção, indagações foram postas para o estudo: Que demandas sociais o GT07 tem acompanhado ao longo desses 10 anos? Que temas são recorrentes ou ausentes? Há debates que merecem maior investimento de estudo? Há fragilidades observadas no campo de produção relativo à educação das crianças de zero a seis anos? Que concepções estão asseguradas, consolidadas, ao longo desses 10 anos?

Diante das questões apresentadas, convidamos os leitores que obedeçam "ao movimento de seu eu no livre reino aéreo do devaneio" (BENJAMIN, 1995, p. 16) na leitura do texto, cujo primeiro item discute dimensões da política educacional no Brasil na relação com os temas centrais das Reuniões Anuais e apresenta um panorama das referências bibliográficas que fundamentaram os trabalhos do GT07 nos últimos 10 anos. Seu segundo item discorre sobre as categorias construídas a partir de aproximações e distanciamentos que constituem as coleções. As considerações finais identificam indícios para uma agenda de trabalho do GT nos próximos anos.

I - Panorama dos contextos, conjunturas e referenciais de pesquisa nos anos 2010-2019

Este item tem como objetivo trazer os **temas centrais** definidos pela Anped, analisando como a política educacional foi se constituindo no Brasil, a partir dos temas privilegiados nas Reuniões Anuais, aqui tratados como enunciados, acontecimentos, no sentido atribuído por Bakhtin (1997), segundo o qual cada um não é nem o primeiro nem o último, pois, no fluxo da interação verbal, constitui uma réplica a outros enunciados.

São muitos os atores que compõem a Anped e essa cadeia de narrativas que se fazem (ou não) na agenda de cada encontro, produzem diferentes diálogos e disputam sentidos, principalmente na arena da política educacional. Assim, os temas centrais, na expressão de diversos atores, trazem uma narrativa, por meio de discursos, documentos oficiais, informes, pautas que podem gerar movimentos e desdobramentos em diversos cenários, tanto nacional como estadual e, mais especificamente, municipal, das características da política de acesso à Educação Infantil. Nesse sentido, retomamos os caminhos trilhados pela Associação, que, em grande medida, traduzem o contexto da construção da política educacional brasileira.

A **33ª. Reunião Anual** (Caxambu/MG, 2010), com o tema "Educação no Brasil: o balanço de uma década", induziu as avaliações, a socialização e a discussão de pesquisas realizadas no Brasil e em outros países sobre as questões educativas contemporâneas. Gaudêncio Frigotto proferiu a palestra de abertura. Os sistemas educativos, na gestão governamental de Lula (2003 a 2010), passavam por muitas transformações, tais como, em 2008, o estabelecimento, pela LDB, do dever do Estado de garantir vagas às crianças de até 4 anos de idade em escolas públicas próximas às suas residências (BRASIL, 2008b); além disso, no currículo, foram acrescentados a obrigatoriedade das aulas de música (BRASIL, 2008c), o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena, bem como as disciplinas de filosofia e sociologia em todas as séries do ensino médio (BRASIL, 2008a), entre outras mudanças. No mesmo ano, a conquista da lei do piso salarial foi um marco importante, pela luta histórica da categoria (BRASIL, 2008d). A Emenda Constitucional nº. 59/2009 (BRASIL, 2009a) tornou obrigatória e gratuita a educação básica dos 4 aos 17 anos de idade, assegurando o direito aos que não tiveram acesso na idade adequada. As audiências públicas, fóruns em defesa da educação, comissões e espaços de articulação constituíram um aporte fundamental, com a presença significativa das universidades públicas.

Na **34ª. Reunião Anual** (Natal/RN, 2011), o tema escolhido foi "Educação e justiça social", reafirmando as profundas desigualdades econômicas, sociais, de gênero e de raça, entre outras, marcantes no Brasil, e a conferência de abertura foi proferida pela socióloga Agnès Van Zanten. Nesse contexto, ressalta-se que o I Plano Nacional de Educação estava no final e a discussão sobre o novo PNE apenas se iniciava, com o envio da proposta pelo Governo Federal ao Congresso no final de 2010. Segundo Souza (2019, p. 15) a Anped se destaca no conjunto das demais associações científicas pelo exercício "democrático de construir as pautas com base na prática social, na dinâmica da sociedade e nas relações de forças que se estabelecem entre coletivos da sociedade, Estado e governos."

Já a **35ª. Reunião Anual** (Porto de Galinhas/PE, 2012) balizou-se no tema "Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: o Brasil do Século XXI", abordado pelo conferencista José de Souza Martins (USP), que expressa a educação como "política pública social, que também deve contribuir para reduzir as desigualdades que marcam o país em um contexto de grande diversidade, no qual a cultura, pensada em sentido plural, deve ser respeitada." A temática também leva à necessária discussão sobre os vínculos que a educação tem com as políticas econômicas e os projetos de desenvolvimento em disputa na sociedade.

A **36ª. Reunião Anual** (Goiânia/GO, 2013) teve como eixo o debate sobre "Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais", tendo como conferencista convidado o filósofo e educador Dermeval Saviani, que reúne elementos teóricos e históricos para auxiliar na sua compreensão, advertindo sobre a necessidade de se "reverter a tendência hoje em curso de diluir as responsabilidades educativas do poder público transferindo-as para iniciativas de filantropia e de voluntariado. Com efeito, tal tendência configura um retrocesso diante das conquistas do Estado moderno." (SAVIANI, 2010, p. 385). A partir dessa Reunião, conforme deliberação da Assembleia da 35ª. Reunião, os encontros deixaram de ser anuais, passando a se realizar a cada dois anos, intercalados por reuniões regionais.

Em sintonia – e dando continuidade à anterior –, a **37ª. Reunião Anual** (Florianópolis/SC, 2015) discutiu o tema "Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira", partindo do II PNE (BRASIL, 2014), aprovado, de acordo com Cury (2017), com vistas a um inédito sistema nacional de educação, respondendo ao anseio de muitos educadores, que viam em tal sistema o aumento do asseguramento e da garantia do direito à educação. A conferência de abertura contou com o Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado (UFG), que ocupava assento na Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Como desafio, colocava-se a sustentabilidade financeira do Plano e a proposta da utilização em educação do recurso referente aos 10% do PIB, em dois tempos – cláusula constitucional –, condição de possibilidade para sucesso do PNE.

A **38ª. Reunião Nacional** (São Luís/MA, 2017) já evidenciava um contexto político adverso, a partir do tema "Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência". Nesse sentido, a assembleia trouxe a

pesquisadora e ministra do governo Dilma Rousseff Nilma Lino Gomes como conferencista, que discorreu sobre os desafios para pesquisa, Educação e relações étnico-raciais a partir de um contexto de democracia e conquistas sociais em retrocesso. Para ela, "se a democracia está em risco, todos que lutamos por direitos e justiça social também estamos."[1] O golpe parlamentar-judicial impetrado contra a Presidente Dilma Roussef, colocando um *novo* governo no poder no ano de 2016, anuncia a desconstrução de direitos sociais com uma série de propostas que inviabilizam o financiamento das políticas públicas, como, por exemplo, a aprovação da Emenda Constitucional nº. 95/2016, que congela por 20 anos os gastos públicos, que só terão reajustes pela inflação do ano anterior (BRASIL, 2016). No ano da Reunião Anual, apesar da mobilização e das críticas, foi aprovada a Lei nº. 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que alterou a LDB e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola e definindo uma nova organização curricular, contemplando uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a oferta de diferentes possibilidades de escolha, pelos estudantes, de itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Em 2018, observou-se a aprovação do documento final da BNCC (BRASIL, 2018). Ressalta-se que a discussão da Base não se deu de forma pacífica. Ao contrário, foram muitos manifestos e discussões, organizados por vários GTs da Associação e por demais movimentos sociais.

Na **39ª. Reunião Anual** (Niterói/RJ, 2019), em uma conjuntura marcada pela eleição de 2018, o tema escolhido foi "Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências", trazendo a defesa do direito à educação, à escola pública, à pesquisa crítica, rigorosa e comprometida com a justiça social e com a democracia, dentro de um contexto de ataques à educação, à ciência e à cultura, principalmente. Boaventura de Sousa Santos foi o conferencista da abertura do encontro, que testemunhou a assinatura de um acordo entre a Associação e a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), por ele idealizado, trazendo a defesa de uma educação descolonizada. O sociólogo afirmou que a educação é sempre a área mais atacada por governos autoritários, mas que alguns de seus princípios já não podem mais ser retirados, mesmo com cortes.

Temos, assim, que a educação, entre outros direitos, é ratificada como direito social fundamental e que o regime de colaboração requer como estratégias, entre outras, uma ampla reforma tributária que contribua para a afirmação da autonomia dos governos de estados e municípios e, ao mesmo tempo, não prescinda do papel de coordenação nacional da União. Observamos, ainda, que a qualidade da educação não é conquistada de forma automática, pois faz parte de uma luta permanente na sociedade e no interior dos próprios sistemas de ensino, já que, a qualquer tempo, conquistas consolidadas podem sofrer reveses nas diferentes conjunturas, que são dinâmicas e não ocorrem como em uma linha reta: têm altos e baixos, idas e vindas, avanços e retrocessos. E, como adverte Cury (2018), por vezes (e diríamos quase sempre), a via da democratização da educação se choca com os defensores de uma modernização conservadora que, para aprofundá-la, limitam as possibilidades de um país mais igualitário e justo.

Em relação às bibliografias utilizadas nos artigos publicados pelo GT07, o principal desafio foi identificar as recorrências de autores, nacionais e estrangeiros, nas pesquisas apresentadas. Para tanto, como opção metodológica, procedeu-se à construção de um banco de dados das referências utilizadas em cada trabalho, ano de apresentação no GT e autor(as/es). Entende-se que essa ferramenta permite verificar objetivamente as recorrências e – a partir do tratamento de dados primários consolidados pelas referências bibliográficas utilizadas nos artigos – potencializa outros estudos, como análise documental e revisão de literatura. Inicialmente, tomamos como base a organização dos 126 trabalhos do GT07 em uma planilha, contendo *links* para o acesso ao trabalho completo no *site* da Anped (Anexo I). O banco de dados contou com 3.073 autores/referências. No quadro 2 são apresentados os/as autores/as mais citados/as no conjunto dos trabalhos.

1 - Cf.: **Entrevista com Nilma Lino Gomes (UFMG)**. Conferência de Abertura da 38ª. Reunião Nacional da Anped. 11/9/2017. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/entrevista-com-nilma-lino-gomes-ufmg-conferencia-de-abertura-da-38a-reuniao-nacional-da-anped>. Acesso em: 29/jul./2021.

Quadro 02 – Relação das/os 20 autoras/es mais citados/as nos artigos do GT 07 da Anped (2010-2019)

Autoras/es	Nº. de Citações
BRASIL	266
Manuel Jacinto SARMENTO	54
Sonia KRAMER	52
William A. CORSARO	51
Mikhail BAKHTIN	39
Maria Malta CAMPOS	36
Lev Semenovich VIGOTSKI	36
Fúlvia ROSEMBERG	35
Maria Carmem Silveira BARBOSA	29
Michel FOUCAULT	26
Walter BENJAMIN	25
Gilles BROUGÈRE	24
Gilles DELEUZE	24
Eloisa AciresCandal ROCHA	24
Maria Manuela FERREIRA	23
Moyses KUHLMANN JR.	23
Patrícia CORSINO	21
Ana Lúcia Goulart de FARIA	20
Paulo FREIRE	18
Henri WALLON	18

Fonte: Elaboração própria, com base nas bibliografias dos trabalhos.

Segundo o entendimento de política pública como um conjunto de medidas e decisões que guiam e/ou definem ações de Estado, as Reuniões da Anped se transformam em importantes espaços de discussão e apresentação dos seus efeitos, a partir dos estudos. É possível constatar que a referência mais citada é "Brasil", identificada pela lei jurídica no sentido estrito e no sentido amplo, que tem alguma relação com a política para crianças de zero a seis anos. Das 266 citações, 95 referem-se à Lei Jurídica no sentido estrito, sobretudo à Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). As demais 171 citações relacionam-se aos documentos, decretos, parâmetros, diretrizes, indicadores, portarias, resoluções etc., com firme presença do Referencial curricular nacional para a (BRASIL, 1998), dos Parâmetros básicos

de infraestrutura para instituições de educação infantil (BRASIL, 2006) e das Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009).

O segundo autor com mais recorrência é o sociólogo Manuel Sarmento, que traz a importância do campo da Sociologia da Infância para as pesquisas desenvolvidas no país. De acordo com Delgado e Müller (2005, p. 351), "o campo da sociologia da infância tem ocupado um espaço por propor o importante desafio teórico-metodológico de considerar as crianças atores sociais plenos." As autoras destacam que trazer as crianças como atores sociais tem sua origem no debate acerca dos conceitos de socialização no campo da sociologia. Entretanto, os pressupostos de Corsaro (2011), com 51 referências, asseveram que a perspectiva sociológica deve considerar, além das adaptações e internalizações dos processos de socialização, os processos de apropriação, reinvenção e reprodução realizados pelas crianças: "Essa visão de socialização considera a importância do coletivo: como as crianças negociam, compartilham e criam culturas com os adultos e com seus pares. Isso significa negar o conceito de criança como receptáculo passivo das doutrinas dos adultos." (JAMES; PROUT, 1997[2] *apud* DELGADO; MÜLLER, 2005, p. 351). Além de Sarmento e Corsaro, podemos acrescentar os artigos de Ferreira, presentes em 23 trabalhos, também no campo da Sociologia da Infância.

Várias pesquisadoras brasileiras se destacam na elaboração dos trabalhos publicados pelo GT07 no período, tais como: Kramer, Campos, Rosemberg, Barbosa, Rocha, Corsino e Faria. As referidas autoras trazem grandes contribuições na área da educação, especialmente na Educação Infantil. Todas são parte do GT – constituíram a sua história e influenciam a trajetória dos estudos e pesquisas –, atuando como coordenadoras, integrantes do comitê científico e até da direção/presidência da Anped. Kuhlmann Jr. é citado quando a pesquisa trata da história da educação e da infância e Freire oferece embasamento às relações dialógicas.

No que tange aos autores estrangeiros, tem-se a presença significativa de Bakhtin, em temas relacionados, principalmente, ao ato ético, à linguagem, à interação; Foucault, no que se refere à regulação dos corpos, normalidades, autonomia, autoidentidade; Benjamin, sobre os conceitos de história, memória, experiência, brinquedos; Brougère, presente nas concepções sobre jogo, brincadeira, cultura lúdica; e Deleuze, citado em artigos que abordam as temáticas do devir-criança, imagem e tempo e diferença e repetição, entre outros. A área da psicologia é também presente, com Vygotsky, em trabalhos que versam sobre os processos de interação, brincadeira, desenvolvimento psíquico, imaginação, criação, pensamento e linguagem, e Wallon, em artigos que abordam questões sobre evolução psicológica, pertencimento, desenvolvimento da linguagem e expressões das emoções.

As referências recorrentes indicam a participação desses autores no âmbito da política, induzindo demandas, atuando diretamente no GT e influenciando outras pesquisas, no período estudado.

II - Percepções e indagações que emergem da produção do GT07 nos anos 2010-2019

Com Benjamin, no movimento de ler e apontar caminhos, buscamos o exercício de deixar emergir sentidos, colocando o presente em crítica. O filósofo, com suas reflexões antidogmáticas, aponta ferramentas para olhar esse levantamento, ao afirmar que o passado precisa ser visitado e observado a partir do encontro com o presente e que, em tais andanças, se propõem novas indagações.

2 -JAMES, A.; PROUT, A. A new paradigm for the sociology of childhood?: provenance, promise and problems. *In*: JAMES, A.; PROUT, A. **Constructing and reconstructing childhood**. London: Falmer, 1997.

Trabalhos que indagam sobre concepções de infância

As pesquisas no campo da Educação Infantil têm produzido narrativas sobre a infância como categoria social e da história humana; como período da história que todas as pessoas experimentam de forma singular. Além desses aspectos, reconhecem a capacidade de brincar, imaginar, fantasiar, inventar das crianças. Localizar e analisar os trabalhos que se dedicam a pensar a concepção de infância é também refletir sobre os desafios da Educação Infantil, a complexidade das relações com as crianças na contemporaneidade, bem como os caminhos necessários para a construção de políticas públicas e práticas sensíveis à infância. Quais são os discursos sobre infância que pontuam as produções científicas no âmbito do GT07 da Anped nos últimos 10 anos? Quais compreensões sobre as infâncias têm marcado a formação e a prática docente, as relações entre adultos e crianças? De acordo com Dahlberg, Moss e Pence (2006, p. 63-64), o nosso entendimento de criança e de infância é produtivo, ou seja, "determina as instituições que proporcionamos às crianças e o trabalho pedagógico que adultos e crianças realizam nessas instituições."

Além de afetarem o microcosmo da Educação Infantil, essas concepções participam da elaboração e da implementação das políticas públicas destinadas às crianças pequenas. Silva (2011/34ª., p. 8)[3] aponta, a partir de um estudo sobre o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que a infância é compreendida como lugar das crianças, mas também do cidadão como "titular dos direitos individuais concedidos pelo Estado." Assim, a criança é tomada como ser capaz, porta-voz dos seus direitos e desejos. De acordo com a autora, mesmo assumindo um entendimento atualizado de infância como construção social e que as crianças constroem esse mundo ao lado dos adultos, é importante problematizar o posicionamento ético-político sobre a infância do documento, que toma os modos de agir e de pensar do adulto como referência, não abrindo espaço para a alteridade nas relações entre adultos e crianças.

Siqueira (2012/35ª.) realiza levantamento sobre as concepções de infância e criança, nos campos da Educação e da Psicologia, a partir de 10 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, e sinaliza que essas concepções são forjadas pelo aparato jurídico-legal, sendo insuficiente sua apreensão deslocada da história materialmente determinada e tornando-se necessário "discutir a infância como um tempo social que é histórico e que se refaz ao longo da vida" (SIQUEIRA, 2012/35ª., p. 5); que traz marcas ideológicas que indicam projetos, intenções, direções. O autor aponta que muitos estudos tomam as concepções de criança e infância sem precisão, de forma justaposta, indicando que o caminho mais profícuo seria o da interdependência. Os trabalhos científicos parecem não trazer uma conceituação clara e específica das condições de vida das crianças e uma caracterização do seu tempo.

Numa tentativa de aproximação da educação da infância de classes populares, Peloso e Paula (2010/33ª.) trazem o filósofo Paulo Freire, que considerava que compreender as crianças, especialmente aquelas que tinham suas humanidades negadas, é abrir caminhos para a construção de relações autênticas com o mundo, uma possibilidade de ação/transformação da sociedade. Pensar as culturas infantis em contextos desiguais também foi o objetivo de Arenhart (2013/36ª.), tomando a categoria classe social como fator de diferenças intrageracionais e como promotora de desigualdades. A autora observa que o pertencimento geracional é atravessado por marcadores sociais que resultam em experiências infantis heterogêneas, plurais, desiguais, mas também unas, marcadas por encontros. Como conclusão, a autora critica uma visão essencialista em relação aos conceitos de infância, de reprodução interpretativa, de agência, de cultura de pares, de brincadeira, sendo importante a superação de "velhas dicotomias que vem construindo o campo sociológico como ação e estrutura, adultos e crianças, natureza e cultura, geral e particular, geração e classe/etnia/gênero, se faz muito profícua, devendo ser perseguida em nossos estudos." (ARENHART, 2013/36ª., p. 14).

Leite (2019/39ª., p. 1) reflete sobre infância, devir-criança e Educação Infantil, a partir da produção de imagens num contexto de Educação Infantil, com crianças e professoras, que implica pensar nos "modos de fazer com a criança, pela criança e para a criança." O autor traz uma crítica à noção de desenvolvimento que toma o adulto como referência, como ponto de chegada, e a criança como ser em falta. Assim como Leite (2019/39ª.), Medeiros (2012/35ª.) opera com

3 - As produções analisadas são aqui identificadas com o ano e a categoria ordinal da Reunião Anual da Anped em que foram apresentadas. Seus títulos e referências estão relacionadas no Anexo 1.

a noção de devir-criança como encontro, acontecimento, potência que irrompe e altera as relações, a vida; a partir de uma pesquisa que teve a finalidade de realizar uma cartografia no território da infância num Centro Municipal de Educação Infantil.

Trabalhos, com um viés filosófico, trazem uma reflexão crítica sobre as conceituações das infâncias de forma generalizada. Berle (2013/36ª.) indica que a infância é um momento de aprendizagens fundantes, marcada por um modo de narrar e dizer o mundo singular, um tempo de experiência de linguagem. O artigo traz uma crítica a um discurso que "crê numa unidade do bom, do normal, do belo, do natural, da criança, da infância, da educação, da linguagem." (BERLE, 2013/36ª., p. 3). Essa perspectiva desconsidera a potência humana das crianças de narrar e inventar.

As pesquisas no campo da Educação Infantil, ao mesmo tempo em que produzem conhecimentos no encontro com os contextos sociais, também forjam compreensões sobre as infâncias, numa arena de conflitos e tensões em que se confrontam múltiplos discursos sobre infância e ser criança. Neste sentido, o estudo realizado por Andrade (2011/34ª.) destaca como as crianças se constituem no interior dos aparatos culturais de seu tempo, analisando a formação da infância para o consumo na publicidade da Revista Veja. De acordo com a autora, "a publicidade tem contribuído produtivamente para o delineamento de uma das características mais marcantes da infância contemporânea: a emergência de uma infância para o consumo." (ANDRADE, 2011/34ª., p. 3).

Numa perspectiva crítica, é problemática a compreensão que passa por uma definição única, a-histórica, fechada sobre infância, uma criança essencializada, já que muitas infâncias e crianças são produzidas historicamente. Assim, a forma como narramos as crianças têm relação direta com o modo como se constituem.

Trabalhos que indagam sobre as políticas na/ da Educação Infantil

Nesta categoria, o movimento é o de reagrupar os trabalhos pelas indagações que envolvem a política na/da Educação Infantil, naquilo que os aproximam e no que os distanciam; conhecer as hipóteses formuladas no presente, vinculadas às conquistas e aos desafios do passado, forjando a educação das crianças. As análises procuram traçar o contorno de influência entre a teoria e o que contexto pesquisado, entre o cotidiano das escolas de Educação Infantil e o que foi, um dia, concebido para e por elas.

Para a reflexão sobre os desafios da Educação de crianças de zero a seis anos, onde se cruzam problemas e soluções para a formulação e a implementação das políticas, vale atentar às considerações de Souza, quando aborda as variáveis desse processo:

> Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

Quais são as narrativas das pesquisas sobre a política de Educação Infantil (análises, soluções e decisões) e que desafios trazem para o contexto atual ou, como levanta a autora, utilizando-se da frase de um dos fundadores da área de políticas públicas e da psicologia política, H. Lasswell (1984)[4], quem ganha o que, por que e que diferença faz?

Centrada numa perspectiva "macro" e "meso", a maioria dos estudos apresentados se ancora nos dispositivos legais, programas e ações governamentais e suas influências na ampliação, na oferta e na qualidade da Educação Infantil e nas instâncias intermediárias (secretarias de educação e conselhos municipais de educação). Ademais, contou-se com

4 - LASSWELL, Howard Dwight. **Política**: quem ganha o que, quando, como. Brasília, DF, UNB, 1984.

pesquisas referentes ao papel dos movimentos sociais, dos órgãos reguladores e do terceiro setor, buscando compreender como a totalidade se desvenda na particularidade, nos documentos oficiais (BENJAMIN, 1987), como as políticas ecoam nas práticas e, dialeticamente, como as práticas informam (ou podem informar) as políticas.

A complexidade da política de cuidados e educação da primeira infância revela uma situação ambígua para as creches e pré-escolas nas políticas de Educação Infantil, nos trabalhos da última década. Corsino e Nunes (2010/33ª.) abordam parte dos resultados de um estudo comparativo entre países que optaram pela integração entre educação e cuidado na primeira infância e países que não fizeram esta opção. A grande consequência da integração de creches e pré-escolas à educação foi a afirmação da Educação Infantil como direito das crianças e responsabilidade do Estado. Contudo, a orientação de uma política residualista para as creches, presente em muitos municípios (espaço físico, profissionais contratados, convênios com o terceiro setor etc.), nos interroga sobre essa integração e se esse processo faz parte da lógica da política de Estado, na qual o mercado regula a oferta.

Essa indagação tem ecos em muitos estudos apresentados no GT na última década. Scramingnon (2011/34ª.), por exemplo, aponta a cisão da creche e da pré-escola na rede de ensino do município do Rio de Janeiro, observada em relação aos espaços destinados às atividades desenvolvidas com as crianças; à estrutura e ao funcionamento dos estabelecimentos; e aos profissionais de todo o quadro que compõe a equipe das instituições. As investigações de Leite Filho (2010/33ª.) e de Pereira e Silveira (2017/38ª.) também trazem a ambivalência do lugar da infância e da Educação Infantil nas políticas públicas. Baseado na historiografia da Educação Infantil, no período de 1950/1960, a pesquisa de Leite Filho (2010/33ª.) demonstra que o que predominou foi a concepção de que assistir a infância significava educar a família, sendo o programa Clube de Mães a ação de maior importância da Campanha Educativa do Ministério da Educação à época.

As decorrências dos programas governamentais nas políticas municipais foram também centrais nas apresentações. As lentes de Pereira e Silveira (2017/38ª.) trazem a relevância de uma ação focal para impulsionar a expansão de matrículas em creche das crianças mais pobres e os resultados do Programa Brasil Carinhoso para relacionar esta ação às políticas de Educação Infantil. Mororó e Carvalho (2019/39ª.), que discutem o Proinfância na região Nordeste, e Souza (2012/35ª.), que traz luz ao programa de formação Proinfantil, no Rio de Janeiro, são outras evidências. Os resultados dos trabalhos mostram a força e a capilaridade de programas realizados pelo governo federal, tanto inaugurando centros de referência voltados para atender às crianças de zero a seis anos quanto implementando uma política de formação para qualificar e habilitar os professores leigos, construindo uma rede de formação com as universidades públicas que, conforme atesta Castro e Souza (2012/35ª.), afeta sobremaneira a construção de uma identidade profissional, subsumida por uma trajetória escolar interrompida.

Os efeitos da obrigatoriedade de matrícula na pré-escola e a relação entre frequência à Educação Infantil e longevidade escolar foram temas que ajudaram o GT a construir novas hipóteses. A pesquisa de Damiani (2010/33ª.) indicou que a frequência à creche não apresentou associação com a longevidade escolar, ao contrário da frequência à pré-escola. Mesmo controlando o efeito da renda familiar, os que frequentaram a pré-escola apresentaram 2,2 vezes mais chances de atingir longevidade escolar do que aqueles que não o fizeram. Já Falciano e Nunes (2019/39ª.) concluíram que a obrigatoriedade de matrícula a partir de quatro anos, por si só, não alterou a trajetória de expansão ou redução de matrículas. Além disso, sobre o impacto da obrigatoriedade da pré-escola na creche, o estudo revela que a creche não sofreu efeitos negativos nos municípios e no período estudado.

A década de 2000 apresentou uma série de transformações no campo da Educação Infantil, oferecendo novas preocupações para a pesquisa. Tais preocupações se referem ao atendimento educacional dos bebês e crianças de um a três anos (que passam a ter maior visibilidade com a redução da faixa etária da pré-escola) e questões relativas à alfabetização, além da demanda de correção dos diferentes instrumentos de coleta para o acompanhamento e a avaliação do ingresso e da permanência escolar.

Kramer, Corsino e Nunes (2011/34ª.), com vistas a diagnosticar a gestão da educação pública dos municípios, voltada para crianças de 0 a 6 anos, realizam um mapeamento da Educação Infantil num intervalo de 10 anos – comparados dados colhidos em 1999 e 2009. As análises dos dados obtidos levam em conta que as configurações existentes resultam da experiência, do contexto histórico e político dos municípios, das relações com o estado, o Governo Federal e a sociedade civil. Nessa mesma direção está situada a pesquisa de Corrêa (2015/37ª.), desenvolvida em 12 municípios de um estado do sudeste, que traz importantes indicativos sobre a estreita relação entre os padrões de qualidade e os arranjos de gestão. Barbosa e Barros (2011/34ª.) e R. Silva (2010/33ª.) também buscam compreender a Educação Infantil, no que diz respeito à cobertura do atendimento à organização e ao funcionamento dos sistemas de ensino e à pungente focalização no Ensino Fundamental.

No caso dos estudos apresentados por Pinto (2017/38ª.) e Mota (2019/39ª.), não foi a organização dos sistemas de ensino ou mesmo a capacidade estatal para a expansão do atendimento o cerne do trabalho. É interessante notar que a pergunta guia se referiu aos alcances de controle da ação municipal e de autonomia docente, no que concerne à proposta curricular para a Educação Infantil. Na mesma direção, a pesquisa realizada por Resende e Machado (2012/35ª.) em uma instituição de atendimento noturno discute a prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social e mostra que pensar sobre a educação da infância empobrecida requer um diálogo intenso e que os profissionais tomem para si o compromisso com a emancipação e com a transformação social.

A participação de atores não estatais em rede potencializa o poder de influência, ao mesmo tempo em que racionaliza as escolhas políticas nos processos decisórios, segundo as conclusões apresentadas por Silva (2015/37ª.). Assim, a presença do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib) não é uma surpresa. Isto porque, em todas as reuniões anuais dessa década, o Movimento se fez presente nas *Reuniões de Entidades*, agendadas na programação da Anped. Aliás, um dos primeiros encontros de articulação do Mieib deu-se em Caxambu, em 1999. O trabalho de Nunes (2010/33ª.) faz jus a essa história e aponta para o fato de que o Mieib deu nova visibilidade à Educação Infantil, superando uma velha tradição de considerá-la uma política periférica da educação, a despeito de aferir, pelo levantamento das reuniões anuais, a inexistência de articulação com outras experiências populares de luta pela defesa de direitos. No mesmo sentido, Canavieira (2012/35ª.) mostra que a luta pela educação da infância permaneceu nos fóruns estaduais, nas Instituições de Ensino Superior, na rede de creches e no Mieib.

O terceiro setor e o conceito de capacidade estatal foram trazidos em algumas pesquisas (FLORES, 2015/37ª.; TRIPODI, 2017/38ª.; CAMPOS e BARBOSA, 2017/38ª.) que indagam a permeabilidade do Estado em relação a esses atores e a tendência dos conveniamentos: política de Estado? Também a Base Nacional Comum Curricular e suas conexões com a racionalidade neoliberal – que, segundo Mota (2019/39ª.), levantam novas formas de fazer viver os bebês, as crianças e os adultos que as educam – podem impactar sobremaneira as atuais políticas públicas educacionais.

É importante ressaltar o estudo de Flores (2015/37ª.) sobre o impacto positivo da ação do Tribunal de Contas na consecução da Meta 1 e a consequente ampliação de vagas para a Educação Infantil.

Nesse movimento de categorização, situamos as pesquisas sobre avaliação *da* e *na* Educação Infantil na categoria "Trabalhos que indagam sobre as políticas na/da Educação Infantil" pelo entendimento de que o processo de avaliação não está restrito à aprendizagem, diz respeito às dimensões políticas, deve ser coerente com uma concepção de avaliação formativa que considere a diversidade dos espaços e dos atores, envolvendo o desenvolvimento institucional e o profissional, articulado com indicadores de qualidade, o que demanda políticas coerentes e consistentes para a infância.

O tema da avaliação tem ocupado a agenda política da Educação Infantil, como pode ser observado no PNE (2014-2024), no documento *Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação* (BRASIL, 2012), na inclusão da Educação Infantil no Saeb (BRASIL, 2021). Diferentes propostas disputam compreensões sobre qualidade, avaliação e Educação Infantil, como observa Pimenta (2017/38ª.), em pesquisa que analisou ações municipais de avaliação da Educação Infantil, a respeito da predominância de modelos avaliativos com ênfase no desenvolvimento/aprendizagem das crianças, mesmo que façam parte de indicadores voltados às condições da oferta.

Na mesma direção, Louzada (2017/38ª.) analisa as concepções de avaliação presentes nos cadernos pedagógicos elaborados para a pré-escola pública do município do Rio de Janeiro, destacando o caráter preparatório para o Ensino Fundamental e a preocupação com o desempenho escolar dos materiais elaborados pela SME/Rio de Janeiro; impasse que não se restringe à dimensão técnica, mas diz respeito à dimensão política da avaliação. Neves (2012/35ª.) também analisa a tendência das avaliações voltadas ao desempenho das crianças através da experiência do teste ASQ-3 (*Ages and Stages Questionnaires*), utilizado como instrumento avaliativo que se distancia das escolhas políticas brasileiras – a avaliação como prática dialógica, como uma experiência formativa que permite que professores e alunos ressignifiquem as práticas cotidianas.

Em relação aos trabalhos que tomam a ação avaliativa dos professores, encontramos duas pesquisas – Machado (2010/33ª.) analisa os registros pedagógicos para discutir as formas de organização do trabalho docente, observando que essas ferramentas necessitam de maior investimento para se tornarem um instrumento reflexivo e crítico; Marques (2015/37ª.) também tem como foco o registro das práticas e o modo como a documentação vem sendo construída no cotidiano do trabalho pedagógico para a Educação Infantil, buscando perceber a relação entre a avaliação e a construção de uma pedagogia para a infância.

As pesquisas indicam um fortalecimento da compreensão de que as crianças não podem ser avaliadas isoladamente e de que os investimentos na Educação Infantil afetam as condições de aprendizagem e desenvolvimento das crianças pequenas. Também são reafirmadas as especificidades da avaliação na creche e na pré-escola, seu caráter dialógico, de experiência formativa. A Educação Infantil, na busca por qualidade, deveria possuir indicadores claros, que englobem insumos, processos e resultados, buscando instaurar um caminho participativo, democrático e inclusivo. Preocupa o contexto brasileiro de desarticulação de políticas tão caras para o campo da infância. Num momento de perda de direitos, de retrocessos, será que as conquistas históricas poderão funcionar como contrapalavra? (BAKHTIN, 1997).

Trabalhos que indagam sobre a docência na Educação infantil

Para onde vamos com a educação das crianças na Educação Infantil? Perdemos a capacidade de ser dialógicos, de estar abertos para a interlocução? Com o objetivo de refletir sobre a docência e a formação dos profissionais de Educação Infantil, apresentamos, a seguir, as provocações encontradas nos trabalhos submetidos e aceitos pelo GT, nos últimos 10 anos. Como se constitui a docência? Para que e para quem contribui a formação? Ao currículo, à elaboração de propostas pedagógicas, às crianças e aos seus direitos, à garantia da qualidade do trabalho, à avaliação ou aos próprios profissionais? Formação inicial, continuada, em serviço ou permanente são termos amplamente utilizados, por vezes como sinônimos ou como formas de diferenciação da natureza do trabalho desenvolvido. Estes pontos guiam as análises e reflexões aqui trazidas, na busca de pistas para novas investigações, para formulações de subsídios mais positivos e proposições.

Entende-se que formação é processo e, por isso, o sujeito-professor ocupa o lugar do fazer-se/desfazer-se contínuo, autor de um diálogo constante entre teoria e prática. Tal perspectiva aponta para a inesgotabilidade da formação, pois, à medida que agimos, interferimos na própria ação e somos por ela afetados. Por isso, são necessárias condições para a busca de elaborações teóricas que expliquem os efeitos e significados da interação e da interlocução – entre formadores e professores, professores e crianças e entre as crianças –, de modo a possibilitar uma compreensão mais ampla de nós mesmos e outras maneiras de influir na realidade. Pensar a formação significa considerar o sujeito-professor em sua constituição identitária, ou seja, refletir a respeito dos seus processos de apropriação de saberes, de suas relações com as crianças, de seus dilemas, de suas conquistas e de sua história. (CÔCO, 2010/33ª.).

Muitas práticas observadas nas creches, pré-escolas e escolas mostraram repetição de ações sem reflexão. Saber qual visão de mundo nos orienta e o que significa diante do contexto pode levar-nos a não repetir padrões, mas a formar, transformar, criar. Bakhtin (1988) ajuda a conferir um acabamento a esse processo de ressignificação, advertindo que

> A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro. É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato de dois polos opostos. (BAKHTIN, 1988, p. 137).

Percebe-se que, em algumas vezes, a transposição de fundamentos teóricos para orientações curriculares é intencional; em outras, resulta da circularidade da cultura, nos termos de Ginzburg (1995) ou no modo como interatuam a ideologia do cotidiano e os sistemas ideológicos, na concepção de Bakhtin (1988): "ideias e conceitos aprendidos aliam-se à experiência do professor, mesclam-se a textos ou partes de textos, combinam-se a informações de publicações de divulgação educacional e muitas vezes acabam sofrendo severos equívocos teórico-metodológicos." (NUNES; KRAMER, 2011, p. 78). Entretanto, em sua pesquisa, Alves (2015/37ª.) sinaliza que, embora seja forte a ideia de que a Educação Infantil é espaço preparatório, é possível perceber que as professoras estão mais atentas às crianças, buscando construir práticas que valorizem sua palavra e suas diferentes produções. Há a preocupação de que interajam com textos escritos, registrem experiências e aprendizagens por meio de diferentes formas de linguagem. E tal ação só é possível a partir de trocas entre as professoras, para que haja a reflexão sobre a prática, num processo de reconstrução e validação dos saberes docentes (GIRÃO; BRANDÃO, 2012/35ª.).

Kishimoto (2002), há duas décadas, já apontava a falta de especificidade da formação docente para atuar com crianças pequenas. Neste sentido, Santos e Nascimento (2010/33ª), ao tratarem dessa especificidade, interrogam: cuidado ou educação no trabalho educativo da creche? Da mesma forma, Gatti (2012), em estudo sobre como o tema da formação é tratado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (período de 1998/2011), indica poucos avanços e inovações nos cursos de formação inicial e continuada, apontando a definição do perfil do profissional que se deseja formar como um dos desafios que se impõem às políticas. Segundo a autora,

> Um dos artigos aborda especificamente o trabalho docente do professor formador de professores, aquele que, no ensino superior, trabalha nas licenciaturas (ANDRÉ *et al.*, 2010). A pesquisa relatada mostrou que as novas características dos estudantes nas licenciaturas e os contornos de algumas políticas educacionais e de situações nas instituições formadoras evidenciam a necessidade mais que urgente da reestruturação dos modelos formativos aí desenvolvidos. (GATTI, 2012, p. 435).

Algumas pistas podem ser encontradas no ensaio de Guedes, Ferreira e Lage (2019/39ª.), que indica o espaço formativo como ambiente de compartilhamento de experiências – pessoais e profissionais. Fomentar a "reflexividade sensível" promove o exercício da docência em cumplicidade com a infância. Outra pista advém do trabalho de Drumond (2015/37ª.), que destaca a importância de os cursos de Pedagogia reverem seus projetos pedagógicos, de modo a construir percursos formativos diferenciados, valorizando uma pedagogia da escuta e uma pedagogia descolonizadora, pois as crianças não separam saber e experiência; assim, espera-se que elas possam brincar, descobrir, inventar e criar.

As questões relativas à identidade profissional – docência feminina e homem na docência – foram relevantes nos estudos que tratam da invisibilidade social e da respeitabilidade do tema (BATISTA; ROCHA, 2015/37ª.; SOUSA, 2015/37ª.; SÁ BRANT, 2017/38ª.). Há uma interdição na esfera da macropolítica – que busca homogeneizar as diferenças e universalizar formas de ser e viver – que, certamente, incide no fazer docente e no cotidiano das crianças. A ideia do amor à profissão e da identificação com as crianças como eixo central do trabalho está presente nos resultados de pesquisa, tanto em relação à docência quanto à coordenação pedagógica, que poderia cumprir um papel de enfrentamento à alienação e à hierarquização do trabalho educativo (ALVES, 2011/34ª.; PEREIRA, 2015/37ª.).

Compreende-se a necessidade de projetar propostas de formação de professores onde a arte atravesse os conhecimentos sensível e inteligível do mundo, construindo um caminho de formação estética, pois resultados mostram que as experiências estéticas mobilizam o sujeito por inteiro, exigindo sua cognição, ação e emoção (CORRÊA, 2019/39ª.). Para romper com o automatismo e a repetição de práticas engessadas, a formação de professores também precisa se

humanizar, incluindo as histórias e as experiências de cada professor; ela precisa ser marcada pelas muitas vozes que a compõem, abrindo espaço para o diálogo, para a formação cultural, tornando o professor responsável e responsivo, capaz de estabelecer relações dialógicas e autênticas com as crianças. (PENA, 2015/37ª.).

A presença de várias categorias profissionais na ação direta com as crianças exige definição das funções de cada categoria e a expansão do corpo profissional vem deixando de lado a atenção a este dilema, perpetuando desigualdades no campo profissional (BUSS-SIMÃO, 2015/37ª.). Assim, ressalta-se que a formação continuada precisa investir na formação de quadros, articulando-se com uma reflexão crítica das proposições presentes nas políticas educacionais de configuração do trabalho dos profissionais no campo da Educação Infantil (CÔCO, 2010/33ª.; NOGUEIRA; ALMEIDA, 2012/35ª.).

Por fim, outra importante reflexão trazida por Guimarães, Arenhart e Santos (2019/39ª., p. 6), no diálogo com as professoras, refere-se à pesquisa-formação como metodologia de intervenção, uma vez que esta ajuda a "abrir um canal que incite a pergunta [...] que retire o professor do isolamento e o coloque em diálogo com seus pares no reconhecimento de seus saberes." O termo "atencionalidade pedagógica" – observação atenta e intencional –, cunhado pelas autoras, contribui para enfrentar "a inércia do pensamento e a solidão dos afetos" (GUIMARÃES; ARENHART; SANTOS, 2019/39ª., p. 7), instiga no professor a atitude de atenção a si. Tomando as emoções como tema, Santos (2012/35ª.) analisa o lugar dos choros das crianças nas práticas de coordenadoras pedagógicas sendo a formação uma oportunidade para a construção de outras intervenções e diálogos com as expressões das crianças.

Trabalhos que indagam sobre o cotidiano da Educação Infantil

O lugar assegurado à Educação Infantil pela legislação traz questionamentos sobre as práticas exercidas nas creches e pré-escolas. A possibilidade de trabalhar com a criança pequena nos leva a pensar sobre a natureza desse trabalho; ou seja, de se buscar o que é específico da Educação Infantil, a partir do respeito aos direitos das crianças, de seus modos de ser, pensar e conhecer o mundo. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009b), o ponto de partida para tal trabalho deverá se pautar nas experiências e nos saberes das crianças.

Que lugar e condições estão a criar espaços para as crianças nas instituições? O que tem norteado a prática pedagógica? A escuta das crianças, suas necessidades e interesses têm tido espaço no trabalho realizado com elas? Tais indagações direcionam a discussão proposta neste item, que busca dialogar com os avanços e desafios enfrentados em relação ao trabalho realizado com as crianças e com os que se colocam como mote para investigações que se propõem olhar para a sua educação.

Tal exercício apoia-se na compreensão de que, quando a ação pedagógica ocorre e se anuncia sem reflexão sobre si mesma, é possível constatar o que Benjamin (2002) já afirmara sobre a modernidade: ela produz sujeitos esvaziados de experiências que mereçam ser contadas. Práticas que repetem por repetir moldam pessoas para a manutenção da mesma modernidade que nos empobreceu de desejos, ousadia e narrativas.

Neste sentido, ainda é uma realidade a presença de um currículo da Educação Infantil que se organiza por datas comemorativas, construção ideológica produzida e mantida historicamente (MAIA, 2017/38ª.). A análise da proposta curricular – a partir do olhar para o cotidiano ou dos movimentos de produção no âmbito das redes municipais – não pode se apartar das crianças, mas atentar às suas demandas, sejam elas em nível micro, meso ou macro, abarcando temáticas que se dão também no entrelaçamento entre essas diferentes instâncias responsáveis pela oferta da Educação Infantil, como, por exemplo, a possibilidade de construção de um projeto que olhe para a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (RIBEIRO, 2015/37ª.). Quais são as expectativas das crianças em relação a essa transição? O que elas têm a dizer? (CORREA; BUCCI, 2012/35ª.). Assim, vale indagar o que vem sendo contemplado e o que tem ficado de fora nos documentos que tratam da proposta curricular da Educação Infantil no âmbito dos

municípios. Uma pista em relação a essa questão advém do trabalho de Aquino e Menezes (2017/38ª.), que busca o lugar das crianças na análise de documentos que compõem a produção de conhecimento de uma creche universitária.

No contexto micro, que abarca o cotidiano das instituições, o conjunto de trabalhos apresentados no GT07 dá indicativos da importância de olharmos para o modo como as crianças vivenciam as experiências escolares; suas ações e reações diante da organização escolar; o que criam, produzem e reproduzem a partir da convivência diária com outras crianças e com os adultos. Neste sentido, afirmam a sua condição como sujeitos ativos, problematizando o contexto das práticas pedagógicas e seus reflexos na produção de culturas infantis.

Os resultados das investigações afirmam o lugar das crianças como sujeitos ativos no mundo, destacando sua capacidade de dar outros sentidos ao que é intencionalmente pensado pelos adultos, como, por exemplo, a construção e organização dos espaços de forma instrumentalizada (COSTA, 2010/33ª.). O olhar para as interações das crianças com o espaço e com os materiais e artefatos que compõem o trabalho cotidiano nas instituições, sejam eles os livros literários (C. SILVA, 2010/33ª.; M. SILVA, 2017/38ª.); as histórias em quadrinhos (SILVA, 2013/36ª.); a relação com a música (GALERA; SILVA, 2019/39ª.; FREITAS, 2015/37ª.); com as tecnologias móveis, como *laptop* e *tablet* (MULLER, 2015/37ª.), indica o cuidado para que as interações das crianças com esses elementos não sejam construídas a partir do ponto de vista do adulto, no caminho de uma prática escolarizante que objetiva formar para competências. Nessa direção, a partir das teorias de Rogoff e Bronfenbrenner a pesquisa de Senna (2012/35ª.) reafirma a importância de observar e analisar os diálogos realizados entre as crianças, das crianças com os adultos e das crianças e de seus contextos. A capacidade das crianças de criar, de fazer o novo no sempre igual (BENJAMIN, 1995) ainda parece pouco conhecida pelos docentes.

Entretanto, para além da ação planejada pelos adultos, as crianças mostram, especialmente na brincadeira, espaço de produção e reprodução de cultura, o que sabem, o que desejam saber, as desconstruções e construções que fazem a partir de significados que pareciam dados, oferecendo aos adultos interessados pelas pistas que dão novas formas de viver o cotidiano escolar. Enquanto brincam, produzem arte, por meio dos jogos protagonizados (LEANDRO, 2018/38ª.) e nos permitem compreender como se processa a relação entre cultura e subjetividade nas brincadeiras de faz de conta (TEIXEIRA, 2013/36ª.), possibilitando que nos aproximemos de suas compreensões a respeito de diferentes temáticas, como, por exemplo, as relações familiares como forma de abarcar os papéis que fazem parte da sua cultura e do seu meio social (MAYNART; HADDAD, 2012/35ª.). Neste sentido, pesquisas têm se dedicado a investigar como os processos culturais e subjetivos se processam no cotidiano da Educação Infantil, espaço considerado pela autora como terreno fértil para a produção e a vivência de culturas infantis com seus pares. Ao observar a brincadeira das crianças, Salgado (2010/33ª., p. 2) discute o "consumo e as relações de amizade como estratégias significativas para a formação de grupos e para neles se inserir como meio de participar das brincadeiras que acontecem na instituição educativa."

O espaço da brincadeira das crianças também pode ser visto como momento privilegiado de observação por parte dos professores, podendo ser estudado como elemento que pode oferecer pistas para o planejamento de tempos, espaços e materiais no cotidiano das instituições (TEIXEIRA, 2012/35ª.; BRAGAGNOLO; RIVERO; WAGNER, 2013/36ª.; RIVERO; ROCHA, 2017/38ª.) e para a compreensão do significado da brincadeira para as próprias crianças na cultura de pares (NEVES, 2011/34ª.). Neste sentido, está posto o desafio em relação aos profissionais da Educação Infantil de romper com um "olhar panorâmico" em direção às brincadeiras produzidas pelas crianças, aproximando-se delas, observando-as, entrando na brincadeira com elas. A pesquisa de Roure (2010/33ª.) destaca justamente o valor do brinquedo e de seu caráter rememorativo, repetitivo e elaborativo, questionando a ênfase em sua dimensão didático-pedagógica.

Diante dos resultados apontados pelos estudos, está o desafio de pensar a educação das crianças que frequentam creches e pré-escolas que fuja à escolarização precoce. "A forma escolar que temos produzido e reproduzido é uma forma criada na modernidade para capturar as subjetividades infantis e torná-las adaptadas ao mundo adulto." (RICHTER; BARBOSA, 2013/36ª., p. 14). Nesse sentido, o tema da leitura e da escrita na Educação Infantil toma um contorno de

grande relevância. Neves e Corsino (2017/38ª.) apontam que a produção acadêmica sobre leitura e escrita tem aumentado, em diferentes espaços de publicação, exceto na Anped que tem quantidade inalterada.

Nos diferentes contextos, para além de um cotidiano que busca a forma escolar, os estudos apontam dicotomias presentes no trabalho realizado com as crianças: "de um lado, temos o tempo cronometrado, medido, regulado pela opressão dos relógios dos adultos. De outro, temos o tempo sentido, percebido pelas crianças, a subjetividade, a experiência e o acontecimento, representantes do mundo vivido." (COSTA, 2019/39ª., p. 1). Assim como as diferentes compreensões de tempo, as experiências das crianças nas instituições indicam outras contradições: "Disciplina e autonomia se completam ou são opostas nas práticas educacionais? Em que momento as crianças passam de disciplinadas para autônomas ou são disciplinadas e autônomas?" (NASCIMENTO, 2011/34ª., p. 1).

Regras e dispositivos disciplinares hierárquicos aos quais as crianças se encontram submetidas são, potencialmente, constitutivos de suas subjetividades, mas o que o resultado dos estudos evidencia é que não são determinantes das suas ações, pois "as crianças, sujeitos sociais competentes, conseguem elaborar estratégias de resistência às normas e/ou negociá-las com os adultos e seus pares." (MACÊDO; DIAS, 2015/37ª, p. 1). O olhar para como as crianças vivenciam as experiências escolares, suas reações diante da organização escolar e o que criam a partir da convivência diária (ALMEIDA, 2011/34ª.) mostra-nos que, diante de constrangimentos e imposições, as crianças ora reproduzem, ora subvertem essa lógica e manifestam seus desejos (REBELO; BUSS-SIMÃO, 2017/38ª.). A centralização dos adultos gera uma ação por parte das crianças, que reflete sobre o que fazem e como constroem estratégias de resistência à ação coercitiva dos adultos.

As culturas infantis rompem com a ideia de que as crianças absorvem de forma passiva as realidades em que estão inseridas, mas atribuem significados ao mundo que as rodeia. O conceito de reprodução interpretativa de Corsaro (2011) é central nessa abordagem.

Assim, a observação das crianças no cotidiano escolar, para além da possibilidade de oferecer pistas para a construção de práticas que busquem o delicado exercício de traduzir a cultura da infância em cultura escolar (PELIZZONI, 2015/37ª.) mostra que o espaço da escola é vida e que seria um desperdício limitar as discussões apenas aos processos educacionais das crianças. Ouvi-las oportuniza conhecer suas compreensões a respeito do funcionamento do mundo, quando falam de morte, medo, dos passeios que fazem, da igreja, das famílias, de trabalho, entre outros. Assim, o convite que fazem é para que abandonemos as imagens produzidas nas propostas pedagógicas, preparadas antes mesmo da chegada delas, afirmando que "saíram da foto e entraram nas salas de aula." (FIORIO, 2010/33ª., p. 1).

A crítica apresentada pelos estudos que compõem essa categoria de análise chama atenção para o fato de que é preciso cuidado no cotidiano das creches e pré-escolas para que as crianças não sejam tiradas de cena em prol de uma prática que se distancie delas. Os resultados mostram o que acontece quando o que as crianças dizem é levado em conta.

Em relação aos estudos que têm como intuito dialogar com as crianças, Martins Filho (2010, 33ª., p. 1), ao realizar um balanço da década – 1999 a 2009 – de investigações com crianças, destacou, na época, a então recente preocupação dos pesquisadores em desenvolver metodologias de pesquisas "que levem o adulto a escutar o ponto de vista das crianças, ou ainda, que considerem as crianças como informantes e interlocutoras competentes para falarem de si mesmas durante a coleta dos dados."

O contato com a produção que corresponde a esse balanço, de 2010 a 2019, permite afirmar que houve um crescimento em relação à realização de investigações que se debrucem em ouvir o ponto de vista das crianças. Entretanto, vale destacar que um desafio que ainda precisamos enfrentar diz respeito ao cuidado de não perdemos as crianças de vista ao pesquisarmos as metodologias de trabalho desenvolvidas na Educação Infantil. É preciso estar atento ao risco que corremos de a criança, na condição de aluna, aparecer com mais força nas pesquisas, de forma que os componentes curriculares apaguem suas especificidades, transformando suas falas e produções como elementos de análise do processo de ensino e aprendizagem.

Este texto compreende que a qualidade do trabalho realizado com as crianças nas instituições assegura o direito à oferta de uma educação de qualidade. Entretanto, essa garantia não pode se furtar de ouvir o que os sujeitos que usufruem desse direito – as crianças – têm a nos dizer (TAVARES, 2015/37ª.). E, por mais que pareça difícil conversar com as crianças sobre seus direitos, os estudos mostram que elas dão conta disso com suas reivindicações e estratégias de resistência no cotidiano das instituições. Para além do que dizem com suas ações, são competentes também para o diálogo com os pesquisadores que tenham interesse em escutá-las.

Trabalhos que indagam sobre bebês

Este item parte da compreensão de que as concepções de bebês produzem realidades, afetam as políticas e as relações estabelecidas com os bebês, incluindo a creche como espaço de acolhimento, cuidado e educação, responsável por valorizar suas manifestações e singularidades – "os bebês possuem experiências de viver, conhecer, relacionam-se com os outros e com o mundo diferente das crianças de 4, 5, 6, 10 anos, ou dos adultos." (SALUTTO; NASCIMENTO, 2019, p. 19).

Pesquisas têm apontado a multiplicação dos estudos *sobre*, *com*, *para* os bebês na produção acadêmica. Santos (2010/33ª.) identifica, através da análise de um manual de puericultura, que saberes e poderes circulam e produzem na subjetivação materna e paterna a noção de crianças normais e saudáveis, a partir de um discurso biomédico especializado na infância. Com base nesse estudo, seria possível pensar na subjetivação das/os professoras/es, de como a prática docente com bebês é tensionada por esses discursos.

Para Abramowicz e Tebet (2013/36ª.), seria oportuno pensar o lugar do bebê de maneira independente nessa trama social. As autoras destacam a afirmação dos Estudos da Infância e da Criança numa perspectiva social que toma as crianças como sujeitos ativos nos processos de socialização. Contudo, alegam que os bebês ocupam um lugar periférico nesse debate, sendo necessário refletir sobre a condição de bebê de forma distinta da condição de criança, propondo os bebês como categoria analítica a partir da diferença e da singularidade.

> [...] A criança é um ser que, de algum modo, já foi individuado, apesar de "habitar" também na condição pré-individual, mas já constituiu para si uma identidade geracional, de gênero, de raça, de pertencimento familiar e de pertencimento a um grupo de amigos, enquanto o bebê é um ser ainda totalmente preenchido de uma condição pré-individual. (ABRAMOWICZ; TEBET, 2013/36ª., p. 12).

Encontramos um conjunto de trabalhos que se dedicam a pensar as relações sociais dos bebês no contexto da creche. Em tal sentido, Conceição e Fisher (2015/37ª.) reconhecem esse lugar da infância diverso, múltiplo que pode ser marcado pela conformação dos corpos, mas também como possibilidade de encontros. As pesquisadoras investigam o processo de institucionalização de bebês e crianças em creches, problematizando a cultura da creche, que se diferencia da escolar, com ênfase em três dimensões – o espaço e os objetos; a rotina da creche; a dimensão biológica dos bebês. Furtado (2015/37ª.) dialoga com essa discussão, ao observar contradições nas concepções de creche, a partir de levantamento em artigos na área da educação divulgados em revistas de prestígio, ressaltando ser a creche compreendida como espaço de cuidar e educar da criança pequena, mas também de guarda e proteção. A autora aponta para fragilidade das práticas pedagógicas, distantes do compromisso integral com o desenvolvimento da criança, a complementação da ação da família, a indissociabilidade de cuidar e educar.

Ainda sobre as relações dos bebês na creche, Coutinho (2013/36ª.) analisa situações cotidianas, tomando bebês de cinco meses a dois anos de idade como sujeitos sociais, como protagonistas, com o objetivo de identificar as marcas de ação social dos bebês, sendo as relações de pares e a utilização do olhar e do corpo o caminho relacional, a possibilidade de afetar o outro. Castro (2013, 36ª.) investiga os modos como os bebês constituem a linguagem no contexto coletivo. A partir de um referencial que toma a linguagem como social e dialógica, a autora indica que no encontro

com os pares, com os adultos, com os objetos, a linguagem vai ganhando forma e se aproximando da palavra. Nesse sentido, Ramos (2011/34ª.) assume que os bebês, mesmo sem a presença da linguagem oral, são seres ativos, capazes de apreender, compartilhar significados, participar e interferir nas práticas educativas. A mesma autora discute as expressões e os interesses de bebês (8 a 16 meses) na organização pedagógica na creche, enfatizando suas possibilidades não verbais. Ramos (2012/35ª.) afirma que habilidades sociocomunicativas dos bebês podem produzir uma parceria entre bebês e adultos. Delgado (2015/37ª.) também se debruça sobre as relações dos bebês, focalizando nos encontros com as crianças mais velhas, que resultam em relações de cuidado, preocupação, carinho e resoluções de conflitos. A pesquisa indica que as crianças cuidam umas das outras e que os conflitos compõem suas culturas de pares, que os bebês são capazes de ser relacionar com outros grupos de crianças, tensionando a separação das mesmas por faixa etária.

Todos os trabalhos reforçam a potência dos bebês, sua capacidade de ação sobre seus pares e os contextos, capazes de falar de si e do outro. Nessa direção, Simiano e Vasques (2011/34ª.) vão defender a importância de que a organização da creche dialogue com as singularidades dos bebês, potencializando suas experiências; levando em consideração as formas de ocupação e os sentidos produzidos entre bebês e adultos. E, para a construção de um trabalho de qualidade, é preciso considerar, como indica Reis (2013/36ª.), num estudo com crianças de dois anos de idade, o processo de inserção; é necessário aprender sobre a chegada na creche com as crianças e perceber como cada sujeito vivencia esse momento; e conhecer, ainda, as práticas de leitura *para* e *com* os bebês na creche, entendendo leitura literária "como lugar de relações, de brincadeiras, de produção de sentido de conhecimento de si e do outro, de constituição da subjetividade, de ampliação das experiências e, também, de imersão na cultura escrita." (MATTOS, 2013/36ª., p. 4).

Em relação à docência com bebês, perguntamos: será que, quando pensamos em educação, infância e figura do professor pensamos em estética? A estética está presente em nossas relações e em nossas vidas? Como se dá a relação entre arte e estética na Educação Infantil? Essas indagações de Guedes e Ferreira (2017/38ª.) permitem refletir sobre como o professor de bebês organiza sua prática e quais são os saberes que o constituem como profissional (DAGNONI, 2012/35ª.; RODRIGUES; RAMOS, 2019/39ª.; BUSS-SIMÃO, 2019/39ª.; RAZUK, 2019/39ª.; PAIVA, 2019/39ª.; GUIMARÃES; ARENHART; SANTOS, 2019/39ª.).

Os trabalhos buscaram trazer subsídios para uma discussão comprometida com a consolidação de práticas docentes para os bebês e as crianças pequenas. Outro ponto destacado nos estudos diz respeito à necessidade de as pesquisas nacionais se voltarem para o desenvolvimento da linguagem oral, em contraposição à ideia de que a roda de conversa é uma atividade que acaba por priorizar o controle dos corpos, em lugar do que seria, propriamente, o fomento às conversas, fantasias e curiosidades das crianças (PAIVA, 2019/39ª.). O termo atencionalidade pedagógica – observação atenta e intencional –, cunhado no trabalho de Guimarães, Arenhart e Santos (2019/39ª.), contribui para alargar o sentido pedagógico. Trazendo o aforismo de Benjamin (1987), sobre o quanto um acontecimento vivido é finito e o lembrado não tem limites, o estudo de Rodrigues (2019/39ª.) traz as narrativas das professoras como potencializadoras para se projetarem práticas leitoras significativas para os bebês, a fim de que possam viver e partilhar suas experiências. Alinhada com essa reflexão, Razuk (2019/39ª.) destaca a importância dos professores ao provocarem experiências dos bebês com a linguagem, permitindo a ampliação e a sofisticação dos enunciados, orais ou gestuais; mas também observou na pesquisa práticas que não possibilitavam o diálogo "enquanto caminho fecundo de entrada no universo simbólico da cultura e da fala enquanto um evento social." (RAZUK, 2019/39ª, p. 6).

A disponibilidade corporal foi outro aspecto levantado na docência com bebês (BUSS-SIMÃO, 2019/39ª.). Descobrir a escola no que ela ainda não é, fazendo dela tempo-espaço de experiências, acontecimentos inesperados e imprevisíveis (OLIVEIRA, 2012/35ª.). A área da Educação Infantil deve investir em estudos e pesquisas que subsidiem materialidades adequadas para uma relação educativa que privilegie tanto os bebês como também os adultos nas instituições de Educação Infantil. Além disso, parece ser importante o incremento do debate acadêmico a partir de um aporte teórico interdisciplinar (SALUTTO; NASCIMENTO, 2019), na busca de uma melhor definição da pessoa bebê e de suas demandas sociais e subjetivas. A ampliação do debate indica a entrada dos bebês na agenda da política e da pesquisa acadêmica, mas será que esse aumento significa novos caminhos teórico-práticos?

Trabalhos que indagam sobre o lugar das diferenças

Chama atenção a presença tímida de alguns temas, em relação à pesquisa em educação de forma mais abrangente: será que ainda não se encontram presentes de forma expressiva nas pesquisas sobre Educação Infantil e infâncias no interior dos programas de pós-graduação? Por que estudos acerca dessas temáticas não aparecem no GT07?

A partir dessas perguntas, este item se dedica aos trabalhos que se voltam a pensar sobre gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, infância indígena, família, educação inclusiva, infâncias e outros contextos. Parte-se de uma compreensão de infância como categoria social, uma categoria da história humana; e de criança como sujeito histórico e social, pertencente a uma classe social, além dos marcadores de diferença: gênero, sexualidade, territorialidade, raça e deficiência; inter-relações que atravessam as experiências das diferentes infâncias, construindo posições de privilégio e opressão (ABRAMOWICZ; VANDENBROECK, 2013).

Rocha (2008, p. 56), em análise sobre 30 anos de trajetória do GT07, aponta avanços importantes como, por exemplo, o fortalecimento de perspectivas que indicam a: "necessidade de maior atenção às manifestações das crianças e de sua cultura, marcadas por uma inserção concreta e histórica contingenciada pelas relações de classe social, gênero, etnia e raça." Entretanto, fica a indagação se o campo incorporou a preocupação de pensar as infâncias no entrecruzamento com esses marcadores mencionados acima.

A partir de pesquisa etnográfica, Buss-Simão (2012/35ª., p. 1) analisou formas, significações e vias de transmissão de elementos culturais e sociais que envolvem a dimensão corporal, entre as crianças pequenas, encontrando "a categoria gênero como sendo uma categoria central e constituidora de suas relações, interações e das suas possibilidades de ação social." Uma das conclusões é a de que a Educação Infantil ensina, modela tipos de pensamento e de ações em relação a si, aos outros e ao mundo, produzindo uma classificação e divisão das crianças em torno da categoria gênero. As crianças evidenciam o reforço de estereótipos, mas também a resistência. Nas suas interações foi possível observar variações dentro do mesmo gênero, indicando outras masculinidades e feminilidades. A pesquisa demonstra também que os estudos sobre gênero são ainda incipientes, assim como Santos e Silva (2019/39ª., p. 3), que afirmam que essa discussão tem "maior ressonância no âmbito dos estudos feministas do que na área de estudos e pesquisas sobre Educação Infantil", com aplicações teóricas diversas, indicando a complexidade da infância na contemporaneidade e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar.

Se metodologicamente existe um esforço de aproximação das crianças, Salgado, Mariano e Oliveira (2015/37ª.) sinalizam dificuldades dos adultos de lidar com a alteridade da criança, localizando a sexualidade infantil na ordem do risco e da prevenção. Os pesquisadores observaram imagens paradoxais: de um lado, a inocência da infância; de outro, a sexualidade como violador dessa sacralização. Apontam para o compartilhamento de referenciais simbólicos com o corpo entre adultos e crianças e para o fato de como a cultura do consumo desestabiliza a noção de infância pura, inocente. Dentro desse cenário, a escola interdita o tema da sexualidade, não reconhecendo a ação e os sentidos produzidos pelas crianças. Nessa linha, Carvalho (2015/37ª., p. 8) investiga as apropriações que as crianças fazem da sexualidade interdita pelos adultos, tomando as músicas, parlendas e informações partilhadas entre as crianças no cotidiano escolar "como um repertório reproduzido interpretativamente pelas crianças, podendo ou não ser tradicional e assumir a forma de um folclore. Ou seja, uma fala, gesto ou desenho gráfico compartilhado tradicionalmente." Salgado, Ferrarini e Luiz (2012/35ª., p.4), também buscam discutir as relações entre infância, corpo e gênero e apontam que as crianças "apropriam-se de discursos sobre o corpo e a beleza, disponibilizados, sobretudo, pelos mais diversos suportes midiáticos [...] transformando-os em valores e práticas que se traduzem em modos de ver-se, perceber o outro e com ele relacionar-se."

Ainda tratando sobre gênero e sexualidade, destacamos a ausência do debate sobre o machismo, ideologia que fortalece discursos e práticas que tomam as mulheres como supostamente inferiores, sendo relegado a elas um trabalho de menor importância – cuidar das crianças pequenas. Assim, observa-se que, mesmo com avanços, a Educação

Infantil é tomada com um espaço profissional "naturalmente" feminino, onde as mulheres seriam mais adequadas para o desempenho do trabalho pedagógico na creche e na pré-escola. A entrada de homens na Educação Infantil é marcada por construções sociais e culturais do masculino e feminino, sendo o cuidado demarcado e demarcador das experiências entre gêneros.

O atravessamento dos marcadores gênero e relações étnico-raciais foi encontrado em um dos trabalhos, que aposta na etnografia como caminho metodológico para dar visibilidade às expressões e interações das crianças. Gaudio (2015/37ª., p. 13) observa "que a dimensão étnico-racial esteve sempre associada aos aspectos corporais de gênero, desempenho, forma, cor e estatura." A autora identificou que a dimensão étnico-racial estrutura as relações entre as crianças, sendo possível observar estereótipos e preconceitos existentes no contexto social. Com destaque para as brincadeiras, foi possível identificar parâmetros que inferiorizam a população negra.

Sobre a categoria relações étnico-raciais, os textos revelam o pequeno número de pesquisas que investigam a presença da discriminação étnico-racial na Educação Infantil e sua influência na constituição subjetiva dos bebês e das crianças pequenas. Os seis trabalhos levantados são realizados em creches e pré-escolas, *lócus* privilegiado na construção da identidade da criança como negra, como afirma T. Silva (2017/38ª., p. 2): "desde a tenra idade elas percebem a diferença racial e a utilizam para julgar, categorizar e atribuir valor umas às outras." Amaral (2015/37ª., p. 2) aponta que "os estudos referentes à relação étnico-racial são centrados nos adultos, secundarizando a questão etária." Sobre a presença dessa discussão na Educação Infantil, Cruz (2015/37ª., p. 5) afirma: "as produções sobre discriminação na primeira infância com recorte racial são relativamente recentes no Brasil."

Já num movimento de considerar como as políticas reverberam no cotidiano institucional, Amaral (2015/37ª.) e T. Silva (2017/38ª.) analisam, a partir de uma etnografia em instituições públicas, como uma política educacional marca as experiências das crianças. O primeiro trabalho analisa em que medida a implementação de políticas educacionais, baseadas no artigo 26 da LDB, interferem nos processos de construção da identidade étnico-racial de crianças negras e brancas, encontrando resultados semelhantes a outros estudos: valorização da branquitude normativa, crianças negras expressaram seu desconforto em relação ao seu pertencimento étnico-racial; crianças brancas mostraram-se assertivas e autoconfiantes; crianças negras e brancas classificaram as bonecas negras como feias. Já o segundo trabalho discorre sobre autoidentificação racial num contexto escolar compromissado com uma educação antirracista, após a implementação da Lei nº. 10.639/2003, identificando a capacidade inventiva das crianças de realizarem a sua identificação racial de forma rica e multicolorida, usando termos próprios, que traziam proximidade com as categorias mais comuns, mas também perceberam que as crianças brancas desejavam ainda mais ser caracterizadas como brancas; já as pardas evidenciaram uma dificuldade na identificação (marrom, marronzinhas, caramelo), mostrando a necessidade do fortalecimento de referências negras.

Na mesma direção, Aquino e Cruz (2019/39ª.) se dedicaram a pesquisar outras possibilidades de percepção dos traços físicos característicos dos negros com crianças de três e quatro anos de idade, na creche. O estudo identificou que os traços negros receberam atribuições positivas e negativas por crianças diferentes, indicando que a possibilidade de diferenciação devido ao pertencimento étnico-racial e a qualificação estavam em desenvolvimento na maioria das crianças. A partir de referencial walloniano, apresentam o argumento de que as crianças pequenas "não têm tempo suficiente para produzir uma noção tão fixa e imutável como o preconceito" e continuam: "o que predomina no contato entre os sujeitos são eles próprios e não as imagens socialmente construídas sobre eles." (AQUINO; CRUZ, 2019/39ª., p. 1). O resultado desse trabalho dialoga com a pesquisa de Cruz (2015/37ª.), que mostra como as crianças percebem as diferenças físicas decorrentes da pertença étnico-racial e se lidam com discriminação. As crianças se mostraram pouco sensíveis às diferenças étnico-raciais, sendo uma hipótese a de que as experiências na creche não colaboram para a construção de uma visão negativa sobre o negro.

Apenas um trabalho foi construído a partir de uma experiência docente, que toma a escrita como dispositivo de pesquisa sobre o tema da diversidade e das diferenças étnico-raciais. Gonçalves (2019/39ª.) observa que crianças, de dois anos de idade, apresentavam dificuldades para reconhecer seus marcadores identitários afro-brasileiros. A partir de

um projeto, segundo a pesquisa, houve uma ampliação da visão das crianças sobre as diferenças, diversidade e respeito às especificidades. É importante destacar que não foram observadas expressões de preconceito e racismo entre as crianças, chamando atenção para os sentidos diversos que podem emergir em contextos diferentes.

A leitura dos trabalhos dessa categoria permite observar que as crianças pequenas, especialmente os bebês, ora tomam a cena como sujeitos que se constituem nas relações com expressões marcadas pelo entrecruzamento do seu pertencimento social, de gênero, territorial, racial, ou seja, constroem sentido sobre sua pertença racial de forma complexa, evidenciando sua capacidade de invenção e transgressão de modos relacionais muitas vezes cristalizados na sociedade contemporânea; ora aparecem dissociados da cultura racista pela sua pouca idade, como seres que se constituem apartados dos ritos, gestos, modelos estéticos e culturais, ações relacionais, políticas que produzem o racismo, por exemplo. É importante destacar que essa última compreensão foi menos evidente no levantamento.

Outro aspecto importante que precisa ser pensado dentro do tema das relações étnico-raciais é o lugar dos indígenas nas hierarquias sociais. De acordo com Peixoto (2017, p. 31): "Quando se trata de racismo, o indígena continua a ser afastado das análises de disparidades raciais", não sendo considerada a vulnerabilidade social desse grupo por muitos estudos. Ou os indígenas assumem um lugar de idealização que romantiza toda a história de opressão e exclusão ainda hoje vivida, ou experimentam uma inadequação por não responder a um corpo normativo padrão, por serem insuficientes, faltantes, possuidores de uma moral duvidosa.

No âmbito do GT07, Silva (2019/39ª.) realiza levantamento do lugar da criança indígena nas pesquisas em Educação e identifica um número pequeno e disperso de estudos, com ênfase em discussões sobre a educação escolar. O autor observou uma tendência crescente de aproximação à Antropologia da criança. Mesmo assim, são poucos os trabalhos que refletem sobre o lugar das crianças no plano político, religioso e cosmológico.

Alinhada com essa premissa, Tiriba (2011/34ª.) realiza um estudo que busca entender as demandas por Educação Infantil, dando ênfase para as transições experimentadas pelas crianças indígenas entre os espaços familiares e comunitários e a escola. Evidencia experiências cotidianas e práticas pedagógicas fragmentadas que comprometem os processos de transição, além de uma infraestrutura marcada pela precariedade e a ausência de formação para os profissionais em serviço. O texto termina apontando a importância de que os gestores públicos assumam a responsabilidade de pensar os direitos, as especificidades e as necessidades da infância indígena, tomando as crianças como seres da cultura e da natureza.

O direito à participação das crianças em espaços de vida compartilhada é um eixo das pesquisadas apresentadas no GT07. Contudo o tema da inclusão das crianças com deficiência é praticamente inexistente. Foi encontrada uma pesquisa que trata de acessibilidade em parques infantis em seis escolas municipais do Estado de São Paulo (CORRÊA; MANZINI, 2010/33ª.). As análises realizadas, no diálogo com documentos brasileiros e pesquisas que tratam da temática, identificaram a inexistência de equipamentos adaptados para as crianças com deficiências, resultando em considerações importantes para os gestores públicos. Pensar na reformulação do espaço é garantir o direito de crianças e adultos com deficiências à apropriação dos espaços, a experiências de qualidade, à construção de um sentimento de pertencimento à escola. Entretanto, o tema da inclusão não se encerra na acessibilidade.

Pesquisas indicam a presença do modelo biomédico como referência principal na discussão da educação inclusiva (NUERNBERG, 2019) e apontam a importância de uma perspectiva crítica para pensar a educação inclusiva, escancarando a exclusão, os preconceitos e a opressão social experimentada pelas crianças pequenas. Além de pensar a inclusão das crianças, é preciso refletir sobre a inclusão das famílias, historicamente apartadas nas relações experimentadas na creche e na pré-escola. O levantamento identifica apenas dois trabalhos que se dedicam ao tema da relação entre família e Educação Infantil (MARTINS, 2011/34ª.; CASANOVA, 2011/34ª.). A centralidade das famílias não é novidade nas diferentes reflexões que pensam a escola, sendo uma premissa encontrada em documentos mandatórios e orientadores para o trabalho educativo da creche e da pré-escola (BRASIL, 1996; 2009b). A compreensão de que família e escola partilham a responsabilidade de educar e cuidar das crianças pequenas está difundida, o que não significa

que a participação e o direito das famílias estejam garantidos. De acordo com os dois trabalhos, é pequeno o número de pesquisas que têm a finalidade de se aproximar das perspectivas das famílias sobre o processo experimentado com seus filhos na creche e na pré-escola, ausência também identificada no percurso do GT. Um ponto de encontro nesses dois trabalhos é a identificação da distância das famílias das instituições de Educação Infantil na construção coletiva do trabalho pedagógico.

Outra questão que merece ser discutida é o lugar das mães nessas produções. São as mulheres, na maioria as mães, as interlocutoras nas pesquisas. Os textos, em diferentes momentos de suas análises, fazem menção às mães exclusivamente, sem problematizar a ausência dos homens e de como o ato de cuidar tem sido destinado às mulheres, não havendo uma articulação com as discussões de gênero e do cuidado como ética.

Analisamos, ainda, pesquisas que pensam a infância em outros contextos. Nessa categoria, encontramos os textos de Nazario (2015/37ª.), que trata dos modos de ser criança num contexto de acolhimento institucional, e Gonçalves e Aquino (2019/39ª.), que refletem sobre a participação das crianças e os sentidos de infância no Movimento de Crianças Sem Terrinha. O estudo de Lansky (2013/36ª.) aponta que o planejamento dos espaços urbanos requer atenção específica de estudiosos e pesquisadores às especificidades das crianças. Oliveira (2015/37ª.), ao investigar a participação infantil na organização dos espaços urbanos, especificamente dos espaços das favelas e morros do Rio de Janeiro, também destaca a importância de políticas públicas que possam beneficiar as crianças pequenas. Para Souza e Araújo (2017/38ª.), mesmo que invisibilizadas, as crianças são produtoras e partícipes da obra urbanística. O levantamento indica que as pesquisas com crianças estão situadas predominantemente no contexto escolar, espaço assumido como legítimo das crianças. Mas quais são os outros lugares sociais em que as crianças transitam, dialogam, brincam, inventam?

Como conclusão, destacamos que o esforço desse item foi o de levantar perguntas para o campo: quais temas e questões ainda não estão na pauta das pesquisas? O que essas ausências indicam? Nossa pretensão não foi responder, mas suscitar reflexões e pistas sobre a possível invisibilidade das crianças e de suas infâncias. O campo evidencia avanços importantes no reconhecimento da criança como sujeito histórico-social, cidadão de direito, produzido e produtor de cultura, que se constitui em contextos diversos. Entretanto, é preciso assumir os diferentes atravessamentos que marcam a experiências infantis como categorias analíticas no âmbito de pesquisas comprometidas com as crianças e suas condições de vida.

Considerações Finais

> Tudo isso para que Marco Polo pudesse explicar ou imaginar explicar ou ser imaginado explicando ou finalmente conseguir explicar a si mesmo que aquilo que ele procurava estava diante de si, e, mesmo que se tratasse do passado, era um passado que mudava à medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto. Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos.
> (*Ítalo* Calvino, 1994).

Com o espírito do narrador *Marco Polo*, e vislumbrando nos leitores "olhos e ouvidos" do imperador *Kublai Kahn*, exploramos os trabalhos apresentados no GT07, na última década (2010-2019), sabendo o quão inútil é apenas inventariá-los e que, portanto, outras relações podem ser feitas pelos leitores.

O impulso da escrita foi a compreensão de que os sentidos dados à pesquisa são fruto de um tempo histórico e que desarticular a tríade pesquisa, ciência e vida torna a experiência atrofiada e a narrativa vazia de significados. Com Calvino, podemos refletir, a partir do relato de Marco Polo a *Kublai Khan*, sobre a importância da palavra "boa", aquela que abre a narrativa para múltiplos sentidos e interpretações, vivos de história e de experiência, que permitem o perfi-

lar do tempo. O conselho de Marco Polo ao imperador é que de uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. Resposta que não informa, mas que abre o diálogo para outras conjecturas. A cidade, tal como a narrativa, "não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas [...] (CALVINO, 1994, p.14).

A atrofia da narrativa e da experiência, pela impossibilidade de lembrar e contar o entrecruzamento da história, na busca do futuro, aliena o sujeito da sua capacidade de se perceber como produtor de história. Por isso, nós reconhecemos parte dessa história – junto com os autores do GT, que nos desafiam a ser pertencentes e pesquisadores em Educação Infantil –, que brota e se enraíza numa extensa coletividade. Esperamos ter seguido o conselho e que novas interpretações e formulações para as crianças – indícios no que ainda não era e que passou a ser – sejam concretizadas.

O percurso analítico assumido na escrita deste estudo permite tecer, mesmo que de forma provisória, conclusões, sugestões de pesquisas futuras e proposições para as políticas e para as práticas, um recorte de uma realidade social complexa e multifacetada. As pesquisas, apresentadas no âmbito do GT07, mostram-se sensíveis às demandas sociais e históricas das crianças pequenas, produzindo indagações sobre diferentes discursos que tensionam reflexões sobre infância e ser criança, políticas públicas, docência na Educação Infantil, o cotidiano do trabalho nas creches e pré-escolas, entre outros temas.

Nesse movimento, identificamos o predomínio de narrativas sobre a infância como tempo de direitos (ROCHA, 2008). Ainda precisamos caminhar em direção a uma Educação Infantil de qualidade; ao compromisso com o desenvolvimento integral das crianças; à noção de que a base da ação educativa na creche e na pré-escola são as interações e a brincadeira; à recusa de uma escolarização precoce. O estudo possibilitou conhecer contradições no exame amiúde de algumas discussões, como, por exemplo, a brincadeira marcada por um caráter instrumental, com a finalidade de ensinar algo; ou o desenvolvimento infantil, numa perspectiva de evolução. Também parece se configurar como um limite a presença tímida de algumas discussões que não acompanham a produção científica do campo da educação de forma mais abrangente, indicando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e contingenciada pelas relações com a infância na contemporaneidade.

Em relação às metodologias, destacamos a forte presença de pesquisas que apostam no encontro com as crianças, com destaque para a ampliação significativa das pesquisas *sobre*, *com* e *para* os bebês. Contudo, são poucos os trabalhos que pensam as diferentes infâncias em contextos diversos. No caso dos bebês, chamam atenção procedimentos de pesquisa que parecem não dialogar com sua singularidade, suas formas específicas de expressar, perceber e sentir.

Assim como a ampliação de pesquisas que pensam os bebês, algumas temáticas saíram da ausência para ganhar presença importante, como a discussão da avaliação da/na Educação Infantil. No entanto, observa-se a ausência de alguns temas, no interior do GT, que não acompanham o debate político e social, como é o caso das discussões relacionadas ao trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil.

O balanço da década – atravessada nos últimos meses pela pandemia da Covid-19 – apresenta avanços, conquistas, mudanças, mas também desafios e impasses postos para o campo destinado ao estudo da educação das crianças. A velocidade com que as políticas educacionais são formuladas traz indicativos de questões que precisam de visibilidade por parte dos pesquisadores nos próximos anos. Dentre elas, destacamos: (i) as repercussões da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2018); (ii) o lançamento em abril de 2019 da Política Nacional de Alfabetização, que inclui a Educação Infantil; (iii) A proposta do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD 2019 – com a possibilidade de material didático na Educação Infantil; (iv) as possíveis compreensões do Programa de Parceria de Investimentos (PPI – 2019); (v) o Projeto de Lei em tramitação que prevê restrições aos homens que atuam com as crianças nas creches e pré-escolas; (vi) o Projeto de Lei que busca regulamentar o *Homeschooling*, capitaneado pelo Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos; (vii) a aprovação, em 2019, da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica; (viii) a inclusão da Educação Infantil no Sistema de Avaliação da

Educação Básica (Saeb); (ix) a criação da PL 1648/2019, que institui a política de *voucher* para a creche, investimento no setor privado em detrimento do público.

Por fim, o reconhecimento da Pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020 teve como consequência o "fechamento" físico das escolas para o acesso dos estudantes a partir no mês de março de 2020, com um prazo inicial de 15 dias, que se converteram em um tempo difícil de determinar na maioria dos municípios brasileiros. De acordo com Santos, Oliveira e Coelho (2020), as desigualdades entre os municípios ficaram muito evidentes, mesmo em regiões geográficas próximas que passam por um contexto semelhante. Tal cenário inédito escancarou fragilidades e merece ser problematizado, a fim de que as políticas implementadas nesse período não reforcem desigualdades educacionais, ao invés de mitigá-las, colocando as crianças e suas diferentes infâncias como centro do debate das políticas e práticas, especialmente nesse contexto de caos social marcado pela morte, pelo abandono, pelo desemprego, sentido brutalmente pelos grupos sociais mais vulneráveis, que precisam de espaços de escuta, fala, brincadeira, cuidado, oportunidades para a elaboração e construção de formas culturais de viver a dor e o sofrimento. Assim, na direção da produção do conhecimento, do posicionamento político, da atuação no compartilhamento de notas públicas, do convite ao debate que, por hora, vem sendo feito de forma virtual, o GT07 tem sido incansavelmente presente na luta em defesa dos direitos das crianças. No desejo de que nossa luta retorne em breve ao formato presencial, seguimos sem largar as mãos. Anped Presente!

Referências

ABRAMOWICZ, A.; VANDENBROECK, M. **Educação Infantil e diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

ANDRADE, C. D. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

ANDRÉ, M. E. D. A. de *et al*. O trabalho docente do professor formador no contexto atual das reformas e das mudanças no mundo contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 227, p. 122-143, jan./abr. 2010.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, São Paulo, Hucitec, 1988.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior).

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Traduzido por Paulo Sérgio

Rouanet. (Obras Escolhidas; v. I). São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas II**. Rua de mão única. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução de Marcus Vinícius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.

BRASIL. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. **Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº. 9.394, [...] de 1996, [...] para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". 2008a.

BRASIL. **Lei nº. 11.700, de 13 de junho de 2008**. Acrescenta [...] Lei nº. 9.394, [...] de 1996, [...], para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade. 2008b.

BRASIL. **Lei nº. 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei nº. 9.394, d[...], para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. 2008c.

BRASIL. **Lei nº. 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta [...] Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. 2008d.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009**. [...] prever a obrigatoriedade do ensino de 4 a 17 anos [...]. 2009a.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009b

BRASIL. **Educação infantil**: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Documento produzido pelo GT instituído pela Portaria nº 1.147/2011, do MEC. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº. 95, de 15 de dezembro de 2016**. [...] Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2016.

BRASIL. **Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. [...] institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base – BNCC. 2018.

BRASIL. Portaria **nº. 250, de 5 de julho de 2021**. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano de 2021.

CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CURY, C. R. J. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: um caminho percorrido, um presente desafiante. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2017 (mimeo).

CURY, C. R. J. Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao Fundeb. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1217-1252, out./dez. 2018.

DAHLBERG G., MOSS P., PENCE A. **Qualidade na Educação da Primeira Infância**: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed: 2006.

DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. Sociologia da infância: pesquisa com crianças. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 91, Maio/Ago. 2005. p. 351-360.

GATTI, B. A. Formação de professores e profissionalização: contribuições dos estudos publicados na Rbep entre 1998 e 2011. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 423-442, maio/ago. 2012.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KISHIMOTO, T. Encontros e desencontros na formação dos profissionais de Educação Infantil. *In*: MACHADO, M. L. (org). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo, Cortez, 2002.

NUNES, M. F.; KRAMER, S. Linguagem e alfabetização: dialogando com Paulo Freire e Mikhail Bakhtin. **Revista Contemporânea de Educação**, nº. 11, janeiro/julho de 2011.

NUERNBERG, A. H. Psicologia e Estudos sobre deficiência: história e perspectivas. In: GESSER, M. *et al*. (orgs.). **Psicologia e Pessoas com deficiência**. Florianópolis: Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12)/Tribo da Ilha, 2019.

PEIXOTO, K. P. F. Racismo contra indígenas: reconhecer é combater. **Revista Anthropológica**s, ano 21, 28(2): 27-56, 2017.

ROCHA, E. A. C. **30 anos de Educação Infantil na Anped**: caminhos de pesquisa. Anped, 2008.

SALUTTO, N.; NASCIMENTO, A. M. Onde estão os bebês: reflexões para sua construção conceitual a partir de um debate interdisciplinar. Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, jan/jun. 2019.

SANTOS, E. C.; OLIVEIRA, E. M. F.; COELHO, S. O. Política do improviso: a intersetorialidade na implementação de ações durante a pandemia. **14ª. Reunião da ANPEd – Sudeste**, 2020.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44 maio/ago. 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** [online]. 2006, n.16, p. 20-45.

SOUZA, M. A. ANPEd: rumo a meio século de lutas por educação e democracia. **Revista Brasileira de Educação** v. 24 e240049, 2019.

ANEXO I

Título	Autoria	Link	Reunião
1. O Movimento Interfóruns de Educação Infantil: a construção de uma identidade cultural e política	Deise Gonçalves **Nunes**	Trabalho	33ª
2. A vida do bebê: a constituição de infâncias saudáveis e normais nos manuais de puericultura brasileiros	Cláudia Amaral dos **Santos**	Trabalho	33ª
3. O foco nas mães adia a expansão da educação infantil no Brasil	Aristeo Gonçalves **Leite Filho**	Trabalho	33ª
4. Jeitos de ser criança: balanço de uma década de pesquisas com crianças apresentadas na ANPEd	Altino José **Martins Filho**	Trabalho	33ª
5. Formação continuada na educação infantil	Valdete **Côco**	Trabalho	33ª
6. Acessibilidade em parque infantil: um estudo em escolas de Educação Infantil	Priscila Moreira **Corrêa** Eduardo José **Manzini**	Trabalho	33ª
7. Registros pedagógicos de professoras da educação infantil	Ilze Maria Coelho **Machado**	Trabalho	33ª
8. Aspectos epistemológicos sobre infância, crianças e educação infantil nas obras de Paulo Freire: alguns apontamentos	Franciele Clara **Peloso** Ercília Maria Angeli Teixeira de **Paula**	Trabalho	33ª
9. Os efeitos na educação infantil do ensino fundamental de nove anos: um estudo em municípios catarinenses	Rute da **Silva**	Trabalho	33ª
10. Infância e educação: as crianças saíram da foto e entraram nas salas de aula	Ângela Francisca Caliman **Fiorio**	Trabalho	33ª
11. Relação entre frequência à educação infantil e longevidade escolar: dados de um estudo longitudinal de base populacional	Magda Floriana **Damiani**	Trabalho	33ª
12. "Pares ou ímpares?": Consumo e relações de amizade entre as crianças na formação de grupos para brincar	Raquel Gonçalves **Salgado**	Trabalho	33ª
13. Processos de interação das crianças no meio técnico-científico-informacional	Bruno Muniz Figueiredo **Costa**	Trabalho	33ª
14. Políticas públicas universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil	Patrícia **Corsino** Maria Fernanda Rezende **Nunes**	Trabalho	33ª
15. Cuidado ou educação? A prática educativa nas creches comunitárias de Curitiba	Elisabet Ristow **Nascimento** Ademir Valdir dos **Santos**	Trabalho	33ª
16. A criança e o livro literário: encontros e possibilidades	Cléber Fabiano da **Silva**	Trabalho	33ª
17. Infância, experiência, linguagem e brinquedo	Glacy Queiros de **Roure**	Trabalho	33ª
18. Expectativas das famílias do meio rural em relação à educação pública para os filhos menores de quatro anos	Rosimari Koch **Martins**	Trabalho	34ª
19. Educação Infantil entre os Povos Tupinambá de Olivença	Léa **Tiriba**	Trabalho	34ª
20. O lugar da creche na Educação Infantil	Gabriela Barreto da Silva **Scramingnon**	Trabalho	34ª
21. A formação da infância para o consumo na publicidade da Revista Veja	Paula Deporte de **Andrade**	Trabalho	34ª

22. Direitos das crianças como estratégia para pensar a educação das crianças pequenas	Sandra Regina Simonis **Richter** Maria Carmen Silveira **Barbosa**	Trabalho	34ª
23. Infância e educação infantil: o grupo de crianças e suas ações em contexto escolar.	Renata Provetti Weffort **Almeida**	Trabalho	34ª
24. Trabalho e identidade profissional na coordenação pedagógica em educação infantil: contradições e possibilidades	Nancy Nonato de Lima **Alves**	Trabalho	34ª
25. "Quero mais, por favor!": disciplina e autonomia na educação infantil	Anelise Monteiro do **Nascimento**	Trabalho	34ª
26. A construção da cultura de pares no contexto da Educação Infantil: brincar, ler e escrever	Vanessa Ferraz Almeida **Neves**	Trabalho	34ª
27. Políticas públicas municipais de educação infantil: um balanço da década	Sonia **Kramer** Patrícia **Corsino** Maria Fernanda Rezende **Nunes**	Trabalho	34ª
28. "Nossa, que audácia!": tensões, polêmicas e desafios da gestão da educação infantil municipal	Silvia Neli Falcão **Barbosa** Camila dos Anjos **Barros**	Trabalho	34ª
29. Possibilidades de organização de práticas educativas na creche em parceria com os bebês: o que "dizem" as crianças?	Tacyana Karla Gomes **Ramos**	Trabalho	34ª
30. O que as crianças pequenas fazem na creche? As famílias respondem	Letícia Veiga **Casanova**	Trabalho	34ª
31. Educação infantil, infância e cidadania	Isabel Cristina de Andrade Lima e **Silva**	Trabalho	34ª
32. Sobre importâncias, medidas e encantamentos: o percurso constitutivo do espaço da creche em um lugar para os bebes	Luciane Pandini **Simiano** Carla Karnoppi **Vasques**	Trabalho	34ª
33. Avaliação na Educação Infantil: algumas reflexões	Vanessa Ferraz Almeida **Neves**	Trabalho	35ª
34. Pesquisar a compreensão compartilhada em contextos da educação infantil: (re)visitando Barbara Rogoff e Urie Bronfenbrenner	Maria Teresa Telles Ribeiro **Senna**	Trabalho	35ª
35. Produção coletiva de textos na educação infantil: uma análise dos saberes docentes	Fernanda Michelle Pereira **Girão** Ana Carolina Perrusi Alves **Brandão**	Trabalho	35ª
36. A vivência em uma pré-escola e as expectativas quanto ao ensino fundamental sob a ótica das crianças	Bianca Cristina **Correa** Lorenzza **Bucci**	Trabalho	35ª
37. O PROINFANTIL e a formação dos agentes auxiliares de creche do município do Rio de Janeiro	Marina Pereira de Castro e **Souza**	Trabalho	35ª
38. Quais as fontes de saberes das professoras de bebês?	Ana Paula Rudolf **Dagnoni**	Trabalho	35ª

39. Educação infantil no período noturno: a prática pedagógica em contexto de vulnerabilidade social	Marilúcia Antônia de **Resende** Ilze Maria Coelho Machado	Trabalho	35ª
40. A compreensão das relações de parentesco pelas crianças na brincadeira de faz de conta em contexto de educação infantil	Renata da Costa **Maynart** Lenira **Haddad**	Trabalho	35ª
41. A mediação de uma professora de educação infantil nas brincadeiras de faz-de-conta de crianças ribeirinhas	Sônia Regina dos Santos **Teixeira**	Trabalho	35ª
42. Crianças mirando-se no espelho da cultura: corpo e beleza na infância contemporânea	Raquel Gonçalves **Salgado** Anabela Rute Kohlmann **Ferrarini** George Moraes de **Luiz**	Trabalho	35ª
43. As crianças no centro da organização pedagógica: o que os bebês nos ensinam? Qual a atuação de suas professoras?	Tacyana Karla Gomes **Ramos**	Trabalho	35ª
44. Do silêncio ao protagonismo: por uma leitura crítica das concepções de infância e criança	Romilson Martins **Siqueira**	Trabalho	35ª
45. "Caos calmo": (in)constâncias no cenário da política de educação infantil brasileira	Fabiana Oliveira **Canavieira**	Trabalho	35ª
46. Há luz no início do túnel? a formação de professores iniciantes em educação infantil e dos acadêmicos residentes em foco	Eliane Greice Davanço **Nogueira** Ordália Alves **Almeida**	Trabalho	35ª
47. Meninos entre meninos num contexto de educação infantil: uma olhar sobre as relações sociais de gênero na perspectiva de crianças pequenas	Márcia **Buss-Simão**	Trabalho	35ª
48. Você não tem motivo pra chorar - conversas sobre o choro das crianças nas creches	Núbia Aparecida Schaper **Santos**	Trabalho	35ª
49. Fios de temporalidades na educação infantil	Cristiane Elvira de Assis **Oliveira**	Trabalho	35ª
50. Infância: composições ziguezagueantes de uma experiência "plunct plact zum"	Fernanda Vieira de **Medeiros**	Trabalho	35ª
51. Culturas infantis em contextos desiguais: marcas de geração e classe social	Deise **Arenhart**	Trabalho	36ª
52. Leitura Literária na creche: o livro entre olhar, corpo e voz	Maria Nazareth de Souza Salutto de **Mattos**	Trabalho	36ª
53. Inserção e Vivências Cotidianas: como crianças pequenas experienciam sua entrada na Educação Infantil?	Lucilaine Maria da Silva **Reis**	Trabalho	36ª
54. A constituição da linguagem entre os e dos bebês no espaço coletivo da educação infantil	Joselma Salazar de **Castro**	Trabalho	36ª
55. Entre meninos e meninas, lobos, carrinhos e bonecas: a brincadeira em um contexto da educação infantil	Regina Ingrid **Bragagnolo** Andréa Simões **Rivero** Zaira Teresinha **Wagner**	Trabalho	36ª

56. Constituindo o bebê como um conceito teórico no interior da sociologia da infância	Gabriela Guarnieri de Campos **Tebet** Anete **Abramowicz**	Trabalho	36ª
57. Entre Mia Couto e Michel Vandenbroeck: outra educação da infância por inventar	Sandra Regina Simonis **Richter** Maria Carmen Silveira **Barbosa**	Trabalho	36ª
58. Crianças, culturas infantis e linguagem dos quadrinhos: entre subordinações e resistências	Marta Regina Paulo da **Silva**	Trabalho	36ª
59. As relações sociais dos bebês na creche: um estudo numa perspectiva sociológica	Angela Maria Scalabrin **Coutinho**	Trabalho	36ª
60. A relação cultura e subjetividade nas brincadeiras de faz de conta de crianças ribeirinhas da Amazônia	Sônia Regina dos Santos **Teixeira**	Trabalho	36ª
61. Infância e linguagem: educar os começos	Simone **Berle**	Trabalho	36ª
62. Espaços urbanos com crianças	Samy **Lansky**	Trabalho	36ª
63. Professoras de educação infantil: uma análise da configuração da docência no contexto catarinense	Márcia **Buss-Simão**	Trabalho	37ª
64. A documentação pedagógica no cotidiano da educação infantil: estudo de caso em pré-escolas públicas	Amanda C. T. Lopes **Marques**	Trabalho	37ª
65. Bebês que se relacionam com crianças mais velhas: cuidados e conflitos na educação infantil	Ana Cristina Coll **Delgado** Carolina Machado **Castelli**	Trabalho	37ª
66. Dimensão étnico-racial na educação infantil: um olhar sobre a perspectiva das crianças	Eduarda Souza **Gaudio**	Trabalho	37ª
67. Tia, posso pegar um brinquedo? a ação das crianças no contexto da pedagogia do controle	Lenilda Cordeiro de **Macêdo** Adelaide Alves **Dias**	Trabalho	37ª
68. "A criança e sua relação com a sociedade: considerações sobre a participação infantil nos espaços públicos"	Fabiana de **Oliveira**	Trabalho	37ª
69. Considerações acerca da discriminação étnico-racial em crianças pequenas	Silvia Helena Vieira **Cruz**	Trabalho	37ª
70. A constituição histórica da docência na educação infantil: um estudo a partir do contexto catarinense do início do século XX	Eloisa Acires Candal **Rocha** Rosa **Batista**	Trabalho	37ª
71. Proposta curricular da rede municipal de juiz de fora: um olhar para a transição da educação infantil ao ensino fundamental	Edinéia Castilho **Ribeiro**	Trabalho	37ª
72. Sobre a delicada arte de traduzir a cultura da infância em cultura da escola	Gisela Marques **Pelizzoni**	Trabalho	37ª
73. Berços, fraldas, mamadeiras, chupetas e sucatas: cultura de creche aqui e lá, ontem e hoje	Beatriz T. Daudt **Fischer** Caroline Machado Cortelini **Conceição**	Trabalho	37ª
74. A infância pequena e a construção da identidade étnico racial na educação infantil	Arleandra Cristina Talin do **Amaral**	Trabalho	37ª
75. Homem docência com crianças pequenas: o olhar das crianças de um centro de educação infantil	José Edilmar de **Sousa**	Trabalho	37ª

76.	O Estágio na Educação Infantil: o olhar das estagiárias	Viviane **Drumond**	Trabalho	37ª
77.	Jogos e brincadeiras com o uso das tecnologias móveis na educação infantil: o que as crianças têm a nos dizer?	Juliana Costa **Muller**	Trabalho	37ª
78.	Concepções de creche: uma análise em periódicos nacionais A1 e A2 da área de Educação	Michelle Abreu **Furtado**	Trabalho	37ª
79.	Rede de políticas públicas na educação infantil	Isabel Cristina de Andrade Lima e **Silva**	Trabalho	37ª
80.	O espaço da linguagem musical na educação infantil segundo a abordagem de Reggio Emilia	Luisa Andries Nogueira de **Freitas**	Trabalho	37ª
81.	Linguagem e educação infantil: o que contam as professoras sobre o trabalho pedagógico?	Bruna Molisani Ferreira **Alves**	Trabalho	37ª
82.	Entre a inocência e o profano: a sexualidade na infância contemporânea	Raquel Gonçalves **Salgado** Carmem Lúcia Sussel **Mariano** Evandro Salvador Alves de **Oliveira**	Trabalho	37ª
83.	Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação no Rio Grande do Sul: um estudo de caso sobre a atuação do Tribunal de contas do Estado	Maria Luiza Rodrigues **Flores**	Trabalho	37ª
84.	"Meu irmão tem 3 anos e não estuda porque ele é criancinha" – o que dizem as crianças sobre a educação infantil e o direito?	Leandro Henrique de Jesus **Tavares**	Trabalho	37ª
85.	A coordenação pedagógica na educação infantil: o que dizem a coordenadora pedagógica e as professoras?	Jorgiana Ricardo **Pereira**	Trabalho	37ª
86.	Entre estar na casa e estar em casa: modos de ser criança em um contexto de acolhimento institucional	Roseli **Nazario**	Trabalho	37ª
87.	Palavrão é tudo que tem no corpo de deus um estudo sobre o obsceno das crianças	Cibele Noronha de **Carvalho**	Trabalho	37ª
88.	"Para explicar o presente tem que estudar a história do passado": narrativas de profissionais de escolas comunitárias de educação infantil da baixada fluminense	Alexandra Coelho **Pena**	Trabalho	37ª
89.	A docência na educação infantil pelo olhar de estudantes de pedagogia participantes do PIBID	Isabel de Oliveira e **Silva** Iza Rodrigues da **Luz** Maria Lúcia de Resende **Lomba**	Declinou da publicação	37ª
90.	A gestão da educação infantil em 12 municípios paulistas e algumas relações com sua qualidade	Bianca Cristina **Correa**	Trabalho	37ª
91.	O direito à creche das crianças em situação de pobreza: o caso do Brasil Carinhoso	Soeli Terezinha **Pereira** Adriana Aparecida Dragone **Silveira**	Trabalho	38ª
92.	A obrigatoriedade da matrícula na pré-escola em tempos de "terceira via"	Rosânia **Campos** Maria Carmen Silveira **Barbosa**	Trabalho	38ª

93. Oferta de educação infantil em planos municipais de educação (2014-2024): perfis e tendências	Maria do Rosário Figueiredo **Tripodi**	Trabalho	38ª
94. Regulação da política pública de educação infantil em belo horizonte: reflexões sobre a proposta curricular	Mércia de Figueiredo Noronha **Pinto**	Trabalho	38ª
95. Formas regulatórias na educação infantil: retratos a partir da perspectiva das crianças	Aline Helena Mafra **Rebelo** Márcia **Buss-Simão**	Trabalho	38ª
96. Que cor é a minha cor? a autoidentificação racial das crianças na educação infantil	Tarcia Regina da **Silva**	Trabalho	38ª
97. Subidas e descidas: as culturas da infância nas ladeiras da Vila Rubim	Erika Milena de **Souza** Vania Carvalho de **Araújo**	Trabalho	38ª
98. Onde estão as crianças da carochinha? investigando a produção de conhecimento de uma creche universitária	Flávia Maria de **Menezes** Ligia Maria Motta Lima Leão de **Aquino**	Trabalho	38ª
99. Avaliação da educação infantil: características de iniciativas municipais paulistas	Cláudia Oliveira **Pimenta**	Trabalho	38ª
100. O brincar e a constituição social das crianças em um contexto de educação infantil	Andréa Simões **Rivero** Eloisa Acires Candal **Rocha**	Trabalho	38ª
101. O jogo protagonizado infantil como um ato artístico em sala de aula: uma abordagem vigotskiana	Francine Costa de Bom **Leandro**	Trabalho	38ª
102. O professor de educação infantil, a arte e a educação estética: percursos de um grupo de pesquisa	Adrianne Ogeda **Guedes** Michelle Dantas **Ferreira**	Trabalho	38ª
103. A invenção da professora de educação infantil na rede municipal de ensino de Florianópolis na década de 1970	Patrícia Regina Silveira de Sá **Brant**	Trabalho	38ª
104. Datas comemorativas – uma construção ideológica que persiste na educação infantil	Marta Nidia Varella Gomes **Maia**	Trabalho	38ª
105. O que dizem as pesquisas sobre o encontro entre crianças e literatura na escola?	Márcia Maria e **Silva**	Trabalho	38ª
106. Cadernos pedagógicos para a pré-escola: a educação infantil em tempos de retrocesso	Virgínia Cecília da Rocha **Louzada**	Trabalho	38ª
107. Produção acadêmica sobre leitura e escrita na educação infantil no período de 1973 a 2013: algumas reflexões	Vanessa Ferraz Almeida **Neves** Patrícia **Corsino**	Trabalho	38ª
108. A obrigatoriedade da pré-escola leva à sua universalização?	Bruno Tovar **Falciano** Maria Fernanda Rezende **Nunes**	Trabalho	39ª
109. Educação infantil, infância e gênero nas reuniões da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação	Sandro Vinicius Sales dos **Santos** Isabel de Oliveira e **Silva**	Trabalho	39ª
110. "Tia, quero ser negro": diferenças étnico-raciais na creche	Adriana do Carmo Corrêa **Gonçalves**	Trabalho	39ª
111. Infância, Imagem e Tempo: Devir-criança e Educação Infantil	César Donizetti Pereira **Leite**	Trabalho	39ª

112. Docência com bebês em ocasiões de cuidados pessoais: interações e banho em foco	Thamisa Sejanny de Andrade **Rodrigues** Tacyana Karla Gomes **Ramos**	Trabalho	39ª
113. Vivemos para lutar, lutamos para viver... a participação das crianças sem terrinha na vida política da sociedade	Bárbara de Oliveira **Gonçalves** Ligia Maria Motta Lima Leão de **Aquino**	Trabalho	39ª
114. A BNCC e a educação infantil: algumas provocações e um ponto de ancoragem	Maria Renata Alonso **Mota**	Trabalho	39ª
115. Docência com bebês: o corpo da professora que acalma, acalenta e serena	Márcia **Buss-Simão**	Trabalho	39ª
116. As transformações proporcionadas pelo Proinfância no atendimento à educação infantil	Leila Pio **Mororó** Leila Lôbo de **Carvalho**	Trabalho	39ª
117. O desenvolvimento da linguagem oral de bebês e crianças no contexto da creche: práticas docentes em debate	Ana Carine dos Santos de Sousa **Paiva**	Trabalho	39ª
118. Docência na creche: atencionalidade pedagógica na rotina e no planejamento	Daniela de Oliveira **Guimarães** Deise **Arenhart** Núbia de Oliveira **Santos**	Trabalho	39ª
119. Da alegria de brincar à pressão para render: as crianças e o controle do tempo dos adultos	Andrize Ramires **Costa**	Trabalho	39ª
120. Sobre arte, desejos e formação docente: (re) animar caminhos	Carla Andrea **Corrêa**	Trabalho	39ª
121. A criança indígena nas pesquisas em educação: balanço de uma década de estudos	Rogerio C **Silva**	Trabalho	39ª
122. A percepção de crianças de uma turma de creche acerca do pertencimento étnico-racial, numa comunidade de remanescentes de quilombolas	Pedro Neto Oliveira de **Aquino** Silvia Helena Vieira **Cruz**	Trabalho	39ª
123. Musicalização na creche: práticas pedagógicas e as criações sonoras e musicais	Maria Cristina Albino **Galera** Marta Regina Paulo da **Silva**	Trabalho	39ª
124. Retratos do cotidiano: diálogos entre a formação docente e as práticas na educação infantil	Adrianne Ogeda **Guedes** Michelle Dantas **Ferreira** Lívia Larissa de Lima **Lage**	Trabalho	39ª
125. Práticas leitoras com crianças de 0 a 3 anos de idade: o que revelam as narrativas das professoras?	Luziane Patricio Siqueira **Rodrigues**	Trabalho	39ª
126. "Deixa eu abrir a janela" – encontros e desencontros com a linguagem na creche	Rachel Martins Arenari **Razuk**	Trabalho	39ª

PARTE II

Memórias e Trajetória do GT

Pelo fio da memória, possibilidades e perspectivas...

A memória é um cabedal infinito de qual só registamos um fragmento. Se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa.

(Ecléa Bosi, 1994, p.35)

No início dos anos 2000 o GT07 da Anped realizou o esforço de reunir depoimentos de coordenadoras e, por meio deste, registrar e examinar a caminhada deste coletivo de pesquisa. A iniciativa foi coordenada pela Professora Maria Isabel Bujes e contou com manifestações de Maria Malta Campos, Sonia Kramer, Tizuko Hishimoto e Eloisa Rocha. Depois de quase duas décadas, realizamos novo intento, de também reunir depoimentos de coordenadoras/es e ex-coordenadoras/es dando destaque aos sujeitos, contextos e percursos trilhados pelo GT, bem como por meio das memórias, manifestar avaliações, temas e perspectivas vislumbradas para a área de educação infantil no Brasil.

Como na epígrafe de Ecléa Bosi, sabemos que a tarefa de lembrar é parte de uma reconstituição trazida pela memória, um fragmento do passado que pedimos para ser registrado em um texto. Assim, escrever parte de suas histórias vividas sobre e no GT 07, era não somente registrar lembranças destes tempos, aquilo que ficou a partir das infinitas atividades e tarefas realizadas por cada pessoa, mas apresentar e oportunizar dimensões históricas sobre o vivido, promovido e o trilhado individualmente e, também em parcerias. Para isso, nossa encomenda foi que as/os colegas nos respondessem algumas questões: *como você avalia o momento do GT07 quando esteve à frente da coordenação? Quais eram as pautas, os temas e as preocupações que estavam presentes naquele momento? Também quais avanços e dificuldades você poderia destacar.*

As perguntas têm a função de provocar e instigar a memória, com o intento de permitir a lembrança de momentos específicos e servir de baliza temática, condutora dos depoimentos. Apesar desta diretriz, o conjunto de textos, a seguir, abre para um caminho diverso e interessante de relatos, ênfases e fatos históricos.

Referência bibliográfica

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª. ed., 1994.

O GT Educação da Criança de 0-6 Anos: alguns depoimentos sobre a trajetória - 2002[1]

Maria Isabel E. Bujes (org.)
Maria Malta Campos
Sonia Kramer
Tizuko Morchida Kishimoto
Eloísa Acires Candal Rocha

A exemplo do que fizeram muitos dos GTs que compõem a nossa Associação, também o GT "Educação da Criança de 0-6 Anos" se propôs a fazer o seu "balanço" da trajetória do grupo que abrange uma parte significativa desses 25 anos de existência da ANPEd. A estratégia para dar conta desta tarefa foi pedir a algumas das ex-coordenadoras que têm participado mais assiduamente da vida do GT para que fizessem os seus depoimentos, escolhendo o ângulo a partir do qual olhariam retrospectivamente o percurso do grupo de trabalho, desde a sua implantação em 1981. Deste modo, o que aqui se faz é apenas uma junção destes textos, cujo critério de organização foi o período no qual a sua autora participou como coordenadora do GT. Também a citação de autoria na apresentação do trabalho segue o mesmo critério, um entre tantos possíveis. O que se espera, efetivamente, é que tais depoimentos suscitem a vontade de algumas ou de alguns de nós de aprofundarmos e levarmos adiante o propósito, sempre reiterado, de ampliar esta narrativa, dando-lhe contornos mais matizados, incorporando outras "relembranças" e incluindo, sobretudo, a multiplicidade de perspectivas que nos têm caracterizado, mas que certamente encontram uma identidade de propósitos na defesa de um projeto para a infância brasileira.

Maria Isabel E. Bujes

Depoimento sobre o GT Educação da criança de 0 a 6 anos de idade

Fui a primeira coordenadora do GT, por delegação de Glaura Miranda, presidente da ANPEd no período em que se implantou a estrutura de funcionamento da associação por grupos de trabalho. Ela achava importante que houvesse um grupo voltado para a "educação pré-escolar", como era chamada, e solicitou que eu procurasse os pesquisadores interessados no tema e organizasse um GT.

Naquele período, o trabalho nesses grupos era muito mais informal do que hoje, pois o número de programas de pós-graduação era menor e as reuniões apresentavam uma escala muito mais restrita do que no presente. No caso do nosso tema, a produção científica era ainda incipiente e o esforço de um coordenador exercia-se muito mais na busca de trabalhos e adesões do que na seleção crescentemente competitiva atual.

Era um campo de conhecimento e práticas ainda em construção, sendo que o GT documentava, analisava e propunha caminhos nesse processo. O depoimento procurará retomar as principais características e marcos dessa fase e refletir sobre o papel do GT nesse início de caminhada da área no país, tanto no plano da pesquisa acadêmica, como no plano das políticas educacionais.

Maria Malta Campos

1 - Informamos que este texto se encontra, exatamente como no original, com as respectivas marcações e orientações gramaticais da época.

Algumas palavras...

Em 1980, quando pela primeira vez participei, como mestranda da PUC-Rio, de uma Reunião Anual da ANPED, descobri um dos poucos espaços acadêmicos existentes então no Brasil, que buscava integrar pesquisadores preocupados e ocupados com os estudos das crianças pequenas. O grupo me acolheu de forma doce e carinhosa e eu me senti muito bem recebida nesta área. Éramos poucos... De lá para cá, só não fui a duas reuniões anuais, quando nasceram minhas duas filhas, hoje adultas. Neste GT conheci estudiosos que admiro, aprecio e com quem aprendo. (aqui, comecei a listar os nomes, mas desisti porque não quero correr o risco de esquecer de ninguém; além disso, são tantos, que ocuparam todo o espaço de que disponho para essas "algumas palavras"). Vários integrantes do grupo se tornaram grandes amigos, muitos são companheiros de atuação e militância de então até agora - da Constituinte à LDB; do referencial curricular às críticas sobre creches domiciliares – tantas conquistas feitas, tantos feitos a conquistar.

Algumas características – troca de conhecimento, afeto e luta política, ao lado da busca de alternativas práticas - têm marcado nossas relações. Além disso, as discussões, os questionamentos, a oportunidade de apresentar trabalhos e participar deste GT, colocam desafios importantes, por vezes difíceis de enfrentar; porém, ao mesmo tempo, ensinam a compartilhar, a divergir a polemizar. Das questões relativas a aspectos teórico-metodológicos às políticas públicas, das concepções de infância às opções de natureza institucional ou curricular, o fato é que temos uma história em comum. A história pode não ser tão bonita quanto gostaríamos, porque longe estamos de assegurar às crianças educação de qualidade a que todas têm direito. Contudo, o fato é bonito: temos vivido um tempo denso e intenso na busca não só de aprender, mas também de tentar que esse conhecimento se volte, igualmente, para as populações infantis desse Brasil tão desigual, que sofre pelas condições adversas, injustas, desumanas.

Durante esses 25 anos, é preciso reconhecer, a ANPED em geral e o Grupo de Trabalho Educação da Criança de 0 a 6 anos, em particular, têm desempenhado um importante papel no que diz respeito à pesquisa e às políticas de infância. Ainda que não tenhamos concretizado na prática tudo o que as pesquisas e programas indicam como sendo fundamentais, ainda que muitas das aparentes vitórias se mostraram disfarces retóricos, mais do que nunca é preciso comemorar a luta, para que seja possível renovar nossas forças e as formas de continuar a lutar.

Meus sinceros agradecimentos por integrar esse GT. Saudações com carinho.

Sonia Kramer

Anped - 2002
Depoimento para o gt: : Educação da criança de 0 a 6 anos

O depoimento de coordenadores é fundamental para compreender o processo histórico da construção social do GT Educação da Criança de 0 a 6 anos.

Nóvoa, (1992, p. 211) assegura que não é importante apenas porque nos fornece a memória dos percursos educacionais, mas sobretudo porque permite compreender que não há determinismo na evolução dos sistemas educativos, das *idéias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social.*

Nessa caminhada, que é coletiva, o recorte que faço, da memória desses 25 anos, remete para a natureza da Anped: pesquisa em educação, e no caso do GT: sobre educação de crianças de 0 a 6 anos. Maria Malta Campos, primeira coordenadora, já questionava, em 1982, a incipiência da pesquisa no GT de educação infantil e batalhou para a alteração dessa situação. As lembranças de participantes registravam, no início, reuniões como espaços para relato de experiências e reflexões sobre diversos temas (Anped, 1995).

Gradativamente, como reflexo do crescimento do corpo de conhecimento na área e da estratégia assumida pela Anped, de reestruturar a forma de apresentação de trabalhos, valorizando pesquisas, o GT: Educação da Criança de 0 a 7 anos inicia o processo de incluir questões teórico-metodológicas e a análise de pesquisa, como prioridade de suas reuniões.

Que pesquisas são essas? Embora Rocha (1999) faça uma análise das pesquisas apresentadas na área da educação infantil no Brasil, vou deter-me em duas afirmações de Perrenoud (1999):

1. os cursos de formação não tem privilegiado a pesquisa sobre a prática pedagógica;

2. a pesquisa e a prática reflexiva não são a mesma coisa.

Se antes era prerrogativa da Pedagogia formar professores de educação infantil, em 1996, com a LDB, criou-se a Normal Superior, nos Institutos Superiores de Educação, para formar com exclusividade professores de educação infantil. Um debate acirrado, envolvendo governantes e a sociedade civil, polariza a questão da Pedagogia fazer pesquisa e a Normal Superior ocupar-se de tecnologia. Mas o que se questiona não é a especificidade desses cursos mas a natureza da pesquisa na área da Educação.

Com a evolução das universidades surgem propostas para separar o ensino da pesquisa. Embora muitos estudos evidenciem a relação indissociável entre ensino e pesquisa, a evolução da universidade trouxe novos problemas, com públicos distintos e demandas diversificadas, que exigem estudos (Donnay e Romainville, 1996; Imbernon, 1994; Gomez, 1995).

Perrenoud (1999) evidencia a diferença entre profissionais que adotam uma prática reflexiva espontânea, mas individualista, e outra coletiva e metódica, que compartilha a crítica e a responsabilidade pela escola e seu papel na sociedade. O primeiro, não tem uma participação crítica, não trabalha em equipe, não participa do projeto da instituição, mantém-se afastado das atividades gerais da profissão e investe pouco na vida social, cultural, política e econômica local, regional ou nacional.

A grande dificuldade é a disponibilidade de *formadores reflexivos e críticos para formar professores reflexivos e críticos* (Perrenoud, 1999, p.14). Na visão do autor, a universidade poderia ser o local ideal para efetivar a formação prática reflexiva, caso não predominasse o saber disciplinar, que invalida o seu desenvolvimento.

Para o autor, a formação em pesquisa não prepara para a prática reflexiva. A pesquisa em educação tem outro objeto: fatos, processos, sistemas educativos e toda modalidade de prática pedagógica. A prática reflexiva exige um olhar para o próprio trabalho e seu contexto imediato, no cotidiano. Exige a presença na escola, no ambiente em que se dá a prática. O professor que não se desloca até a escola, que nunca assume estágio, nem desenvolve projetos em parceria com as escolas jamais desenvolverá a prática reflexiva.

A pesquisa requer descrições, explicações, de realidades visíveis e mensuráveis. A Metodologia da Pesquisa não prepara para a prática pedagógica. A prática reflexiva quer compreender para regular, otimizar, ordenar, fazer evoluir a prática do professor, tendo como ponto de partida seu interior. Pesquisa e prática reflexiva, no entender de Perrenoud, não têm a mesma função. A pesquisa visa a saberes de caráter geral, duráveis, integráveis a teorias e a prática reflexiva, à conscientização e saberes da experiência com utilidade restrita. Elas não possuem os mesmos critérios de validação. A pesquisa exige um método e controle intersubjetivo e a prática reflexiva se julga pela qualidade das regulações que possibilita operar e pela sua eficácia na identificação e resolução de problemas profissionais. A universidade não pode pretender formar profissionais práticos reflexivos apenas porque desenvolve a pesquisa. Para fazê-lo, deve ampliar o "locus" de seu trabalho, conjugando o espaço da academia com o local em que ocorre a prática pedagógica e *desenvolver mecanismos específicos: análise das práticas, estudo de caso, vídeo-formação, escrita clínica, técnicas de auto-observação e de esclarecimento, treinamento para o trabalho sobre o próprio hábitus e sobre seu "inconsciente profissional"(*Paquay et al.,1998, apud Perrenoud, 1999, p. 15)

A pesquisa na universidade fica geralmente reduzida ao método. Fala-se pouco das relações de poder, da concorrência, das posturas narcísicas, do acaso, enfim, da vida concreta dos espaços pesquisados. Expurga-se da realidade do trabalho tudo o que exige reflexão, permanecendo-se apenas no mundo das idéias puras, sem contingências materiais e paixões humanas.

Perrenoud (1999, p. 19) propõe "rupturas epistemológicas", com desafios destinados a ampliar a concepção e formação para a pesquisa, nas ciências humanas e criar, nos cursos universitários, dispositivos para desenvolver tanto a prática reflexiva como a pesquisa. Seria necessário, criar o hábito profissional para que a prática reflexiva ficasse incorporada e integrada às ações do profissional, tornando-se o motor de articulação entre a teoria e a prática. Isso exige mudança de hábito: sair da universidade e dirigir-se às escolas, aumentar substancialmente a carga horária para as práticas e trabalhar em grupo, em parceria com escolas e outros agentes sociais.

Tais alterações trazem conseqüências à organização e natureza dos estágios, relações e parceria com os professores em exercício como formadores em campo, sentidos e modalidades da alternância entre estágios e formação mais teórica, ao próprio papel de formador em campo, definido de início como um profissional reflexivo disposto a associar um estudante estagiário ao seu próprio questionamento. (Perrenoud, 1999, p.16).

Tais preocupações estão presentes nas discussões dos fóruns que congregam os especialistas do campo da educação, nas Diretrizes do Curso de Pedagogia e em muitas experiências já iniciadas pelas universidades e que foram debatidas pela Anped.

A proposta de Donnay e Romainnville (1996) aproxima, ainda, a formação inicial da continuada. O aluno, em seu processo de formação inicial, deve considerar o "locus" da prática pedagógica, conduzida por professores experientes, para suas reflexões e validação de suas teorias. O diálogo entre iniciantes, experientes e professores formadores possibilitará a articulação entre a teoria e a prática, ou seja, a prática reflexiva em ação.

As representações que fazem os professores de suas práticas e as teorias que os conduzem são os materiais que servem de base à sua formação. O novo perfil do professor - *ator – pesquisador – formador*, como indica Schön (1983) constituirá a mudança necessária aos novos tempos.

Dentro dessa perspectiva, pesquisadores como Moss (1996), Bronfenbrenner (1998), Pascal e Bertram (1998,1999) e Oliveira-Formosinho (2001), entre outros, têm oferecido suporte teórico-metodológico para pesquisas que se integram à formação e à prática pedagógica no campo da educação infantil. Tais pressupostos aparecem nos estudos apresentados no GT, especialmente no final da década de 90, decorrentes também do movimento de integração de creches no âmbito da educação como forma de desenvolver a qualidade na educação infantil.

Nas últimas reuniões da Anped discutiu-se, em várias sessões, os cursos de Pedagogia e a Normal Superior e, no GT Educação da Criança de 0 a 6 anos, em 2000, um trabalho encomendado sobre Política de Formação de Professores de Educação Infantil, seguiu essa abordagem.

A integração entre pesquisa/formação/intervenção, o trabalho em parceria, o respeito ao professor e seus saberes e a nova forma de conceber a organização escolar e o trabalho docente constituem pressupostos para pesquisas na educação infantil. Situações como a sessão especial na 24º Reunião Anual de 2001, em que se discutiu metodologias de pesquisa de áreas do conhecimento como Psicologia, Sociologia e Pedagogia para averiguar a qualidade da educação infantil, a criação de uma rede de pesquisadores sobre contextos integrados de educação infantil e a publicação da obra *Formação em contexto: uma estratégia de integração* (Oliveira-Formosinho & Kishimoto, 2002), são exemplos desse percurso, dessa construção social, que minha memória registra, como parcela da história do GT: Educação da Criança de 0 a 6 anos.

Tizuko Morchida Kishimoto

Bibliografia

ANPED – (1995) Histórico dos Grupos de Trabalho**.** Caxambu, setembro.

BRONFENBRENNER, U. (1998) **A ecologia do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artes Médicas.

DONNAY, Jean, ROMAINVILLE, Marc, (éds.), (1996). **Enseigner à l'Université. Un métier qui s'apprend**". Bruxelles: De Boeck & Larcier.

GOMEZ, Perez, (1995). Autonomia profesional del docente y control democrático de la pratica educativa. . In. **Volver a Pensar la Educación** (Congresso Internacional de Didática). Ediciones Morata: Madrid.

IMBERNÓN, F, (1994). **La Formación del Professorado**. Paidós: Barcelona.

MOSS, Peter.(1996) Defining objectives in Early Childhood Services. **European Early Childhood Education. Research Journal.** v. 4, n. 1,p. 17-32.

NÓVOA, António, (1992). Inovação e História da Educação. **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica Editora, n. 6.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia e FORMOSINHO, João (2001). **Associação Criança: Um Contexto de Formação em Contexto**. Braga. Livraria Minho.

OLIVEIRA-FORMOSINHO,(2002) Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Formação em contexto: uma estratégia de integração**. São Paulo, Thomson e Learning.

PASCAL, Christine, BERTRAM, Tony, GASPER, Michael, MOULD, Claire, RAMSDEN, Fiona e SAUNDER, Maureen. (1999**) Research to Inform the Evaluation of the Early Excellence Centres**. Pilot Programme. Centre for Research in Early

PASCAL, Cristine, BERTRAM, Tony. (1998**) Desenvolvendo a qualidade em parceria**. Porto, Editora Porto.

PERRENOUD, Philippe, (1999). Formar professores em contextos sociais em mudança: prática reflexiva e participação crítica. **Revista Brasileira de Educação**. Anped. set/out/nov/dez. nº 12, p. 5-21.

ROCHA, Eloisa Acires Candal (1999) **A Pesquisa em Educação infantil no Brasil: trajetória recente de Perspectivas de construção de uma Pedagogia da Educação Infantil.** Santa Catarina: UFSC: Centro de Ciências da Educação: NUPES.

*SCHÖN, D. A . (1983). **The reflective Practitioner:** How Professionals Think in Action. New York:Basic Books.*

A Educação Infantil: trajetória do G.T.07 na Anped[2]

A inclusão da educação infantil como um G.T. da *ANPEd*, em 1981, é a expressão do intenso movimento de discussões sobre as políticas sociais e educacionais que marcou aquela década[3]. Inicialmente fundado como G.T. de Educação Pré-escolar e surgindo ao mesmo tempo que outros sete GT's com as mesmas características e a mesma sistemática de trabalho, o grupo reuniu pesquisadores e profissionais com a intenção de constituir um fórum de discussões e debates dos problemas da área[4]. Durante os primeiros anos de sua consolidação, o G.T. organizou, entre as discussões que buscavam um reconhecimento da situação da área, o seu primeiro painel (com seis trabalhos) apresentados na reunião de 1985. De 1982 a 1985, o Grupo de Educação de 0 a 6 anos, acompanhava aquela que vinha sendo a idéia geral para funcionamento dos grupos de trabalho, a qual pode ser evidenciada em documento publicado pela própria Anped, onde encontramos a seguinte definição da trajetória dos GT 's: foram pensados tendo em vista a necessidade de se ter "*(...) um espaço onde as questões teórico-metodológicas e os resultados das pesquisas fossem discutidos. Não podia ser um espaço aberto coletivamente, pois isto exigiria uma reunião longa, o que seria impraticável. Era importante ter um espaço para discussão de pesquisas semelhantes, o que possibilitaria um avanço nas áreas de conhecimento*" (Calazans, 1995, p. 54).

As reuniões refletiam em seus debates alguns dos problemas da área naquele momento, como pode ser constatado no relatório da então coordenadora Prof.a. Maria Malta Campos: "*A pré-escola é uma área relativamente desprestigiada*

2 - Parte deste texto foi publicado, como resultado do trabalho encomendado pela G.T., 1988. (Rocha, 1999).

3 - Criada em 1978 a Anped só organizou os Grupos de Trabalho em 1981, na 4ª Reunião Anual. Antes disso realizou suas reuniões em torno de temas gerais vinculados especialmente aos Programas de Pós-Graduação.

4 - Inicialmente os GT's eram: Educação do 1o grau, Educação do 2o Grau, Educação Superior, Educação Popular, Educação Rural, Educação e Linguagem e Educação Pré - Escolar. Só em 1988 decide-se pela atual denominação do grupo: Educação da criança de 0 a 6 anos, considerada mais abrangente e mais adequada aos direitos constitucionais que acabavam de ser conquistados**.**

dentro de todas as áreas de pesquisa em educação , é uma área onde existe apenas um acervo pequeno de trabalhos, sem uma tradição maior. Estes ainda são imaturos em relação à formulação teórica, e a própria metodologia utilizada pode ser criticada sob vários aspectos" (Campos, apud Haddad & Kishimoto, s/d, p.1). Há, neste momento, como se pode ver, uma preocupação com a atuação do G.T. em relação às finalidades da ANPEd.

Mais tarde, em 1986, uma avaliação dos G.T 's indicava a necessidade de "*discutir políticas ou prioridades de pesquisas; articular mecanismos que garantissem um fazer contínuo; assegurar novas prática e posturas que favorecessem o avanço do conhecimento a serviço da democratização da sociedade.*" (Calazans, 1995, p..54-55).

O comprometimento com a democratização e a necessidade de um posicionamento frente aos movimentos políticos ligados à definição da nova Constituição Federal em 1988, e mais tarde à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, envolveram intensamente o grupo na busca da formulação de propostas que sustentassem a participação da ANPEd neste processo. As preocupações do grupo com a viabilização de políticas educacionais que garantissem o direito da criança a creches e pré-escolas levou à organização do "Seminário de Financiamento de Políticas Públicas para a criança de 0 a 6 anos", que buscou junto aos especialistas um aprofundamento do tema. (Faria & Campos (org.), 1989)

A intensificação da produção científica nos programas de pós-graduação sobre educação infantil, principalmente no final dos anos 80, coincide com a nova sistemática de apresentação escrita dos trabalhos e comunicações para as reuniões anuais, tornando mais claros os contornos da pesquisa na área. A nova sistemática possibilitou, já em 1990, uma ampliação dos debates teóricos em torno dos três temas em que se distribuíram os 14 trabalhos selecionados: - Estudos sobre crianças brasileiras; Formação de Profissionais e Trabalho Pedagógico; Políticas Públicas para criança de 0 a 6 anos - permitindo, inclusive, a identificação de temáticas a serem aprofundadas tais como: a) concepção do processo de desenvolvimento de crianças; b) formação de profissionais (básica e em serviço); c) políticas públicas; d) concepções curriculares; e) e relações entre os programas de creche e pré-escola e o (antigo) 1º. grau. Desde esse momento, o G.T apresenta uma mudança e passa a representar um espaço importante de debate e incentivo à pesquisa. (Haddad & Kishimoto, s/d, p. 4)[5]

A consolidação do grupo como um fórum de pesquisas da área a partir dos anos 90, permitiu indicar a trajetória e as perspectivas da pesquisa em educação infantil no Brasil.

Nas tendências gerais observadas nos trabalhos da ANPEd, observa-se um número cada vez mais crescente de pesquisas que se voltam, desta vez, para estudos que investigam os diferentes aspectos das relações travadas nas instituições de educação infantil.

A própria ampliação do número de creches e pré-escolas na maior parte das regiões brasileiras no final dos anos 80, especialmente em centros urbanos, é um fator mobilizador para pesquisadores que encontram desafios antes não colocados com tanta ênfase, tais como: a formação destes profissionais, as características do trabalho educativo com crianças de 0 a 6 anos, com significativa ampliação entre as de 0 a 3 anos em instituições de tempo integral, etc.

Nota-se um breve afastamento, após este período, das questões relacionadas às políticas educacionais, sobre as quais o G.T. havia se debruçado, sobretudo desde a Assembléia Constituinte que resultou na Constituição de 1988, até a L.D.B., para uma aproximação com estudos que se preocuparam em analisar políticas ou experiências regionais ou locais. Estudos referentes a outros países (principalmente os da França, Itália e países Escandinavos, entre outros) também tiveram influência na discussão dos modelos educativos e contribuíram para a reflexão sobre a realidade nacional.

5 - Foi também a partir desse momento que os trabalhos apresentados passaram a ser selecionados com base num texto escrito. Esta sistemática de seleção ao mesmo tempo em que democratizou o espaço do G.T permitindo uma inscrição aberta, permitiu a exclusão de trabalhos não selecionados. Já em 90, de acordo com o relatório do grupo, por exemplo, foram selecionados quatorze dos dezoito trabalhos inscritos. Entre os critérios expressos pelos coordenadores foram a relevância do tema, a consistência teórica, a discussão crítica, etc. Freqüentemente os critérios de seleção, hoje sob responsabilidade de um comitê científico, têm sido objeto de discussão na Anped e, desde 1995, as regras quanto à formatação também passaram a ser eliminatórias. Hoje, com a expressa limitação do número de trabalhos e pôsteres por G.T., essa exclusão tende a se acentuar e pode por em risco a ampliação do debate, especialmente em áreas como a educação infantil, onde se busca ampliar as pesquisas e o espectro de abordagem.

Os trabalhos de caráter histórico apresentados nos anos 90, integram um conjunto de pesquisas sobre a história da educação infantil e mais especificamente sobre a história das instituições constituídas socialmente para educar as crianças pequenas (creches, jardins de infância e escolas maternais) que se relacionam à própria história da infância, da assistência e da própria história da educação (que tradicionalmente se deteve à educação escolar). No entanto, mantém-se no conjunto geral dos trabalhos, a idéia do caráter educativo como *superador* da assistência, ignorando-se, em muitos casos, a idéia da *assistência educativa*, que contribuiu para romper a visão fragmentada das funções das instituições responsáveis pela educação da criança de 0 a 6 anos. Não é incomum que as introduções dos trabalhos tragam como horizonte a visão educativa vista como *redentora* em relação à assistência, entendendo-as como funções excludentes e não como complementares. (Kuhlmann Jr, 1991)

Conforme já identificado no trabalho de Plaisance & Rayna (1997), o conjunto das pesquisas recentes permitem identificar uma certa homogeneidade de pressupostos e propostas de ação para a educação das crianças de 0 a 6 anos. Estes indicativos me levam a supor desde já o nascimento de um campo de conhecimento próprio que começa a sofrer um adensamento da produção, com novos conhecimentos pautados em pressupostos teóricos comuns ou em disputa.

Vejamos alguns destes pontos comuns no que tange à orientação do projeto educacional - pedagógico. Os trabalhos que tratam do currículo indicam, seja nos pressupostos, seja nas conclusões, que alguns eixos norteadores são apresentados de forma coordenada em diferentes conjunções. São eles: o conhecimento, o desenvolvimento e a cultura, a autonomia e a construção de sistemas de representação nas diferentes linguagens, o jogo, o trabalho e o ensino , as interações sociais , a organização do espaço e o jogo de papéis, ou ainda, as chamadas " práticas significativas " com o objetivo de construção e apropriação de novos conhecimentos .

Nas pesquisas analisadas, tanto o sujeito-criança como o sujeito-professor, principais atores desses processos, têm sido preteridos nas pesquisas em favor de trabalhos que enfocam mais os aspectos prescritivos da prática pedagógica. Apesar desta predominância, a criança, aos poucos, começa a aparecer num conjunto de estudos, porém, o que prevalece como principal preocupação são os processos educativo - pedagógicos, ou seja, o "como fazer ". Contudo, alguns estudos buscam ir além de uma intervenção calcada em pressupostos teóricos dissociados de seus sujeitos concretos. Vislumbra-se uma frente de estudos que busca em primeiro lugar conhecer as crianças, os contextos sociais e institucionais de sua educação.

O tema do desenvolvimento infantil mereçe um destaque especial, uma vez que os estudos nesta direção representam um número significativo de trabalhos e uma relativa unidade de abordagem. Desde o início da década de 90, os estudos do desenvolvimento infantil vêm deixando de analisar aspectos isolados (sobretudo os de domínio cognitivo) passando a centrar suas preocupações nos processos de desenvolvimento e seus determinantes a partir de uma abordagem sócio-histórica que privilegia o binômio desenvolvimento-aprendizagem (e não o ensino e aprendizagem), a interação social (a interação criança-criança e a interação adulto-criança) e a linguagem e a mediação entre sujeitos sociais, baseados especialmente nas teorias de Vygotsky e Wallon. Preocupam–se, então, com o favorecimento destes processos, destacando a importância do jogo, das interações e da organização do espaço, confirmando a creche como um contexto privilegiado de desenvolvimento.

Um grande número de pesquisas que apresenta indicativos para a prática pedagógica estão relacionadas ou fazem indicações também para a formação dos professores[6], tendo como base os mesmos pressupostos comuns. Esses estudos referem-se à formação regular, especialmente centrada nos cursos superiores de Pedagogia (em função da própria origem de parte de pesquisadores que integram o G. T.).

6 - Preferi utilizar o termo **professor (a)** para me referir ao adulto que **atua diretamente** com a criança (independente da denominação que recebe: monitor, auxiliar), diferenciando do professor da escola fundamental ao defini-lo como: **Professor(a) de Educação Infantil**. Os demais profissionais que atuam na creche ou na pré-escola e que não tem a função de professor (a) passo a denominar Profissionais de Educação Infantil. Os trabalhos analisados por vezes utilizam o termo educador indistintamente para os que não tem formação. Não foram encontrados trabalhos que tivessem como sujeitos profissionais como: cozinheiras, lavadeiras, serventes, etc.

Em contraposição ao grande número de trabalhos relativos à formação do professor e dos profissionais de uma forma geral, são poucos os estudos que investigam a identidade específica desses profissionais. A própria discrepância encontrada quanto à formação, salários e carreira profissional nesses dois locais (um onde prevalece uma formação de professores de nível médio e outro onde atuam basicamente professores "leigos"), revelam a necessidade de um maior conhecimento que contemple as várias regiões brasileiras.

A característica mais marcante no conjunto das investigações apresentadas no G.T. da ANPEd nos anos 90 é a grande diversificação dos temas pesquisados, e o grande números de temas novos que não apresentam continuidade.

Não se pode negar, contudo, que muitos destes casos esparsos representam a abertura de campos de investigação novos e que retratam algumas rupturas conceituais muito atuais na área, tais como direitos das crianças, cuidados e alimentação, espaço físico e arquitetura, ou ainda, os estudos que contemplam as diferenciações raciais , étnicas e de gênero que abrem as portas para uma perspectiva de pesquisa que definitivamente passe referenciar-se numa criança concreta e os processos educativos que a envolvem no contexto da diversidade sociocultural brasileira.

Neste sentido, as pesquisas apresentadas vêm intensificando alternativas metodológicas coerentes com uma perspectiva crítica, considerando, sobretudo como pressuposto da investigação, o lugar social do sujeito e seu contexto histórico, utilizando, para isso recursos metodológicos não convencionais ou um cruzamento de procedimentos, que passa a se tornar imprescindível para o estudo das relações entre as crianças menores em espaços coletivos.

A passagem para a nova década destaca-se pelo retorno ao debate das políticas governamentais, especialmente pela discussão e apresentações de proposições para a *Plano Nacional de Educação* e para o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, que resultaram em algumas publicações (Anped, 1998 e Faria e Palhares (orgs.), 2000). Todo o esforço coletivo no sentido de apresentar críticas cada vez mais consistentes, articuladas e representativas dos diferentes segmentos envolvidos com a educação infantil no país, resultaram nos últimos quatro anos na inclusão na programação do G.T. de reuniões conjuntas com o Movimento Interfóruns de Educação infantil do Brasil – o MIEIB, que tem como princípio básico: a luta coletiva e permanente pela efetivação dos direitos fundamentais das crianças de 0 a 6 anos assegurados por lei (Constituição Federal, ECA e LDB).[7] Esta articulação resultou inclusive numa participação articulada no Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre e nos Encontros Nacionais realizados pelo Movimento nos últimos três anos.

Para finalizar destaca-se também o esforço do grupo em trazer sistematicamente a interlocução com outros campos disciplinares Artes (cinema), Sociologia da infância, História, Psicologia e Comunicação (mídia), através dos trabalhos encomendados, das sessões especiais e dos mini-cursos, como forma de consolidar as discussões na perspectiva teórica metodológica das pesquisas no campo da educação e da educação da infância.

Eloísa A. C. Rocha

Referências Bibliográficas

ANPEd. Parecer da ANPEd sobre o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Revista Brasileira de Educação, *ANPEd, São Paulo, 1998.*

CALAZANS, M.a. Julieta C. ANPEd – Trajetórias da pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil.

Documentos ANPEd. Belo Horizonte - MG.,set/1995.

7 - O M.I.E.I.B. congrega vários Fóruns Estaduais de Educação Infantil.

CAMPOS, Maria M. & HADDAD, Lenira. Educação infantil: crescendo e aparecendo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.80, p.11-20, fev.1992.

CAMPOS, Maria .M. Educação Infantil: o Debate e a Pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, n.101, jul.1997, p.113-127.

CARVALHO, Ana M.A. & BERALDO, K. Interação Criança - criança: ressurgimento de uma área de pesquisa e suas perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.71, p.59-61, nov.1989.

CERISARA, Ana Beatriz. A educação infantil e as implicações pedagógicas do modelo Histórico - Cultural. *Cadernos do CEDES*, São Paulo, n. 35, p. 65-77, 1995.

FARIA, Ana Lúcia G. & PALHARES, Marina S. (orgs). Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios. Campinas-SP, Autores Associados – F.E. – Unicamp; São Carlos, SP – Editora da Ufscar; Florianópolis-SC, Editora da UFSC, 2000 – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 62)

HADDAD, Lenira. & KISHIMOTO, Tizuko. M. História do Grupo de trabalho: Educação da criança de 0 a 6 anos. São Paulo, mimeo, s/d.

KRAMER, Sonia & LEITE, Maria Izabel. Infância: Fios e Desafios da Pesquisa. CAMPINAS, S.P., Papirus, 1996.

KUHLMANN JR., Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Cortez; FCC, n. 78, agosto, 1991.

OLIVEIRA. Zilma M. de (org.). *Educação infantil: muitos olhares*. São Paulo: Cortez, 1994.

PLAISANCE, E. & RAYANA S. L'education préscolaire aujord'hui: réalités, questions et perpectives. *Revue Française de Pédagogie*. Institut National de Recherche Pédagogique. N.119, (abril-maio-jun/1997), p.107-139.

ROSA, Lutero O. A pesquisa sobre educação pré-escolar: uma análise crítica. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*. Brasília, 67 (155): 117-34, Jan./Abr. 1986.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação da criança pequena, a produção de conhecimento na universidade. Cadernos ANPEd. N. 1. 1989.

ROSSETTI - FERREIRA, Maria Clotilde.. A pesquisa na universidade e a educação da criançapequena. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (67): 59-63. nov./1988.

SOUZA, Solange. J. Re-significando a Psicologia do Desenvolvimento: Uma contribuição crítica à Pesquisa da Infância . In: Kramer, S. & Leite, I. M. (org.). Infância: fios e desafios a pesquisa. Campinas – SP, Papirus, 1996.

Depoimentos das/ os Coordenadoras/ es do GT07

Maria Malta Campos

O GT7 da ANPEd: primeiros anos

Começo por citar trecho de um depoimento meu anterior,[1] sobre a criação do Grupo de Trabalho Educação Pré-Escolar, como primeiro foi chamado:

> Fui a primeira coordenadora do GT, por delegação de Glaura Miranda, presidente da ANPEd no período em que se implantou a estrutura de funcionamento da associação por grupos de trabalho. Ela achava importante que houvesse um grupo voltado para a "educação pré-escolar", como era chamada, e solicitou que eu procurasse os pesquisadores interessados no tema e organizasse um GT.
> Naquele período, o trabalho nesses grupos era muito mais informal do que hoje, pois o número de programas de pós-graduação era menor e as reuniões apresentavam uma escala muito mais restrita do que no presente. No caso do nosso tema, a produção científica era ainda incipiente e o esforço de um coordenador exercia-se muito mais na busca de trabalhos e adesões do que na seleção crescentemente competitiva atual.
> Era um campo de conhecimento e práticas ainda em construção, sendo que o GT documentava, analisava e propunha caminhos nesse processo. (...)

Aprovados na Assembleia Geral da quarta reunião da ANPEd, em 1981, os primeiros Grupos de Trabalho (GTs) temáticos foram criados com o objetivo de incentivar a pesquisa educacional, abrindo espaço em sua estrutura inicial para a divulgação de resultados de investigações que estimulassem o debate, a troca de informações e a colaboração entre pesquisadores, docentes e alunos dos programas de pós-graduação stricto sensu, procurando assim contribuir para o avanço do conhecimento sobre a educação no país. (ver ANPEd, 1995)

Nas quatro primeiras reuniões da associação, os assuntos debatidos haviam focalizado aspectos do funcionamento dos programas de pós-graduação em educação nas universidades brasileiras. Assim como outras associações, a ANPEd tinha sido criada por incentivo da CAPES, que estimulou as diversas áreas acadêmicas a formarem suas associações de pesquisa e pós-graduação, no contexto do Plano Nacional de Pós-Graduação de 1975-1979 (PNPG). (Calazans e Saviani, citados por Santos, 2014, p. 99).

Inicialmente foram criados sete grupos: Educação de 1º grau; Educação de 2º grau; Educação Superior; Educação Popular; Educação Rural; Educação e Linguagem e Educação Pré-escolar (Rocha, 2002, p. 8). Para dar início ao funcionamento dos grupos, a diretoria da ANPEd ficou encarregada de escolher e convidar seus primeiros coordenadores. Em alguns casos, pesquisadores interessados já haviam se organizado, como relata Bertha do Valle sobre o GT Educação de 1º grau (Valle, 1995, p. 39). Quanto ao nosso GT, a mobilização do grupo ocorreu após o convite da diretoria da ANPEd.

1. O contexto social e educacional durante os primeiros anos do GT

Começo por situar o contexto daqueles anos em que se deu o convite de Glaura Miranda, o que implica em recordar em que momento de minha atuação profissional aceitei essa nova responsabilidade no âmbito da ANPEd.

1 - Ver texto organizado por Isabel Bujes (2002, p.1) e Dissertação de Mestrado de Tatiani R. L. Santos (2014, p. 100), que reproduzem o mesmo trecho do relato feito por mim.

Nos meus primeiros anos no Departamento de Pesquisas Educacionais (DPE) da Fundação Carlos Chagas (FCC), em São Paulo, onde eu trabalhava desde o ano de 1974, eu havia participado das pesquisas sobre educação pré-escolar, coordenadas por Ana Maria Poppovic, primeiro como estagiária e depois como auxiliar de pesquisa. Mas a professora Glaura Miranda, que havia assumido a presidência da Anped, me conhecia também de outra área de interesse na época, que eram os estudos e mobilizações em torno da então chamada "questão da mulher"[2].

A ONU havia declarado o período de 1975/1985 como a "Década da Mulher" e no DPE, naquela altura, eu participava tanto do grupo que pesquisava a educação básica, como daquele voltado para essa outra área, na qual se incluía a questão da creche. Glaura Miranda também tomava parte nos seminários organizados por Carmen Barroso na FCC, que discutiam as principais pesquisas sobre a situação da mulher no país, e atraiam pesquisadoras de diferentes campos do conhecimento, vindas de diversas universidades e centros de pesquisa.

Nesses mesmos anos, eu desenvolvia a pesquisa que seria discutida em minha tese de doutorado, defendida em 1983 no Departamento de Ciências Sociais da USP. Seu tema eram os movimentos sociais que lutavam por escolas nos bairros populares da cidade de São Paulo, que se mobilizavam principalmente pelo acesso ao então ensino de 1º grau, integrados na maioria por mulheres e mães, sendo que muitas delas também atuavam na organização de pequenas creches comunitárias em seus bairros (Campos, 1982).

Assim, mesmo que a intenção inicial da ANPEd fosse priorizar a pré-escola, na sociedade a creche já ganhava contornos de um tema importante, trazido principalmente pelo campo dos direitos das mulheres, assim também como pelos movimentos sociais de base popular e pela mobilização em torno dos direitos das crianças e adolescentes.

Fúlvia Rosemberg era a pesquisadora que trazia uma importante contribuição para essas áreas, na equipe da Fundação Carlos Chagas: como parte de uma dotação da Fundação Ford aos estudos sobre a situação da mulher no DPE, Fúlvia havia proposto um projeto de pesquisa e intervenção sobre a questão da creche e me convidou a participar de seu desenvolvimento.

A criação do GT 7 coincidiu, portanto, com um período de múltiplas mobilizações, que já extrapolavam os limites de seu título inicial: educação pré-escolar.

2. Os primeiros anos

Em documentos que relatavam as atividades dos anos iniciais do GT, encaminhados para a nova coordenadora, Ana Lúcia Goulart de Faria, constam informações sobre as primeiras reuniões e suas participantes[3].

> *O grupo de trabalho 'Educação Pré-escolar' reuniu-se pela primeira vez, em março de 1982, na V Reunião da Anped, no Rio de Janeiro.*
> *Nesta ocasião, optou-se por fazer uma discussão conjunta dos principais problemas existentes na área, com base na experiência profissional e de pesquisa dos participantes.*
> *(...)*
> *Este grupo não voltou a reunir-se com a mesma composição no âmbito dos encontros da ANPEd; entretanto, em outras ocasiões, como por exemplo nos painéis da CBE e nas reuniões da SBPC, algumas pessoas (...) deram continuidade às discussões e análises esboçadas em 82.* (Campos, 1986, p. 1)

Esta última informação é importante, pois mostra o contexto desses anos, em que eventos como as CBEs (Conferências Brasileiras de Educação) e as reuniões da SBPC eram espaços privilegiados nos quais as mobilizações que

2 - O conceito de "gênero" e a expressão "relações de gênero" só viriam a ser empregados anos depois.

3 - Em anexo, consta um quadro com os nomes de participantes das primeiras reuniões citados nos relatórios.

caracterizaram esse período da transição democrática no país encontravam novas oportunidades para divulgar e debater propostas para o novo arcabouço legal que deveria ser implantado após os vinte anos de regime militar.

Sonia Kramer comenta os primeiros contatos com o GT 7:

> *Como mestranda da PUC – Rio, (...) descobri um dos poucos espaços acadêmicos existentes então no Brasil, que buscava integrar pesquisadores preocupados e ocupados com os estudos das crianças pequenas. O grupo me acolheu de forma doce e carinhosa e eu me senti muito bem recebida nesta área. Éramos poucos.*
> (Kramer, in Bujes, 2002, p. 2)

As informações sobre o encontro do GT na VI Reunião Anual da Anped, realizada em Vitória, relatam que "a estrutura de organização dos trabalhos formalizou-se um pouco", com a apresentação de três trabalhos inscritos e mais uma pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, que não estava prevista na programação. No ano seguinte (1984), continua o relatório, "as 3 comunicações submetidas com antecedência à coordenação" não permitiram a organização de uma mesa-redonda, como previa a direção da ANPEd. (Campos, 1986, p. 2)

Em um "quase desabafo", segundo Lenira Haddad e Tizuko Kishimoto, que citam um trecho do relatório de 1986, eu comentava:

> *A pré-escola é uma área relativamente desprestigiada dentro de todas as áreas de pesquisa em Educação, é uma área em que existe apenas um acervo pequeno de trabalhos, sem uma tradição maior. Estes são imaturos em relação à formulação teórica, e a própria metodologia utilizada pode ser criticada sob vários aspectos. Nesse sentido, o GT reflete uma dificuldade da própria área.*
> *Não sei, ainda, por onde poderíamos começar a atuar para nos tornarmos realmente um GT, pois considero que ainda não o somos. (*Boletim ANPEd, 1986, citado por Haddad e Kishimoto, 1995, p. 25*)*

O relato sobre o ano seguinte mostra uma situação bem diferente, com uma nota importante, quando informa que os temas abordados tratavam tanto da pré-escola como da creche. A menção às "camadas populares" sugere o teor dos trabalhos e dos debates, naquele último ano da década da mulher e no contexto da Constituinte.

> *Foi em São Paulo, na VIII Reunião, em maio de 85, que o encontro do grupo voltou a apresentar uma densidade maior. Com todos os trabalhos que foram propostos – não houve seleção – organizou-se um painel que provocou grande interesse do público, já bem maior do que nas reuniões anteriores.*
> (...)
> *Os temas da pré-escola disponível para as camadas populares e da creche voltaram a conviver, (...). No final, foi possível retomar as questões levantadas na primeira reunião e, embora o grupo presente não fosse o mesmo, realizar uma espécie de balanço do 'estado da arte' nessa área.*
> (Campos, 1986, p. 2-3)

A reunião do GT em junho do ano seguinte (1986) deveria, segundo as orientações recebidas, fazer um balanço do funcionamento do grupo, definir a coordenação e um programa de trabalho. O relatório de uma página mostra que somente foram apresentados dois trabalhos. Um novo GT sobre Alfabetização estava sendo organizado, coordenado por Sonia Kramer, com muitos interesses comuns ao GT de Educação Pré-escolar, o que motivou uma reunião conjunta dos dois grupos.

Naquele ano, o tema para o qual convergiam as discussões era a Constituinte. A ANPEd era um espaço importante de debate e amadurecimento das propostas para a nova Constituição, e o GT 7 era o grupo que não apenas deveria rever o que prescrevia a legislação do período anterior, mas na realidade deveria propor algo novo, pois a educação das crianças pequenas não constava como um direito nem ao menos na LDB vigente, promulgada em 1971, durante o regime militar. Nesse ponto, o pequeno relatório de uma página contém uma informação significativa:

> *Grande parte da discussão, nos dois primeiros dias, girou em torno da questão da Constituinte e da importância da pré-escola constar desse texto legal. Foi elaborada uma proposta para a plenária dos grupos que discutiram Educação e Constituinte, a qual foi aprovada. Posteriormente foi enviada uma circular a todos os participantes do grupo, desde que começou a existir, comunicando este fato.* (Campos, s.d., p. 1)

Haddad e Kishimoto citam trechos dessa circular:

> *Em primeiro lugar, por sugestão do grupo e aprovação unânime da plenária realizada dia 5, que encaminhou uma proposta de texto para a próxima Constituição, neste foi incluído o seguinte item: 'É obrigação do Estado estender a oferta de ensino pré-escolar público a todas as crianças de 4 a 6 anos'.*
> *Esta redação foi a escolhida, pois enfatiza a obrigação do Estado (no caso do 1º grau há também a obrigação do cidadão), inclui todas as crianças, e não apenas as 'carentes' e define que se trata de ensino público; ao mesmo tempo é realista, reconhecendo que o processo não é automático: a obrigação é de estender a oferta. O caráter gratuito já havia sido garantido por um item anterior referente a todos os níveis de ensino.* (apud Haddad e Kishimoto, 1995, p. 26)

O parágrafo seguinte do trecho citado toca na questão da resistência que se percebia na ANPEd a respeito da creche, arriscando uma previsão que seria confirmada pelos fatos, conforme relato no próximo item.

> *Esperamos que a questão da creche seja incluída na Constituição através da pressão dos grupos de mulheres, pois no meio educacional ainda não existe clima favorável para isto; se a proposta fosse definida para a faixa de 0 a 6 anos, provavelmente não passaria.*
> (apud Haddad e Kishimoto, 1995, p. 26)

3. A polêmica sobre os direitos da criança pequena à educação no âmbito da Anpedd

Já estávamos nas décadas finais do século XX e o Brasil ainda contava com altas porcentagens de exclusão escolar: era alto o número de crianças sem acesso ao ensino de 1º grau e as taxas de repetência nos primeiros anos da escola chegavam a quase 50% em vários pontos do país. Por esse motivo, muitos educadores que participavam da ANPEd defendiam que a nova legislação deveria priorizar essa etapa da escolaridade e relutavam em incluir mais uma obrigação aos sistemas de ensino, no caso a educação pré-escolar; quanto à creche, que até então não fazia parte do setor da educação, a resistência era ainda maior.

Na introdução da publicação "Financiamento de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos", que reunia os trabalhos apresentados em encontro promovido pelo GT 7, realizado na Fundação Carlos Chagas em outubro de 1987, já durante a gestão de Ana Lúcia Goulart de Faria, estão citados os principais argumentos levantados pelo nosso grupo, em defesa do atendimento à faixa de 0 a 6 anos, a partir dessa polêmica (Campos, in Faria e Campos, 1989).

a) o "caráter predominantemente educativo da creche e da pré-escola, e não exclusivamente assistencial."

b) O "direito da criança de 0 a 6 anos"; (...) sendo que "a esse direito não corresponde uma obrigação".

c) Creches e pré-escolas "atendem também às necessidade da mulher que trabalha".

d) "... entendemos que em termos de política educacional, o 1º grau seja contemplado com prioridade, e não com exclusividade."

e) "... defendemos a ideia de que é importante investir-se nas redes públicas de pré-escola e creche, desencadeando-se desde já um processo de formação de pessoal, montagem de currículos e acúmulo de experiência em geral, que não pode ser mais adiado." Mencionava-se, a seguir, o fato da maioria do atendimento em creches ser por meio de convênios, recomendando porém que "o Estado deve começar a investir nas redes públicas, especialmente de pré-escolas, onde as condições estão mais maduras, mas também em creches, no que for possível e necessário."

f) Por último, vinha a crítica às propostas de creches domiciliares e outros atendimentos similares, que faziam "chegar às parcelas mais exploradas da população os serviços de pior qualidade." (Campos, 1989, p. 5-6)

O foco no financiamento da educação para a criança pequena devia-se tanto à necessidade de contrapor argumentos às posições que defendiam uma exclusiva prioridade ao ensino de 1o grau, como ao fato de coexistirem, na época, diversos órgãos públicos se ocupando de programas voltados para a faixa de 0 a 6 anos, o que gerava sobreposição de responsabilidades, falta de coordenação e desperdício de recursos.

Como relatava Carmen Craidy, na mesma publicação, analisando os anteprojetos da Constituição em debate no Congresso, a formulação proposta pelo movimento Criança e Constituinte, "totalmente assumida" por um segundo substitutivo do relator, estabelecia "a obrigatoriedade do Estado de oferecer creches e pré-escola gratuitamente, de forma especializada, a todas as famílias que o desejarem." Ela concluía seu depoimento, lembrando que "a pressão é necessária e vale a pena" sobre a Assembleia Constituinte. Os fatos mostraram que ela tinha razão! (Craidy, 1989, p. 40-41).

4 - Lembrando aqueles tempos nos dias de hoje

Esses relatos, apenas uma pequena amostra dos debates e mobilizações que acompanharam os primeiros anos do GT 7, revelam como os trabalhos de uma associação como a ANPEd contribuíram para a construção de muitas políticas, legislações e iniciativas que hoje vemos em perigo de serem desmontadas e/ou totalmente desvirtuadas.

Na Anped, a militância acompanhava de perto a pesquisa, uma alimentando e sendo ao mesmo tempo alimentada pela outra. A reconstrução democrática nos colocava constantemente novos desafios: depois da Constituinte, a LDB, novamente com o debate sobre a inclusão da creche na educação básica, opção hoje defendida internacionalmente e que inicialmente foi difícil de ser aceita por muitos de nossos colegas.

Foi também um tempo de muito trabalho, muitas discussões, e importantes alegrias. Aos poucos, o grupo foi crescendo e ganhando forças. Esse já vai ser o período das coordenadoras que me sucederam no GT.

É muito importante que hoje, quando parece que é tão fácil destruir o que foi tão duro construir, os grupos que pesquisam e militam em favor dos direitos das crianças pequenas neste país lembrem dessa trajetória e ganhem ânimo, mesmo em circunstâncias tão difíceis, para dar um novo alento a esta história.

Agradecimentos

Agradeço a ajuda amiga de Gizele Souza, que me fez chegar cópias de documentos e publicações sobre esse período, para a elaboração deste depoimento.

Agradeço também a Ana Lúcia G. Faria, que arquivou e disponibilizou alguns relatórios datilografados por mim,

sobre as primeiras reuniões do GT, cujas fotos me foram enviadas por Gizele.

Sem esses subsídios, em tempos de pandemia e isolamento social, eu não teria como pesquisar os registros necessários para reavivar essas memórias.

Referências bibliográficas

ANPEd. *ANPEd:* Histórico dos Grupos de Trabalho. Anped, set. 1995.

BUJES, Maria Isabel E. *O GT Educação da criança de 0-6 anos*: alguns depoimentos sobre a trajetória. 2002.

CAMPOS, Maria M. Malta. *Escola e participação popular*: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (Tese de Doutoramento)

CAMPOS, Maria M. *Relatório GT Pré-Escola*. s.d. (datilografado)

_____. ANPED. *Grupo de Trabalho "Educação Pré-Escolar"*. 1986. (datilografado)

_____. Introdução. In: FARIA, Ana Lúcia G.; CAMPOS, Maria M. (0rgs.) Financiamento de Políticas Públicas para crianças de 0 a 6 anos. *Cadernos ANPEd* (Nova Fase), n.1, 1989, p. 5-7.

CRAIDY, Carmen M. A questão da criança na Constituinte. In: FARIA, Ana Lúcia G.; CAMPOS, Maria M. (0rgs.) Financiamento de Políticas Públicas para crianças de 0 a 6 anos. *Cadernos ANPEd* (Nova Fase), n.1, 1989, p. 37-42.

HADDAD, Lenira; KISHIMOTO, Tizuko M. O GT Educação da Criança de 0 a 6 anos. In: *ANPEd: Histórico dos Grupos de Trabalho*. Anped, set. 1995. p. 25-28.

KRAMER, Sonia. Algumas palavras... In: BUJES, M. I. E. *O GT Educação da criança de 0-6 anos*: alguns depoimentos sobre a trajetória. 2002, p. 2-3.

ROCHA, Eloisa A. C. A educação infantil: trajetória do G.T. 07 na ANPEd. In: BUJES, M. I. E. *O GT Educação da criança de 0-6 anos*: alguns depoimentos sobre a trajetória. 2002, p. 8-15.

SANTOS, Tatiani R. L. *Crianças e infâncias*: um *olhar de azul* para os trabalhos apresentados no GT07 da ANPEd. Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2014. (Dissertação de Mestrado)

VALLE, Bertha B.R. O GT Ensino Fundamental: uma história de quinze anos. In: *ANPEd: Histórico dos Grupos de Trabalho*. Anped, set. 1995. p. 39-42.

Anexo - Lista de participantes das primeiras reuniões do GT 7, conforme os relatórios citados (CAMPOS, s.d. e CAMPOS, 1986)

1ª Reunião – 1982 – V Reunião Anual, Rio de Janeiro

Regina L. Camargo – BH

Lívia M. Vieira – BH

Regina Secaf – Ribeirão Preto

Clotilde Ferreira – Ribeirão Preto

Sandra Carvalho – Piracicaba

Sônia Kramer – RJ

Marília Boasaid - RJ

Evelyn - RJ

Gianini - RJ

Helena Uema – Paraíba

Guilherme Andrada – Fortaleza

Maria Regina Maluf – SP

2ª Reunião – 1983 - VI Reunião Anual, Vitória

- Trabalhos inscritos e apresentados

A questão dos profissionais de creche (Marta W. Grosbaum e Maria M. Campos, SP)

Creches na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Lívia M. F. Vieria e Regina l. M. Camargo, BH)

- Trabalho relatado sem inscrição prévia

Pesquisa sobre centros comunitários de vitória (Maria do Carmo Varella Cabral, UFES)

3ª Reunião – 1984 – VII Reunião Anual, Brasília

Não houve encontro do GT. A mesa redonda prevista pela direção da ANPEd não pode ser organizada com base nas 3 comunicações recebidas.

4ª Reunião – 1985 – VIII Reunião Anual, São Paulo

Maria Helena Ferreira – UFAL

Silvia M. Batista – UFES

Zilma R. Oliveira – USP

Lúcia C. Carvalho – UFF

Sylvia M. Cavasin – FCC, SP

Laís Monteiro – UFGO

5ª Reunião – 1986 – IX Reunião Anual, Rio de Janeiro

Valdemarina de Azevedo e Souza – PUC/RS

Walburga Arns da Silva – Universidade Federal de Sergipe (trabalho apresentado por seu marido, José Paulino Silva)

Na torcida de vingar de novo: Apesar de você...

Ana Lúcia Goulart de Faria

Nós estávamos trazendo a criança para o debate. Algumas de nós já vinham pesquisando e nos unimos para criar o GT, nosso GT 07 trazendo a criança para a Anped. Então já na Constituição de 1988 vai ser a primeira vez que "todos têm direito à educação", são todas as pessoas (e não só a partir dos 7 anos com a escola obrigatória) , inclusive as crianças de 0 a 6 anos, educadas e cuidadas em creches e pré-escolas (então consideradas não obrigatórias e por opção das famílias).

Eu fiz parte da experiência de Piracicaba (SP), da qual sou muito orgulhosa já que foi a primeira experiência em políticas públicas de educação na qual as crianças de 0 a 6 anos começaram a ser educadas e cuidadas na esfera pública em uma Secretaria Municipal de Educação e não as crianças de 0 a 3 anos em creches na Secretaria da Assistência Social e as crianças de 4 a 6 anos em pré-escolas na Secretaria da Educação como acontecia e acontecerá por mais algum tempo após a Constituição de 1988 considerar o direito à educação também das crianças de 0 a 6 anos. Eu fazia mestrado, (sou da primeira turma de mestrado na UFSCAR, 1976 !!!!! século passado - risos) e era meu colega o irmão do Secretário da Administração da prefeitura de Piracicaba, que depois ficou bem conhecida com suas políticas sociais integradas: educação (administrada com o PC) , saúde (com o PC do B) , habitação (com o MR8) e a assistência social (com líder comunitário) e a primeira secretaria municipal do meio ambiente (com a bióloga primeira dama). Assim João Hermann Neto, prefeito do MDB (na época havia apenas 2 partidos Arena e Mdb) foi chamado pela imprensa alternativa "Prefeito Periferia". Ele tinha o apoio de partidos clandestinos de esquerda e nós filiadas ao Mdb éramos de "dupla camiseta" como ele nos chamava. Naquele tempo havia 600 municípios no estado de São Paulo e em 1976, quando da primeira eleição municipal para prefeitos e vereadores pós golpe de 64 vence o MDB em 60 deles. Vinda do mestrado com outras colegas trouxemos a criança pequena de 0 a 6 anos e construímos uma ideia materializada no CEPEC - Centro Polivalente de Educação e Cultura que justamente recebia as crianças de 0 a 3 na creche e de 3 a 6 anos na pré-escola e as crianças da primeira etapa do então 1º grau vinham em horário alternado ao da escola para a nossa Educação Complementar no Cepec.

Passei a participar dos debates sobre mulher e creche que a Fundação Carlos Chagas estava começando fazer. O Jornal Mulherio data deste período. Fúlvia e Maria eram as forças motoras desde então às quais me juntei. Assim passo a fazer parte do grupo das pioneiras e renomadas pesquisadoras da educação das crianças de 0 a 6 anos: Regina de Assis, Sonia Kramer, Clotilde Rosseti-Ferreira, Maria e Fúlvia. Minha participação se dá por conta da minha atuação no chão da experiência municipal piracicabana. E aquele momento é um momento de luta para sair da ditadura militar, luta pelas liberdades democráticas e a nossa especificidade era trazer a criança junto conosco. Assim eu conheci a Maria Malta Campos.

Então não era só a questão da mulher, que já estava mais discutida, embora a Anped não nasce com a questão de gênero, nada disso, este GT é bem posterior. Mas nós trazemos a criança para o GT 07. Eu me lembro que a Fúlvia vai conversar com os senadores na hora de votar na Constituinte a questão da criança e da educação infantil que só bem depois na LDB vai se chamar 'a primeira etapa da Educação básica'. Para que eles (pelo que me lembro não tinha nenhuma mulher no Senado. Vamos ter depois a Eva Blay) aprovassem o direito à educação das crianças de 0a 6 anos, Fúlvia vai explicar para eles a importância desta decisão constar da nova Constituição. Não lembro em que ano foi, mas houve também uma CPI sobre a creche.

Esse meu depoimento tem esse sabor assim da "omelete de amoras" do Benjamin, mas infelizmente nossa resistência hoje e o que a gente está fazendo não dá conta daquele momento de esperança às vésperas do final da ditadura militar. Agora estamos reinventando novas formas de vida e assim, já que para pessimismos precisamos de melhores momentos (como nos diz Rose Cipriano no documentário 'Sementes'), que tal reinventar as políticas sociais para o Brasil

e partirmos para uma omelete de jabuticaba? Políticas sociais com 'ingredientes' essenciais com as crianças, povos originários, jovens negras/os que interrompam o genocídio em curso.

Há 40 anos atrás, convidada pela Maria, nós trazíamos as crianças para a Anped no GT 07. A Anped tinha os Grupos de Trabalho organizados a partir das disciplinas do currículo do curso de Pedagogia: Sociologia, História, Filosofia, etc., era assim. Daí muda e o GT 07 que era de Educação pré-escolar passa a ser de Educação das crianças de 0-6 anos. Então esse meu depoimento eu faço com nostalgia embutida. Lógico uma grande alegria de ter feito tudo que fizemos, de estar festejando os 40 anos de militância e comemorando na contramão do negacionismo e do infanticídio em curso, nossos 40 anos, com essa comemoração super caprichada, de pesquisa, resistência, militância e defesa dos direitos das crianças organizada pela atual coordenação do GT, conselho cientifico e comissão do evento: Angela, Romilson, Gizele, Magda, e tantas outras colegas.

Esse depoimento nesse momento atual me faz recordar, com alegria e com nostalgia os 40 anos vividos, mas que não consigo hoje encontrar de novo o "omelete de amoras". Não é possível, só mesmo na memória e assim podemos reviver coletivamente nestes festejos promovidos pela moçada do GT.

Machado de Assis nos disse O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Essa frase do Machado traz na primeira pessoa nós pessoas adultas. No caso aí ele está falando do velho e eu me coloco, me identifico totalmente com os meus 70 anos, mas eu gostaria de deixar claro que o meu depoimento ele não é nessa dimensão que o Machado fala de nós adultos e adultas. Eu estou querendo trazer o Walter Benjamin, trazer o "omelete de amoras" não é para juntar as duas pontas, é para trazer a criança é para trazer a criança e a criança que a gente pode ter dentro da gente. Eu acho que no caso nós do GT temos essa criança dentro da gente. Somos criancistas e criançólogas. Estamos sempre militando, resistindo, fazendo leis, teses, publicando, orientando, mas só que hoje nesse (des) governo de ultra direita , mergulhado na necropolítica e, pior ainda, com foco grande nas crianças, infanticídio em marcha... é preciso resistir ainda mais. Fica o desafio para o nosso GT 07 e nossas pesquisas de pensarmos em tempos de assassinato dos povos originários a preservação das mais de 200 línguas faladas pelas crianças antes de frequentarem o sistema de educação nacional.

Eu falo bem nesse momento de grande tristeza no país e nós vamos festejar os 40 anos de militância e pesquisa para combater o negacionismo e a necroinfância e o infanticídio. Termino com uma pitada de otimismo na parábola do Walter Benjamin apostando que a gente agora reinvente novas formas de vida. Normalidade nuuuunca mais! Nós vamos fazer omeletes temperados com os temperos do futuro, com os temperos que nos salvam hoje. Vamos com Calvino encontrar o que não é inferno dentro do inferno. Essa é a nossa palavra de ordem agora. A nossa forma de resistência é ir contra a normalidade, reinventar formas de vida.

Então vamos fazer omelete de jabuticaba à brasileira bem longe da pandemia e bem longe do pandemônio no poder. Mas com o protagonismo das crianças na construção da realidade social. Abaixo o infanticídio! Abaixo a necropolítica!

Segue nosso querido Chico que em 1970 expressou tão bem o otimismo que vingou. Na torcida para vingar de novo!!!!!

APESAR DE VOCÊ

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu

Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar
Quando chegar o momento
Esse meu sofrimento
Vou cobrar com juros, juro
Todo esse amor reprimido
Esse grito contido
Este samba no escuro
Você que inventou a tristeza
Ora, tenha a fineza
De desinventar
Você vai pagar e é dobrado
Cada lágrima rolada
Nesse meu penar
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Inda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
Que esse dia há de vir
Antes do que você pensa
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar

Vendo o céu clarear
De repente, impunemente
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai se dar mal
Etc. e tal

GT 7 Educação da Criança de 0 a 6 anos: contextos, lutas, desafios nos anos 80/90

Sonia Kramer

Contextos

O GT 07 começou a funcionar como Educação Pré-Escolar, em 1980, com a coordenação de Maria, que imprimiu um caráter de seriedade, serenidade e combatividade ao grupo.

Comecei a frequentar a ANPED na reunião de 1979, realizada na UERJ. Então fazendo o Mestrado em Educação na PUC-Rio, convivia com estudantes e professores de universidades de todo o país e de diferentes áreas da educação, dedicados ao estudo e à pesquisa. Marli André, professora e querida amiga, e Zaia Brandão, minha orientadora, me aconselharam a procurar Maria Malta Campos, já uma referência na área da educação e que segundo Marli estava organizando um GT voltado à educação pré-escolar, então tema da minha dissertação. Na reunião, quatro pessoas: Maria, Livia Fraga, Regina Mello. E eu; ávida e grávida!

Naqueles anos 80, o contexto político era tenso e intenso, lutas importantes pela volta da democracia ocupavam as ruas de todo o país: Campanha da Anistia; Campanha das Diretas; retorno progressivo às eleições estaduais e municipais.

Quanto às crianças pequenas, os debates transitavam entre as questões dos direitos das mulheres, a necessidade de espaços de socialização das crianças e as dificuldades da escola. Ainda longe de uma pauta relativa à institucionalização, era forte a discussão sobre o papel da pré-escola, a crítica ao conceito de privação cultural a partir do qual eram vistas as crianças das classes populares, e temas relativos à desigualdade e raça, creches no local de trabalho. A presença de pesquisadoras experientes tais como Fúlvia Rosemberg, Clotilde Rossetti Ferreira, Zilma de Oliveira, Tizuko Kishimoto, Carmen Craidy, Ana Luiza Smolka, a própria Maria Malta Campos, claro, entre outras pessoas (sempre um risco listar nomes!), foi conferindo ao GT respeitabilidade que raras vezes se observava no Brasil de então diante de temas infantis.

Em 1985/6, a criação do GT 10 Alfabetização, Leitura e Escrita, de que também participei ativamente, se deu pela reunião de pesquisadoras reunidas em torno da professora Magda Soares. Assumi a coordenação desse GT 10 em 1985, e a partir daí me revezei durante trinta anos pelos dois espaços de pesquisa, seus debates teórico-metodológicos e políticos. A divisão entre o GT 07 e o 10 – uma espécie de bigamia científica – tinha a ver com meus interesses pessoais, político-ideológicos e de pesquisa sobre educação da infância e cultura escrita. Felizmente, ao longo desse tempo, aprendi muito e construí boas amizades, lá e aqui.

Até hoje creio – posso estar enganada – que a cultura escrita é um tema difícil para o GT 07. Para mim, Paulo Freire e a Pedagogia Freinet ofereciam já naquele momento perspectivas criativas e críticas de trabalho com as crianças, ao lado da riqueza da nossa tradição de literatura oral e escrita. E em muitos municípios do país, entre os quais a cidade do Rio de Janeiro onde nasci e onde moro, o Ensino Fundamental começava já nos anos 80 aos 6 anos, o que mostrava (e mostra) a relevância de alternativas vivas e interessantes para a leitura/escrita.

Lutas

Durante toda a década de 80, as lutas foram muitas e imprescindíveis. Na minha maneira de ver, o GT 07 foi se constituindo como sujeito coletivo, como intelectual coletivo. Nos cenários institucionais daquela época, cabe destacar a interlocução com ministérios como o MEC, o Ministério do Trabalho, da Previdência, da Cultura, da Justiça; bem como com e entre secretarias estaduais e municipais de Educação, Saúde, Assistência ou Promoção Social, e ainda com instituições como a UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação), a UNCME (União Nacional de Conselhos Municipais de Educação), movimentos sociais.

Essa foi uma prática instituída pela ANPED e que teve atuação significativa neste GT 07. Nesse contexto, cabe destacar a atuação de Angela Barreto – Coordenadora da Coordenação de Educação Infantil/COEDI no MEC - que dialogou com as universidades e deu grande incentivo à criação e reconhecimento dos fóruns estaduais de educação infantil, da mesma maneira que anos mais tarde Rita Coelho que, como coordenadora da COEDI, dialogou com os fóruns, o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, e as universidades.

A meu ver, o GT 7 foi tendo atuação como sujeito coletivo simultaneamente:

(1) na pesquisa e produção do conhecimento (psicologia, sociologia, história, filosofia, antropologia, políticas públicas). A presença visível de universidades de todas as regiões do país alimentava os debates em torno da inserção das crianças na cultura escrita (alfabetizar ou não); questões de raça, gênero, diversidade cultural, étnica; direito à creche, à brincadeira etc.

(2) no diálogo crítico com políticas públicas federal estaduais e municipais. A atuação de Fúlvia Rosemberg, com questões sobre mulheres, crianças e raça e de Dolores Kappel, (dados sobre crianças até 5 anos no IBGE), de Carmen Craidy na Previdência são alguns dentre os muitos exemplos de como o GT agia nos e com movimentos sociais.

A ação firme e propositiva de Maria Malta se fez sentir também na pressão sobre agências de fomento para o apoio a pesquisas sobre as crianças pequenas, bem como para as publicações de qualidade. A coordenação de Maria Malta no GT foi seguida pela coordenação de Ana Lúcia Goulart de Faria e aqui cabe destacar sua intensa e relevante atividade para a organização e mobilização do GT na luta por incluir direitos das crianças à educação infantil em creches e pré-escolas a Constituinte de 1988.

Logo em seguida à Constituinte, o GT continuou a participar da mobilização e, torno do Estatuto da Criança e Adolescente/ECA, importante documento que reuniu 1 milhão de assinaturas por direitos sociais das crianças e jovens e seu direto nos setores da saúde, educação, assistência, justiça, seu direito à vida!

Mudança do nome: a criança no centro da cena

A mudança do nome do GT de Educação Pré-Escolar para GT para "Educação da Criança de 0 a 6 anos" em 90 teve a ver com esse contexto de luta e a mobilização pelo ECA, ao lado de pesquisas e debates políticos que progressivamente concebiam a criança seja como sujeito social, ator social, sujeito histórico, pessoa, cidadã. Os direitos sociais e humanos eram (e são) defendidos no sentido de garantir o reconhecimento das diferenças de todos os tipos e o combate à desigualdade social e econômica e á marginalização cultural das populações infantis no Brasil.

Do ponto de vista pessoal, atuar na Educação Infantil com as crianças de 0 a 6 anos e nos primeiros anos do Ensino Fundamental mobilizou a mim e outros profissionais na defesa de se conceber, entender, ver as crianças e com elas atuar como crianças mais do que como alunos. A expressão crianças de 0 a 10 anos delineada anos mais tarde, foi se formando desde então.

Em 1990, a coordenação do GT foi por mim assumida ao lado de Solange Jobim e Souza e Regina de Assis (orientadora de doutorado de Solange). Eu fazia doutorado, com orientação de Leandro Konder (na PUC-Rio) e Sarita Moisés (na UNICAMP) e integrava o Plano Nacional de Alfabetização do MEC, presidido por Paulo Freire, de curtíssima duração. Ainda – como durante muitos anos – atuando, estudando, trabalhando com crianças pequenas e cultura escrita.

Logo após a luta pelo Estatuto, aprovado em 1990, o GT continuou sua ação pela inclusão dos direitos das crianças de 0 a 6 na LDB; das creches no FUNDEB e muitos outros exemplos mais recentes, com atos que são tentativas de apagar o que se conseguiu construir.

Enfim, nesse momento grave em que vivemos, recontar a história de ontem nos fortalece e conecta com o hoje. Diz Benjamin, "os mortos não estão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer"[4]. Para nós, isso precisa significar o reconhecimento ético-político das crianças como cidadãos e cidadãs, como pessoas que são, que têm direito **ao respeito, à resposta responsável, à história.** Ao concluir esse pequeno relato, gostaria de compartilhar ainda que minha mais angustiante preocupação é hoje, nesse contexto de pandemia e governo fascista, com as crianças das classes populares em geral e com as indígenas em particular. Que saibamos trabalhar por elas, sua vida, seus direitos, contra o silenciamento e esquecimento de suas línguas, culturas, histórias.

4 - BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política.* São Paulo, Brasiliense, 1987, (p. 224-225).

Regina de Assis

Ao iniciar este breve relato, parabenizo a Comissão dos 40 Anos do GT07 da ANPED, ao realizar esta iniciativa de recuperar a História da Educação Infantil em nosso País, num momento de tantas incertezas, equívocos e destruição de conquistas tão indispensáveis para as Crianças e Famílias Brasileiras.

Em 1990, quando fui convidada para assumir a Coordenação do GT07, eu era Professora no Departamento de Educação da PUC/Rio e com as ex/alunas da Pós/Graduação, Solange Jobim e Souza, cuja tese de Doutorado tive o privilégio de orientar e Sonia Kramer para quem também colaborei na Dissertação de Mestrado, estava em plena efervescência o debate sobre a Natureza e a Importância da Educação Infantil para as Crianças dos 0 aos 6 anos. Os debates acalorados abrangendo desde a discussão sobre a própria nomenclatura – Educação Pré/Primária, Creche e Pré/Escola, Cuidado e Educação, Educação Infantil - e a consequente Legislação e Financiamento para o Âmbito Público ocupavam nossas discussões na Docência e Pesquisa. Consequentemente, discutia-se muito também sobre a Educação dos Educadores que se responsabilizariam pelo trabalho pedagógico com as Crianças dos 0 aos 6 anos e quais as exigências neste sentido: o Curso Normal de Professores seria suficiente, ou o indicado seria exigir a Graduação em Pedagogia?

É bom lembrar que recentemente, em 1988, havia sido aprovada a Nova Constituição Federal, que em seu Artigo 227 declarava que era preciso "Honrar as Crianças Brasileiras, Prioridade Absoluta para o País". No entanto ainda não tínhamos uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para a qual vínhamos trabalhando nas Conferências Brasileiras de Educação/CBEs, e no GT07 da ANPED, entre outras organizações.

Assim os debates estabelecidos no GT07 em 1990 priorizavam a necessidade premente de estimular e desenvolver Pesquisas a respeito do Cuidado e Educação das Crianças dos 0 aos 6 anos, analisando, portanto, desde Questões Epistemológicas a respeito do Desenvolvimento e da Educação Infantil até o debate sobre Legislação e Financiamento nos Sistemas de Ensino Público e a Educação Prévia e em Serviço dos Educadores para esta faixa etária.

Tudo isto evoluiu também para uma discussão a respeito dos Direitos das Crianças e suas Famílias, Direitos estes presentes na Legislação sobre o Trabalho das Mulheres, mas não contemplados, especificamente, na Legislação Educacional existente. Iniciativas isoladas da Área que se ocupava da Educação Infantil no MEC, contaram com a colaboração do GT07 em várias ocasiões e documentos, publicações e iniciativas surgiram como fruto destes esforços.

Mas o engajamento dos Educadores e Pesquisadores Brasileiros comprometidos com o Cuidado e Educação das Crianças dos 0 aos 6 anos prosperou com o estímulo do GT 07 e gostaria de ressaltar algumas Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado motivadas por estas buscas e compromissos. Contribuíram para estes objetivos a introdução de ideias, conceitos e conhecimentos derivados da Perspectiva Sócio/Histórico/Cultural do Desenvolvimento e Educação das Crianças, ainda pouco estudada e conhecida no Brasil.

A partir de Cursos que ministrei no Depto. de Educação da PUC/Rio, desde 1987 e depois também na Faculdade de Educação da UERJ a partir de 1992, o trabalho científico de Lev Vygotsky, Luria, Leontiev e Bakhtin foram confrontados com as visões de Célestin Freinet, Jean Piaget e Paulo Freire, então largamente discutidos e utilizados na Graduação e na Pós Graduação da Educação. Estas discussões teórico/práticas foram ampliadas por outros Professores/Pesquisadores no GT07 e em outras Universidades, ampliando consideravelmente a compreensão sobre a Natureza da Educação e dos Direitos das Crianças dos 0 aos 6 anos e suas Famílias.

Tive o privilégio e o prazer de orientar as Teses de Doutorado na Edu/PUC/Rio de Solange Jobim e Souza, "Infância e Linguagem: o encontro da Ética e da Estética nas Ciências Humanas" em 1992 e de Ma.Teresa de Assunção Freitas, " Psicologia e Educação: um Intertexto Pesquisa Sócio/Histórica" também em 1992, que tiveram larga repercussão, inclusive no GT 07 , sendo depois publicadas e desdobradas em outras obras.

Em 1993 fui convidada pelo Prefeito recém/eleito Cesar Maia, para ser a Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro, na maior mega/rede de Ensino da América Latina, que naquela época ainda não contava com um Departamento de Educação Infantil. Convidei Mestrandos e Doutorandos da PUC e da UERJ, meus Orientandos e também membros do GT07. Organizamos o Departamento com o apoio do SEPE, Sindicato dos Professores, encerrando uma visão populista do trabalho com Crianças de 0 a 6 anos, nas então chamadas Casas das Crianças, mantidas em Comunidades por Mães e Voluntárias. Outras Dissertações de Mestrado, remanescentes de meu trabalho na FE/UNICAMP, como a de Marlene Fagundes Carvalho Gonçalves "Representações Sociais e seu Impacto" de 1989, "A construção da Autonomia em Crianças de Origem Operária" de Luciana Ma. Teixeira Castrillon em 1989 também contribuíram para o trabalho no GT 07. No Rio as Dissertações de Mestrado de Ma. Inês de Carvalho Delorme "O sabor do saber: por uma formalização saborosa da Leitura e da Escrita" Edu/PUC/Rio, de Rita Cohen Bendetson "Mamãe posso ir? Quantos passos? Quando a Criança e seus Pais se adaptam à Escola de Educação Infantil" também Edu/PUC/Rio fortaleciam as discussões no GT07. Os trabalhos de Clotilde Rosseti Ferreira, Maria Malta Campos, Zilma de Moraes Oliveira, Ana Lúcia Goulart Faria, entre outros, em São Paulo, Ana Luiza Smolka e sua Equipe na FE/UNICAMP, Magda Becker Soares e o CEALE na UFMG em Belo Horizonte, MG, Vital Didonet em Brasília reforçávamos os propósitos e trabalho do GT07.

Em 1996 fui convidada pelo então Ministro da Educação Paulo Renato de Souza a integrar a Câmara de Educação Básica do recém/criado Conselho Nacional de Educação, quando trabalhamos intensamente e aprovamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN/96, integrando a Educação Infantil para as Crianças dos 0 aos 6 anos à Educação Básica, como seu Direito e de suas Famílias. Em seguida, consultando Secretarias, Conselhos Municipais e Estaduais de todo o País fui a Relatora das Primeiras Diretrizes Curriculares Básicas da Educação Infantil, norteadoras das Práticas Pedagógicas de Constituição de Conhecimentos e Valores para as Crianças dos 0 aos 5 anos e 11 meses. Como se vê o trabalho do GT 07 foi extremamente fértil e inspirador de conquistas para a Educação de nossas Crianças, suas Famílias e seus Professores.

Parafraseando o diálogo de Alice em seu encontro com o Gato de Cheshire, narrado por Lewis Carrol:

"Alice: Podia me dizer, por favor, qual é o caminho para eu sair daqui? **Gato**: Isso depende muito do lugar para onde você quer ir. **Alice:** Não me importa muito onde...**Gato:** Então não importa em que direção você vá. **Alice:** Contanto que eu chegue a algum lugar...**Gato:** É claro que isto acontecerá, desde que você ande durante algum tempo..."

No GT07 da ANPEd, ao contrário de Alice, sempre soubemos para onde ir, posto que nossa responsabilidade era e é lutar pelos Direitos de Crianças e suas Famílias a uma Educação Infantil de Qualidade, que as Honre, porque são PRIORIDADE NACIONAL.

O GT07 entre a pesquisa e a militância
Lenira Haddad

Ao receber esse simpático convite das queridas Gizele de Souza para escrever uma nota sobre a importância de ter estado à frente do GT 07 - Educação da criança de 0 a 6, a primeira pergunta que me veio foi: teria eu memória para tanto? Afinal, muitas águas rolaram no campo da educação da criança pequena nessas três décadas desde que dividi com a Tizuko Morchida Kishimoto, que viria a ser minha orientadora de doutorado na FEUSP, a coordenação do GT 07 no biênio 1990-1991. Para acordar a memória foi preciso recompor o contexto em que isso se deu.

Nesse biênio eu já trabalhava como assistente de pesquisa junto ao que na época se denominou Núcleo de Pesquisa sobre Creche do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, sob a coordenação de Fúlvia Rosemberg e Maria Malta Campos, que contava também com a participação de Sylvia Cavasin e Isabel Ferreira. Conheci Maria Malta assim que me mudei para São Paulo, em 1980. Foi ela que me colocou em contato com Maria Amélia de Almeida Teles, importante líder do Movimento de Luta por Creches, oficializado em 1979, no âmbito do 1º Congresso Paulista da Mulher. Maria Malta, de forma indireta, acompanhou meu trabalho enquanto fui diretora de creche da Vila Alba (1981-1986), uma das primeiras creches construídas no período da expansão da rede de creches diretas do município de São Paulo. Conheci Fúlvia anos mais tarde por intermédio de Maria Malta e nossa primeira aproximação aconteceu em uma manifestação contrária à implantação da proposta de creches polo-satélite da então secretária de Coordenadoria de Bem-estar social Marta Godinho, na gestão do prefeito Mário Covas (1982-1985), que previa que as creches diretas que estavam em plena expansão fossem polos de creches domiciliares. Também acompanhei o trabalho de ambas como assessoras da Comissão Especial de Inquérito sobre creches da Câmara Municipal de São Paulo (1983/1984).

Em 1986, à convite de Fúlvia, que havia sido membro da banca de qualificação do meu mestrado, integrei a equipe de pesquisa sobre creche, inicialmente com a incumbência de recolher e organizar documentos primários e secundários para compor o acervo do Serviço de Documentação sobre Criança Pequena (também referido como Arquivo histórico de creches), mas logo participando das inúmeras atividades que diziam respeito a esse campo ainda em construção. Participei da pesquisa A rede de Creches no Município de São Paulo (1986-1990), que investigou a referida rede pública na década de 1970 e sua expansão na década de 1980, envolvendo a reunião de um amplo acervo de documentos, e entrevistas a vários representantes dos movimentos sociais (movimentos de bairro e Movimento de Luta por Creches (MLC), dentre outros), dos movimentos feministas e da Secretaria de Bem-estar Social, que foram os três protagonistas principais da pesquisa. Também foi nesse contexto que se consolidou os mais variados diálogos com os fazedores de política no plano federal, rumo à conquista do direito da criança à educação em creches e pré-escolas desde o nascimento e dos filhos de trabalhadores homens e mulheres na Constituição de 1988.

A creche era objeto de estudo, militância, denúncia e monitoramento, mas não era no campo da educação que esse debate se fazia e produzia eco. Foi no interior dos movimentos de mulheres e feministas e também da ação social (ou bem-estar social) que a creche ganha relevo e dimensão política. Na constituinte, a creche era uma das principais reivindicações das feministas em articulação com vários movimentos populares. Não é a toa que os principais interlocutores da reivindicação por creche como direito da criança eram o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criados em 1983 e 1985, respectivamente. Para além do direito da criança à educação desde o nascimento, a reivindicação por creche era sustentada por um debate que questionava a naturalização da responsabilidade exclusiva da mulher pela criação dos filhos, a divisão sexual do trabalho e a ideologia do amor materno e elevava a creche como um mecanismo que poderia colaborar para a emancipação social e profissional das mulheres.

Esse resgate é importante, porque a minha atuação como vice-coordenadora do GT 07 da ANPED aconteceu em estreita associação com as atividades do Núcleo de pesquisa sobre creches da FCC, num contexto em que uma re-

presentação substantiva de pesquisadoras (Albertina de Oliveira Costa, Carmen Barroso, Cristina Burschini, dentre outras) discutia a questão da mulher num amplo leque temático: trabalho; família e papéis sexuais; saúde e planejamento familiar; identidade; participação política; imagem nos livros didáticos; violência contra a mulher; sexualidade enquanto construção social, dentre outros temas. E foi nesse contexto que me candidatei e fui aprovada como bolsista do IV Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher (1986-1987), organizado pela Fundação Carlos Chagas com recursos da Fundação Ford, que foi fundamental para compreender os conflitos vividos na relação creche e família e perseguir a identidade da creche pelo prisma das relações de gênero (HADDAD, 1991/2006).

O período em que estivemos à frente da coordenação do GT07 referia-se a uma época em que a pesquisa sobre a educação da criança pequena se coadunava com a militância. Embora o GT07 reunisse pesquisadores interessados no estudo sobre creche e pré-escola, representava também um importante fórum de discussão e proposição, pois a Constituição Federal de 1988 era uma conquista recente e eram grandes as ameaças pela efetivação dos direitos conquistados. As pesquisas ainda eram escassas e a área desvalorizada. Íamos à procura dos que pesquisavam e militavam sobre a educação da criança, para alargar o campo e também para engrossar a luta e colocar a mão na massa, pois muito havia ainda por se fazer para efetivar essas conquistas.

Nesse biênio muitos municípios, em especial do interior do estado de São Paulo, se anteciparam à integração das creches e pré-escolas na educação que foi conferida pela LDB em 1996. Importante lembrar que as creches praticavam o atendimento de crianças até 6 anos, mas as regras de funcionamento se distanciavam muito daquelas adotadas pelas pré-escolas no que se refere à jornada (parcial, integral); critérios de seleção de crianças; tempo de funcionamento (semestral/anual); perfil e condições de trabalho dos profissionais e prática pedagógica, dentre outras discrepâncias. Com isso, era grande a demanda para definições que chegavam ao GT07 e que deveriam ser encaminhados para discussão, além da apresentação dos trabalhos selecionados. Em parceria com a FCC realizamos nesse biênio um cadastro de pesquisadores atuantes na área em diversas regiões do país, o que possibilitou o levantamento de temas estudados. A partir de alguns registros encontrados, as principais demandas encaminhadas para a próxima coordenação se concentraram nos objetivos e currículos para a educação de 0 a 6 anos e formação do profissional e definição de carreira. Essas demandas refletem um movimento de busca de qualidade da educação da criança pequena que havia se perdido em meio ao afã de combater propostas assistencialistas, ancoradas em concepções preconceituosas de crianças e famílias de classes populares e garantir os direitos de cidadania da criança, como aponta artigo publicado em pareceria com Maria Malta Campos (Campos; Haddad, 1992).

CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Lenira. *Educação infantil: crescendo e aparecendo.* Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo - SP, n.80, p. 11-20, 1992.

HADDAD, Lenira. *A creche em busca de identidade.* 4. ed. Curitiba: CRV, 2016. v. 1. 226p.

Zilma de Oliveira

Este relato sobre minha percepção do Grupo de Trabalho sobre a Educação Infantil, o GT-07, no período de 91 a 94, inicia contextualizando sua atuação nesse período pós-Constituição marcado pelo enfrentamento de alguns dos temas mais sensíveis para a consolidação de uma sociedade brasileira democrática: a educação. O esforço era superar a histórica trajetória de autoritarismo e discriminação do sistema de ensino de forma a garantir acesso e permanência com sucesso a todos os estudantes das diversas modalidades.

Buscava-se (e ainda se busca, dada a tarefa ainda não estar completada, apesar do expressivo avanço já consolidado no país) garantir oportunidades para maior inclusão social e política de seus cidadãos e tratar a educação como instrumento de formação para as atividades de construção e inovação científica e tecnológica, de criação cultural, de equidade social e de consciência dos direitos políticos de cada brasileiro.

As reuniões do GT-07, então chamado de educação de crianças de zero a seis anos, recebiam um expressivo número de participantes que se ampliava a cada reunião, interessados em ouvir, propor, debater os trabalhos e as colocações apresentadas dentro de uma perspectiva de aprimoramento acadêmico e social.

A troca de experiências e conhecimentos e o debate sobre metodologias de pesquisa se voltaram para a análise das políticas públicas, da função da educação infantil, sobre o educar e cuidar do bebê e a criança pequena em ambiente não-doméstico, mas com estreito contato com as famílias, sobre a situação de atendimento aos bebês e crianças pequenas nas diferentes regiões do país, as formas de organização das unidades que atendiam estas crianças, as propostas pedagógicas então sendo construídas nos Estados e Municípios, a maioria voltada apenas para a educação pré-escolar, sobre o valor do brincar e do interagir no desenvolvimento da criança, da relação adulto-criança e outros temas. Pretendia-se amadurecer argumentos que sinalizassem o que se esperava ser normatizado pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cujo conteúdo era então discutido em amplos setores da sociedade.

O foco era garantir junto ao Congresso Nacional que os avanços sendo consolidados sobre a educação do bebê e da criança pequena fossem acolhidos e envolver as diversas esferas de poder do país na compreensão do significado da educação infantil, o que envolvia evidenciar e responder a diferentes formas de resistências ao fortalecimento da área longamente estabelecidas em nossa cultura.

No GT-07 da ANPED a discussão incluía tópicos comuns a outros níveis de modalidades de ensino, mas os via de modo cada vez mais inovador. Em debate estavam os modelos assistencialistas, sanitaristas ou escolares centrados no professor e em conteúdos pré-determinados. Esse modelo era visto como imutável o que tornava difícil trabalhar com ele no que tange aos bebês e às crianças pequenas.

Discutir o que diferenciava o atendimento de crianças de 4 a 6 anos em pré-escolas e em creches, como ocorria na época, evidenciava que por trás dessa dualidade de atendimento estava o confronto socioeconômico entre atendimento rico em modelos e materiais da tradição europeia para as crianças ricas e um atendimento custodial pobre em recursos para as crianças pobres.

Sair do campo da Assistência Social era uma posição majoritária, mas os argumentos a favor e contrários a uma inclusão no sistema de ensino eram, e ainda são, objetos de muitos debates. Um aspecto polêmico era o perfil do profissional que trabalharia com a criança. A ausência de formação especializada para atuar pedagogicamente com bebês e crianças pequenas nos cursos de Pedagogia, a marca do professor como uma autoridade, o receio de que as práticas de avaliação que então caracterizavam o sistema de ensino fossem trazidas para a nova área, eram algumas das preocupações. Na esteira de colocações então presentes em outros países ocidentais, que na época não incluíam a creche no sistema de educação, embora investissem na boa qualidade de seu cotidiano, eram problematizados os termos *ensino, currículo* e *aprendizagem*. Como lidar com eles sem esconder os bebês e suas características, sem antecipar um olhar

para o fracasso escolar? Nas situações investigadas e que eram vistas como inadequadas, seu cotidiano (seu currículo em ação) já não ensinava (en-signar, apontar significados) as crianças, muitas vezes levando-as a aprendizagens de subserviência, de pouca criatividade?

Os debates iniciados neste período foram se aprimorando, mudando de ênfase, incluindo novos pontos teóricos e políticos. Eles constituíram os pontos de partida para muito do que foi alcançado com a LDB e com as normativas posteriores que regularam o financiamento, a forma de inclusão da Educação Infantil nos sistemas de ensino (federal, estadual e, principalmente, municipal), e normas técnicas, com a preciosa participação da Ângela Ribeiro e da Rita Coelho, como os Parâmetros de Infraestrutura para as unidades de Educação Infantil, os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 1988 e sua reformulação em 2009, e para a definição da posição da Educação Infantil no desafio de estabelecer uma Base Nacional Comum Curricular no que diz respeito à Educação Infantil.

Em função desse esforço de qualificação do trabalho da Educação Infantil, vejo hoje um caminho para as ações desta etapa da Educação Básica mais avançado em relação ao período pré-LDB, mas ainda impreciso, em especial condicionado pela pandemia pela covid 19. Muitas indefinições sobre como acolher e apoiar as mães nesse período de fechamento das unidades de educação infantil; como acolher e apoiar os bebês e crianças que enfrentam esta situação; qual o risco de se criar políticas públicas que aproveitem este momento para (re)instalar a ideia de mãe-crecheira, de home schooling; como garantir que os espaços e instalações das unidades apresentem condições de estimulação e de segurança física e sanitária; como ver a presença de mídias digitais no cotidiano das crianças e na relação com seus professores; como manter nas decisões pedagógicas acerca do atendimento a distância os direitos de aprendizagens e os eixos do trabalho pedagógico centrados em interações e no brincar, e muitos outros pontos.

De imediato há muito a se investigar e discutir, mas os participantes do GT-07 têm longa experiência para contribuir nessa discussão.

Marlene Fagundes Carvalho Gonçalves

Embora minha passagem pelo GT tenha sido muito breve, o convite para trazer esse depoimento me fez voltar no tempo e reencontrar lembranças de momentos importantes de minha vida, ligados ao GT07. Os depoimentos tornam-se valiosos à medida que resgatam lembranças que vão se encontrando com outras e dando forma a uma experiência coletiva, mas com sentidos e significados diferentes para cada um que pôde dela participar. E ainda que pareçam ser muito pessoais em alguns aspectos, acredito que cumprem seu papel de um resgate histórico, para a própria compreensão do que representa esse Grupo de Trabalho hoje.

Tive a honra de ser orientada por Regina de Assis no meu Mestrado, e ali começava minha inserção no GT 07. Em 1990, mesmo ano em que conclui minha pesquisa sobre representação da escola feita por crianças de 4 e 5 anos em sua primeira experiência escolar, apresentei-o na 13ª Reunião anual. O GT era coordenado na época pela Regina de Assis, Solange Jobim e Sonia Kramer, um trio extremamente articulado, que trouxe contribuições fundamentais naquele momento de consolidação da Constituição brasileira no âmbito da educação de crianças de 0 a 6 anos. As discussões naquela reunião abrangeram estudos sobre crianças brasileiras, formação de profissionais e políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos.

Pude participar das reuniões de 1991, 1992 e 1993, apresentando trabalhos nessas duas últimas, agora já inserida no doutorado, sob a firme e dedicada orientação de Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. Trabalhávamos com ensino e mediadores de atividades pedagógicas em creche. Quantos aprendizados continuei fazendo nesse espaço... Em 1992 o GT, coordenado por Tizuko Kishimoto e Lenira Haddad, foi lugar de encontro entre tantas novas promessas (que não eram ainda doutoras) desse GT: Ana Beatriz Cerisara (presente também em 1990), Eloísa Candal Rocha, Ivone Barbosa Garcia, Ana Lúcia Goulart de Faria, Maristela Angotti, algumas amigas mais próximas, outras nem tanto, e muitas que mais tarde assumiriam coordenação do GT, cada qual a seu tempo.

Foi ao final desse encontro de 1992 que, "tendo em vista o término da gestão (1991/92) de Tizuko e Lenira, foram eleitas para o próximo período (1993/94), a Profa Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e sua auxiliar, Marlene Fagundes Gonçalves, como novas Coordenadoras do GT Educação da Criança de 0 a 6 Anos."[1]

Nessa mesma reunião foram realizados a avaliação do GT e o planejamento para o que viria a seguir, e as expectativas eram muitas. As temáticas estavam direcionadas para a História do Atendimento e a Educação da Criança de 0 a 6 anos, com ênfase na análise do currículo e formação de profissionais, também Representação Social da Criança e Desenvolvimento Infantil.

Na 16ª Reunião Anual, em 1993, estávamos em pleno processo de discussão sobre a elaboração das Leis de Diretrizes e Bases, e no GT também foram discutidas questões curriculares. Foram apresentados trabalhos sobre o perfil da educação de 0 a 6 anos, caminhos da educação infantil e o ensino nesse contexto. Apresentei o trabalho: "O Ensino e a Representação infantil na creche".

No final desse ano de 1993 fiquei grávida de meu segundo filho, e por questões pessoais, acabei afastando-me da coordenação e da própria ANPEd, ficando Zilma sozinha em 1994/1995.

Concluí meu doutorado em 1996, ainda com o foco na educação infantil: "Brincar de escolinha: a construção da representação na interação de crianças em creches", mas a vida profissional foi me levando para outros espaços, inclusive na própria ANPEd. Como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro Universitário Moura Lacerda, de 1998 a 2006, e vice coordenadora até 2008, participei da ANPED, especialmente nas reuniões de coordenadores de Programas e do FORPRED. Em 2008 ingressei na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - EERP/

1 - Boletim ANPEd, n.2, out.a.dez, 1992.

USP, na qual estou até hoje, como professora do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem e da Pós-Graduação, líder do Grupo de Pesquisa Saúde na Educação Básica e Abordagem Histórico-Cultural – SEBAHC/EERP/USP, trabalhando com Promoção da Saúde na Educação Básica. Desenvolvendo pesquisas com ênfase na Abordagem Histórico-cultural, enquanto espaço teórico-metodológico de produção de pesquisa, de ensino e de extensão, apresentei trabalhos em outro GT - Psicologia de Educação, em 2005 e 2015.

A cada reunião anual da ANPEd procurava passar pelo GT 07, em busca de amigas de outras eras e da energia que aquele grupo emanava. Nunca tive dúvidas sobre a importância do GT 07 nas políticas públicas do país voltadas para a Educação Infantil. Nesse curto período em que participei, pude observar as mudanças que ocorreram nos espaços das creches e pré-escolas, hoje denominadas educação infantil, e mesmo após todos esses anos, pude ver, por trás de cada conquista no país, e agora diante de cada dificuldade encontrada, a luta, a resistência e as propostas que surgem desse grupo, no firme propósito de contribuir para o avanço da educação infantil em nosso país.

Tenho consciência que minha contribuição, com esse depoimento, é apenas uma porção muito pequena, perto do imenso quinhão que minhas colegas que vieram antes, e as que vieram depois, devem estar trazendo. Mas deixo registrada aqui minha gratidão, a algumas delas em especial, por terem possibilitado essa vivência e partilhado comigo um pouco de sua expertise na área, e a todas elas, por esse resultado bonito que alcançaram com esse Grupo de Trabalho.

GT07: anos de lutas pelo direito à educação das crianças de 0 a 6 anos, consolidando novas gerações de pesquisadores

Eloisa Candal Rocha

Na virada do milênio, com a chegada dos anos 2000, a *Anped* e seus grupos de trabalho, já acumulavam uma trajetória de quase vinte anos de associação em torno de uma afirmação científica do campo da Educação no Brasil, paralelamente ao um engajamento político para o estabelecimento de um sistema público de ensino de qualidade.

Até este momento, apenas quatro anos após a promulgação da LBD/96, e podemos dizer que, desde os movimentos nacionais em torno da Assembleia Constituinte e do novo texto da Constituição Federal Brasileira, as pesquisadoras do G.T. 07 e fundadoras deste grupo, foram, simultaneamente, responsáveis pela atuação direta e até mesmo pela redação dos principais pontos relativos ao direito à educação da criança pequena, incorporados aos textos oficiais. Nestes mais de 15 anos de existência, sua atuação foi fortemente ligada à garantia dos direitos das crianças e sua educação, ligada também aos movimentos sociais e de mulheres na luta por creches, consolidando-se como um espaço coletivo que marca a formação de novas gerações de pesquisadores (principalmente pesquisadoras).

Com o novo ordenamento legal e o estabelecimento da Educação Infantil: creche e pré-escola, como integrante da Educação Básica, como obrigatoriedade de oferta pelo Estado, as principais demandas de estudo passaram a exigir uma maior atenção do debate acadêmico e político em torno: da integração das creches ao sistema educacional; da formação e carreira das profissionais e das orientações para o trabalho pedagógico propriamente dito, de forma a garantir a qualidade da educação infantil.

Assim, especialmente no final da década de 90, muitos estudos apresentados no G.T tiveram como foco de investigação a formação das profissionais (políticas, lócus e conteúdos) e sua integração com as práticas pedagógicas. Ainda que alicerçadas na trajetória científica acumulada na década anterior, estes estudos já iniciam uma abertura para novas perspectivas teórico-metodológicas, tal como buscaremos pontuar a seguir.

Nos limites de uma rememoração, mas a partir de uma experiência como integrante da segunda geração de pesquisadoras do G.T, (muitas de nós, orientadas em suas pesquisas por aquelas professoras/pesquisadoras fundadoras do grupo), mas sobretudo após a participação como representante do comitê científico e da coordenação do G.T, entre 2000/2001, identifico alguns dos eixos que marcam os caminhos das pesquisas em educação infantil neste período.

A urgência de adensamento das pesquisas em educação infantil, com foco e objeto principal nos processos educativos das crianças pequenas (anteriormente denominada idade pré-escolar), motivou a organização de sessão especial na 24º Reunião Anual de 2001, sobre metodologias de pesquisa que envolvessem diferentes áreas de conhecimento como Psicologia, Sociologia e Pedagogia.

Cada vez mais, vimos neste processo interno do G. T, o retrato da afirmação de uma definição de um campo científico próprio, no interior da área da Educação, com especificidades e necessidades científicas particulares. O reconhecimento das diferenciações que constituem o contexto educativo com crianças, desde bebês, em espaços coletivos de educação, e a insuficiência de conhecimentos sobre as crianças gerados em áreas cientificas isoladas, anuncia a urgência de novos caminhos para traçar indicações educativas para as crianças, só mais recentemente redefinidas com uma educação para e com as crianças.

A partir deste período (1999-2000), o coletivo do G.T07 preocupa-se em convidar pesquisadoras/es de outras áreas do conhecimento que se ocupam do estudo sobre as crianças, para contribuírem com as reflexões teórico e metodológicas sobre as crianças, a infância e sua educação. Destacaram-se nestas participações pesquisadoras/es da Filosofia,

Sociologia da Infância, Antropologia da Criança, História e Geografia da Infância, Arte e Infância e Cinema.

Mantendo como objeto de preocupação a educação das crianças, adensava-se o debate em torno da complexidade de dimensões da infância que afetam os processos educativos com as crianças, para além do limite da compreensão da prática educativa como mero ensino, com vistas ao domínio de conhecimentos e capacidades cognitivas, mesmo sendo estes centrais na relação educativa em contextos institucionais.

Análises já realizadas sobre a trajetória das pesquisas presentes no G. T, evidenciam um alargamento das temáticas e das teorias de base dos estudos, de acordo com os autores:

> [...] no que concerne à frequência com que aparecem, marcam também as mudanças conceituais e metodológicas da área a partir dos anos 1990, já que incluem temas referentes à *história,* à *cultura e* à *cultura infantil, às práticas educativas e ao brincar*, evidenciando preocupação com a ampliação das análises. Trabalhos recentes (Rocha, 2008; Silva, 2008) evidenciam que as temáticas, as quais até início dos anos 1990 se centravam nos adultos e nas instituições, passaram a incluir reflexões sobre a ação social das crianças como seres históricos e culturais concretos, reprodutores e produtores de cultura (ROCHA 2010, p.90).

Este processo também já foi revisto e debatido no G.T em 2007 no trabalho encomendado apresentado por ocasião da comemoração os 30 anos da Anped, que resumidamente, observa o início dos anos 2000 como um momento de consolidação deste campo de investigação, voltado para a educação infantil, que se diferencia dos estudos da educação escolar, ao dar especial atenção ao conjunto das determinações que constituem as relações educativas com criança. Este movimento teórico passa a exigir a contribuição de várias áreas do conhecimento, no sentido de "dar conta" da compreensão dos processos educativos neste âmbito em suas múltiplas facetas sociais, históricas e culturais da infância.

Os desafios do G.T, nesta virada de século orientaram as novas gerações de pesquisadores na busca de abordagens teóricas que tomaram como pressuposto epistemológico um conhecimento da realidade que articula as dimensões estruturais de determinação objetiva à constituição dos sujeitos sociais – sua experiência-ação social que, simultaneamente, produzem uma dinâmica transformadora.

As novas questões que se apresentam para as/as estudiosas/os da infância têm a ver com as questões relacionadas à análise das práticas pedagógicas pela reintegração das crianças como parte legítima da relação educativa, que colocaram ênfase ao foco nas crianças e nas suas ações, com o propósito de conhecer as culturas e produções infantis. Sem dúvida este momento foi o embrião das pesquisas da educação, em torno de uma pedagogia da infância, no âmbito do que hoje já é reconhecido como campo dos Estudos Sociais da Infância. e uma pedagogia da infância?

Referências Bibliográficas:

ROCHA, Eloisa Acires C. 30 anos da educação infantil na ANPED. In: SOUZA, Gizele. (Org.). Educar na infância: perspectivas histórico-sociais. **Educar na infância:** perspectivas histórico-sociais. 1ed. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 157-170, 2010.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 43 jan./abr. 84-98, 2010.

Participar na construção de um coletivo de Pesquisadores da Educação Infantil e da(s) Infância(s)

Maria Carmen Silveira Barbosa

Foi difícil iniciar a escrita desse texto, pois não sabia muito bem qual seria o tom adequado para a sua produção. Nesse momento é complexo recordar, voltar no tempo e verificar o quanto no início dos anos 2000 não tínhamos a menor ideia da possibilidade de imaginar a realidade que estamos vivendo seja no mundo ou no Brasil. Vivíamos um momento de alegria pelas perspectivas de definição de outros rumos para o país, para a educação, para a docência e, principalmente, para o direito das crianças. Meu desejo, portanto, volta-se para retomar e comemorar a história dos afetos vividos no GT07 da Anped e as possibilidades que estávamos começando a construir naquele momento acerca da Educação Infantil.

Comecei a frequentar as Reuniões da Anped em meados dos anos 90, lá em Caxambu. Era uma delícia já às 6 horas da manhã ir encontrando com os colegas no aeroporto em Porto Alegre, chegar em São Paulo, ver mais amigos/as brasileiros e observar as grandes figuras da educação nacional que passavam pelos corredores. As viagens levavam cerca de 12 horas. Muitas saudades, histórias, combinados. Participei, inicialmente, do GT de Ensino Fundamental até descobrir a existência do GT07. Era um grupo pequeno, as pessoas se conheciam, apresentei um trabalho e após o debate pensei que ali havia uma turma bem interessante e que seria bom permanecer por lá.

Com o tempo de permanência, os encontros marcados, o GT 07 foi tomando um lugar central na minha vida profissional e, anos depois, também em minha vida pessoal. Nas reuniões pude conhecer as referências bibliográficas que estava começando a ler para ministrar aulas na Faculdade de Educação da UFRGS, compreender o lugar dos Programas de Pós-graduação, da pesquisa, dos grupos de pesquisa nas universidades, das revistas acadêmicas no país. A pesquisa sobre creche, pré-escola, educação infantil começava a criar folego nos cursos de Pós-graduação e o GT era um espaço privilegiado de interlocução que nos tirava da solidão de cada IFES. Eram poucos os cursos que tinham disciplinas de Educação infantil. Mesmo com suas disputas, tensões, exclusões, o GT sempre foi um excelente espaço formativo.

Em nossa gestão, a coordenação do GT caracterizou-se por ser um lugar de escuta, de diálogo, de abertura de espaços para todos/as/es pesquisadores apresentarem suas pesquisas, terem seus temas e metodologias respeitados, debatidos em suas divergências e consolidados nas suas perspectivas, pois apenas no embate da pluralidade de ideias podemos constituir ciência. Nessa caminhada na coordenação convivi com duas grandes vices, parceiras para todas as horas, a professora Ordália Alves de Almeida, da UFSM, professora a pesquisadora da pré-escola, e a professora Maria Isabel Bujes, minha colega na UFRGS, leitora de Foucault. Construímos naquele período espaços de colegialidade, confiança, complementaridade e amizade.

A gestão do GT conseguiu adensar, ao longo dos quatro anos, alguns tópicos importantes para a área. Consolidou o caminho que o grupo já vinha desenhando no sentido de construir um diálogo frutífero entre o campo educativo e outras áreas das ciências humanas e sociais – especialmente a antropologia, sociologia e filosofia. Nos trabalhos encomendados, minicursos, sessões especiais ou em outras ações em diferentes instâncias da Anped realizamos importantes interlocuções sobre filosofia e infância, alteridade, antropologia, etnografia e sociologia da infância. Muitos jovens pesquisadores estavam chegando apresentando os resultados de seus mestrados e doutorados e o grupo se reanimava com essas presenças. Muitos temas emergentes que recebiam grande atenção do público participante e que abririam novos caminhos para pensar a pesquisa sobre a(s) infância(s) e a educação.

O segundo tópico foram as discussões metodológicas nas pesquisas com bebês e crianças pequenas. Tivemos convidados internacionais com experiência em investigação com crianças de 4 e 5 anos, como a Professora Manuela Ferreira, e também a Professora Tulia Musatti investigadora com longa experiência em pesquisa com bebês. Os diálogos com nossas investigadoras e com os colegas do GT foram memoráveis e desencadearam muitos questionamentos e discussões. Aprendemos sobre metodologias *com* bebês e crianças e começaram a emergir temas ligados a ética na pesquisa com crianças.

Os temas ligados ao campo da Educação Infantil tiveram contribuições importantes que iniciavam com as questões amplas das políticas públicas, dos direitos das crianças, a organização dos sistemas municipais de educação, o cuidar e o educar como binômio fundamental da EI, a formação inicial e em serviço dos professores, as creches universitárias, a avaliação em contexto das instituições educativas e também alguns estudos que traçavam paralelos entre a educação infantil no Brasil e em outros países.

A visibilidade das infâncias toma maior presença nessas reuniões: as crianças e suas relações com as outras crianças, seus vínculos com os movimentos sociais, a alteridade das crianças frente aos adultos, o lugar das crianças em uma sociedade de consumo, as materialidades e a infância, o papel da mídia e do consumo na subjetivação das crianças, corpos e imagens de crianças, gênero, identidades, culturas infantis, crianças e narrativas, infância literatura e arte e, por fim, as relações das crianças com os espaços naturais.

Nesse momento histórico onde tantas pessoas estão sendo atingidas por esse (des)governo, essa pandemia, pela falta de confiança no pensamento, na ciência, na tecnologia é preciso criar possibilidades de tecer, com fios diversos, um mundo menos desigual especialmente para os bebês e as crianças. Depois de um ano e meio de tempo suspenso, corpos aprisionados, espaços vazios foi possível identificar que algumas palavras-chave, ou ainda, conceitos que foram citadas naquele quadriênio como acolhimento, cuidado, hospitalidade, alteridade, brincadeira, participação, proximidade, presença, investigação, arte, ludicidade, ciência, natureza, anunciavam nosso compromisso com as crianças, suas infâncias e suas escolas. Nosso desafio é retomá-las para (re)compreendê-las, recria-las, reinventá-las e repartir entre todos/as/es

Uma breve coordenação, um grande aprendizado

Silvia Helena Vieira Cruz

40 anos do GT07 da ANPEd! Uma bela trajetória, com variadas e potentes contribuições para a constituição do campo da Educação Infantil brasileira, tanto no aspecto acadêmico como político. Considero-me privilegiada por participar de boa parte dessa história, junto com tantas/os colegas que admiro e respeito. De fato, foi uma experiência que me honrou e me ensinou muito.

A minha eleição para a coordenação do GT7, em 2005, teve a peculiaridade de eleger dois vices coordenadores, os professores Dr. João José da Silva Filho (UFSC) e Dra. Lígia Maria Motta L. Leão de Aquino (UCP), ótimos parceiros nesse percurso. Devido ao afastamento para um pós-doutorado no exterior, deixei a coordenação do GT no ano seguinte. Portanto, na tentativa de atender ao que foi solicitado pela comissão que organiza essas comemorações, vou me ater ao breve período 2005-2006. Vale também registrar que, nesse período, a representante do GT07 no Comitê Científico da ANPEd era a Dra. Eloísa Acires Candal Rocha (UFSC).

No âmbito do funcionamento interno do GT, considero que foi bastante positiva a iniciativa da nova coordenação de, ainda em 2005, criar um grupo de discussão na internet com todos os participantes desse GT nas três últimas reuniões (anuais naquele tempo), para a qual foi fundamental a contribuição do professor João José da Silva Filho. Em janeiro de 2006, por exemplo, essa lista foi importante para estimular a inscrição de trabalhos e pôsteres e divulgar as normas para isso.

Os trabalhos aprovados para apresentação no GT trataram de questões muito presentes na área da Educação Infantil e ainda atuais. Faço, a seguir, uma tentativa de agrupá-los em torno de temas, trazendo também as/os autoras/es que os abordaram:

- as políticas públicas voltadas à criança – Maria Dores Kapell (IBGE); Rosânia Campos (UFSC) e Roselane Campos (UNOESC); Verena Wiggers (PUC-SP); e Zélia Porto (UFPE);
- a identidade da docência na Educação Infantil – Nancy Nonato de Lima Alves (UFG); Nilva Bonetti (UFSC); e Teresa Cristina Monteiro Cota (UniLeste);
- aspectos relativos às crianças e à prática pedagógica (como a relação com a natureza, o disciplinamento dos corpos e os espaços físicos) – Ângela Meyer Borba (UFF); Cássia Virginia Moreira de Alcântara (FAMA); Denise Sans Guerra Gomes da Silva (PUC-RJ); Giandréa Reuss Strenzel (UFSC); Léa Tiriba (PUC-RJ); Mariângela Momo (UFRS); Rodrigo Saballa de Carvalho (UFRGS); e Telmo Marcon (UPF);
- as políticas e práticas relativas à creche – Altino José Martins Filho (UFSC); Daniela de Oliveira Guimarães (PUC-RJ); Eliana Maria Bahia Bhering (UFRJ) e Ana Beatriz Rocha Lima.

Diferentes aspectos da arte foram enfocados nessa reunião em dois minicursos: o oferecido por Márcia Gobbi (PMSP/FICS), **Pesquisando crianças pequenininhas: a contribuição dos/as artistas para as metodologias (já) convencionais**, que contribuiu com o debate acerca de novas estratégias metodológicas nesse campo, e o minicurso denominado **Expressão e Arte com Educadores Infantis**, sob a responsabilidade de Luiz Fernando de Souza, Oswaldo Luís da Silva e Clóvis Fábio Campelo, todos da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.

Na sessão especial da qual o GT07 participou da proposição e organização, **Infância e espaços educativos: questões de linguagem, comunicação e arte**, o tema também foi enfocado por Luciana Gruppelli Loponte (UNISC), que abordou **Arte e metáforas contemporâneas para pensar: infância e educação**. Nessa sessão, Solange Jobim e Souza (PUC-Rio) tratou da **A pesquisa como espaço educativo: da recepção à produção de mídia no contexto da pré-escola**,

enquanto Cecília Maria Aldigueri Goulart (UFF) discutiu as **Linguagem, práticas culturais e ensino fundamental de nove anos**.

No âmbito da Associação, vale registrar que outra possibilidade de contribuição da arte, especificamente o cinema, para o conhecimento e reflexão sobre a infância foi aberta com o **1º Ciclo de Cinema ANPEd**, **Imagens da Infância**, que trouxe produções de vários países e o filme nacional **Filhas do vento**, cujo diretor, Joel Zito Araújo, participou do debate na sessão especial. **É preciso considerar, no entanto, que a arte,** elemento fundamental da educação dos bebês e crianças e, portanto, da formação de seus professores, ainda não tem sido devidamente tratada no GT07 e que, possivelmente, parte dos trabalhos com esse foco passou a ser discutida no GT24, Educação e Arte, cuja criação foi consolidada em 2009.

A sansão, em fevereiro daquele ano, da Lei nº 11.274/06, que, ao expandir o ensino fundamental para nove anos, levou à matrícula das crianças de seis anos de idade nessa etapa, trouxe preocupações para a área e as posições quanto a isso não eram unânimes. Apesar da educação de todas as crianças de zero a seis anos já está entre as obrigações do Estado determinadas na Constituição Federal, em 1988, havia quem acreditasse que essa alteração traria a garantia a educação desses sujeitos com seis anos. Esse tema foi tratado pelas professoras Carmem Maria Craidy e Maria Carmen S. Barbosa (ambas da UFRGS) no trabalho encomendado, que elas denominaram **O ensino obrigatório aos 6 anos: nova oportunidade ou negação da infância?** Foram apresentados importantes elementos relativos à pedagogia, ensino fundamental e educação infantil que contribuíram para as discussões acerca do tema específico e da problematização da escola, enquanto espaço de inclusão e exclusão.

Outro tema de fundamental importância para a área era a tramitação, no Congresso Nacional, da Medida Provisória 339, que instituía o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, que deveria substituir o FUNDEF, voltado apenas ao ensino fundamental. Fruto de grande mobilização da qual o GT07 participou ativamente, essa Emenda já incluía a creche, o que não acontecia na proposição original. O GT mobilizou-se para a regulamentação desse Fundo na forma de lei (o que aconteceu no ano seguinte), levando para a Assembleia Geral -AG da ANPEd uma moção nesse sentido.

Outras moções também foram apresentadas pelo GT07 à AG da entidade e aprovadas, como a necessidade do MEC formular, em articulação com a área, uma política de formação inicial e continuada que favorecesse a adoção de uma pedagogia adequada para as crianças que frequentam a escola, desde a creche até os anos iniciais do ensino fundamental e a realização de censo específico para crianças de zero a seis anos.

Considero necessário registrar ainda que também tivemos um encontro do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB, o que, como em outras reuniões da ANPEd, expressa o compromisso e engajamento dos integrantes do GT07 com as pautas defendidas por essa instância na defesa da ampliação do acesso e maior qualidade do atendimento educacional em creches e pré-escolas brasileiras. De fato, na área da Educação Infantil, a pesquisa alimenta a militância e contribui de forma efetiva nas lutas que ainda são tão necessárias.

Concordo com Fúlvia Rosemberg (2001), quando ela defende que o conhecimento científico pode ser "um instrumento auxiliar na formulação e avaliação de políticas sociais" (p. 21), instrumentalizando os atores sociais que participam das disputas, conflitos, coalizões etc. que definem as prioridades dessas políticas. A ANPEd, espaço privilegiado de apresentação e discussão da produção científica brasileira na área da educação, vem cumprindo esse papel. Considero que o GT07 tem sido exemplar nesse processo, trazendo contribuições relevantes para todos os aspectos da Educação Infantil.

Maria Leticia Barros Pedroso Nascimento

É preciso dizer que é uma alegria poder participar das comemorações dos 40 anos da Anped, com o texto sobre o período em que fui Coordenadora do GT07 – Educação de crianças de 0 a 6 anos.

O primeiro biênio como Coordenadora, em parceria com Lívia Fraga, começou em Caxambu (2010), onde tradicionalmente as Reuniões Anuais eram realizadas, e, no ano seguinte, inaugurou os encontros realizados em outros estados brasileiros, este em Natal – RN (2011).

O que foi marcante neste primeiro biênio? Do ponto de vista mais amplo, estávamos ainda sob o efeito da passagem das crianças de seis anos para o ensino fundamental de nove anos, tema que vai estar presente em sessão do GT em 2010, e aparecerá em 2012. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) haviam sido atualizadas em 2009, e, no mesmo ano, havia sido aprovada a Emenda Constitucional 59, que tornava obrigatória a matrícula de crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil, a partir de 2016.

Em 2011, a disputa pela educação infantil se fez mais presente quando, além dos documentos e atividades produzidos pelo Ministério da Educação, elaborados em consonância com as pesquisas mais recentes sobre uma pedagogia da infância, como deixam ver as DCNEI, tivemos a Secretaria de Assuntos Estratégicos promovendo um seminário para discutir políticas para o desenvolvimento na primeira infância, a partir de uma concepção de pequena infância como tempo de investimento em capital humano, desenvolvida por áreas como a neurologia em parceria com a economia, numa linha diferente daquela prevista pelo MEC. Foram vários os encontros realizados fora da Anped, nos quais estivemos representando o GT07, junto a outras pesquisadoras da educação infantil, defendendo a concepção de educação infantil que nos pautava, isto é, as crianças sujeitos sociais e de direitos, numa proposta cujos eixos de trabalho eram as interações e brincadeiras, de acordo com o art. 8º das DCNEI.

Do ponto de vista da pesquisa, além da pedagogia da infância, o campo da sociologia da infância teve destaque. Em 2010, trouxemos, em parceria com o GT14, Sociologia da Educação, o prof. Jens Qvortrup, da NTNU, um dos pioneiros do campo, para a Reunião Anual; no mesmo ano e nos seguintes, vários trabalhos apresentados trouxeram autores do campo como sustentação teórico-metodológica da pesquisa. Dois mil e dez foi também motivo de um balanço da década de educação infantil, trabalho encomendado à profa. Tizuko Kishimoto, e tema de trabalho apresentado no GT.

Em 2011, comemoramos os 30 anos da Anped e do GT07. Foi uma reunião na qual os estudos sobre os bebês e crianças pequenas se destacaram, desde o trabalho encomendado, sobre políticas para as crianças de 0 a 3 anos, apresentado pela profa. Roselane Campos, até pesquisas sobre os direitos ou a cidadania dos pequenos. Foi realizada uma sessão com cinco pesquisas sobre bebês e crianças bem pequenas, além de dois pôsteres. Esse interesse pela pesquisa com bebês foi referendado na reunião final do grupo de pesquisadores que compunham o GT07 naquele ano, que sugeriu um trabalho encomendado, sobre bebês. A referência à sociologia da infância permaneceu, tanto como referência em diversos trabalhos, organizados em uma sessão, como na apresentação de um pôster que trazia o campo explicitado em seu título.

No segundo biênio (2012-2013), foram dois pesquisadores que assumiram a vice-coordenação: Roselane Campos, em 2012, e Jader Janer Moreira Lopes, em 2013. Nesse biênio a maior modificação na Anped foi a decisão de realizar não mais Reuniões Anuais, mas Reuniões Nacionais, a cada dois anos, em 2013.

Na reunião de 2012, tivemos o trabalho encomendado sobre bebês, discursos e políticas, apresentado pela profa. Fúlvia Rosemberg, e o estudo sobre bebês esteve presente, mas a principal tendência de pesquisa foi a formação de professoras para a educação infantil, que ocupou uma sessão e foi tema de pôsteres. Essa foi uma reunião que trouxe pesquisas sobre diferentes contextos e aspectos da educação infantil, desde as culturas infantis, as crianças ribeirinhas, até estudos sobre avaliação e políticas.

Um dos desafios da educação infantil, a avaliação, foi o tema do trabalho encomendado pelo GT07 em 2013, apresentado pelas profas. Gizele de Souza e Catarina Moro, a partir de estudos brasileiros e italianos, explicitando tensões, concepções e perspectivas relacionadas ao tema. Dessa vez, tivemos menos pesquisas sobre bebês. O campo da sociologia da infância também esteve presente nessa reunião, que contou com a presença da profa. Natalia Fernandes, da Universidade do Minho, abordando questões éticas e pesquisa com crianças.

Ainda nesse biênio, fui contatada pela Tatiani Rabelo Lapa Santos, então mestranda da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, que buscava os textos apresentados no GT07, no período de 1988 até 2010, à procura de informações sobre como encontrar alguns autores e/ou arquivos. Ela conseguiu recuperar e organizar grande parte do material apresentado no período, que digitalizou e reuniu em um CD, encaminhado para a Anped. Esse arquivo nos permite recuperar as diferentes pesquisas, propostas e políticas para a educação infantil que circularam no GT07 desde sua criação.

Importante dizer que o papel político do GT07, construído a partir das pesquisas, das tendências teórico-metodológica, dos autores convidados a participar das reuniões, nas sessões especiais e nos trabalhos encomendados, e do próprio grupo de pesquisadores que constitui seu núcleo, foi, à época, e tem sido, a defesa do direito à educação de qualidade das crianças pequenas, teve (e tem) peso sobre as decisões e políticas para a Educação Infantil. Cabe destacar que o Movimento Interfóruns de Educação Infantil (MIEIB) sempre teve espaço nas reuniões da Anped e constava da programação do GT07.

Considerando tudo isso, é preciso dizer que foi muito interessante e importante ter vivenciado a experiência de Coordenação do GT07, que eu frequentava desde 1995, tendo sido ad-hoc por vários anos. É preciso dizer que são muitas as dimensões desse papel, que abrange uma variedade de ações e situações e demanda uma enorme responsabilidade. Aprendi bastante com as/o vices, com as colegas do comitê científico, com as/os coordenadores de outros GTs, com os colegas na Direção da Anped, com a disposição e eficiência dos funcionários da Secretaria para as diversas solicitações, como costumava indicar nos relatórios das Reuniões. Aprendi bastante também com os pesquisadores que constituíam o grupo, com as discussões, os argumentos, as proposições que tornaram os encontros muito ricos, muito potentes, muito desafiadores. De fato, ser professor ou pesquisador no campo da educação infantil é também ser militante, isto é, lutar para tentar assegurar as conquistas da área. Participar do GT07 é realizar todas essas dimensões. Coordenar o GT07- Educação de crianças de 0 a 6 anos potencializa essa participação.

Lívia Maria Fraga Vieira

O tema da educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil se confunde com a minha participação na entidade. Me considero uma das fundadoras do GT que se denominou Educação Pré-Escolar, nas suas origens.

Frequento as reuniões anuais da Anped desde 1981, quando foi realizada a 4ª RA em Belo Horizonte, no Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, que pertenceu ao MEC até final dos anos 1990. Eu havia ingressado, em 1979, no mestrado em Educação da UFMG. Naquele ano, apresentamos, eu e Regina Couto de Melo, um trabalho sobre o movimento das creches comunitárias, nascentes na região industrial de Belo Horizonte.

No ano seguinte, conheci Sônia Kramer, numa sala de aula da Universidade de Santa Úrsula, na cidade do Rio de Janeiro. Nesta 5ª RA, 1982, fomos apresentadas à sua dissertação de mestrado, que logo se transformou em livro – "A pré-escola no Brasil: a arte do disfarce", contribuição relevante para constituir os contornos da história da educação infantil no Brasil. Também presente a querida Maria Malta (presidente da Anped nos biênios 1995-97 e 1997-99), que se tornaria minha grande amiga e companheira, muitas e muitas vezes presente nas nossas reuniões anuais.

Na 6ª RA, 1983, me lembro de insistir com a Profa. Glaura Vasques Miranda, que era minha orientadora no mestrado e também presidente da Anped no período 1983-1985, para ter um espaço na reunião, no GT Educação Pré-escolar, para apresentar os resultados de nossa pesquisa sobre "Creches e Pré-escolas na Região Metropolitana de Belo Horizonte". Naquele período, as apresentações tinham uma certa informalidade, pois não havia ainda um sistema claro de submissão de trabalhos.

Em 1987, estava na 10ª RA, que se realizou na UFBA. Me lembro bem da apresentação dos trabalhos da Profa. Clotilde Rossetti Ferreira e Zilma Oliveira, que redimensionaram as contribuições da Psicologia no estudo das interações de bebês e crianças pequenas no contexto das creches. Contribuição histórica para mudança de paradigmas nos estudos do desenvolvimento infantil em contextos diversos da família, formando geração de pesquisadores nessa perspectiva crítica da Psicologia.

Participei também em 1988, na UFRGS, da 11ª RA, no bojo das lutas pelo direito constitucional das crianças de 0 a 6 anos à educação, na aprovação da nova Constituição Federal.

Tendo me afastado para o doutorado, voltei a participar em 1995, na 18ª RA realizada em Caxambu, ocasião em que apresentei nossa experiência de formação do(a) educador(a) infantil na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, fruto de um trabalho de parceria entre a Prefeitura, a Equipe de Pesquisas sobre Creche da Fundação Carlos Chagas, a equipe do Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro e a AMEPPE, ONG que apoiava projetos de formação continuada nas creches comunitárias de Belo Horizonte.

Lembro-me também de estar presente na RA acontecida em 1999, quando debatemos, com o apoio do GT07, sobre a organização de um movimento nacional de luta pelos direitos à educação infantil, constituindo o formato de um Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – o MIEIB, que se tornou uma força no cenário nacional, pelo protagonismo na articulação de atores implicados na formulação e na atuação no campo das políticas públicas e das práticas de educação e cuidado da primeira infância brasileira.

Em 2007, na emblemática reunião que comemorava o trigésimo aniversário da Anped, apresentei trabalho em que relatei uma parte dos resultados da minha tese de doutorado sobre a história das políticas de pré-escolarização em Minas Gerais, no século XX.

No período de 2010 e 2011, participei como vice-coordenadora do GT 07, ao lado da colega Letícia Nascimento, como coordenadora. Tendo assim mais uma oportunidade de participar do protagonismo do nosso GT 07, na articulação da produção do conhecimento crítico e militância no campo da educação das crianças brasileiras.

Em 2015, na 37ª RA, na UFSC, participei de um momento sensível, que foi a homenagem à pesquisadora, educadora, militante, e amiga do coração, Fúlvia Rosemberg, que nos havia deixado em setembro de 2014. Esta homenagem se constituiu no "trabalho encomendado" do nosso GT, que foi intitulado: "Fúlvia Rosemberg: vida, produção científico--acadêmica, política e contribuições históricas ao GT07- educação da criança de 0 a 6 anos da Anped". Participaram também Paulo Vinícius Baptista da Silva (UFPR), Sandra Unbehaum (Fundação Carlos Chagas/FCC), sob coordenação de Anete Abramowicz (UFSCar, hoje USP) e Ivone Garcia Barbosa (UFG), além de convidados especiais: Júlia Rosemberg, filha da Fúlvia, e Rita de Cássia de Freitas Coelho (COEDI/MEC).

Na 38ª RA, realizada na UFMA, em São Luís, passei a integrar como membro titular o Comitê Científico, no período de 2017-2019, tendo a profa. Patrícia Corsino como suplente, que me sucedeu a partir da 39ª RA, com sede na UFF. Atualmente também participei do Comitê Científico do GT07, atuação demandada pela alta submissão de trabalhos.

Nestes 40 anos do GT 07 Educação da Criança de 0 a 6 anos temos muito a comemorar com alegria pelo reconhecimento do seu papel político-social tanto no incentivo à divulgação da produção acadêmica brasileira, na participação qualificada no debate político dos rumos da educação dos bebês e crianças pequenas nas creches e pré-escolas no país, educação sempre desafiada pelo enfrentamento de retrocessos e busca de conquistas. Assim, a sua atuação acadêmica--política-militante se expressa na construção de um campo de pesquisa que se diversifica tanto em relação aos temas, objetos e metodologias de pesquisa, quanto em relação aos contextos e sujeitos, sempre concebendo e defendendo a visibilidade da criança como sujeito de direitos, como sujeito produtor de cultura.

Uma pequena escritura em muitas memórias: o que dizer de um espaço e tempo em movimento?

Jader Janer Moreira Lopes

A palavra é uma evocação de vida. Digo evocação porque os enunciados que chegam até nós convocam-nos a um resgate de tempos e espaços, em que muitas histórias e geografias se movem. São encontros e profusões de gentes, muitas pessoas e trajetórias que se fazem em enxames das pluralidades que nos tecem em encontros, fronteiras constitutivas [e constituidoras] por [e das] nossas diferenças. Bakhitn[1] (2014) forja o termo cronotopia, para evidenciar a indissociável condição de olhar a vida fora dessas duas condições, o cronos e o topos, e nos mostra as muitas formas possíveis de esse encontro se tecer, pois é nos seus liames que nossas caminhadas se fazem em constante inacabamentos. Trago estas linhas iniciais para responder à questão pela qual fui evocado a partir de um convite para lembrar um recorte de tempo, a ser registrado em forma de um depoimento, sobre o período em que estive junto à coordenação do Grupo de Trabalho de Crianças de 0 a 6 anos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPed) para esta obra em que se comemoram 40 anos da existência desse grupo.

Não há como não me recordar de Ítalo Calvino[2] em sua clássica obra "Seis Propostas para o próximo milênio", em especial na "Leveza", quando ele nos lembra que

> [...] o único herói capaz de decepar a cabeça da Medusa é Perseu, que voa com sandálias aladas. Perseu, que não volta jamais o olhar para a face da Górgona, mas apenas para a imagem que vê refletida em seu escudo de bronze. Eis que Perseu vem ao meu socorro até mesmo agora, quando já me sentia capturar pela mordaça de pedra — como acontece toda vez que tento uma evocação histórico-autobiográfica. [...]. Perseu se sustenta sobre o que há de mais leve, as nuvens e o vento; e dirige o olhar para aquilo que só pode se revelar por uma visão indireta, por uma imagem capturada no espelho (CALVINO, 1990, p. 16).

O autor nos aponta que são "[...] os fatos da vida, que deviam ser [...][a] matéria-prima [...]" (ibidem) para escrever sobre a própria vida, mas como recolher tais eventos de um processo que é curso e fonte, estuários em constantes aberturas? Somente os vestígios e os estilhaços refratados por seu escudo, que permitem olhar (sem se petrificar) o vivido e, na retina de cada olho, nesse novo espelhamento, forjado em vida, que é assembleia de muitos, é possível capturar esses fragmentos.

E, nas arqueologias em busca desses fragmentos, tenho que marcar uma temporalidade e uma espacialidade que vão além desse recorte no qual estive mais diretamente junto à coordenação do GT (precisamente entre os anos de 2013 e 2015, na condição de vice-coordenador)[3], mas é preciso ir além, quando, pela primeira vez, pude vivenciar o encontro, a potência desse lugar que se dedica à educação de bebês, crianças e suas múltiplas infâncias.

Minha participação na ANPEd e, em especial, nesse grupo de trabalho, começou a ocorrer nos anos 2000, quando iniciei minha caminhada no curso de doutoramento da Universidade Federal Fluminense. A cidade de Caxambu ainda era o local que se convertia em um intenso território da educação brasileira, por onde circulavam ideias, pessoas, livros, onde se reuniam as muitas fronteiras da federação brasileira e também de outros países. A condição de cidade pequena criava uma possibilidade de encontro, não ficando nossas trocas, pessoais e acadêmicas, restritas aos salões

1 - BAKHTIN. Mikhail. Questões de literatura e estética: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2014.

2 - CALVINO, Ítalo. Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas. Trad.: Ivo Cardoso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

3 - Nesse período, estive trabalhando com: 2013 - Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento e Jader Janer Moreira Lopes; 2014 - Ivone Garcia Barbosa e Jader Janer Moreira Lopes; 2015 - Ivone Garcia Barbosa e Jader Janer Moreira Lopes

do grande hotel que era a sede do evento: ruas, praças, restaurantes, o parque narrava as muitas facetas das pesquisas em educação, os muitos temas que envolvem esse campo de estudos.

Foi, porém, no ano de 2003, mais especificamente na 26ª reunião anual, que minha voz se presentificou no GT, no qual, até então, era mais ouvidos, participava escutando os debates e as reflexões, sempre intensos. Nessa reunião, pude apresentar para o público, pela primeira vez, a minha pesquisa que havia finalizado a qual envolvia a condição migrante de crianças e como essas vivenciavam suas espacialidades. A minha palavra já não mais se fazia na cidade de Caxambu, vez que, pela primeira vez, depois de muitos anos, o evento se deslocara para outra cidade: o estado ainda era Minas Gerais, mas foi em Poços de Caldas que tudo isso se desdobrou. Pude ouvir as muitas contribuições dos colegas participantes que chegaram ao meu texto e ali, de forma mais explícita, ficou claro para mim o que era a marca central daquele grupo e que permanece até hoje: o de ser um movimento instituinte.

Até então, percebia as trocas mais como um espaço de partilha. Isso por si só já tinha um grande valor, visto que conseguíamos conhecer o que se pesquisava no Brasil e em toda sua extensão, conhecíamos autores que usávamos como referências, tanto nacionais quanto internacionais, acompanhávamos e atualizávamos os debates no campo da infância em toda sua pluralidade e, em especial, no recorte da Educação Infantil.

Minha participação de forma mais direta me fez perceber que se ali se convertia um espaço de troca. Na verdade, a principal força daquele grupo era ser um movimento para instituir (e resistir) aquilo que sempre fora o seu princípio: a educação transformadora da vida de bebês e crianças.

E é assim que, até hoje, até o momento em que escrevo este texto, que me volto para olhar esses anos de existência do GT e, em especial, no período em que compartilhei a condição de vice-coordenador, concebo-o como um espaço e tempo que, mesmo marcados por suas diferenças, reconhecem, nos fundamentos teóricos, nos estudos e pesquisas que se fazem em muitas instâncias do Brasil e do exterior, a condição instituinte de políticas públicas que têm a promoção do viver como principal marca.

Foi na Universidade Federal de Goiás (ano de 2013, 36ª Reunião Anual) e depois na cidade de Florianópolis (37ª Reunião Anual), que pudemos acompanhar os debates que vinham ocorrendo, com foco mais forte nos estudos dos bebês, na importância de se olhar para um recorte da infância que ainda era pouco contemplado. Além disso, instituiu-se o debate em como estabelecer uma política de avaliação para a Educação Infantil, uma avalição que não tivesse os mesmos princípios que se estabeleciam nos outros segmentos educacionais, marcada pelos conteúdos curriculares, mas que, de fato, fosse capaz de transformar as condições reais de oferta. Essa foi a decisão daquele momento. A escolha ética e política.

Ainda há de se considerar que foi também nesse período que o GT foi acometido com uma triste notícia: o falecimento de Fúlvia Rosemberg, (1942-2014), cujo legado e vida foram revividos no encontro de Florianópolis, como forma de marcar suas intensas contribuições para a educação brasileira. Momento triste, mas convertido em força de viver.

Há muitas outras lembranças que me fazem, haveria muitas outras recordações que se espelham no escudo de Teseu e que me rememoram a vida neste momento, mas o espaço é curto para as muitas e longas memórias. Por isso, esta foi minha escolha: de reconhecer que, em todos esses tempos em que acompanho o GT 07, pelas nossas diversidades e diferenças, há uma escolha comum, a de ser um movimente instituinte para a vida humana, para sua transformação e desenvolvimento, com um recorte claro: as infâncias. São esses estilhaços potentes que chegam à retina de meus olhos e que têm como desejo a criação das sandálias aladas de Perseu, para que as crianças e os bebês possam voar livres sobre esse grande mundo a que chegam.

Uma cadeira vazia e uma sala cheia de memórias e esperança: o papel e os desafios do GT07 – educação da criança de 0 a 6 anos na 37ª Reunião Nacional da Anped/ 2015

Ivone Garcia Barbosa

Assumi a coordenação do GT07 – educação da criança de 0 a 6 anos no período de 2013 a 2015, ano que se iniciou a proposta de Encontros bianuais da Anped. No período pude vivenciar muitas interações com importantes pesquisadoras/es de outros GTs da Associação assim como pesquisadoras/es do próprio GT-07 que, ao longo dos anos – algumas/uns desde o nascimento do GT –, têm contribuído com importantes processos investigativos e na proposição de políticas públicas para a educação infantil brasileira. Essa condição, de fato, já havia sido posta, em parte, como pauta da Anped desde sua fundação, em 1978, época em que se anunciaram a luta política em prol da democracia e da educação. Desde então, a pós-graduação e a pesquisa ganharam espaços sociopolíticos, demarcando-se como *lócus* comprometidos com a transformação da realidade capitalista e desigual brasileira, defendendo uma educação laica, inclusiva, gratuita, como bem público e de qualidade socialmente referenciada.

O GT-07 assumiu, assim, a tarefa de promover interlocuções entre pesquisadores do Brasil e de outros países. Pelo que se pôde observar durante a 37ª Reunião da Anped/2015, há significativas produções sobre os diferentes processos e contextos educativos das crianças, analisando-se entre as temáticas daquela Reunião: a educação da criança de 0 a 6 anos e o processo de humanização (título do minicurso); docência na Educação Infantil; homens na docência da educação de crianças de zero a seis anos; gestão e coordenação pedagógica; questões e discriminações étnico-raciais; construção da identidade pela criança; práticas pedagógicas e processos formativos de professoras; brincadeiras e linguagens; afetividade; educação musical; culturas infantis; avaliação institucional na Educação Infantil. O GT07 teve importantes trabalhos que trouxeram para o centro dos debates a criança de 0 a 3 anos e suas interações, analisando-se, ainda, o processo e os desafios teórico-práticos da pesquisa com crianças.

Buscando criar uma rede forte de pesquisadores e debatendo-se a necessidade de ampliação e motivação de grupos/núcleos de todas as regiões do país, fomentando maior participação de todos na constituição do GT-07, primou-se pela melhoria do uso da rede de comunicações, criando-se vínculos novos, como novos pareceristas Ad hoc e participações via internet, processo que na gestão posterior foi ampliado de modo bastante exitoso. Ademais, o GT posicionou-se frente aos desafios postos pelo PNE e à outras temáticas fundamentais, mantendo profícuo diálogo com as intencionalidades demarcadas pela COEDI/MEC, tendo sido proposto o tema para uma reunião do GT: "Frentes de pesquisa e projetos estruturantes do MEC: Base Nacional Comum e o currículo da Educação infantil; Leitura e Escrita na Educação Infantil; Avaliação Nacional da Educação Infantil, Educação Infantil e Jornada Integral". É digna de nota a vasta publicação dos membros do GT07, relação que o GT mantém com os vários movimentos sociais e a forma como reage prontamente às tentativas de cerceamento dos direitos civis e políticos, especialmente dos direitos das crianças, conforme demonstram as moções assinadas pelo GT, constantes no Relatório da 37ª Reunião. Nelas o GT-07 se posicionou em favor do PNE escrito e defendido pelas entidades acadêmico-científicas e por movimentos sociais, além de defender mais verbas para pesquisa.

De início e ao fim uma cadeira vazia e uma sala (de um Centro de Educação Infantil) cheia: a homenagem à Fúlvia Rosemberg

Não poderíamos deixar de finalizar nosso depoimento sem destacar a ausência física de nossa querida professora e pesquisadora Fúlvia Rosemberg, que nos legou tantas provocações e reflexões sobre temáticas envolvendo a infância e seus direitos. Fúlvia, de maneira honesta e com profundidade, soube articular o debate político e científico-acadêmico sobre o papel da pesquisa no processo de lutas históricas no campo das políticas públicas, da educação e da educação

infantil. Em uma sala pequena para um grande público (o GT cresceu e precisa de mais espaço!), prestamos nossa homenagem àquela, cuja história se funde a muitas de nossas histórias, quer como amigos mais próximos ou como aprendizes, admiradores, leitores, cúmplices.

Dentre sua extensa produção científica, podemos destacar as temáticas sobre crianças e infâncias – buscando, nas palavras da própria Fúlvia em 1982, "apreender o significado social da infância" –, sempre relacionadas aos seus estudos sistemáticos sobre as instituições de educação infantil (creches e pré-escolas), as questões de gênero (destacando a condição feminina e a condição do magistério), das relações étnico-raciais, da educação infantil do campo, das políticas públicas (aqui se comprometendo a desvelar e se posicionar frente às políticas públicas anunciadas em modelos e agendas de estratégias, as quais todo pesquisador deveria compreender seus determinantes e ideologias). De fato, Fúlvia, assim como nós, defendeu a democracia e a diversidade como princípio da pesquisa. Com esse espírito, como nós, preocupou-se, desde sempre, em propor a viabilidade, por meio dos objetos de investigação, de se "explicitar e refletir em torno do cunho democratizante do *produto* de nosso trabalho: a denúncia da existência de discriminações contra aqueles que se afastam do modelo imposto de produtividade maximalizada ou à procura de linguagens não discriminatórias." (Cad, Pesq., 40, fev.1982).

Nesse mesmo processo, Fúlvia mostrou a necessidade de, além de discutir o caráter democratizante dos objetos de pesquisa, abrir também o que ela considerou "outra frente de reflexão": o fazer pesquisa. Desse modo, muitos dos textos que nos provocaram/provocam disseram respeito ao processo do trabalho na pesquisa, tentando, nas palavras da autora, "captar quando e como fazer pesquisa tem contribuído para a democratização do conhecimento". Nessa direção, defendeu, assim como eu, que o conhecimento não deveria visar "parcial, ou principalmente, o poder", reproduzindo hierarquizações, formas de subordinação e dominação, "barreiras ritualísticas de linguagem, de postura, de relacionamento, ficando o acesso e a posse do conhecimento circunscrito a uns poucos iniciados." (idem)**.** Essas e outras questões partilhadas por Fúlvia nos permitem concluir quão é significativa a reflexão sobre a falsa neutralidade científica do pesquisador, exigindo de nós, com base na ética, a constituição de "pesquisas interessadas". Isso implica na discussão sobre o papel social das nossas pesquisas, a serem partilhadas com o público e debatidas amplamente por diferentes movimentos sociais. Ao fim, mantemos ainda hoje a luta: por um PNE justo e que defenda mais do que 50% de acesso para crianças de 0 a 3 anos; que a avaliação em larga escala não ocorra; que brincar, interagir e criar sejam atividades precípuas na vida das crianças; que os professores da Educação Infantil tenham formação em nível superior e sejam respeitados seus direitos; que o racismo e toda forma de discriminação sejam banidos da sociedade brasileira. Nesse novo tempo de pandemia, lutamos pelo direito à pesquisa e a livre expressão dos/das pesquisadores/as diante de um governo neoliberal/neofascista. O GT07 da Anped simboliza a luta pelos direitos da criança ser cuidada e educada com afeto, que se inspire na condição de sua cidadania e de sua participação sociopolítica efetiva, que considere sua liberdade de expressão e criação, seu protagonismo e a sua possibilidade de vida em uma sociedade democrática e de justiça social. Enfim, os princípios de Fúlvia permanecem nos inspirando.

Coordenação GT07: mobilizações e aprendizados

Valdete Côco
Raquel Gonçalves Salgado

Integrando as comemorações dos 40 anos do Grupo de Trabalho: Educação de Crianças de 0 a 6 anos (GT07), respondemos ao convite para retomar as pautas que tomamos parte no período de nossa gestão (2016-2019) como uma oportunidade para agradecer e partilhar alguns sentidos que fomos construindo em interação com a institucionalidade da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e, singularmente, com cada integrante do GT07, em um contexto de imposição de reveses aos – já incipientes – direitos sociais. Admitindo uma comunicação emotiva, carregada de sentidos vivenciais (BAKHTIN, 1997, p. 95), buscamos fugir dos dualismos para reconhecer as interfaces que movem denúncias e anúncios, vivificando a conviviabilidade comum e fazendo interagir problemas, aflições, dificuldades, avanços, conquistas, alegrias e muitos outros componentes que instam nossas (im) possibilidades de ação coletiva. Se o leitor remeter a uma prestação de contas, advertimos que o balanço aqui apresentado está mais para brinquedo de criança que se arrisca olhar o/no movimento do que para livro caixa que contabiliza ganhos, perdas e saldos, sobretudo porque a processualidade das lutas geralmente ultrapassa a temporalidade de uma gestão, ainda que seja importante não desmerecer seu papel para instar as mobilizações necessárias.

O convite para a escrita deste texto para compor o livro das memórias dos 40 anos do GT07 coloca-nos diante da tarefa de relembrarmos o que vivemos e construímos durante as nossas gestões. Entretanto, convém ressaltar que esse exercício de lembranças está longe de ser a recuperação de um inventário de acontecimentos ou informações, mas implica no movimento crítico e político de dialogia do passado com o presente, em que este último, com as suas inquietações e apelos, mobiliza as memórias. Como Walter Benjamin argumenta: "Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo" (BENJAMIN, 1985, p. 224, grifo do autor). É este presente da nossa vida política, marcado pelos desmontes em que se encontra a educação infantil pública no nosso país, pondo em riscos visíveis os direitos das crianças e de suas famílias, sobretudo as que vivem sob condições sociais precarizadas, que nos convoca e nos interpela a registrar aqui as memórias de nossa passagem e experiências na coordenação do GT07.

Assim, entendemos que o percurso do GT07 não começou conosco, tão pouco fomos as responsáveis por deixar estabelecidas as marcas configuradoras desse espaço, de modo que esperamos ser animadoras para que os colegas possam colocar no horizonte a disponibilidade para ocupar esse espaço. Entendemos nossa presença na gestão do GT07 na interface com os legados desse Grupo de Trabalho e com muitos e distintos outros movimentos que também se ocupavam dos temas nele presentes, careando vínculos, mediações mais internas e laços mais ampliados. Daí, no âmbito de se entender numa continuidade de percurso do qual fazemos parte, nossa conversa não começou com a gestão (visto que somos participantes do GT de longa data) e não se encerrou com seu término, vai ganhando outras formas de se enlaçar. Tivemos a responsabilidade de avançar em questões em consolidação, mover modos próprios de encaminhar as pautas emergentes e, no reconhecimento dessa continuidade de trajetória, sabemos que ficaram demandas por fazer. Num propósito de dar a ver um (o nosso) ponto de vista situado, reconhecendo a importância de outros pontos de vistas e outras formas de ver, objetivamos partilhar um pouco das iniciativas (carreadoras de compromissos, conteúdos, formas e gestos) que foram desenvolvidas no GT07 nesse período.

Escrevendo este texto recordamos quando assumimos a gestão. Sem invisibilizar os tensionamentos presentes na escolha de representantes, destacamos o acolhimento recebido, por meio de encorajamentos, apoios e, sobretudo, das respostas dos pares às demandas que foram se impondo. A partilha do trabalho foi encharcando um fazer conjunto, instado com os compromissos da Associação[1] e, especialmente, na interação entre distintas (por vezes discordantes)

1 - Fomos eleitas nos trabalhos do GT07 durante a 37ª Reunião Nacional (2015) e reeleitas na 38ª (2017), que resultaram num conjunto de documentos, disponí-

mensagens, interlocutores e iniciativas de ação. No âmbito mais interno, procuramos corresponder à atenção recebida, buscando responder aos chamados, partilhar as ações e respeitar eventuais silenciamentos e recusas. Pudemos aceitar os convites para pensar por variados caminhos, alguns muitos distintos do que inicialmente propomos. Também não nos furtamos a propor outros caminhos de reflexão em muitas pautas de discussão. No conjunto, registramos a satisfação de contar com a generosidade das/os colegas, permitindo não nos prendermos a uma possível expectativa de produtivismo da coordenação, para investir em compor um espaço de atuação ampliada, sobretudo em função das intensas demandas. Lembramos que o golpe que destitui Dilma Rousseff do cargo de presidenta ocorreu em agosto de 2016 e, em dezembro, foi publicada a Emenda Constitucional 95, instituindo novo regime fiscal, com congelamento dos investimentos públicos por vinte anos.

Na partilha dos desafios, destacamos a dimensão formadora presente nessa tarefa, implicada com os debates sobre o desenvolvimento da educação infantil, os temas correlatos, as pesquisas, as militâncias, os referencias que sustentam as assertivas, os interesses que tensionam as (rel)ações, as redes de solidariedades que nutrem a vida comum e uma infinidade de outras questões que, em função das *obrigações* da função, pudemos nos aproximar. Assim, reconhecendo as interações fomentadas com as demandas, sintetizamos quatro movimentos temáticos presentes e/ou com ressonâncias no GT07.

Um primeiro movimento decorreu da conjuntura de imposição de retrocessos nas políticas públicas, impactando o campo educacional (ANPED, 2016a) e, com isso, a Educação Infantil (NUNES, 2016). Nesse contexto da "ideia de conquistas em risco" (CÔCO, 2016), investindo na produção de conteúdos pelos pesquisadores do GT07, articulamos a produção de um Boletim Especial (ANPED, 2016b) reunindo abordagens ligadas aos seguintes temas: Marco Legal da Primeira Infância (CAMPOS, 2016), Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (SANTOS, 2016; FLORES; ALBUQUERQUE, 2016), formação de professores (SANTOS, 2016; CORSINO, 2016), financiamento (ARAÚJO; PEIXOTO, 2016; ABRAMOWICZ, 2016; PASUCH, 2016), avaliação (MORO, 2016), corte etário (CORREA, 2016), transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (NEVES; BAPTISTA, 2016), creches universitárias (AQUINO, 2016; CORREA; PIOTTO, 2016) e discursos moralistas na formação infantil (SALGADO, 2016).

Também nessa atenção à conjuntura, pesquisadores do GT07 contribuíram com as publicações da ANPEd tematizando a incorporação da Educação Infantil no sistema de avaliação da Educação Básica, dadas as discussões sobre a criação da Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANPED, 2015; SOUZA, 2015; COUTINHO; PIMENTA, 2018; ANPED, 2020), a comemoração do dia da Educação Infantil (CAMPOS; FARIA, 2018) e a luta das mulheres e o direito à creche (BARBOSA; FLORES; SILVA, 2018). Ainda, produzimos contribuições para integrar o "Caderno de Debates para Avaliação das Metas do Plano Nacional de Educação (CÔCO; SALGADO, 2018).

Seguindo na defesa da Educação Infantil, destacamos uma sequência de mobilizações, contrárias à proposta de creches domiciliares (ANPED, 2016c), a exclusão da Educação Infantil do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (ANPED, 2016d), a sugestão do uso compartilhado de unidades de saúde e creches (ANPED, 2018a) e a violência sobre as crianças (ANPED, 2018b) e professores (ANPED, 2018c). Nessas ações, por vezes, atuamos em parceria com outros coletivos, seja em mobilizações comuns, como nas discussões sobre o corte etário (ANPED, 2018d), seja na divulgação de iniciativas desses parceiros (ANPED, 2018e; ANPED, 2018f; ANPED, 2019a). No bojo dessas parcerias, o GT07 esteve representado no Seminário (2018) da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC)[2] e no VIII Encontro Sudeste (2018) do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib).[3]

veis em: https://www.anped.org.br/news/mocoes-recomendacao-e-manifestos-37a-reuniao-nacional-da-anped e http://38reuniao.anped.org.br/noticia/mocoes--e-manifestos-38a-reuniao-nacional-da-anped-sao-luis-ma

2 - Por meio da participação de Lívia Fraga (UFMG). Informações em: http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/seminario-tematico-da-sbpc-discute-politicas-publicas-para-a-educacao-basica-nesta-sexta-feira-15/

3 - Por meio da participação de Valdete Côco (UFES). Informações em: https://www.mieib.org.br/calendario/rio-de-janeiro-viii-encontro-de-educacao-infantil--da-regiao-sudeste/

Assim, com este primeiro movimento, queremos destacar um período marcado por – desafiadoras – demandas de incidências em vários temas, em função de uma conjuntura de ataques à democracia e aos direitos sociais, impactando diretamente a Educação Infantil e, consequentemente, a atuação do GT07, chamado a contribuir nas resistências e enfrentamentos.

Um segundo movimento, vivenciado em articulação com o coletivo da Associação, envolveu a participação do GT07 nos debates sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na continuidade dessa agenda,[4] em 2016, foram realizados os seminários a partir da divulgação da segunda versão e, em 2017, a BNCC foi homologada, na sua terceira versão. Conforme explorado na literatura sobre a BNCC, cada versão apresentou distinções no que tange à metodologia de elaboração, à participação social e à forma e ao conteúdo do documento, com implicações em vários âmbitos da educação, notadamente, articuladas à formação de professores. Cabe lembrar que a ANPEd emitiu posicionamento contrário, acumulando um conjunto de documentos críticos sobre a BNCC[5] e as proposições para a formação de professores[6].

Nessa agenda, a observação do itinerário das discussões curriculares no GT07 permite assinalar a presença de um conjunto ampliado de forças, mobilizadoras de intensos debates. Isso repercutiu no fortalecimento do GT (como um *locus* que abriga, não sem tensionamentos, distintas abordagens das políticas curriculares) e insta (nos encontros, desencontros e confrontos) a cadeia de produção de conhecimentos, tendo, como confluência, o propósito de defesa da Educação Infantil. Nesse quadro, a articulação ente o escopo temático da 38ª Reunião Nacional (Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência) e os debates no GT mobilizou a solicitação do trabalho encomendado no escopo de "Balanço analítico da Educação Infantil: questões curriculares e direitos em risco" (CAMPOS, 2017; FARIA, 2017; OLIVEIRA, 2017). Na atenção às correlações com as discussões sobre a formação de professores e ao tema da 39ª Reunião Nacional (Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências), articulamos o trabalho encomendado intitulado "Educação Estética, Políticas de Formação e Ações de Formação Inicial e Continuada de Professores na Educação Infantil" (OSTETTO, 2019; BARBOSA; GOBATTO, 2019; BARBOSA, 2019).

Também nesse segundo movimento, destacamos que o GT07 participou das discussões sobre ética em pesquisa, em seminário (2016)[7] e publicação (CRUZ, 2019; COUTINHO, 2019; KRAMER; PENA, 2019). Também participou das atividades da Universidade Popular dos Movimentos Sociais, na 39ª Reunião[8], sendo representado por Anete Abramowicz (USP).

Nessa interação com a Associação e com os outros GT, cabe também incluir os temas que ganharam destaque nas sessões especiais das Reuniões Nacionais. Na 38ª Reunião, o GT07 integrou duas sessões, intituladas "Democracia em risco: o lugar da educação, da infância e da experiência" (KRAMER, 2017) e "Práticas culturais, leitura e literatura no contexto da democracia" (CORSINO, 2017), também assumindo a coordenação desta última, com Mônica B. Correia (UFMG). Na 39ª Reunião, o GT07 integrou três sessões especiais, intituladas "Avaliação na Educação Básica: políticas, instituições e sujeitos", com contribuições de convidada internacional Elena Mignosi (Università degli Studi di Palermo/Itália), "Processos de exclusão na/da Educação Básica", com participação de Ângela M. S. Coutinho (UFPR) e "Dimensões éticas, estéticas e políticas da Educação escolar: direito e respeito às diferenças", com coordenação de Raquel G. Salgado (UFR). Além disso, o GT07 contribuiu com a sessão especial "Infâncias, juventudes, velhices: olhares interseccionais em Educação", por meio da participação de Anete Abramowicz (USP). [9]

4 - Histórico disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico

5 - Textos disponíveis em: https://anped.org.br/content/anped-e-bncc-luta-resistencia-e-negacao

6 - Informações em: https://anped.org.br/news/posicao-da-anped-sobre-texto-referencia-dcn-e-bncc-para-formacao-inicial-e-continuada-de e https://anped.org.br/news/manifesto-contra-desqualificacao-da-formacao-dos-professores-da-educacao-basica

7 - Informações em: https://anped.org.br/news/seminario-etica-e-pesquisa-em-educacao-29-e-30-de-setembro

8 - Informações em: https://www.anped.org.br/boletim/53/2019/12

9 - Conforme programação divulgada em: http://39.reuniao.anped.org.br/category/sessao-especial/

Ainda em interação com o conjunto da Associação, cabe mencionar que a Anped reuniu esforços para atuar em várias pautas, de modo que o GT07 integrou os enfrentamentos ao movimento Escola sem Partido, ao programa Future-se, aos ataques à formação de professores e ao trabalho docente, à imposição de modelos de escolas civil-militares, às propostas de ensino domiciliar, a intervenções nas escolhas de reitores, a discursos obscurantistas e anticiência e a investidas sobre a democracia e a defesa da vida.[10]

Então, com a composição desse segundo movimento, buscamos destacar a dialogicidade do GT com o conjunto da Associação, contribuindo para as pautas em circulação e marcando sua presença nesse coletivo, espraiando a comunicabilidade de seus temas de interesse.

Um terceiro movimento diz respeito aos temas que chegaram ao GT por demanda espontânea, carreados a partir de quatro iniciativas, vinculadas a submissão de trabalhos, pôsteres e minicursos, ao edital de mostra de vídeos (primeira edição do GT07 em 2019), ao edital de painéis (primeira edição da ANPEd em 2019) e ao lançamento de livros. Uma análise desse terceiro movimento não cabe nos limites deste texto. Ainda assim, importa-nos destacar alguns elementos que retratam as reiterações e expansões nos temas em discussões no GT07. Nesse sentido, as temáticas dos minicursos, intitulados "Oralidade, leitura e escrita na Educação Infantil: desafios para a formação de professores" (BAPTISTA; GOULART, 2017) e "Avaliação da Educação Infantil no Brasil: debates teóricos, metodológicos e políticos" (FLORES; SOUZA; PIMENTA, 2019), integram as discussões nas temáticas da linguagem e da avaliação, em articulação com outras iniciativas no GT. No caso dos trabalhos e pôsteres, realça-se a ampliação do quantitativo de submissões,[11] repercutindo numa ampliação dos temas em circulação no GT, com atenção para o desenvolvimento das políticas de oferta, qualidade e gestão, para demandas ligadas à formação de professores, para articulação dos contextos escolares e não escolares, para diversidade e outras questões.[12] Na particularidade dos painéis, dos 36 aprovados[13], observamos a presença de pesquisadores do GT07 em quatro, versando sobre temas atuais reunindo gênero, relações étnico-raciais e gestão (CORREA; OLIVEIRA; FINCO; SOUZA; TEBET, 2019), docência (GUEDES; CARMO; ARRUDA; FERREIRA; SALUTTO, 2019), docência com bebês (NEVES; ROSSETTI-FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES; SANTOS, 2019) e infâncias, trabalho e escola (FONSECA; FREITAS; BARBOSA; CONDE; SILVEIRA, 2019). Nessa ampliação, faz-se importante incluir as novas formas de apresentação, com a primeira edição da mostra de vídeos.[14]

Como quarto movimento, destacamos iniciativas não diretamente vinculadas ao GT, mas com ressonâncias nesse coletivo. Observamos que, nesse período, as questões ligadas à Educação Infantil estiveram presentes em vários eventos nacionais e internacionais, em livros, em artigos (tanto em dossiês temáticos sobre a Educação Infantil quanto em sessões de demanda contínua), em manifestos, mobilizações e outras iniciativas, com a participação efetiva de integrantes do GT07. Com esse movimento, tratamos de evidenciar a importância de um coletivo de ação que, por variados caminhos, vem atuando nos desafios presentes nesse campo, fortalecendo as necessárias iniciativas de pesquisas, formação e mobilização social.

Concluindo essa sequência, queremos ainda assinalar, não mais um movimento, mas uma lógica de cuidado, implicado com o legado do GT07 de reconhecimento dos pares nas lutas desse campo. Cuidamos da continuidade das homenagens, de modo que na 38ª Reunião contamos com a inclusão de Carmem M. Craidy (UFRGS) na homenagem Professor Nilton Bueno Fischer em Direitos Humanos[15] e, na 39ª Reunião, acolhemos a entrega da Homenagem Paulo Freire à Maria Malta Campos (FCC), na sala do GT07. Também integrando esse cuidado de reconhecimento dos pa-

10 - Ver: https://www.anped.org.br/content/2019-em-retrospectiva-anped-presente-na-resistencia-criativa

11 - Na 38ª Reunião Nacional, foram 53 submissões, sendo 35 trabalhos (17 aprovados), 14 pôsteres (04 aprovados) e 04 propostas de minicursos (01 aprovada). Na 39ª Reunião Nacional foram 66 submissões, sendo 48 trabalhos (20 aprovados), 16 pôsteres (08 aprovados) e 02 propostas de minicursos (01 aprovada).

12 - Listagem dos trabalhos e pôsteres aprovados constantes da programação do GT, disponíveis em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/38anped_2017_grade_GT07.pdf e http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/2019/10/GT07_grade_programacao.pdf. Textos integrantes dos Anais, disponíveis em: http://anais.anped.org.br/38reuniao e http://anais.anped.org.br/39reuniao.

13 - Informações disponíveis em: http://39.reuniao.anped.org.br/category/painel-tematico/.

14 - Informações em: http://39.reuniao.anped.org.br/espaco-cinema/. Acervo disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCtytT97deMEYG2lPZ0H87Mw

15 - Informações em: http://38reuniao.anped.org.br/programacao/1071

res, cultivando o ato de lembrar como exercício de vivificar as contribuições e resistências, organizamos homenagens à Ana Beatriz Cerisara (UFSC) (ANPED, 2018g; ANPED, 2018h) e à Telma Vitória (UFAL) (ANPED, 2019b), com as participações de Livia F. Vieira (UFMG), Angela M. S. Coutinho (UFPR) e Maria Clotilde T. Rossetti-Ferreira (USP).[16]

Finalizando, cabe reiterar a complexidade presente no GT07, com uma multiplicidade de temas em circulação. Ainda que não seja possível abordar nos limites deste texto, cabe observar que o GT07 teve presença marcante nas Reuniões Regionais – desenvolvidas nos anos de 2016 e 2018[17] – evidenciando igualmente um expressivo conteúdo temático.[18]

Assim, no contexto desafiador do período, gerindo o espaço da gestão, esperamos ter continuado o legado de investimentos no fortalecimento desse coletivo, que recebemos daqueles/as que nos antecederam. Desejamos energias renovadas na continuidade desse itinerário, reconhecendo os esforços que marcam esses 40 anos e nos animando coletivamente para os muitos enfrentamentos que se impõem. Seguiremos juntos/as/es! Lembrando os versos de Carlos Drummond de Andrade: "[...] o presente é tão grande, não nos afastemos [...], vamos de mãos dadas [...]" (2004, p. 118).

Referências

ABRAMOWICZ, A. Entrevista – Financiamento / PEC 241. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/financiamentopec-241-entrevista-com-anete-abramowicz-ufscar

ANDRADE, C. D. *Antologia Poética*. 53ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ANPED. *Boletim ANPEd*. Ano V, n. 20, maio/2016a – Especial Conquistas em Risco. Disponível em: https://www.anped.org.br/boletim/2015/975

ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016b – Educação Infantil: desafios e embates da área em contexto de retrocessos de políticas públicas. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/educacao-infantil-desafios-e-embates-da-area-em-contexto-de-crise-e-retrocessos-de-politicas

ANPED. Educação Infantil é debatida na Conferência Popular de Educação do Espírito Santo. ANPEd: Notícias, 2018e. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/educacao-infantil-e-debatida-na-conferencia-popular-de-educacao-do-espirito-santo

ANPED. Homenagem a Ana Beatriz Cerisara (UFSC). ANPEd: Notícias, 2018h. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/homenagem--ana-beatriz-cerisara-gt07-educacao-de-criancas-de-0-6-anos

ANPED. Manifesto GT07: Avaliação da Educação Infantil e a nova portaria da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica: indefinições e riscos. ANPEd: Notícias. 2020. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/manifesto-gt-07-avaliacao-da-educacao-infantil-e-nova-portaria-da-politica-nacional-de

ANPED. Mobilização dos Fóruns Estaduais do MIEIB. ANPEd: Notícias, 2018f. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/mobilizacao--dos-foruns-estaduais-do-mieib

ANPED. Nota ANPEd: Bebês torturados por pistoleiros no Pará. ANPEd: Notícias, 2018b. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/nota-anped-bebes-torturados-por-pistoleiros-no-para

ANPED. Nota de pesar pelo falecimento da professora Ana Beatriz Cerisara (UFSC). ANPEd: Notícias, 2018g. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/nota-de-pesar-pelo-falecimento-da-professora-ana-beatriz-cerisara-ufsc

ANPED. Nota de pesar pelo falecimento da professora Telma Vitória (UFAL). ANPEd: Notícias, 2019b. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/nota-de-pesar-pelo-falecimento-da-professora-telma-vitoria-ufal

ANPED. Nota de solidariedade aos professores da Educação Infantil de BH e de repúdio à violência da PM. Notícias. ANPEd: 2018c. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/nota-de-solidariedade-aos-professores-da-educacao-infantil-de-bh-e-de-repudio-violencia-da-pm

ANPED. Nota Pública da ANPEd: declaração de ministro da saúde sugerindo uso compartilhado entre UBS, UPAs e creches. ANPEd: Notícias, 2018a. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/nota-publica-anped-declaracao-de-ministro-da-saude-sugerindo-uso-compartilhado--entre-ubs-upas-e

16 - Informações em: http://39.reuniao.anped.org.br/category/homenagem/

17 - No sudeste foi coordenado por Lívia Fraga (UFMG) e Ana Lúcia G. Faria (UNICAMP), no sul por Sandra Richter (UNISC) e Valéria S. Ferreira (UNIVALI), no centro-oeste por Marta R. Brostolin (UCDB) e Altina A. da Silva (UFGD), no norte por Juracy M. Pacífico (UNIR) e Laura Mª. S. A. Alves (UFPA) e no nordeste por Emília P. Vieira (UESC) e Fernanda de L. A. Leal (UFCG).

18 - Anais disponíveis em: https://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/regional

ANPED. Ofício da ANPEd sobre o PIBID para o MEC. ANPEd: Notícias. 2016d. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/oficio-da--anped-sobre-pibid-para-o-mec

ANPED. Posicionamento contrário sobre a emeda que propõe creches domiciliares para as crianças de 0 a 3 anos de idade. ANPEd: Notícias, 2016c. Disponível em: https://anped.org.br/news/oficio-anped-posicionamento-contrario-sobre-emenda-que-propoe-creches-domiciliares--para

ANPED. Posicionamento do MIEIB contra decreto Nº 10.134/2019 de desmonte da Educação Infantil. ANPEd: Notícias, 2019a. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/posicionamento-do-mieib-contra-decreto-no-101342019-de-desmonte-da-educacao-infantil

ANPED. Posicionamento e folder do MIEIB sobre Corte Etário: 5 anos é na Educação Infantil. Notícias. ANPEd: 2018d. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/posicionamento-e-folder-do-mieib-sobre-corte-etario-5-anos-e-na-educacao-infantil

ANPED. Seminário com pesquisadores do GT de Educação Infantil da ANPEd debateu estudos e propostas para a área. ANPEd: Notícias, 2015. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/seminario-com-pesquisadores-do-gt-de-educacao-infantil-da-anped-debateu-estudos-e-propostas

AQUINO, L. Entrevista – Unidades Universitárias de Educação Infantil. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://soundcloud.com/user-776697630/unidades-universitarias-de-educacao-infantil-ligia-aquino-uerj

ARAÚJO, V. C.; PEIXOTO, E. M. Entrevista – Medida Provisória 729/16. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/medida-provisoria-72916-entrevista-com-vania-araujo-ufes-e-edson-peixoto-ifes

BAKHTIN, M, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1977.

BAPTISTA, M. C.; GOULART, C. M. A. Oralidade, leitura e escrita na educação infantil: desafios para a formação de professores. 38ª Reunião Nacional da ANPEd: Minicurso GT07, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/minicurso_ementa_38anped_2017_GT07.pdf

BARBOSA, I. G. Educação Infantil e formação de professores: relações e contradições entre trabalho, formação e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 39ª Reunião Nacional da ANPEd: Trabalho Encomendado GT07, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/gt07_trabalho_encomendado_formatado_39_rn_-_3_ivone_garcia_barbosa.pdf

BARBOSA, M. C. S.; FLORES, M. L. R.; SILVA, M. L. A luta das mulheres por igualdade passa pelo direito dos bebês e das crianças bem pequenininhas à creche de qualidade. ANPEd: notícias, 2018. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/luta-das-mulheres-por-igualdade-passa-pelo-direito-dos-bebes-e-das-criancas-bem-pequenininhas

BARBOSA, M. C. S.; GOBATTO, C. Reflexões sobre alguns impasses na formação inicial de professoras(es) para a Educação Infantil no curso de pedagogia. 39ª Reunião Nacional da ANPEd: Trabalho Encomendado GT07, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/gt07_trabalho_encomendado_formatado_39_rn_-_1_maria_carmem_silveira_barbosa.pdf

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*: magia e técnica, arte e política. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAMPOS, M. M. Balanço analítico da educação infantil: direitos em risco e consensos possíveis. 38ª Reunião Nacional da ANPEd: Trabalho Encomendado GT07, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalhoencom_38anped_2017_gt07_textomariamaltacampos.pdf

CAMPOS, R. Entrevista – Marco Legal da Primeira Infância. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/marco-legal-da-primeira-infancia-entrevista-com-rosania-campos-univille

CAMPOS, R.; FARIA, A. L. G. Dia Nacional da Educação Infantil: Celebrar a primeira etapa da educação básica e continuar a lutar, protestar, reivindicar e resistir! ANPEd: notícias, 2018. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/dia-nacional-da-educacao-infantil-por-rosania--campos-e-ana-lucia-goulart-de-faria

CÔCO, V. Educação Infantil: conquistas em riscos, resistências e mobilizações. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/educacao-infantil-conquistas-em-riscos-resistencias-e-mobilizacoes-valdete-coco-ufes

CÔCO, V.; SALGADO, R. G. Meta 1 – Reafirmando o direito à educação infantil. In: OLIVEIRA, J. F.; GOUVEIA, A. B.; ARAÚJO, H. *Caderno de avaliação de metas do Plano Nacional de Educação*: PNE 2014-2024. Brasília: ANPAE, 2018, p. 7-9. Disponível em: http://fnpe.com.br/wp--content/uploads/2017/08/CadernoAnlisePNE.pdf

CORREA, B. Entrevista – Corte Etário. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/corte-etario--entrevista-com-bianca-cristina-usp

CORREA, B.; OLIVEIRA, F.; FINCO, D.; SOUZA, E. G. L.; TEBET, G. G. C. Temas atuais para a Educação Infantil. 39ª Reunião Nacional da ANPEd: Painel, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_1_13.

CORREA, B.; PIOTTO, D. Depoimento – Creches Universitárias. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/creches-universitarias-relato-de-bianca-cristina-usp-e-debora-piotto-usp

CORSINO, P. Entrevista – Formação de professores para a Educação Infantil. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/formacao-de-professoras-para-educacao-infantil-entrevista-com-patricia-corsino-ufrj

CORSINO, P. Práticas culturais, leitura e literatura no contexto da democracia - Infância, práticas culturais, leitura e literatura no contexto da democracia. 38ª Reunião Nacional da ANPEd: Sessão especial, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/sessoes_38anped_2017_5_praticas,_culturais_final_texto_patricia_corsino.pdf

COUTINHO, A. S. Consentimento e assentimento. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019, p. 62-65. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_2019_17_ago.pdf

COUTINHO, A. S.; PIMENTA, C. O. A incorporação da Educação Infantil no Sistema de Avaliação da Educação Básica. ANPEd: Notícias, 2018. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/incorporacao-da-educacao-infantil-no-sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-por-angela

CRUZ, S. H. V. Questões éticas na pesquisa com crianças, adolescentes ou pessoas em situação de diminuição de capacidade de decisão. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019, p. 46-51. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_2019_17_ago.pdf

FARIA, A. L. G. Balanço analítico da educação infantil: questões curriculares e direitos em risco. 38ª Reunião Nacional da ANPEd: Trabalho Encomendado GT07, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalhoencom_38anped_2017_gt07_textoanaluciagoulartdefaria.pdf

FLORES, M. L. R.; SOUZA, S. M. Z. L.; PIMENTA, C. O. Avaliação da Educação Infantil no Brasil: debates teóricos, metodológicos e políticos. 39ª Reunião Nacional da ANPEd: Minicurso GT07, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_3.

FLORES, M. L.; ALBUQUERQUE, S. Entrevista – Proinfância. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/proinfancia-entrevista-com-maria-luiza-flores-ufrgs-e-simone-albuquerque-ufrgs

FONSECA, L. S.; FREITAS, L. C.; BARBOSA, I. G.; CONDE, S.; SILVEIRA, T. A. T. M. Infâncias, trabalho e escola. 39ª Reunião Nacional da ANPEd: Painel, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_23_4.

GUEDES, A. O.; CARMO, D.; ARRUDA, G. R. S.; FERREIRA, M. D.; SALUTTO, N. Sobre constituir-se docente na educação infantil: potências em experiências de formação. 39ª Reunião Nacional da ANPEd: Painel, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_34_6.

KRAMER, S. Democracia em risco: o lugar da educação, da infância e da experiência - Infância, escrita, educação: por uma experiência a contrapelo. 38ª Reunião Nacional da ANPEd: Sessão especial, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/sessoes_38anped_2017_5_democracia_em_risco_texto_sonia_kramer.pdf

KRAMER, S.; PENA, A. Vulnerabilidade e ética na pesquisa em educação. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019, p. 71-75. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_2019_17_ago.pdf

MORO, C. Entrevista – ANEI. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/anei-entrevista-com--catarina-moro-ufpr

NEVES, V. F. A.; BAPTISTA, M. C. Relato – Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/transicao-da-educacao-infantil-para-o-ensino-fundamental-entrevista-com-vanessa-neves-ufmg-e

NEVES, V. F. A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; SILVA, E. B. T.; GUIMARÃES, D. O.; SANTOS, N. A. S. Bebês e professoras em contextos coletivos de cuidado e educação. 39ª Reunião Nacional da ANPEd: Painel, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_13_6.

NUNES, M. F. Entrevista – Série Conquistas em Risco: Educação Infantil. In: *Boletim ANPEd*. Ano V, n. 20, maio/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/entrevita-com-maria-fernanda-nunes-unirio-serie-conquistas-em-risco-educacao-infantil

OLIVEIRA, Z. M. R. Balanço analítico da educação infantil: questões curriculares e direitos em risco - A construção da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil. 38ª Reunião Nacional da ANPEd: Trabalho Encomendado GT07, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalhoencom_38anped_2017_gt07_textozilma.pdf

OSTETTO, L. E. Esse in anima: formação docente em deslocamento. 39ª Reunião Nacional da ANPEd: Trabalho Encomendado GT07, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/gt07_trabalho_encomendado_formatado_39_rn_-_2_luciana_esmeralda_ostetto.pdf

PASUCH, J. Entrevista – Financiamento / PEC 241. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/financiamentopec-241-entrevista-com-jaqueline-pasuch-unemat

SALGADO, R. G. Entrevista – As leis da mordaça na Educação Infantil. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/leis-da-mordaca-na-educacao-infantil-entrevista-com-raquel-salgado-ufmt

SANTOS, M. Entrevista – Proinfância. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/proinfancia--entrevista-com-marlene-dos-santos-ufba

SANTOS, M. W. Entrevista – Formação de professores para a Educação Infantil. In: ANPED. *Boletim Especial*, nov/2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/formacao-de-professoras-para-educacao-infantil-entrevista-com-maria-walburga-dos-santos-ufscar

SOUZA, G. A ANEI e Educação Infantil. ANPEd: Entrevista, 2015. Disponível em: https://www.anped.org.br/news/anei-e-educacao-infantil--entrevista-com-gizele-de-souza-gt-07

Coordenação 2019-2021: o campo político e a sua centralidade para a pesquisa

Angela Scalabrin Coutinho
Romilson Martins Siqueira

Quando assumimos a coordenação do GT07 em outubro de 2019, na 39ª Reunião Anual da Anped em Niterói, não imaginávamos o que estava por vir. No campo[1] político sabíamos que o cenário que se avizinhava não era dos melhores, tendo em vista a recente eleição de um dos candidatos que se revelava ser um dos mais despreparados para o cargo de chefe maior do Estado, além da explícita posição conservadora e privatista que acompanhava a sua breve, porém já desastrosa atuação como presidente. No ano de 2019, o governo Bolsonaro avançou no seu plano de privatizações e aprovou a reforma da previdência. Outras reformas seguiram na mira do governo, como a tributária e administrativa, além de cortes substanciais em políticas sociais, que já se anunciavam no governo golpista de Michel Temer, entre 2016 e 2018.

Dada a centralidade do campo político para a organização dos demais campos, o campo da pesquisa foi extremamente afetado pela chegada de Bolsonaro à presidência. Segundo avaliação do Senado Federal[2], somados os recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2015, o valor total de investimento em pesquisa foi de 13,97 bilhões, já em 2020 esse valor caiu para apenas 5 bilhões. A ojeriza ao campo científico marca de modo destacado o governo Bolsonaro, conhecido como negacionista. Essa característica teve uma incidência catastrófica no modo como o governo lidou com a pandemia mundial da Covid-19, que marcou esse período da história, não só no campo sanitário, mas em todos os campos da sociedade.

O Brasil é um país marcado pela desigualdade e pela forte herança escravocrata, patriarcal e colonial. Um contexto como este, marcado pela pobreza, exclusão social de grupos historicamente marginalizados e um governo que não investe em ciência e nega a sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade, tornou o país o epicentro global da pandemia, com consequências trágicas para a população, em especial a mais pobre, negra e periférica, que não dispõe de condições para salvaguardar a sua saúde e bem-estar se o poder público não cumprir essa, que é a sua função.

Assim, o maior desafio que enfrentamos na coordenação do GT07 não foi manter o engajamento das/es/os associadas/es/os do GT07 nas atividades da Anped, realizar reuniões e debates remotamente, sequer organizar pela primeira vez na história da associação uma reunião anual em formato completamente remoto, mas foi sem dúvidas, diante do cenário de um governo genocida, utilizar estes espaços para lutar pelo óbvio: pela ciência e pela vida.

Nesse contexto, o lugar ocupado pelas crianças e pela sua educação exigiu um movimento constante do GT07, por meio de manifestos, organização de encontros, *lives* e demais espaços de debate em defesa de uma Educação Infantil pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, o que significa, por exemplo, referir que a educação de crianças pequenas não cabe no formato remoto, que para uma parte significativa das crianças de 4 e 5 anos de idade e uma parcela das crianças de 0 a 3 anos, as creches e pré-escolas são espaços públicos quase exclusivos no compartilhamento com as famílias da educação-e-cuidado das crianças, que elas e as suas professoras têm o direito de ter acesso

1 - Tomaremos emprestada a noção de campo de Pierre Bourdieu, pela sua importância ao definir que os campos são espaços de práticas e relações específicas, provenientes dos lugares ocupados por agentes e instituições, que interagem, a partir das suas posições e interesses, portanto, lugar de poder e disputa. Para o autor, "compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir". (BOURDIEU, 1989, p. 69).

2 - Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento--do-pais

à produções literárias de qualidade e que não cabe propor um política nacional centrada na distribuição de livros didáticos para a Educação Infantil.

Essas são apenas algumas pautas de discussão e enfrentamento público do GT07 entre os anos de 2019 e 2021. Nossa compreensão de que a pauta da infância é central segue nos mobilizando nos diálogos internos na Anped e externos, em especial com a Educação Básica. Entendemos que uma associação de pesquisa e pós-graduação em Educação tem um papel fundamental de construir agendas de pesquisa, fortalecer os grupos de pesquisa e programas de pós-graduação em todos os territórios do país, assim como incidir nas políticas de pesquisa e pós-graduação e da educação de modo geral.

No âmbito do GT07, os desafios seguem sendo ampliar a pauta de discussão para termos emergentes e outros que tradicionalmente circulam em GT que tratam especificamente de problemáticas concernentes a eles, como as políticas educacionais, a inclusão, a arte, as relações raciais e de gênero, dentre outros. Entendemos que esse desafio tem sido enfrentado com a ampliação dos espaços de discussão sobre o próprio GT e destacamos que um passo importante para a consolidação desse espaço de diálogo do GT07 foi a realização do encontro "Diálogos temáticos do GT07 com a Educação Infantil", realizado em dezembro de 2020.

Dos campos que nos constituem e que constituímos mantém-se a certeza de que o lugar ocupado por cada um e cada uma é sempre um lugar que oferece vantagens ou desvantagens, é sempre concorrencial e de luta, o importante é saber de qual lado estamos e quais são as nossas agendas e defesas. Para nós, a pesquisa e a produção do conhecimento precisam ser mobilizadas nessa direção, caso contrário, nossa ação no campo da pesquisa não terá sentido.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Posfácio

Patricia Corsino
Rosânia Campos

> Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.(...)O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer e este inimigo não tem cessado de vencer.
> Walter Benjamin[1]

Este livro comemorativo dos 40 anos de GT 07 da Anped cumpre com o duplo significado da origem da palavra comemorar: se *commemorare* significa trazer à memória, *com-memorare* apresenta a ideia de recordar com, recordar junto com o outro. Este projeto coletivo de memória do GT, de articular historicamente o passado, trouxe reminiscências preciosas num coro de muitas vozes. Vozes de coordenadoras que estiveram à frente do GT, vozes que traçaram trajetórias de pesquisas, vozes de muitas mulheres, militantes, guardiãs incansáveis dos direitos das crianças e suas infâncias. Vozes que trazem a gestação de um campo científico- a educação da criança de zero a seis anos-, seu desenvolvimento e vigor. Como o filósofo alerta, não importa conhecer este campo nos pormenores ou como "de fato foi" sua trajetória, mas com os lampejos deste livro conseguimos iluminar fragmentos de um percurso, tirar do esquecimento, identificar lacunas, tentar reparar o que se silenciou e, principalmente, ter elementos para seguir adiante. O fato é que o material aqui reunido confere legitimidade ao campo e autoridade aos que dele participam e nele produzem suas investigações. As lutas travadas ao longo destes 40 anos em defesa à Educação Infantil são justamente as centelhas da esperança de cada época que sonhou a seguinte.

Como indicado na primeira parte do livro, o início do GT foi marcado tanto pela construção de uma agenda de pesquisa como pela consolidação de um posicionamento político, sendo uma observação das participantes o desprestígio que a pesquisa sobre as crianças e sua educação possuía. Esse fato, se considerarmos que a condição da mulher na história, em especial, sua participação no campo da pesquisa científica (área construída predominantemente pelo gênero masculino) sempre foi desigual; somando o objeto de investigação do GT: crianças e educação, nos parece evidenciar a desigualdade de gênero e o sexismo ainda presente, mesmo em uma associação para pensar a educação. Dito de outro modo, não é possível entender o desprestígio da área apenas pela sua trajetória recente. É importante lembrar que na intersecção das discussões sobre os direitos das crianças reside também as discussões sobre os direitos das mulheres.

Nesse sentido, importante ainda lembrar que, até LDB 9.394 de 1996, o atendimento às crianças no Brasil era polarizado, não por idade, mas marcadamente pela classe socioeconômica das crianças, sendo que as creches, atendimento integral de 0 a 6 anos, eram reguladas pelas Secretarias de Assistências subvencionadas pelo então Ministério da Assistência Social, situação diferente da denominada pré-escola. A superação dessa dicotomia e, da própria lógica da função dessas instituições exigiu longo processo de discussão, pesquisas e enfrentamentos, nos quais as precursoras do GT sempre estiveram presentes. De modo que, na constituição de 1988 temos o grande marco para o reconhecimento da educação Infantil como direito das crianças e de suas famílias.

Essa conquista na constituição repercute também no campo da pesquisa, como podemos relembrar nos textos aqui apresentados. De modo que, na década de 1980 se observa ampliação no foco da pesquisa, as discussões sobre as redes públicas que iniciam processo de ampliação e da defesa do reconhecimento da criança como sujeito de direitos que

1 - BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. p.224-225

"já o é", procurando superar os discursos higienistas, salvacionista e do "vir a ser" que ainda marcavam as análises e orientação de trabalhos junto às crianças. Novamente as pesquisas e o posicionamento das pesquisadoras do GT foram importantes nesse processo.

A efervescência dos anos pós abertura política, o avanço das pautas feministas e dos direitos das crianças foram duramente emboscados com o processo de Reforma de Estado da década de 1990. No momento em que se caminhava para se pensar a educação das crianças, como campo próprio, com discussões sobre a formação dos adultos que ali desenvolviam suas funções, o governo brasileiro define uma outra trajetória, defendendo a educação em uma perspectiva de serviço e a formação de professores/as de forma tecnicista e aligeirada (importante lembrar aqui do Decreto que tentou instituir a formação de professores exclusivamente em Institutos com título de Normal Superior). Novos embates, antigas defesas com algumas conquistas e também tensões e contradições, como ocorreu com o texto final da LDB 9.394 de 1996.

E foram nesses cenários que o GT foi sendo edificado, fortalecido e conquistando reconhecimento e legitimando a importância de suas pesquisas. É possível pensar que em paralelo às lutas sociais, os pesquisadores e as pesquisadoras do GT travavam também lutas no campo da educação. Isto porque os avanços das pesquisas indicavam a necessidade de se observar as singularidades dos trabalhos com bebês e crianças pequenas. E nesse processo novas propostas metodológicas foram sendo apresentadas, muitas desenvolvidas em diálogos com outras áreas de conhecimento, de modo que como observado nos textos, na década de 1990 novos temas de investigação se proliferaram o que justificou a mudança do nome do GT.

Assim, ainda que não tenhamos pesquisas que evidenciem que finalmente tenhamos alcançado uma educação pública de qualidade para todas as crianças e condições dignas para todas as professoras e professores, os 40 anos de trajetórias mostram a resistência e a persistência. De modo que, se nos anos de 1980 eram poucos/as os/as pesquisadores/as que atuavam na pós-graduação e que participavam do GT, hoje podemos afirmar que as centelhas se espalharam Brasil afora, se alastraram em franco processo democrático. Hoje pesquisadores/as do GT estão presentes em todas as regiões brasileiras, a atuação na pós-graduação tem garantido a cada ano, seja nas Reuniões Regionais, seja nas Reuniões Nacionais da ANPed, a ampliação e renovação do coro, numa orquestra de muitos naipes.

E iniciamos os anos 2000, muito diferente do relato escrito por Maria Malta Campos sobre o início do GT, no campo político brasileiro tivemos a ascensão de um governo de base popular, e o diálogo entre Ministério da Educação e pesquisadores/as assumiu outra ordem. A própria educação infantil teve novo lugar na nova organização do Ministério e alguns avanços podem ser observados, bem como alguns desafios e discordâncias, mas tudo foi registrado tanto por meio de pesquisas como de documentos produzidos por pesquisadores/as. Estávamos em um novo momento, a educação infantil era pauta governamental, e era pensada com sujeitos que estudavam esse campo, que defendiam a singularidade dessa etapa educacional, que compreendiam as crianças como sujeitos de direitos, atores sociais plenos que deveriam ser também escutados. Como bem pontuado no livro, era um momento de otimismo com o país, e nos estudos sobre e com a criança palavras como acolhimento, cuidado, hospitalidade, alteridade, brincadeira, participação, proximidade, presença, investigação, arte, ludicidade, ciência, natureza, anunciavam nosso compromisso com as crianças, suas infâncias e suas escolas.

Como o livro mostrou, apesar do otimismo muitas disputas e reivindicações ainda eram pautas tanto de investigações como de mobilizações, lembrando que o GT sempre guardou essa marca acadêmica e militante. Dentre essas novas demandas tivemos a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, documento ainda hoje fulcral para organização dos currículos; e também aprovação da lei de obrigatoriedade de matrícula aos quatro anos de idade, bem como a ampliação do ensino fundamental para nove anos com inclusão das crianças de seis anos. Estas novas legislações, controversas dentro do GT e de suas pautas, foram também objetos de investigações e discussões.

A eleição de uma presidente, também de centro-esquerda, em 2011 manteve o otimismo e a articulação entre o GT e o Ministério da Educação/Coordenadoria de Educação Infantil-COEDI[2], se tornaram mais próximas; ao mesmo tempo que se observaram novos investimentos financeiros do governo federal para ampliação da educação infantil pública. Não obstante, em paralelo a esse processo também ocorriam outros movimentos para pensar a educação infantil, como os da Fundação Getúlio Vargas e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, com a realização de seminário para pensar a educação das crianças, com uma concepção divergente da defendida pelo GT e dos documentos produzidos pelo MEC. O que não se observou na época foi a organização de forças que se formavam, as alianças entre neoliberais e representantes do pensamento conservador, bem como a emergência nas casas legislativas de representantes evangélicos fundamentalistas. A convergência dessas forças foi sentida inicialmente com o golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff e depois com a eleição do atual governo federal.

Como pontuado nos diversos textos deste livro, vivemos tempos sombrios, de luto, de desesperanças. Mas, também como pontuado nos diversos textos, resistir, esperançar e lutar compõe o GT 07. O material aqui reunido evidencia as inquietações de cada época e como o GT respondeu politicamente ao tempo presente com suas investigações. Referenciais teórico-metodológicos diversos e temas plurais vão marcando o caminho. As pesquisas se apresentam como sentinelas atentas às questões nacionais e internacionais, que envolvem a educação infantil e a pesquisa com e sobre as crianças. Sentinelas que também escutam o alerta de Benjamin sobre os inimigos. Alerta fundamental nestes tempos sombrios em que o inimigo tenta vencer. Os relatos aqui apresentados nos instigam a esperançar, pelas palavras e memórias de pessoas que já viveram e/ou assistiram violências humanas, que já participaram nas "trincheiras" pela democracia desse país, pelo direito das crianças e de suas famílias. Talvez nos perguntemos como ainda ter expectativas em relação ao devir?

Essa inquietação pulsante pelas palavras deste livro nos faz lembrar de Eduardo Galeano[3] quando nos diz que não desejava saber o futuro, nem tão pouco prevê-lo, pois o presente é que interessa, uma vez que é nele que podemos construir um mundo que não é, mas que poderá ser. E assim, em um momento histórico com tantos adjetivos somados do prefixo 'des": descrédito, desigualdade, desesperança... os registros aqui apresentados são fagulhas de pessoas que se negam a desistir e acabam inflamando outras tantas quer seja pela defesa da educação infantil, quer seja pela luta em fazer um mundo melhor para as crianças que aí estão e aquelas que chegarão.

Assim, registrar esta trajetória é uma forma de luta e resistência. Dar visibilidade à história do GT 07 é a arma que temos a favor das conquistas do campo para que o inimigo veja que não é e nem será fácil vencer. Quem sabe devemos seguir a máxima granscimiana, para desespero dos pensadores do atual governo, e nos manter pessimistas com a inteligência, mas otimistas com a vontade? E, como indicando também nos textos, e seguindo uma "receita brasileira", precisamos nos manter atentos ou como nos ensina Caetano Veloso:

Atenção, precisa ter olhos firmes
Pra este sol, para esta escuridão
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
Atenção para o refrão
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte

2 - Cabe destacar, neste período, a importante presença à frente da COEDI de Rita de Cassia Freitas Coelho.

3 - Entrevista concedida a Mariana Merlin em 22/06/2011, para o blog da Ateliê Editorial.

Autoras / es

Ana Lúcia Goulart de Faria

Criancista, criançologa, anti fascista, marxista, feminista, anti adultocentrica. Paulistana desvairada, pedagoga, professora permanente colaboradora aposentada da Faculdade de Educação da Unicamp. Coordenadora da linha Culturas Infantis do Gepedisc. Membro do grupo gestor do Fórum Paulista de Educação Infantil. Ex-membro do Conselho Municipal de Educação de Campinas. Ex membro do colegiado de doutorado da Faculdade de Ciências da formação da Università Milano Bicocca (2010-2018). Por duas vezes fui coordenadora do GT 07 da Anped. Desenvolvo três projetos de pesquisa sempre na intersecção entre idade, classe, gênero e raça no Brasil, na Itália e na Suécia.
E-mail: cripeq@unicamp.br

Angela Scalabrin Coutinho

Pós-doutorado em Gestão da Política Pública pela USP, doutorado em Estudos da Criança, pela Universidade do Minho, mestrado em Educação e graduação em Pedagogia pela UFSC. É professora no curso de Pedagogia e no PPGE da UFPR. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (Nepie/UFPR).
E-mail: angelamscoutinho@gmail.com

Edson Cordeiro dos Santos

Professor do Curso de Especialização em Educação Infantil e Pós-Doutorando em Educação da PUC-Rio. Doutor e Mestre em Educação pela Unirio. Especializado em Sociologia Urbana pela Uerj. Integra os grupos de pesquisa Infância, Formação e Cultura (Infoc/PUC-Rio) e Educação Infantil e políticas públicas – EIPP/UNIRIO.
E-mail: edsoncordeiro.nig@gmail.com

Eloísa Candal Rocha

Pedagoga e doutora em Educação pela Unicamp, realizou pós-doutorado na Uminho-Portugal e na PUC -RJ. É professora aposentada da UFSC como pesquisadora do PPGE, na linha de Educação e Infância. Publicou e orientou diversos trabalhos sobre educação infantil e desenvolveu estudos em torno de uma Pedagogia da Infância, junto ao NUPEIn/ UFSC.

Etienne Baldez Louzada

Professora adjunta da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional (PPGE-MP). Coordenadora do Centro de Educação e Memória da Faculdade de Educação (CEDUC/FE) e do Curso de Pedagogia a Distância da Faculdade de Educação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Estudos Sociais da Infância (GEPESI/UnB).
E-mail: etienne.baldez@unb.br

Gizele de Souza

Pós-Doutora em Educação pela Università degli Studi di Firenze/Itália. Doutorado e mestrado em Educação: História, Política, Sociedade (PUC/SP), com estágio de doutoramento na Università degli Studi di Pavia/Itália. Professora do Setor de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE/UFPR). Integra o Comitê Científico do GT07 da ANPED (2019-2021).
E-mail: gizelesouza@ufpr.br

Gabriela Scramingnon

Professora Adjunta do Departamento de Didática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutorado em Educação pela PUC-Rio. Integrante dos grupos de pesquisa Educação Infantil e políticas públicas (EIPP/UNIRIO) e Infância, Formação e Cultura (Infoc/PUC-Rio).
E-mail: gabrielabasil@gmail.com

Ivone Garcia Barbosa

Doutora em Educação (FEUSP). Profa. Titular; Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diversos Contextos (NEPIEC). Presidente do Fórum Goiano De Educação Infantil.
E-mail: ivonegbarbosa.ufg@gmail.com

Jader Janer Moreira Lopes

Graduado em Geografia. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Pós-doutorado pelo Internationaler Promotionsstudiengang Erziehungswissenschaft/Psychologie- INEDD, da Universität Siegen, Alemanha. Atualmente é professor do programa de pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Juiz de Fora, Coordenador do Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância (GRUPEGI).
E-mail: jjanergeo@gmail.com

Lenira Haddad

Pós-doutorado em Psicologia Social no Laboratório de Psicologia Social da Universidade Aix-Marseille, França (2011), Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da USP (1997), Mestrado em Psicologia Escolar pelo Instituto de Psicologia da USP (1989), graduação em Psicologia pela FFCL-USP Ribeirão Preto (1979). É docente da Universidade Federal de Alagoas desde 2006, membro do Programa de Pós-graduação em Educação da UFAL (PPGE/UFAL), líder do Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Desenvolvimento Humano.
E-mail: lenirahaddad@gmail.com

Ligia Maria Leão de Aquino

Professora Associada do Departamento de Estudos da Infância e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Infância e Saber Docente.
E-mail: ligiaaquino@yahoo.com.br

Lívia Maria Fraga Vieira

Psicóloga, doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), integra o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO) e o Núcleo de Estudos sobre Infância e Educação Infantil (NEPEI), pesquisadora PQ2-CNPq.
E-mail: liviafraga59@gmail.com

Magda Sarat

Professora associada e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Coordenadora do GPEPC- Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador.
E-mail: magdaoliveira@ufgd.edu.br

Maria Carmen Silveira Barbosa

Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais, Pedagoga, Professora Professora Titular em Educação Infantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (aposentada) e orientadora de teses e dissertações no PPGEDU/UFRGS. Participa da Anped desde os anos 90, isto é, com muitas "peregrinações" até a cidade de Caxambu para encontrar pesquisadoras/es, alunas/es e militantes da Educação Infantil no Brasil. Sigamos juntos na Anped defendendo as nossas diferenças.
E-mail: licabarbosa@ufrgs.br

Maria Isabel Edelweiss Bujes

Doutora em Educação (UFRGS), mestre em Educação (PUC/RS) e licenciada em Pedagogia (UFRGS). Professora adjunta aposentada da Faculdade de Educação da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Educação da ULBRA. Foi coordenadora do GT07 da ANPED e publicou vários artigos e livros.

Maria Fernanda Rezende Nunes

Professora Titular-Livre do Departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Doutora em Educação pela UFRJ, membro do Comitê Científico do GT 07 da Anped (2015/2017). Coordena o grupo de pesquisa Educação Infantil e políticas públicas (EIPP/UNIRIO).
E-mail: nunes.mariafernandarezede@gmail.com

Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento

Pós-Doutora em Sociologia da Infância pela University of Sussex - UK; Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP); coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI); áreas de interesse: educação infantil, estudos da infância, participação das crianças.
E-mail: letician@usp.br

Maria Malta Campos

Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, professora aposentada da PUC/SP. Graduada em Pedagogia, doutorou-se em Sociologia pela USP. Foi Presidente da ANPEd, e da Ação Educativa. Tem publicações no Brasil e no exterior.
E-mail: mmalta@uol.com.br

Marina Castro e Souza

Professora Adjunta do Departamento de Ciências e Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ. Doutora em Educação pela PUC-Rio. Vice coordenadora do grupo de pesquisa Educação Infantil e políticas públicas (EIPP/UNIRIO).
E-mail: mpcastros@yahoo.com.br

Marlene Fagundes Carvalho Gonçalves

Professora Associada da EERP/USP, Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação, Livre-Docente na área de Educação em Saúde, Pós-doutorado na University of Alberta, Canadá. Líder do Grupo de Pesquisa Saúde na Educação Básica e Abordagem Histórico-cultural - SEBAHC/EERP/USP.
E-mail: mgoncalves@eerp.usp.br

Patricia Corsino

Pedagoga, mestre e doutora em Educação pela PUC-Rio. É professora Associada da Faculdade de Educação e do PPGE da UFRJ. Membro do comitê científico do GT 07 da Anped (2017-2021) e vice coordenadora do Comitê Cientifico da Anped (2019-2021). Coordena o grupo de Estudos e Pesquisa em Infância, Linguagem e Educação – GEPILE.
E-mail: corsinopat@gmail.com

Raquel Gonçalves Salgado

Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Líder do Grupo de Pesquisa "Infância, Juventude e Cultura Contemporânea" (GEIJC). Tutora do Programa de Educação Tutorial - Conexão de Saberes: Diálogo com a Comunidade. Vice coordenadora do GT07 da ANPEd (gestão 2016-2017 e 2018-1019).
E-mail: ramidan@terra.com.br

Regina de Assis

Assistente Social, Professora de Educação Infantil e no Curso Normal de Professores, EdM, CAS, Harvard Graduate School of Education, EdD, Teachers College/Columbia Un. Professora Edu/PUC/Rio, Edu/UNICAMP, Edu/UERJ. Coordenadora do GT07/ANPEd. Secretária Municipal de Educação/RJ. Câmara de Educ. Básica/Conselho Nacional de Educação. Fundadora e Presidente da MULTIRIO (Empresa Municipal de Multimeios). Secretária SASE/MEC. Diretora de Educação, Comunicação e Cultura, TVEscola.
E-mail: rdeassis32@gmail.com

Romilson Martins Siqueira

Pós Doutor em Educação pela UFG (supervisão do prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado). Doutor e Mestre em Educação pela UFG. Professor do Programa de Pós Graduação em Educação da PUC Goiás. Diretor da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC Goiás. Professor da SME Goiânia. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Cultura na Infância (GEPCEI).
E-mail: romilsonmartinsiqueira@hotmail.com

Rosânia Campos

Possui Pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorado e Mestrado em Educação pela UFSC. É coordenadora do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas para Educação e Infância – GPEI/UNIVILLE. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação/UNIVILLE e nos cursos de graduação de psicologia e licenciaturas. É membro associado do International Centre for the Study of the Mix Economi of Childcare (ICMEC) da University of East London. Participa do GT Infâncias y juventude - CLACSO.
E-mail: zana.c2001@gmail.com

Silvia Helena Vieira Cruz

É professora da Faculdade de Educação da UFC, atuando na área da área da Educação Infantil nos cursos de graduação e no Programa de Pós-Graduação. Foi coordenadora do GT 7 e integrou o Comitê Científico da ANPED. Fez parte do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza e do Grupo Gestor do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil-MIEIB.
E-mail: silviavc@uol.com.br

Sonia Kramer

Professora Titular do Departamento de Educação da PUC-Rio, onde coordena o Curso de Especialização em Educação Infantil; o Grupo de Pesquisa sobre Infância, Formação e Cultura/INFOC, o Curso Trajetórias Judaicas - convênio da PUC-Rio com o Museu de Arte do Rio/MAR; e o Núcleo Viver com Yiddish: pesquisas, cursos e projetos culturais.
E-mail: sonia.kramer@gmail.com

Tizuko Morchida Kishimoto

Professora Livre Docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atua no campo da educação infantil focalizando estudos sobre formação de professores, propostas pedagógicas, história e políticas públicas, museu e brinquedoteca, letramento e o brincar. Mantém grupo de pesquisa no Brasil, em rede com grupos internacionais para discutir a infância e as pedagogias. Relaciona-se com grupos de pesquisadores na Itália e na França para estudar as especificidades do brincar e da infância. Pesquisa sobre a cultura da infância em diferentes países, entre os quais o Japão, a França e Portugal.
E-mail: tmkishim@usp.br

Valdete Côco

Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Formação e Atuação de Educadores". Tutora do Programa de Educação Tutorial - Conexões de Saberes: Projeto Educação (2010-2021). Coordenadora do GT07 da ANPEd (gestão 2016-2017 e 2018-1019). Integrante (vice sudeste) da Diretoria da ANPEd (gestão 2020-2021).
E-mail: valdetecoco@hotmail.com

Zilma de Moraes Ramos de Oliveira

É licenciada em Pedagogia, Mestre em Psicologia Educacional, Doutora em Psicologia e Livre-docente em Psicologia do Desenvolvimento. É professora adjunta (aposentada) do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, campus de Ribeirão Preto. Membro fundadora do CINDEDI (Centro de Estudos do Desenvolvimento e Educação Infantil) desta faculdade, foi coordenadora do GT7 da ANPED, assessora do CNE em relação à construção Parecer e Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) e assessora do MEC/COEDI na elaboração da versão inicial da Base nacional Comum Curricular.
E-mail: zilmaoliveira@uol.com.br

ISBN: 978-65-89713-95-1

CIL

9 786589 713951